UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROCESSOS PRODUTIVOS E IDENTITÁRIOS: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL DE VERGEL EM MOGI MIRIM - SP

Autora: MÔNICA MARIA BARBOSA LEIVA DE LUCA
Orientadora: PROFA. DRA. MARIA DA GLÓRIA M. GOHN

Campinas, 2005

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROCESSOS PRODUTIVOS E IDENTITÁRIOS: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL DE VERGEL EM MOGI MIRIM - SP

Autora: MÔNICA MARIA BARBOSA LEIVA DE LUCA

Orientadora: PROFA. DRA. MARIA DA GLÓRIA MARCONDES GOHN

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 22/02/2005

Assinatura:.....

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

2005

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

© by Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca, 2005.

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
L962p
V EX
TOMBO BC/ 66089
PROC. 16-P-00086-05
C ☐ D ☒
PREÇO 11,00
DATA 26/10/05
Nº CPD BC-1 366802

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca da Faculdade de Educação/UNICAMP

L962p

Luca, Mônica Maria Barbosa Leiva de
Processos produtivos e identitários : o caso do assentamento rural de Vergel em Mogi Mirim – SP / Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

Orientador : Maria da Glória Marcondes Gohn.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Movimentos sociais. 2. Identidade social. 3. Educação não formal. 4. Trabalho. 5. Produção. I. Gohn, Maria da Glória Marcondes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-42-BFE

Keywords: Social movements; Social identity; Non-formal education; Work; Production
Área de concentração: Educação, Sociedade Política e Cultura
Titulação: Mestrado em Educação
Banca examinadora : Profa. Dra. Lise Roy
Profa. Dra. Maria Evelyna Pompeu do Nascimento
Prof. Dr. Carlos Bauer
Profa. Dra. Neusa Maria Mendes de Gusmão
Data da defesa: 22/02/2005

Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca

Processos produtivos e identitários: o caso do Assentamento rural de Vergel em Mogi Mirim - SP

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por **Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca** e aprovada pela comissão julgadora.

000523159

Ao meu companheiro Plinio,
meus filhos, Felipe e Isabel
e meus pais, Luzia e José Júlio.

Este trabalho contou com a colaboração e o apoio de muitas pessoas, a quem dedico meus agradecimentos sinceros:

Professora Maria da Glória Gohn, por sua contribuição à continuidade deste trabalho através de seu incentivo, suas preciosas considerações e orientações.

Minha família: Plinio, Felipe e Isabel. Meus irmãos Tânia e Sérgio, minha mãe Luzia, meu pai José Júlio e minha sogra Ana, pela força de todas as horas.

A amiga Mabel Servidone, por sua companhia em campo, sua disposição em ouvir e suas leituras cuidadosas e competentes, que agregaram importantes sugestões ao trabalho.

Minha amiga Denise Mesquita Melo, cuja interlocução valiosa me ajudou a organizar essa pesquisa.

Querida Adriana, pelas leituras, sugestões e força.

As Professoras: Clara Germana, Beth Pompêo, Ângela Soligo, Ana Aragão, Evelina Nascimento e Lise Roy, pelos ensinamentos e demonstrações de carinho e confiança. E Neusa Gusmão, Regina Souza, Olga Von Simson e Anita Néri. Aprendi muito com vocês.

Colegas do GEMDEC. As minhas amigas da Faculdade de Educação – UNICAMP: Marinalva, Lu Magri, Lu Teston, Wanda, Miriam e Laura, pelo apoio e palavras de ânimo. Marcinha da Biblioteca, meu carinho especial. Os amigos e amigas da EMEF "Padre Francisco Silva". Sérgio Savron, por me apresentar caminhos novos. E os queridos amigos e amigas e familiares que estiveram na torcida: Lia, Heron e Agatha, Thacia, Sônia, Rosilda, Marcela, Alessandra e João, Antônio Carlos e Mirian, Christiane e Mário, Roseli e Rui. A presença de vocês na minha vida é um grande incentivo.

Meu carinho especial

À Ileide, companheira querida.
Com sua vontade, força e determinação transforma os processos
educativos por onde passa.

Ao Praxedes,
A sua disposição para a luta por uma sociedade mais justa é um exemplo de participação cidadã.

Aos trabalhadores e trabalhadoras de Vergel,
Meu carinho e gratidão.
Vocês construíram este trabalho por meio de suas palavras, de suas práticas e de seus saberes, transmitidos no compartilhar de suas vidas.

O diálogo é a 'essência'
da ação revolucionária.
Daí que na teoria desta ação, seus atores,
inter-subjetivamente, incidam sua ação sobre
o objetivo, que é a realidade que os
mediatiza, tendo, como objetivo,
através da transformação desta,
a humanização dos homens.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo de caso pretende contribuir para a compreensão do processo de constituição de uma comunidade rural de assentados: a do Assentamento do Horto de Vergel de Mogi Mirim-SP, buscando aprofundar as reflexões sobre a produção da identidade do *ser assentado*, e compreender que influências exercem as dimensões pessoal e profissional na sua construção. Levando em consideração os processos de trabalho no assentamento, bem como o percurso histórico dos sujeitos de Vergel e suas vivências no coletivo, a ênfase desta pesquisa qualitativa recai sobre o sistema produtivo da comunidade. Este estudo se baseia no conceito de identidade social, compreendida como o conjunto dos discursos, representações e valores que perpassam as experiências desses sujeitos e que orientam sua formação pessoal, política e social.

ABSTRACT

The present study intends to contribute for better analysis about a rural community that has already been settled down: the settlement of Horto de Vergel, in Mogi-Mirim – SP, in order to get deeper into the reflections of being part of this community and understanding what kind of professional and personal influences takes part in the construction of the settlement. Considering the work process into the common ground, just as the story of members and their experiences into the group, the research emphasis includes the productive system of the community. This work is based on the concept of social identity, known as the integration of speeches, representations and values that exposes and guides those integrants politics, personal and social views.

SUMÁRIO

- ÍNDICE DE SIGLAS xxi
- ÍNDICE DE GRÁFICOS xxiii
- ÍNDICE DE QUADROS xxiii
- ÍNDICE DE IMAGENS xxv
- INTRODUÇÃO
- **Conhecimento e Ação - Percurso da Pesquisadora** 1
  - Processos produtivos e identitários: o caso do Assentamento Rural de Vergel em Mogi Mirim – SP 6
  - O Assentamento "12 de Outubro – Problematizando a pesquisa 7
  - Inserção ao campo de pesquisa 10
- **Metodologia** 16
  - As etapas da pesquisa 18
  - Materiais e métodos 20
  - Visualizando o texto 21
- **A Questão da Terra no Brasil** 22
  - Breve Histórico 22
  - A Questão Agrária no Brasil – O Momento Atual 26
  - Reforma Agrária – Uma Questão Social 29

CAP. 1 **SITUANDO CONCEITOS PARA COMPREENDER OS PROCESSOS PRODUTIVOS E IDENTITÁRIOS DO ASSENTAMENTO DE VERGEL** 31

1.1 Identidade Pessoal – Identidade Social 31

1.2 Trabalho e Identidade 35
- Trabalho – Produtor de Subjetividades 35
- Identidade do Trabalhador 35
- Identidade e Trabalho – sentidos de pertencimento 37

1.3 **Formação Sociopolítica** 40
- Participação social 40
- Formação sociopolítica – a experiência do movimento social .. 42
- Movimentos Sociais – processos educativos não-formais 44
- Formação sociopolítica – a questão das classes sociais 45

1.4 **Cultura** 46

1.5 **Cultura Política** 49
- Cultura Política – processos educativos nos movimentos sociais 51

1.6 **Representações Sociais** 53

1.7 **Comunidade** 55

1.8 **Coletividade** 57

1.9 **Cooperação** 58

CAP. 2 **ESPAÇOS, HISTÓRIAS E IDENTIDADES** 61

2.1 **O Horto de Vergel** 61

2.2 **O Percurso dos Assentados de Vergel** 63
- A formação do grupo no movimento 63
- A ocupação do horto 64
- O momento histórico: a mídia e a aceitação dos assentados 65
- De ocupação a assentamento: o processo de luta 67

2.3 **Histórias de Vergel: Dinâmicas de sua Constituição** 68
- Experimentando a vida em coletividade 68
- Os processos que contam histórias 70
- A madeira de Vergel 71
- O carvão 73
- Há três anos... 78
- Paisagens de Vergel: Espaços e Tempos 80

2.4 **Quem são os Sujeitos de Vergel** 88
- Crianças e Jovens: lidando com a novidade 88
- A Infância de Vergel 89
  - A apropriação do espaço físico 91

- A Juventude de Vergel 95
  - Iniciativas voltadas aos jovens 97
- Os Adultos de Vergel 103
  - As trajetórias de vidas norteadas pelo trabalho 103
  - As mudanças... 105
  - O deslocamento de identidade 105
  - Os papéis masculino e feminino 107
- A Velhice de Vergel 116
  - Representações sobre a velhice 121
  - Profissão: a terra 122

2.5 O Núcleo de Atividades Educativas: Casa de Criança de Vergel 124
- A creche – cuidados e brincadeiras (1998/1999) 126
- A escrituração do projeto para o PRONERA 131
- A formação das monitoras/educadoras da creche 131
- Avaliação do projeto 132
- A educação das crianças – conflito com o esperado 137
- O Núcleo e a Escola 141
- As diferenças... 144
- O trabalho com a escola 147
- O Núcleo de Atividades Educativas: Casa de Criança de Vergel 149

CAP. 3 OLHARES SOBRE VERGEL 153

3.1 Formação Política do Grupo..... 153
- Formação Política do movimento social 155
- Movimentos sociais – o caso de Vergel 156
- Produção de significados: os processos educativos do movimento social 159
- Cultura política – Vergel na política 160

3.2 Trabalho e Identidade – O Caso de Vergel..... 162
- Percurso profissional dos assentados 162
- O trabalho do agricultor de Vergel – trabalho e aprendizagem .. 165
- O caráter formativo do trabalho 165
- A visão sobre o trabalhador da agricultura 166
- Primeira visão: o valor do trabalho na agricultura 166
- Segunda visão: o valor dos conhecimentos sobre o trabalho 166
- Os processos de formação para o trabalho em curso 170
- Educação Formal – complementando a formação 171

- As dimensões subjetivas 172
- Produção em Vergel: os grupos de trabalho 174
- A função do coordenador do grupo 176
- A dinâmica dos grupos de trabalho – grupo 1 180
- Os grupos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 182
- Grupo 8 – Os novos assentados 186
- Grupo da Destilaria 188
- Produção de Vergel: projetos, produtividade e comercialização 191
- Produtividade no Assentamento 191
- Plantar e comercializar 196

3.3 Identidade na Coletividade 197
- Visão de propriedade 199
- As potencialidades da organização por grupos para o trabalho coletivo 201
- Produção e competitividade 202
- Retomando percursos 204

3.4 Especificidades de Vergel: Práticas, Sociabilidade, Histórias 206
- Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento " 12 de Outubro" – A liderança de Vergel 206
- Vinculação e parcerias do Assentamento 208
- Parceria com ITESP 209
- Parceria com as prefeituras 210
- Planos para a comunidade 213
- Um projeto econômico para Vergel – O Plano de Manejo 213
- Centro de Comercialização 216

CAP. 4 ME PLANTE NO PÓ E ME CUBRA TODO O NÓ 221
- Individualismo versus Coletividade 220
- Formação sociopolítica, trabalho e identidade 223
- Ser assentado – ser trabalhador rural 225
- Recriando os sentidos de coletividade 227
- Formação sociopolítica e recriação de sentidos 228

- **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 233

ÍNDICE DE SIGLAS

CDHU	- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CONAB - MAPA	- Companhia Nacional de Abastecimento – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
CPRN- SMA	- Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais / Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
DEPRN-SP	- Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais de S. Paulo
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EMEF	- Escola Municipal de Ensino Fundamental
FE/UNICAMP	- Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
FEPASA	- Ferrovia Paulista S.A.
FERAESP	- Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de S. Paulo
FUMEC	- Fundação Municipal de Educação Comunitária de Campinas
GEMDEC	- Grupo de Estudos, Movimentos Sociais, Demandas Educativas e Cidadania
IAC	- Instituto Agronômico de Campinas
IBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLT	- Movimento de Luta pela Terra
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NEAD-IICA	- Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
PIBIC-CNPq	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PREAC	- Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEBRAE	- Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SAF/ MDA	- Secretaria de Agricultura Familiar / Minist. Desenvolvimento Agrário
UFRJ	- Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFF	- Universidade Federal Fluminense
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
USE-SP	- União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo
USP	- Universidade de São Paulo

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Item	Descrição	Página
Gráfico 1	Atividade anterior à vinda para o assentamento	164
Gráfico 2	Trabalhadores vindos da agricultura	164
Gráfico 3	Famílias por Grupo de Trabalho	176

ÍNDICE DE QUADROS

Item	Descrição	Página
Quadro 1	Percurso ocupacional dos assentados de Vergel	162
Quadro 2	Cronograma de colheita da madeira – ITESP/2004	214

ÍNDICE DE IMAGENS

	REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO	PG.	ANO	AUTOR
•	Escritório Assoc. Pequenos Produtores de Vergel 1, 2	76	2000	Mônica de Luca
•	**Carvoaria e Serraria (1998 a 2000)**			
	Carvoaria 1; Produção de carvão; Carvoaria 2	77	98/00	Mônica de Luca
	Caminhão de Madeira; Serraria; Madeira Seca	77	98/00	Mônica de Luca
•	Mapa do Assentamento – Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento Rural "12 de Outubro", digitalizado através do original.	79	2004	Mônica de Luca
•	**Paisagens de Vergel: Espaços e tempo**			
	Entrada do Horto	80	1998	Mônica de Luca
	Entrada de Vergel; Placa de Vergel	80	1998	Mônica de Luca
	Entrada do Assentamento; Entrada de Vergel	80	2004	Mônica de Luca
•	**O Lago**			
	Lago 1; Lago 2	81	1998	Mônica de Luca
	Brincando no lago	81	1999	Mônica de Luca
	Lago e destilaria	81	2004	Mônica de Luca
	Vista do Lago 1, Vista do lago 2	81	2004	Mônica de Luca
•	**Paisagens**			
	Campo de futebol 2000; Campo de futebol 2004	82	00/04	Mônica de Luca
	Horta Medicinal 1999; Horta Medicinal 2000	82	99/00	Mônica de Luca
	Vista da agrovila; Estrada da Agrovila	82	01/03	Mônica de Luca
•	**Agrovila**			
	Estação da FEPASA 1; Estação da FEPASA 2	83	99/04	Mônica de Luca
	Casas da Agrovila 1; Casas da Agrovila 3	83	1999	Mônica de Luca
	Casas da Agrovila 2; Casas da Agrovila 4	83	2004	Mônica de Luca
•	**A vila – convívio e Núcleo**			
	Convívio 1; Convívio 2	84	1999	Mônica de Luca
	Convívio 3; Convívio 4; Convívio 5	84	2004	Mônica de Luca
	Casa do Núcleo 1; Casa do Núcleo 2	84	98/99	Mônica de Luca
	Casa do Núcleo 3; Casa do (ex-) Núcleo	84	00/04	Mônica de Luca
•	**Construções**			
	Casa de Taipa	85	1999	Mônica de Luca
	Casa de Madeira 1; Casa de Madeira 2	85	2000	Mônica de Luca
	Destilaria 1	85	1998	Mônica de Luca
	Destilaria 2; Estufas; Sítio	85	2004	Mônica de Luca
	Construção de Casa; Casa do Mel – em construção	85	2005	Mônica de Luca
•	**Paisagens de Vergel**			
	Ipês amarelos; Queimada; Paisagem 1	86	2004	Mônica de Luca
	Paisagem 2; Pasto; Eucaliptos	86	2004	Mônica de Luca

	REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO	PG.	ANO	AUTOR
•	**Igrejas**			
	Igreja católica 1	87	1999	Mônica de Luca
	Igreja católica 2; Igreja católica 3	87	04/05	Mônica de Luca
	Igreja Apostólica do Brasil	87	2005	Mabel Servidone
	Igreja de Cristo Pentecostal do Brasil	87	2005	Mabel Servidone
	Placa de indicação da Igreja	87	2005	Mabel Servidone
	Igreja Assembléia de Deus	87	2005	Mabel Servidone
•	**A infância de Vergel**			
	Criança 1; Criança 2; Criança 3; Criança 4; Criança 5	90	98/01	Mônica de Luca
	Criança 6; Criança 7; Criança 8	90	98/01	Mônica de Luca
	Criança 9; Criança 10	90	98/01	Mônica de Luca
	Crianças 1; Crianças 2; Crianças 3	91	98/01	Mônica de Luca
	Crianças 4; Crianças 5	91	98/01	Mônica de Luca
	Criança 11; Crianças 6;	94	2003	Mônica de Luca
	Crianças 7; Crianças 8	94	2005	Mônica de Luca
	Criança 12	94	2005	Mabel Servidone
•	**A juventude de Vergel**			
	Com crianças; Lanchonete	99	99/00	Mônica de Luca
	Jovem 1(98); Jovem 2 (03), Jovem 3 (99)	99	98/03	Mônica de Luca
	Jogando vôlei; Jovens dançando	101	1999	Mônica de Luca
	Estudando	101	2004	Mônica de Luca
•	**Os adultos de Vergel**			
	Venda de Produtos na Rodovia	104	1999	Mônica de Luca
	EJA 1; EJA 2	104	1999	Mônica de Luca
	Mulheres 1(99); Mulheres 2 (99)	110	1999	Mônica de Luca
	Reunião grupo de mulheres 1 e 2	110	1998	Mônica de Luca
	Grupo de mulheres na creche	112	1999	Mônica de Luca
	Reunião grupo de mulheres 2	112	1998	Mônica de Luca
	Grupo de mulheres – cozinha 1 e 2	112	2000	Mônica de Luca
	Grupo de mulheres – cozinha 3 e 4	113	2003	Mônica de Luca
•	**Personagens de Vergel – mulheres (1998-2005)**			
	Mulheres 1; Mulheres 2; Mulheres 3;	114	98-05	Mônica de Luca
	Mulheres 4; Mulheres 5; Mulheres 6	114	98-05	Mônica de Luca
	Mulheres 7; Mulheres 8; Mulheres 9	114	98-05	Mônica de Luca
	Mulheres 10; Mulheres 11; Mulheres 12; Mulheres 13;	115	98-05	Mônica de Luca
	Mulheres 14; Mulheres 15; Mulheres 16	115	98-05	Mônica de Luca
•	**A velhice de Vergel**			
	Horta Sr. T	118	1999	Mônica de Luca

	REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO	PG.	ANO	AUTOR
•	**O Núcleo de Atividades Educativas: Casa da Criança de Vergel**			
	Creche 1; Creche 2; Creche 3	128	98/99	Mônica de Luca
	Creche 4; Creche 5; Creche 6	128	98/99	Mônica de Luca
	Creche 7; Creche 8	130	98/99	Mônica de Luca
	Brincando com latão; Brincando na árvore	130	1999	Mônica de Luca
•	**Atividades do grupo de extensão (1998-1999)**			
	GE 01, GE 02, GE 03, GE 04, GE 05, GE 06	136	98/99	Mônica de Luca
	GE 07, GE 08, GE 09, GE 10, GE 11, GE 12	136	98/99	Mônica de Luca
	GE 13, GE 14	136	98/99	Mônica de Luca
•	**O Núcleo de Atividades Educativas: Casa da Criança de Vergel**			
	Núcleo – fazendo horta 1 e 2	139	2000	Mônica de Luca
	Núcleo – reforço escolar 1 e 2	139	2000	Mônica de Luca
	Núcleo – biblioteca; Núcleo – brinquedoteca	139	2000	Mônica de Luca
•	**O Núcleo Educativo – Casa da Criança 12 de Outubro**			
	Núcleo – brincando 1, 2, 3 e 4	140	98/00	Mônica de Luca
	Núcleo – festa; Núcleo – vendo televisão	140	98/00	Mônica de Luca
	Pré-escola 1 e 2	147	2001	Mônica de Luca
•	**Personagens de Vergel: Comunidade (1998-2000)**			
	Personagens 1; Personagem 2	154	98/00	Mônica de Luca
	Personagem 3; Personagem 4	154	98/00	Mônica de Luca
•	**O trabalho do agricultor**			
	Construindo a cerca	167	2000	Mônica de Luca
	Volta do trabalho	167	1999	Mônica de Luca
	Lavoura 1, 2, 3 e 4	167	2004	Mônica de Luca
	Cuidando das galinhas	168	2003	Mônica de Luca
	Horta 1999	168	1999	Mônica de Luca
	Trabalhador 1; Trabalhador 2	168	2003	Mônica de Luca
	Roça 1, 2 e 3	179	2004	Mônica de Luca
	Trabalhador 3	179	2003	Mônica de Luca
	Horta 1 e 2	179	2004	Mônica de Luca
•	**Os grupos de trabalho**			
	Grupo de trabalho 1 – 1	181	2004	Mabel Servidone
	Grupo de trabalho 1 – 2	181	2004	Mônica de Luca
	Reunião de grupo; Cuidando dos animais	181	2004	Mônica de Luca
	Criação de animais – vaca	181	1999	Mônica de Luca
	Criação de animais – cavalo	181	2004	Mônica de Luca
	Criação de carneiros; Criação de porcos	184	2000	Mônica de Luca
	Caixa de abelhas – produção de mel	184	2004	Mônica de Luca
	Criação de animais – galináceos	184	2004	Mônica de Luca
	Criação 1 e 2	184	2004	Mônica de Luca

	REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO	PG.	ANO	AUTOR
•	**Os grupos de trabalho**			
	Trabalhador 4; Trabalhador 5; Estrada rural	185	2004	Mônica de Luca
	Lavoura 5; Lavoura 6; Lavoura 7	185	2004	Mônica de Luca
	Estufas; Produção de flores 1	187	2004	Mônica de Luca
	Sistema de irrigação da produção de flores	187	2004	Mônica de Luca
	Formação de mudas	187	2004	Mônica de Luca
	Produção de flores 2; Produção de flores 3	187	2004	Mônica de Luca
	Destilaria (98); Venda do Óleo (99)	190	98/99	Mônica de Luca
	Destilaria 2004; Trabalho na dorna; Dorna 1	190	2004	Mônica de Luca
	Grupo de Trabalho da Destilaria; Dorna 2	190	2004	Mônica de Luca
	Folhas de eucalipto	190	2004	Mônica de Luca
•	**A água**			
	Captação da água por bomba hidráulica	194	2004	Mabel Servidone
	Captação manual da água	194	2004	Mabel Servidone
	Poço de água; Poço – profundidade	194	2004	Mabel Servidone
	Captação da água do lago	194	2004	Mabel Servidone
•	**Dinâmicas do Trabalhador (2003-2004)**			
	Trabalho terceirizado 1 e 2	194	2005	Mabel Servidone
	Construindo a Casa do Mel	195	03/04	Mônica de Luca
	Construindo sua casa 1	195	03/04	Mônica de Luca
	Voltando da roça; Instrumento de trabalho	195	03/04	Mônica de Luca
	Colocando a luz; Preparando a massa	195	03/04	Mônica de Luca
	Instalando Energia Elétrica; Construindo casa 2	195	03/04	Mônica de Luca
•	**Especificiades de Vergel: praticas, sociabilidade, histórias**			
	Festa de 3 anos do Assentamento - 2000	206	2000	Mônica de Luca
•	**Saúde**			
	Posto de Saúde 1, Posto de Saúde 2	211	99/04	Mônica de Luca
	Vacinação no Posto de Saúde 1 e 2	211	99/01	Mônica de Luca
	Vacina de animais 1 e 2	211	99/01	Mônica de Luca
•	**Personagens de Vergel: Comunidade (2004-2005)**			
	Personagem 5, 6, 7 , 8, 9, 10 e 11.	217	04/05	Mônica de Luca
•	**Personagens de Vergel: Comunidade (2005)**			
	Personagem 12, 13, 14, 15, 16 e 17.	218	2005	Mabel Servidone
•	**Minha Inserção**			
	Na roça (98); No Núcleo (99); Entrevista (00)	243	98/00	Autoria não identificada*
	Encontro de Mulheres Assentadas	243	2000	Autoria não identificada*
	Brincando com crianças; Divulgando Vergel	243	00/01	Autoria não identificada*
	* fotos feitas por algum membro da comunidade ou do grupo de estudantes			

"... os homens são capazes de agir conscientemente sobre a realidade objetivada (...) a 'práxis humana', a unidade indissolúvel entre minha ação e minha reflexão sobre o mundo"
Paulo Freire

CONHECIMENTO E AÇÃO - percurso da pesquisadora

Qual é o sentido do nosso trabalho? Por que nos tornamos educadores?

Cada um de nós desenvolve seu percurso profissional e faz suas escolhas, motivado por uma série de causas que vão desde as condições objetivas de formação, as oportunidades de vida, as necessidades de sobrevivência, até aquelas de origem subjetiva, explicadas pelas nossas características pessoais, aptidões, tendências. Os aspectos culturais também fazem parte desse complexo de determinantes. Nossas escolhas não são, portanto, puras ou isentas.

Entretanto, ao nos tornarmos educadores, assumimos diante da sociedade, do mundo e de nós mesmos que estamos frente a um compromisso explícito: queremos fazer parte do processo de formação dos sujeitos sociais. Logicamente, cada um de nós contribuirá nesse processo a partir da própria visão de educação, de sociedade, de cidadão que pretende formar, de mundo que pretende ter. Assim, cabe reiterar: nossas escolhas não são puras.

Se compreendermos que educar é uma forma de fazer com que os sujeitos da educação se apropriem do mundo em que vivem de uma maneira efetiva, conscientes de que suas ações formam e transformam o mundo em que vivem, então nosso trabalho se delineará baseado no que Paulo Freire afirma como o processo de conscientização:

> "A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (...) Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo".(1980, p.26).

O trabalho com educação requer de nós, profissionais, um movimento constante em termos de estarmos sincronizados com o que nos cerca. Atuamos num mundo em acelerado

processo de mudanças e o campo social – nosso palco – é complexo, dinâmico, diversificado.

Essa complexidade exige de nós ações cada vez mais específicas e percepções de mundo cada vez mais amplas. Não se pode mais pensar em uma única forma de fazer educação. Cada espaço educativo demanda uma nova forma de atuação e os espaços educativos não-formais apresentam uma riqueza tão grande que, em algumas situações sentimos que precisaríamos ter sido formados para lidar com *aquela* realidade específica, e não outra.

Também os sujeitos estão imersos nessa complexidade: reconhecer-se e identificar-se nesse momento não é tarefa fácil, pois a fluidez de significados que são produzidos socialmente não permite a estabilidade. A cada momento novo, a cada espaço novo, temos novos papeis a desempenhar, são exigidos de nós novos modos de ser no mundo.

Por vezes nos faltam elementos para compreender a subjetividade daqueles com os quais convivemos, de forma a bem realizarmos nosso trabalho. Evidentemente, nossos cursos não dão conta de nos preparar para tanta diversidade. Não há formação anterior que prepare o profissional de educação para atuar em qualquer realidade, uma vez que mudando contexto/lugar, mudando os sujeitos do nosso ato educativo, muda também nossa forma de atuação e, dessas experiências, também nossas concepções sobre o educar se transformam. Disso decorre nossa necessidade de estarmos constantemente em busca de experiências outras, que não aquelas que compuseram nossa formação.

Os aprendizados requeridos são construídos cotidianamente em nossa prática, mas carecem da interlocução com outras realidades, outras formas de atuação, outras visões de mundo, que nos instrumentalizem para a apreensão da realidade em que estamos atuando.

Porque lidamos com pessoas diferentes e atuamos produzindo subjetividades, faz parte do nosso trabalho compreender a cultura do outro, para construirmos pontes que facilitem essa inter-relação. E é nesse sentido que percebo a importância do trabalho proposto neste texto: aproximar um pouco do dia-a-dia do educador, alguns elementos da rica e instigante vida dos assentados rurais e, refletindo sobre a produção da subjetividade dessas pessoas, ampliar as possibilidades de relações entre nós.

Para nós, profissionais da educação, os conhecimentos de realidades específicas e de subjetividades produzidas nessas localidades, nos auxiliam a desenvolver olhares e

escutas atentas para que possamos, ao entender os contextos, organizar nossas intervenções, uma vez que também somos agentes do diálogo entre comunidades específicas e a sociedade mais ampla.

Numa perspectiva freireana, é nossa responsabilidade participarmos dos processos de conscientização. Essas intervenções, entretanto, devem estar sempre pautadas naquilo que é próprio de nossa ação e nunca serem utilizadas de forma a submeter ou tutelar. Devemos nos manter alertas para não desenvolvermos atitudes etnocêntricas junto às comunidades com as quais nos relacionamos.

Ainda sob a inspiração de Paulo Freire, é importante lembrar que conhecer implica compromisso histórico. Esses mesmos conhecimentos também nos instrumentalizam para outra função do profissional da educação, em especial do pesquisador: motivar a criação e a implementação de políticas públicas voltadas às necessidades dessas comunidades, respeitando suas especificidades, mas garantindo a qualidade dos serviços a que têm direito. Políticas específicas só podem ser pensadas se são conhecidas as necessidades específicas. Nesse sentido, espero que este trabalho sirva, em algum momento, para um desses propósitos.

Minha avaliação pessoal desse movimento investigativo

Retornar a Vergel, depois de alguns anos afastada de campo e perceber as mudanças ocorridas com aquela comunidade, propiciou que eu realizasse esse movimento de auto-avaliação do meu percurso como pesquisadora. No primeiro momento da pesquisa, tendo como opção de abordagem a questão geracional, estive mais envolvida com alguns segmentos da comunidade, o das mulheres, das crianças e da liderança. Na segunda fase, me aproximei da comunidade mais velha. Nesses dois momentos da pesquisa, procurei perceber os processos educativos e de constituição identitária que ocorriam em Vergel. Eu tinha a consciência de que, naquele movimento, estaria apreendendo uma parte muito pequena da realidade da comunidade, e era relativa a aquele momento específico da história do grupo.

Nesse meu retorno ao assentamento, no final de 2003, procurei focalizar meu olhar para outras dinâmicas, outros espaços. Nesta fase, estabeleci contato com os novos sujeitos, os homens e mulheres trabalhadores, que agregaram contribuições à minha forma de apreender e compreender aquele universo. Também foi possível refletir sobre a pesquisa

anterior. Aprendi que é necessário saber olhar para o evidente com mais cuidado. Foi possível conhecer o outro lado da história, os outros motivos, as outras razões e assim, desconstruir certas interpretações feitas anteriormente sobre os processos então estudados, como a relação da comunidade com o Núcleo Educativo. Os encontros que tinha com os sujeitos de Vergel aconteciam nos espaços comunitários, como no Núcleo, no Posto de Saúde, na Associação e no convívio. Geralmente, as pessoas com as quais eu me relacionava eram as mesmas. Somente quando fui investigar envelhecimento é que comecei a diversificar os locais de encontro, e a visitar os depoentes em suas casas.

A minha inserção em campo, nessa nova fase, também aconteceu de forma diferenciada, pois eu já não estava mais participando do cotidiano do grupo. Desta vez, pude circular praticamente em todos os grupos existentes em Vergel, conheci muita gente nova.

Para conversar com as pessoas e conhecer seus ambientes de trabalho, visitei aproximadamente 15 sítios, conversando com as famílias, com os trabalhadores, fui convidada às suas mesas. Conheci um novo lado da comunidade – o doméstico. Na tentativa de atualizar história dos assentados, acabei tendo contato com várias outras, preciosas, cheias de detalhes e interpretações, que compuseram uma nova narrativa de percurso do grupo.

Sinto que fui muito feliz na escolha do universo investigado. Vergel é de fato um modelo de assentamento, porque comporta a singularidade dos processos e do movimento de constituição de um grupo, dos sujeitos que o integram e que lá constróem suas vidas.

Mergulhando nesse 'ecossistema' de Vergel, nas metodologias de ação e nas formas de pensar da comunidade, me surpreendi ao perceber que era possível ver o universal no particular. Vergel é um microcosmo social. O cotidiano daquelas pessoas é atravessado por questões sociais, econômicas e políticas que estão presentes na sociedade. São questões que estão implicadas nas rotinas e práticas do dia-a-dia dos assentados. Na simplicidade das dinâmicas de Vergel, essas questões são respondidas por aquelas pessoas, na forma como organizam suas existências, como enfrentam os desafios, como estabelecem metodologias de convívio e de ação.

Vergel é um assentamento pulsante, cheio de histórias, cheio de vida. A quantidade e a qualidade dos dados que aquele contexto me ofereceram, nos momentos em que

interagimos - pesquisadora e assentados - certamente poderiam ter me levado a muitos outros caminhos de produção de conhecimentos. É uma realidade que pode despertar o interesse de muitos pesquisadores, das diversas áreas, para que também aprendam naquele espaço e com aquelas pessoas: uma aprendizagem orgânica e carregada de sentidos que ultrapassam teorias.

Eu espero que este trabalho possa contribuir para desmistificar algumas representações produzidas sobre os movimentos sociais e sobre a vida dos assentados. Da narrativa de organização e produção desse grupo há muito por refletir. Este trabalho terá atingido seu objetivo se, além de registrar parte da história do grupo, também puder sensibilizar as pessoas a pensarem sobre essas experiências.

Por fim, conviver com os sujeitos de Vergel foi para mim uma grata forma de continuar minha formação como educadora e pesquisadora. Eles contribuíram para o meu amadurecimento nesse processo, pois o olhar científico, que recorta a realidade, não reduz necessariamente o significado das coisas, quando compreende que a simplicidade também é complexa. Por essa razão, empenho ao grupo minha gratidão e amizade.

"A conscientização não está baseada sobre a consciência
de um lado, e o mundo de outro;
por outra parte, não pretende uma separação.
Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo."
Paulo Freire

PROCESSOS PRODUTIVOS E IDENTITÁRIOS: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL DE VERGEL EM MOGI MIRIM - SP

Este trabalho tem por objetivo dar continuidade à pesquisa realizada anteriormente num assentamento rural do Estado de São Paulo, onde se discutiu a construção das identidades sociais dos sujeitos daquela comunidade. Na primeira pesquisa, a ênfase dos estudos se deu por meio da observação das dinâmicas cotidianas, principalmente aquelas voltadas aos processos educativos do assentamento, das interações entre os diferentes sujeitos e da forma como se organizavam em comunidade. Observando os diferentes grupos que compunham a comunidade, a abordagem geracional orientou a linha das reflexões sobre a questão identitária.

Nesta fase do trabalho, me proponho a dar seguimento a esse estudo, procurando focalizar nas relações de trabalho e da produção, outras formas de constituição dos sentidos de "ser assentado". Desta forma, busco compreender que influências exercem as dimensões pessoal e profissional/ocupacional[1] na sua constituição. Para tanto, utilizo a pesquisa qualitativa através da observação, de entrevistas semi-estruturadas e de depoimentos que contem a história de vida de alguns dos sujeitos da comunidade, para compor os dados da investigação.

Com o objetivo de focalizar o olhar para a questão da produção identitária dos assentados, dada a multiplicidade de determinantes que podem fazer parte desse

[1] O percurso de vida dos sujeitos de Vergel é marcado pela mobilidade social, em busca de melhores oportunidades de sobrevivência e é desta forma que se constitui o trajeto profissional de muitos assentados. As determinações profissionais, no que diz respeito à inclusão no mundo do trabalho não estão diretamente relacionadas à opção por carreira num campo específico, dentro do universo das profissões, mas se vinculam às diferentes oportunidades ocupacionais que esses sujeitos foram construindo em sua trajetória, tanto no ambiente rural como no urbano. Neste trabalho, portanto, o termo identidade profissional/ocupacional se refere a esse movimento realizado pelos sujeitos assentados, transitando por diversas posições em seu processo de inserção no mundo do trabalho.

movimento, pretendo identificar quais processos levaram esses sujeitos a integrar Vergel: seus percursos de vida, sua formação sociopolítica e profissional/ocupacional, buscando estabelecer um diálogo entre suas experiências pregressas e atuais, de modo a perceber se e como mudou a sociabilidade desses sujeitos, se essas mudanças se refletem na assunção da identidade assentada e quais seriam as implicações que a formação política e a identidade profissional/ocupacional desses sujeitos teriam sobre o desenvolvimento produtivo e econômico de Vergel.

O ASSENTAMENTO "12 DE OUTUBRO"[2]:

Problematização da pesquisa

O Assentamento "12 de Outubro" é um assentamento rural localizado no Km 49 da Rodovia SP147 que liga as cidades Mogi-Mirim e Itapira, ao nordeste do Estado de São Paulo. Ocupa uma área de cerca de 1.200 ha., onde se localizava o Horto de Vergel de Mogi-Mirim. Nele, residem 132 famílias, aproximadamente 650 pessoas. A maioria dessas famílias sobrevive atualmente da agricultura familiar.

A história do Assentamento de Vergel vem sendo contada há sete anos. É uma comunidade relativamente nova, mas que já acumula interessantes experiências decorrentes do seu processo de constituição.

Essas experiências podem ser vistas como relevantes para a compreensão da viva e complexa forma de constituição de uma comunidade rural de assentados. Embora cada comunidade se constitua através de um processo histórico, ideológico e metodológico distinto, algumas regularidades históricas podem ser percebidas, como a inserção dos sujeitos nos movimentos sociais em busca de melhores condições de vida e trabalho, a organização dos indivíduos com vistas a um trabalho colaborativo, o fortalecimento desses indivíduos nos grupos.

Também é observável que, em grande parte, após essas comunidades adquirirem o status de assentamentos, passam por um processo de desarticulação do coletivo. As comunidades que se organizam em cooperativas desde sua gestação sofrem menos com o

[2] Utilizarei ao longo do texto tanto o nome formal do Assentamento: "12 de Outubro", como Assentamento de Vergel, ou simplesmente Vergel, que é a forma como os próprios sujeitos assentados, as comunidades de Mogi-Mirim, Itapira e os diferentes agentes sociais com os quais o assentamento se relaciona, assim o identificam.

processo de individualização da produção, já as comunidades onde os grupos de trabalho não se articulam em cooperativas ou desenvolvem outros modelos de trabalho colaborativo, vivem outras experiências e, em geral, experimentam maiores dificuldades para conquistarem o sucesso de seus projetos[3].

Acompanhei a experiência de Vergel desde os primeiros meses da ocupação durante cerca de 3 anos e, desde o fim da primeira pesquisa em 2001 estive afastada de campo por outros quase 3 anos. Em meu retorno, no final do ano de 2003, pude perceber grandes mudanças no espaço físico de Vergel. Essas mudanças na paisagem refletem as mudanças nas relações dos sujeitos com a terra e com o trabalho.

Foram várias as formas de inserção dos sujeitos de Vergel no sistema produtivo, mas os percursos foram bastante diferenciados daqueles que, poucos anos antes, direcionavam as ações da comunidade. Naquela época, havia um projeto de assentamento sendo construído, baseado na idéia de associação dos grupos de trabalho, da criação de cooperativas de trabalhadores e da transformação de Vergel em assentamento com vocação turística. Esse projeto até o momento não se concretizou. A extração da madeira do Horto para a abertura dos lotes e, posteriormente, a produção do carvão para o sustento das famílias, dispersou uma grande parte da comunidade do trabalho com a terra.

O processo de individualização e a situação crítica de sobrevivência de algumas famílias, nesse período, expressam a desarticulação do coletivo do assentamento. Esse movimento também demonstra uma mudança significativa na sociabilidade do grupo, gerada basicamente pela mudança da relação dos sujeitos de Vergel com o seu trabalho.

Se, no momento de formação inicial do assentamento, a luta pela sobrevivência impulsionava o trabalho em grupo, o que teria provocado a mudança desse sentido de coletividade?

Parto do princípio que essa história que está sendo contada pelos assentados é resultado não apenas de sua inserção no movimento social de luta pela terra e sua integração à comunidade do assentamento, mas também de suas experiências anteriores, em outros movimentos, em outras comunidades e no mundo do trabalho.

A formação política dos indivíduos está sempre articulada à sua participação social, qualquer que seja a instância de ação. Suas experiências pessoais, profissionais e de

[3] Essa questão é discutida SOUZA, Maria Antônia (1999).

participação sociopolítica supostamente devem agregar contribuições significativas para a produção da sociabilidade do grupo, e interferem no seu movimento histórico.

O movimento social, contudo, infere certas singularidades ao processo de formação política dos sujeitos que o integram. A participação das pessoas em grupos sociais com objetivos comuns implica predisposição para o diálogo, para negociações e trocas de experiências. Os discursos de importantes movimentos sociais pela reforma agrária são geralmente impregnados por ideologias que se aproximam dos valores socialistas, de solidariedade e de cooperação (Melo, 2001 e Bezerra Neto, 1999).

Em que medida a desarticulação dos processos coletivos de Vergel foi resultado de mudança da visão de mundo desses indivíduos, a partir da posse da terra e do distanciamento da luta para produção da sobrevivência? Por outro lado, em que medida a articulação coletiva dos sujeitos para formar Vergel não foi um *meio* para que pudessem concretizar individualmente seus projetos de trabalho e produção, posteriormente à posse da terra? Ou seria essa desarticulação resultado do abandono, por parte dos assentados, das ideologias que orientaram o movimento social ao qual integraram?

Um outro aspecto interessante para abordar a questão está calcado justamente na forma como os assentados de Vergel se vêem como sujeitos sociais. Na pesquisa inicial foi possível identificar que na visão dos sujeitos de Vergel, ser assentado implica um deslocamento de identidade, visto que grande parte da comunidade vinha de um longo período de vivência no meio urbano e ainda se auto-identificavam como profissionais daquelas atividades que haviam exercido neste meio. Muitos ainda não se viam como trabalhadores rurais, como agricultores.

Essa visão teria se mantido ao longo dos últimos anos? As experiências com o trabalho no campo teriam em alterado, de alguma forma, os sentidos de auto-identificação dessas pessoas? O deslocamento das identidades profissionais ou ocupacionais dos integrantes da comunidade teria refletido nos processos produtivos? Estariam os sujeitos de Vergel identificados com sua nova condição social?

Uma de minhas hipóteses é a de que o enfraquecimento do trabalho coletivo nessa comunidade tenha acontecido durante esse movimento de deslocamento do processo identitário. Acredito que os conceitos: formação sociopolítica, identidade e identidade profissional/ocupacional, sejam chave para a interpretação desse processo. Compondo o

quadro teórico, também são trabalhadas outras categorias, como representações, coletividade, comunidade, participação e trabalho.

O cenário da pesquisa é o próprio assentamento: suas dinâmicas cotidianas, especialmente aquelas vinculadas ao setor produtivo da comunidade. Os sujeitos da pesquisa, a própria comunidade de Vergel, notadamente os trabalhadores de projetos de produção que já estejam implantados no assentamento.

Integrar ou não os processos coletivos, participar da comunidade ou envolver-se com o trabalho de forma individual, marca o lugar de sujeito do assentado de maneira diversa, e produz sentidos de identidade distintos. Essa relação também deve ser vista na perspectiva do pertencimento espacial coletivo, uma vez que, como assentado, o sujeito assume a posse/propriedade da terra, gerindo seu trabalho de forma individual ou coletiva. De que maneira a identidade assenta está colada ao re-agrupamento das pessoas nos processos coletivos? O que é ser assentado em Vergel?

Algumas informações contidas nos capítulos que se seguem fazem parte do trabalho de pesquisa anterior, cuja tônica foi a construção das identidades sociais do assentamento.

INSERÇÃO AO CAMPO DE PESQUISA

Conheci o Assentamento de Vergel, juntamente com outras oito estudantes do Curso de Pedagogia da UNICAMP, a partir de uma proposta de inserção à realidade, surgida na disciplina EP153 – Metodologia do Ensino Fundamental, em agosto de 1998.

A proposta inicial era a de que conhecêssemos os processos educativos formais e não-formais que eram vivenciados pelas crianças da comunidade do Assentamento, que na época ainda era ocupação, através da apreensão dos currículos em ação e de vida[4] daquelas crianças.

A Universidade já estava presente naquele espaço, pois alguns estudantes da medicina, em parceria com a Prefeitura de Mogi-Mirim e com a comunidade, haviam instalado na ocupação um Posto de Saúde. Alguns estudantes da Educação Física também

[4] Utilizo o conceito de currículo de vida como cultura e experiência: o conjunto de práticas e vivências do cotidiano desse grupo, impregnados de valores e crenças que se refletem em sua forma de pensar e interpretar o mundo. Este foi um dos conceitos trabalhados na disciplina EP 153, sob orientação da Profa.. Dra. Corinta M. G. Geraldi - FE/UNICAMP.

realizavam seu estágio no assentamento, desenvolvendo atividades esportivas e recreativas com crianças e jovens.

Nosso grupo aproximou-se da comunidade através de discussões sobre Educação, principalmente com a liderança e o grupo de mulheres que estava em processo de organização. Fomos convidados pela comunidade a juntar esforços para a realização de trabalhos na área educacional. Logo percebemos que as poucas visitas previstas não seriam suficientes para a nossa proposta inicial de conhecimento da realidade.

Planejamos um estágio para um semestre e iniciamos um trabalho multidisciplinar na ocupação, desenvolvendo diversas atividades que incluíram reuniões com os jovens, com as mulheres e com a liderança do assentamento, participação em assembléias da comunidade, aproximação da realidade escolar das crianças e jovens assentados, além de dinâmicas de leitura e lazer realizadas com as crianças pelo nosso grupo.

Posteriormente, a partir de uma proposta de atuação interdisciplinar com o grupo da Educação Física, iniciamos um projeto de extensão universitária, com duração prevista de um ano e meio e orientado pela Profa. Dra. Lise Roy[5].

A partir desse momento, dividimos nosso grupo por áreas de interesse: corporeidade, ambiente, jovens, crianças, grupo de mulheres. Diante da novidade e do desejo conhecer esse novo, da necessidade de nos prepararmos para o trabalho de campo e a vontade trocar e sistematizar essas experiências vividas, passamos a realizar reuniões semanais. Abriu-se, para nós, uma nova perspectiva de formação, a partir do trabalho e da reflexão em conjunto.

Essa "primeira experiência" em pesquisa-ação[6] permitiu que pudéssemos ampliar nossas noções sobre as possibilidades de atuação do profissional de pedagogia,

---

[5] Profa. Dra. da Faculdade Ciências Médicas da UNICAMP - CEPRE, formada em Serviço Social, com mestrado e doutorado em Educação e com uma história de mais de 20 anos de participação em movimentos populares, em pesquisa e educação popular, Ex-Diretora de Operações de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Campinas – SP (Gestão 2000-2004).

[6] A pesquisa-ação se pauta na utilização de "princípios metodológicos e políticos de um modo de investigação ativa, associada a uma prática política" Thiollent (1981 p.49). Não deixando de compreendê-la como um instrumento de investigação, a pesquisa-ação também mostra-se como um meio de conscientização, pois as respostas dos sujeitos envolvidos no processo investigativo pressupõem um movimento de reflexão sobre a própria experiência vivida: uma tomada de consciência de sua realidade, que os instrumentaliza à transformação dessa realidade. A relação entre investigador e investigado é concebida como uma rede de comunicação sociopolítica. O caráter desse tipo de pesquisa é essencialmente qualitativo (idem, p. 52) Nosso

identificando nos movimentos sociais um espaço bastante rico em oportunidades. Percebemos que poderíamos, então, construir nossa formação acadêmica associada a uma participação social e política, num ambiente propício para compreender as diferentes dinâmicas das relações educacionais e sociais. No momento de nossa inserção em campo, era ainda muito recente a história da comunidade: menos de um ano. Como realizávamos visitas semanais ao assentamento, pudemos nos apropriar de uma parte das suas dinâmicas de cotidiano, bem como nos relacionar com vários de seus membros.

Ao longo do primeiro ano, junto ao grupo de mulheres e pensando a implantação de um espaço educativo não-formal que atendesse as crianças de Vergel, fomos nos aproximando da realidade dessas pessoas: seus modos de organização, suas histórias, suas expectativas.

Quando iniciamos o trabalho junto à comunidade, chegamos com uma série de referências sobre assentamentos de reforma agrária, sobre integrantes de movimentos sociais, sobre o MST, enfim, tínhamos preconcebido algumas imagens sobre a comunidade que orientavam nosso modo de perceber aquela realidade.

No entanto, quanto mais próximos ficávamos de Vergel, de seus atores sociais, de sua dinâmica, mais tínhamos que desconstruir aquelas referências, os preconceitos, as imagens que havíamos concebido. Não víamos as bandeiras vermelhas, não ouvíamos os gritos de ordem. Estávamos sim diante de pessoas com histórias singulares de vida, cujos trajetos lhes conferiam saberes e experiências que não conhecíamos, mas muitos de seus valores nos eram comuns. Elas em nada se aproximavam daquela imagem ideologizada sobre integrantes de movimentos sociais, que previamente havíamos construído.

Essas experiências me motivaram a aprofundar algumas reflexões sobre o como esses sujeitos pensam suas trajetórias: que é vivenciar a exclusão social por falta de condições de trabalho, o que é integrar um movimento social para se fortalecer na luta pela sobrevivência, o que é viver em comunidade e qual o conceito de cidadania desenvolvido pelas pessoas pertencentes a esse grupo social.

A pesquisa acabou se impondo, dado o caráter da minha inserção à realidade. Paralelamente ao trabalho de extensão universitária, optei por realizar pesquisa sob a

---

desejo era o de atuar dentro dessa perspectiva. Procuramos orientar nossas atividades nesse sentido. Temos consciência, entretanto, que não estávamos preparados para um trabalho em **pesquisa-ação** propriamente dito.

orientação da Profa. Maria da Glória M. Gohn e contando com o apoio financeiro do PIBIC-CNPq.[7]

Com o objetivo de compreender a sociabilidade daquela comunidade, iniciei minha pesquisa procurando perceber como era produzido o sentido de identidade de grupo. Então, busquei observar quais os processos históricos e sociais por eles vividos, qual era a dinâmica das suas interações, seu currículo de vida e como os seus valores eram trabalhados nos processos educativos não-formais presentes no cotidiano da comunidade.

O conceito de identidade que me orientava na época era o de identidade como fator de unidade, como produtora dos sentidos de pertencimento a um grupo, através da adesão a um conjunto de valores e representações que situam e orientam os indivíduos nos contextos em que se inserem. Assim, acreditava que, pelo fato da comunidade estar iniciando um processo de conhecimento e vivência em conjunto, fatalmente desenvolveriam esse sentimento de identidade de grupo.

Tinha a impressão que os processos de ideologização dos discursos dos movimentos sociais seriam por eles tão tranqüilamente incorporados que estariam politizados, conscientes de representarem um papel de agentes transformadores da realidade social no seio da sociedade.

Acreditava também que, numa perspectiva de pesquisa-ação, por meio das reuniões com a comunidade e da problematização das condições de produção de suas vidas, seria possível que nós também colaborássemos nesse processo de conscientização do grupo e de identificação da comunidade de Vergel no contexto social mais amplo.

Ao longo deste trabalho, é possível perceber que tanto aquela concepção de identidade, quanto essas crenças nas transformações pela "conscientização", se não deixaram de existir radicalmente, sofreram transformações substantivas. Durante o primeiro ano e meio, os dados que obtive foram produzidos principalmente pelo registro das

[7] O projeto de Iniciação Científica: *A Construção da Identidade Social da Comunidade do Assentamento '12 de Outubro' do Horto de Vergel em Mogi-Mirim*, foi aprovado e contemplado com bolsa pelo PIBIC/CNPq - UNICAMP, vigendo de ago-1999/jul-2000. Após a aprovação dos relatórios parcial e final, o projeto foi renovado para o ano seguinte: ago-2000/jul-2001, com novos nome e enfoque: *A Construção da Identidade Social da Comunidade do Assentamento "12 de Outubro": um olhar sobre o idoso.*

observações de campo e pela interação com o grupo de estudantes nas reuniões de preparação e sistematização.

Nos diários, procurava anotar os fatos ocorridos e as minhas impressões sobre eles. Como estava em processo de "reconhecimento de terreno", quase tudo era novidade. Mas, da mesma forma com que percebia aquele mundo de cores e formas que se me apresentava, também tinha a ilusão de verdade sobre tudo o que via.

Somente após esse período de adaptação a esse mundo novo, quando as coisas já estavam razoavelmente "naturalizadas", quando já conhecia as pessoas pelo nome e sabia dos meus limites naquele espaço, é que comecei a retirar as camadas, a aprofundar o olhar, a perceber que nem tudo que se mostrava era o que havia para ser visto, nem tudo o que se ouvia era o que tinha a ser dito.

O vínculo estabelecido com o grupo de mulheres estava muito forte e os projetos educativos já apresentavam resultado. Ao mesmo tempo, o grupo de estudantes em atividade de extensão passou por transformações: alguns integrantes deixaram o grupo, houve também uma grande rotatividade de estudantes de diversas áreas nas atividades de lazer. Surgiram projetos novos, redirecionamos nossa participação em campo. Terminado o contrato com a extensão, a Profa. Lise deixou a orientação do grupo de estudantes.

Todo esse movimento exigiu que as atividades e a inserção fossem redimensionadas. Contamos, então, durante um período de aproximadamente 6 meses, com a colaboração de dois integrantes do GEMDEC[8] – FE/UNICAMP, os então mestrandos José Benedito Leandro e Denise de Mesquita Melo, para auxiliar as sistematizações dos processos do grupo em campo.

A aprovação do meu projeto de Iniciação Científica na seleção de bolsas do PIBIC-CNPq UNICAMP foi extremamente positiva, uma vez que, com o fim do financiamento da extensão para as viagens, não teria condições de continuar com a mesma freqüência em campo, não fosse a bolsa de Iniciação Científica.

Investi no trabalho de pesquisa. Nesse momento, já utilizava outros recursos de captação de dados: gravação de conversas, entrevistas semi-estruturadas, fotografias, gravações em vídeo, reportagens de jornais, enfim, tudo o que pudesse servir de informação sobre aquelas pessoas e sua forma de se organizarem na comunidade.

[8] Grupo de Pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Maria da Glória M. Gohn.

METODOLOGIA

Ao propor este estudo de caso, considero que a realidade local da comunidade possua os elementos relevantes para a reflexão sobre o tema proposto: as possíveis implicações da formação política e a identidade profissional dos sujeitos assentados no processo produtivo do assentamento rural.

Na primeira fase deste trabalho, procurei orientar minha postura de pesquisa na perspectiva etnográfica, através de uma inserção não só observadora, mas também participativa das dinâmicas do campo. Num primeiro momento, quando das reuniões com o grupo de mulheres, liderança e comunidade para discussões sobre educação e, posteriormente, acompanhando as atividades do Núcleo Educativo, orientei-me pelo conceito de pesquisa-ação, mesmo considerando minha limitação para atuar dentro de tal proposta metodológica.

Costa (1998), reflete sobre pesquisa-ação da seguinte forma:

> "Quem pratica/participa da produção de relatos/ narrativas/histórias sobre as pessoas, processos e coisas do mundo, participa do processo social de atribuição de sentido, e isso é crucial na política cultural de representação (...) A pesquisa ação é concebida como aliança estratégica de sujeitos coletivos inscritos em categorias singulares, que passam a produzir relatos sobre si e sobre suas tradições e posições socioculturais, inscrevendo duas identidades no horizonte mais amplo das culturas" (1998, p. 240).

Mesmo tendo a consciência de que o *trabalho etnográfico não é totalmente representativo da realidade investigada* (Woods, 1989), pois a realidade não pode ser apreendida em sua totalidade, por ser fisicamente impossível o registro de tudo o que perpassa o momento da investigação, busquei apurar meu olhar quando em campo, de modo a perceber o que era significativo nas relações entre os diferentes atores sociais e como se constrói, na vida dos assentados, o currículo de vida por eles experienciado.

A minha opção por essa orientação metodológica da pesquisa, refletia e explicitava meu desejo de não apenas compreender essa realidade específica, mas de saber que a produção do conhecimento sobre ela pode ser mais um espaço de transformação. Tenho consciência, entretanto que existe:

> "...a *impossibilidade radical* (grifo meu) de, ao pesquisar/conviver em um contexto tão intensamente marcado por diversas formas de marginalização (social, cultural, econômica), continuar admitindo

Ao avançar na pesquisa, procurando identificar quais os processos históricos de construção de significados que lhes eram comuns, reconheci algumas regularidades em suas falas, em especial sobre sua origem camponesa e a experiência da exclusão social.

Com uma freqüência muito grande, os processos de exclusão que viveram estavam associados à perda de estabilidade e de padrão econômico, resultantes do não acesso ao trabalho, quer pela perda do emprego, quer pela não-empregabilidade estrutural, que não permite a muitos, sequer a inserção ao mundo do trabalho.

Para várias pessoas, essa exclusão já se configurava como carência de condições mínimas de sobrevivência de suas famílias. Outra referência recorrente era a memória de uma vivência no ambiente rural. Alguns porque sempre trabalharam na terra, outros porque na infância, viviam no rural. As lembranças sempre surgiam associadas a bons sentimentos, a fatos importantes, positivos.

Para compreender essas informações, tive necessidade de buscar fundamentação teórica que sustentasse tanto o meu processo epistemológico de apreensão da realidade, como minha atuação no campo. A participação em grupo de pesquisa e as reuniões de orientação foram fundamentais para isso. Essa base teórica acabou sendo construída à medida que os temas exigiam um aprofundamento das questões mais relevantes para a interpretação da realidade investigada.

Estive em campo regularmente até o ano de 2001. Meu retorno ao assentamento como pesquisadora aconteceu no final de 2003. Mas essa nova inserção teve um caráter diferenciado da anterior, já que eu não mais integrava as dinâmicas daquele espaço como colaboradora regular, e também não me vinculava a um grupo de estudantes. Algumas pessoas consideraram muito importante o fato de eu estar de volta lá, no sentido de fazer visível para a sociedade mais ampla as conquistas do Assentamento. Segundo a avaliação de um líder comunitário, a presença da Universidade é fundamental para se estabelecer parcerias e desconstruir as referências negativas que ainda são produzidas sobre os assentamentos de reforma agrária. Reclamam que a mídia só aparece quando há má notícia e, quando a Universidade está por lá, isso é diferente.

> que a superação daquelas sub-condições de existência pudesse ser alcançada mediante o acesso a conhecimentos edificados no seio de paradigmas de pensamento sustentados pela mesma razão que produziu e justificou tão intensa desigualdade – a razão ocidental, moderna, européia, masculina, branca, letrada, nutrida, etc.". (idem, p.243)

Considero, entretanto, que a produção de conhecimento sobre uma determinada realidade, principalmente quando é *integrada* por seus atores sociais, é mais um instrumento de autocompreensão de sua condição social, ampara as explicações sobre essa condição e pode, se socializada, servir de exemplo para outras comunidades também em processo de formação. Para mim, produção de conhecimento e participação social são duas facetas, dentre várias outras, de um mesmo processo de construção da sociabilidade humana.

Nesta segunda fase do trabalho, procurei delinear esse estudo ainda através da pesquisa etnográfica, mas não mais pela perspectiva da pesquisa-ação, dadas as condições objetivas de minha inserção recente na realidade pesquisada. Levando em consideração a singularidade dos processos históricos, sociais e culturais presentes na realidade do assentamento, acredito que a metodologia da história oral, em complementação aos outros procedimentos metodológicos, tenha sido de fundamental importância para a realização dessa etapa da pesquisa, já que utilizei os depoimentos orais dos sujeitos envolvidos nos projetos em desenvolvimento, procurando identificar:

- Quais as suas trajetórias anteriores no mundo do trabalho;
- Que experiências ou conhecimentos acumulam, que os qualifiquem para o desenvolvimento do projeto que ora integram;
- Através de quais processos se constituiu a formação política desses sujeitos: quais projetos sociais ou políticos que já integraram, como se uniram nos movimentos sociais de luta pela terra e trabalho; e o quanto essa formação está presente na maneira como se organizam para a produção.

Para tanto, foi solicitado aos assentados entrevistados que buscassem em suas memórias, em quais movimentos participaram ao longo de suas vidas, quando e por que o fizeram, que tipo de experiências esses movimentos lhes proporcionaram, de modo que possam estar hoje envolvidos nos espaços de participação e produção. Através desses

depoimentos, foi possível identificar algumas representações que construíram sobre sua posição de sujeito social, tanto no passado como no presente.

Foi um momento especial da pesquisa, pois os depoimentos orais promovem nos indivíduos um movimento de auto-reflexão sobre suas trajetórias. Penso que esse movimento possa ter contribuído para trazer à tona informações que lhes sejam importantes, de forma a validar suas experiências, apresentar suas versões e opiniões e avaliações sobre elas.

As histórias dos trabalhadores serviram de eixo para as análises com relação aos percursos ocupacionais, profissionais e de participação política. São trajetórias ricas, com narrativas de lutas e poesia. Entretanto, não me proponho contá-las neste trabalho, pois acredito que mereçam um outro olhar, mais aprofundado. Neste estudo, esse movimento é impraticável. Futuramente, planejo retomá-las.

Considero conveniente atentar para o fato de que, quem narra sua história, o faz através de filtros subjetivos. Não importa tanto se o que é dito constitui de fato a realidade. A própria narrativa dos sujeitos, suas lembranças e interpretações sobre o vivido são impregnadas de sonhos, de desejos, de representações e são selecionadas a partir da afetividade e das sensações que a experiência proporcionou.

Vale considerar, entretanto, que o passado é também reconstruído nessas falas com o olhar do presente. As lembranças e a construção subjetiva do fato por parte de quem narra e mesmo os esquecimentos, os deslocamentos de sentido, os silêncios, referem-se ao que o sujeito da fala pretende dizer, são suas verdades apreendidas. Então, embora as narrativas já sejam reconstruções, elas constituem o que é significante aos sujeitos e, portanto, fazem parte dos processos de formação da sua subjetividade.

As etapas da pesquisa

O primeiro movimento metodológico foi o de re-inserção em campo, com o objetivo de perceber como estava organizada a comunidade neste momento, e quais as mudanças ocorridas nos últimos anos. Assim, procurei retomar os contatos com os informantes e ouvir deles o relato do movimento histórico vivenciado pela comunidade de Vergel.

A seguir, foi realizada uma reunião com a maioria dos coordenadores e alguns trabalhadores dos grupos de trabalho, para que fossem explicitados os objetivos da

pesquisa. Naquele momento, foi feito um histórico da participação da pesquisadora junto ao assentamento, bem como a apresentação de alguns resultados da pesquisa anterior. Em seguida, foram apresentados os instrumentos de pesquisa que orientaram essa parte do trabalho.

Nesta reunião estabelecemos as etapas do trabalho de campo:

1. Reunião com os representantes de cada um dos oito grupos de trabalho para conhecimento das atividades desenvolvidas pelo grupo;
2. Entrevistas com um trabalhador de cada grupo, buscando observar o seu currículo de vida, seu trajeto pessoal e profissional;
3. Reunião com o grupo de coordenadores e liderança, para uma avaliação das atividades do assentamento.

Ainda nesta reunião, foi feita a seleção dos depoentes para as entrevistas, tendo como critério sua inserção dos em um dos oito grupos de trabalho e o conhecimento do processo de produção. Num primeiro momento, definiu-se que todos os membros de cada equipe de trabalho poderiam participar das reuniões dos grupos e que, para a entrevista pessoal, seriam escolhidos um trabalhador por grupo.

No entanto, após as duas primeiras reuniões com as equipes, observou-se a dificuldade em reunir os trabalhadores nos momentos pré-estabelecidos com a pesquisadora, tanto por conta da dinâmica da produção como dos horários que contemplassem as necessidades individuais dos envolvidos no processo. Também se percebeu certa timidez dos trabalhadores em se manifestar. Considerando, então, essas situações, estabeleceu-se que os depoentes dos grupos de trabalho seriam os próprios coordenadores, deixando aberta a participação dos demais membros dos grupos. A partir de então, foram realizadas as entrevistas com os coordenadores e com alguns trabalhadores, integrantes dos projetos.

Foram feitas nove entrevistas com os grupos de trabalho. Com um dos grupos não conseguimos realizar a reunião com o coordenador. Os dados relativos a aquele grupo foram obtidos com a liderança da comunidade.

Além da reunião inicial acima mencionada, foram feitas mais duas reuniões coletivas que contou com a participação da equipe da liderança, de alguns coordenadores de grupos trabalho e membros da comunidade. A primeira teve por objetivo de fazer um levantamento dos processos em curso na comunidade, a segunda, a avaliação do projeto do

assentamento. Participei também de uma reunião da comunidade com o ITESP que teve por objetivo discutir um projeto de viabilização econômica para Vergel, por meio de um plano de manejo de reservas florestais.

Com os trabalhadores, realizei 12 entrevistas pessoais. Os dados relativos a essas entrevistas não podem ser tomados como generalizáveis, pois correspondem a percursos pessoais. Eles serviram para se construir um referencial dos sujeitos de Vergel e não são, de fato, representativos do coletivo.

Os roteiros das entrevistas foram feitos com o objetivo de direcionar a linha de questionamentos da pesquisadora. Entretanto, as perguntas constantes dos instrumentos não foram aplicadas diretamente aos entrevistados, pois se optou por valorizar a forma como os próprios sujeitos construíram suas narrativas, a própria expressão espontânea dos sujeitos de pesquisa na *contação* de suas histórias.

No momento de trabalhar os dados da pesquisa percebi que seria mais rico construir o texto de forma narrativa. Assim, procurei articular os conteúdos trabalhados nos relatos e entrevistas construindo eixos organizadores das discussões, buscando transmitir uma visão do conjunto das relações sociais e produtivas de Vergel, tanto em suas regularidades como nas contradições.

Materiais e métodos

Para a apreensão dos dados relevantes para este estudo de caso, foram utilizadas as observações da pesquisadora e as entrevistas realizadas com alguns membros da comunidade assentada. Foram observadas as práticas que regem a organização social do assentamento, buscando perceber as metodologias específicas de atuação do grupo, bem como a sociabilidade que é produzida nas interações entre os sujeitos da pesquisa, o espaço e o contexto. Como esse trabalho se volta ao coletivo, foi na regularidade e nas contradições presentes das falas dos depoentes, que se construiu as bases para as análises.

É pressuposto deste trabalho que nenhuma pesquisa elabora o conhecimento como verdade absoluta, mas como versão construída a partir dessa pluralidade de versões. As narrativas se realizam não apenas através de palavras, mas de um amplo universo de fontes que carregam os significados do que se investiga.

Os registros das observações e entrevistas foram feitos por meios diversificados: diário de campo, gravações em vídeo/áudio e fotografias. Parte das gravações foram transcritas e utilizadas como documentos que referenciaram as análises deste trabalho investigativo. Outros materiais também construíram o *corpus* da pesquisa, como as reportagens da imprensa local e regional, matérias publicadas nos meios eletrônicos, alguns documentos de Vergel, como projetos e mapas, e até de o acervo pessoal de reportagens e imagens de alguns membros da comunidade, que foram gentilmente compartilhados comigo.

Visualizando o texto...

O presente texto será composto por esta introdução, quatro capítulos e conclusão, assim distribuídos:

- No primeiro capítulo serão apresentados os conceitos que sustentam a interpretação teórica da pesquisa, bem como as categorias consideradas interessantes para compreensão dessa realidade a ser estudada, a saber: Identidade Social, Trabalho e Identidade, Formação Sociopolítica, Cultural, Cultura Política, Representações Sociais, Comunidade, Coletividade e Cooperação.
- No segundo capítulo, será apresentado o Assentamento de Vergel, para que se tenha um desenho da realidade do campo objeto dessa investigação, através da sua história de constituição, dos seus sujeitos sociais, seus processos e da apresentação do cenário atual.
- No terceiro capítulo, serão apresentados os dados resultantes das observações e entrevistas feitas em campo, onde será feita a narrativa dos atuais processos produtivos do assentamento, bem como a análise dos dados coletados, buscando articular a história de Vergel, de seus sujeitos e suas ações na produção com as teorias que norteiam esse estudo.
- No último capítulo serão feitas as considerações finais. Pretende-se avaliar esse trabalho, retomando os objetivos iniciais da dissertação, comprovando ou descartando as hipóteses que orientaram o movimento investigativo.

A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL

Breve Histórico

Como nos mostram inúmeros estudos a respeito, as questões ligadas à apropriação da terra, em nosso país, são tão antigas quanto a nossa própria história. Na história do Brasil, desde a chegada dos colonizadores, a propriedade da terra é uma questão política. A repartição e distribuição das terras pela Coroa, através do sistema de Capitanias Hereditárias, já estabeleciam essa relação. A terra, pertencente ao rei, poderia ser explorada por uns poucos escolhidos. O parcelamento das capitanias em sesmarias, obedecia à mesma lógica de poder.

Assim, a colonização brasileira veio expropriar da população indígena o direito à sua subsistência a partir do trabalho e da exploração da terra. Nos séculos que se seguiram ao descobrimento, milhões de índios foram dizimados para que a Coroa pudesse se apossar das terras e de seus recursos naturais.

Ao longo dos séculos, a propriedade esteve nas mãos de uma elite. Aos negros, escravos ou libertos, mestiços e índios, sempre houve impedimento para o acesso à propriedade. A eles, restava a condição subalterna de agregados dos grandes proprietários. Segundo Martins (1997):

> "A nossa questão agrária nasce no processo de extinção da escravidão negra no século XIX. Até então, sobretudo às vésperas da Independência, o regime de propriedade era o da livre ocupação das terras devolutas, seguido ou precedido do seu reconhecimento formal através do título de sesmaria. Era, além do mais, um regime em que o soberano e, portanto, o Estado, mantinha o domínio, a propriedade eminente da terra, cedendo apenas o seu uso. O direito de propriedade recaia apenas sobre as benfeitorias. A livre ocupação da terra, porém, estava fortemente circunscrita. Os títulos só podiam ser obtidos por pessoas que fossem brancas e livres, o que até o século XVII se chamava de *homens bons*, isto é, aqueles que tinham direitos políticos e podiam fazer parte das câmaras municipais". (p.48-49).

A partir de 1850, surgem as primeiras leis sobre a propriedade de terras, que põem fim às sesmarias. Segundo a Lei de Terras, as terras devolutas deveriam ser compradas por quem quisesse ocupá-las ou delas fazer uso. Em função da crise do sistema escravocrata, essas leis foram pensadas no sentido de garantir a manutenção da mão-de-obra aos

fazendeiros e evitar que, com a libertação dos escravos, esses também pudessem, de alguma forma, ter acesso às terras devolutas. Martins afirma que:

> "Essa restrição ao direito de propriedade criava uma superpopulação relativa artificial ou uma postiça mão-de-obra sobrante que não teria outro meio de sobrevivência a não ser o de oferecer-se como mão-de-obra ao grande proprietário." (p.50)

Assim, manteve-se o privilégio da elite, já que grandes extensões territoriais passaram da Coroa à propriedade privada de grandes fazendeiros, através da compra por esses. Entretanto, de maneira informal, alguns escravos libertos também se apropriaram de terras livres para formar os quilombos. Além disso, os processos de urbanização e os programas de colonização do país, através da imigração estrangeira de pequenos agricultores, desde meados do século XIX, deram conta de distribuir parcela da terra entre os diferentes segmentos sociais. (Stédile e Frei Sérgio, 1993).

Observa-se, no entanto, que pela maneira como foi distribuída, houve a concentração da propriedade de terras, pois a maior parcela de terra ficou na mão de poucos. A propriedade da terra, significa poder econômico e político. Mas, é a terra que garante a sobrevivência dos homens e mulheres, em qualquer tipo de sociedade. Com a sua concentração por poucos, muitos ficam excluídos dessa possibilidade de lutar por suas vidas. Justamente por essa relação - poder versus sobrevivência, os conflitos pela terra sempre estiveram presentes em nossa sociedade. (idem)

A partir da metade do século XX acirram-se as disputas pela terra, principalmente pelo desenvolvimento do sistema viário do país, por exigência do progresso e da industrialização pela qual passamos. A modernização dos meios de produção agrícola, através de sua mecanização, e a pressão dos grandes latifundiários e das empresas pela propriedade das terras privilegiadas com abastecimento de água e servidas por estradas, intensificou essas disputas.

Nesse período, a agricultura e a pecuária brasileiras passam transformações bastante significativas no seu modo de produzir, pois se voltam ao mercado internacional. Para expandir suas fronteiras, a produção agropecuária nacional carece aumentar a quantidade da produção, além de se adequarem aos padrões internacionais de qualidade. É o momento em que a industrialização da agricultura passa a ser prioridade para os fazendeiros.

Silva (2001) afirma que o Estado passa a implementar um conjunto de políticas agrícolas com o objetivo de aumentar a aquisição de bens e meios de produção mais modernos, e ampliar a incorporação das novas tecnologias no meio rural, fazendo crescer esse mercado.

Para o autor, o processo simultâneo da expansão da fronteira agrícola e da especialização na agricultura, criam condições para que um novo campo se abrisse para o capital: o da industrialização e produção de bens para a agricultura. Os produtores passam à condição de consumidores de produtos industrializados. Para o autor, a própria concepção de produção agrícola se altera.

> "Antes, as fazendas produziam tudo o que era necessário à produção: os adubos, os animais e até mesmo alguns instrumentos de trabalho, bem como a própria alimentação dos seus trabalhadores. Agora, não: os adubos são produzidos pela indústria de adubos; parte dos animais de trabalho foi substituída pelas máquinas produzidas pela indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, etc. (...) a própria agricultura se industrializou, seja como compradora de produtos industriais (principalmente insumos e meios de produção), seja como produtora de matérias-primas para as atividades industriais " (p.43)

No centro desse processo encontram-se os trabalhadores rurais, que serviam aos grandes proprietários como mão-de-obra barata. De certa forma, as condições desses trabalhadores não eram miseráveis, já que tinham garantido o direito de compartilhar do produto da terra. Quem trabalhava no campo tinha casa e comida garantidas, pois combinavam o trabalho como empregados, com a produção de sua própria subsistência no interior da propriedade dos fazendeiros. Entretanto, com o processo de modernização da agricultura, grande parte dos trabalhadores rurais perdeu sua função na produção, o que os colocava em precárias situações de sobrevivência.

Nessa época, aumenta aceleradamente a miséria no campo. Para se manterem empregados, muitos trabalhadores rurais se submeteram a condições injustas de trabalho e pagamento, submetendo-se a trabalhos quase escravos nas grandes fazendas, como bóias-frias, tornando-se trabalhadores sazonais, sem garantia dos direitos trabalhistas legalizados. Outros se tornam, de fato, mão-de-obra excedente e não conseguem mais colocação. Além disso, os pequenos proprietários rurais perdiam condições de competitividade no mercado,

na relação com os grandes proprietários que modernizavam sua produção através de maquinários, implementos e tecnologias.

Os impactos sociais dessa situação puderam ser facilmente percebidos. Houve um processo de urbanização crescente da população anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. Em busca de melhores condições de vida e de trabalho, muitos trabalhadores rurais partiram para os grandes centros. Mas, sem qualificação para o trabalho urbano, também não encontravam colocação no sistema produtivo urbano, vivendo, então de situações de subemprego, que não lhes garantiam a melhoria das condições de vida.

Muitos pequenos produtores rurais também viveram o acelerado processo migratório a partir dos anos 60, pois foram expulsos da terra, quer por viverem conflitos com os grandes proprietários, quer por não conseguirem mais garantir sua sobrevivência. Dessa forma, incrementaram os cinturões de pobreza urbanos, gerando miséria também nas cidades. (Martins, p.50)

Juntamente com outras questões sociais, nesse período, a questão da terra passa a ser tônica das mobilizações por reivindicações populares. Os movimentos sociais ganham espaços nas discussões sobre a questão. A luta pela terra começa a ganhar proporções de mobilização nacional, que é, juntamente com outros movimentos, desarticulada pelo Golpe Militar de 1964.

Neste mesmo ano é sancionada a Lei n. 4504 de 30/11/64, que dispõe sobre a política agrícola e de reforma agrária no país: o Estatuto da Terra. Com algumas alterações sofridas em seu texto ao longo das últimas décadas, essa lei se mantém até hoje regulando direitos e obrigações concernentes à distribuição, posse e uso de terras.

Na década de 70 voltam a se articular os segmentos sociais em busca de seus direitos de cidadania. A Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra, e o trabalho das comunidades eclesiais de base, juntamente com os segmentos populares e médios da sociedade, bem como setores da esquerda e intelectuais, encampam a discussão e a mobilização pela Reforma Agrária. As pressões sociais contra o Regime Militar: a repressão, a cassação dos direitos civis e a pauperização da população, assim como as mudanças das direções econômicas mundiais, promovem a redemocratização do país. (Stédile e Frei Sérgio, 1993).

Acirram-se os conflitos pela posse da terra. Nesse momento, vinculado a muitos outros movimentos de luta pela reforma agrária, o MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra se projeta, tornando-se uma realidade nacional. Os conflitos são explicitados e os movimentos sociais marcam suas direções, acampam sobre terras improdutivas. Os embates entre os militantes e integrantes do MST e de outros movimentos pela terra com as elites agrárias e os grupos conservadores, assessorados por milícias civis e militares, marcam a década 80 com grandes confrontos. O movimento social ganha visibilidade nacional e os desmandos violentos e autoritários, aliados às crises sociais que ganham repercussão nas camadas populares, médias e nos setores mais progressistas da sociedade, colocam a opinião pública a favor dos movimentos pela Reforma Agrária. (idem).

A pressão social faz com que as lideranças políticas retomem as discussões sobre a distribuição fundiária, graças ao movimento dos trabalhadores na luta pela terra. No final do século passado, o MST personalizou o maior movimento social representativo das classes trabalhadoras e se tornou um catalisador de processos de transformações sociais.

A questão agrária em nosso país, portanto, sempre representou uma questão política, pois a luta pela propriedade de terra foi o centro das relações entre os diferentes segmentos sociais. Nesse movimento histórico, reforçou a divisão de classes, produziu relações de dominação, de desigualdades e injustiças sociais.

A Questão Agrária no Brasil – O Momento Atual

Os sentidos que se produzem sobre o trabalho com a terra têm como suporte a reflexão sobre o trabalho e o sistema produtivo brasileiro em geral. Algumas questões sobre o desenvolvimento e o sucesso da economia agrícola têm a ver com regulação social e interesses econômicos na agricultura.

Atualmente a agricultura representa um eixo importante para a economia do país. A produção agrícola, além de garantir o abastecimento local, representa cerca de 25 % das exportações brasileiras, segundo dados do MRE/2004[9]. A produção agropecuária significa 12 % do PIB nacional e se somarmos à produção em si a participação do complexo agroindustrial, ou seja, da produção e distribuição de insumos, de tecnologias agrícolas, do

[9] Fonte: http:www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/agric/apresent/index.htm

processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados, do armazenamento e do transporte, sua participação no PIB passa para mais de 35 %, um significativo montante para a economia nacional.

Mas é preciso perceber que a participação dos pequenos agricultores significa muito pouco nessa porcentagem. O maior obstáculo é que a pequena produção não possui condições de competitividade em relação aos grandes produtores e, mesmo quando se organizam em associações de produtores, ainda são "pequenos" no sentido de barganha.

Para que se compreenda melhor a questão, cabe considerar a distinção que Silva (2001) faz entre o que é questão agrícola e o que é questão agrária, a partir das seguintes definições:

> "Questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. (...) Os principais indicadores da questão agrária são outros: a maneira como se organizam o trabalho e a produção; o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo etc." (p.11)

A questão agrária representa hoje um dos principais objetos da articulação de políticas que visem atender às necessidades de produção da existência de um grande contingente de pessoas excluídas do sistema produtivo urbano, que experimentam a miséria social, econômica e cultural. Entretanto, as condições de se efetivarem as transformações no sentido de fazer esse processo de inserção dos sujeitos no mercado é prejudicado justamente pela organização das relações econômicas e políticas de produção.

Ambrosoli (2000), em seu relato histórico sobre a questão agrária, faz uma retrospectiva de como esta estabelece um eixo básico das discussões sobre o funcionamento social e, de como ela passa a ser administrada pelas sociedades capitalistas em função do próprio capital. O autor nos lembra que Marx e Engels[10] já discutiam uma possível extinção do modo de produção camponês pelo sistema capitalista.

> "[Marx e Engels] colocavam o problema camponês no centro do desenvolvimento social e político dos países de economia capitalista. O modo de produção camponês é uma forma

[10] De Marx: A luta de classe na França e O 18 Brumário de Luis Bonaparte; e de Engels: A guerra dos camponeses na Alemanha e A questão camponesa na França e na Alemanha.

> econômica anterior à capitalista e será por esta paulatinamente eliminada. Com o desaparecimento da classe camponesa, seria possível à sociedade capitalista reorganizar-se numa forma mais eficiente para o próprio funcionamento.(...) É, porém, necessário fixar sem equívocos as causas da persistência de uma organização sócio-econômica camponesa no meio de um sistema mais complexamente capitalista. É oportuno lembrar certas necessidades típicas do capitalismo urbano da época, especialmente a necessidade de obter dos campos excedentes regulares, quer produtos alimentícios, quer força de trabalho. Nesse sentido, o capitalismo urbano encontrava no próprio persistir de certas situações de subdesenvolvimento camponês a possibilidade de satisfazer determinadas necessidades estruturais, em momentos de rápido e relativamente espontâneo desenvolvimento. Uns dez anos após a publicação dos escritos mencionados, Marx escrevia que a agricultura era regulada pelos princípios da economia capitalista. (O Capital, vol. IV, Intr.)". (p.1042)

Para Silva (op.cit.), a forma como a expansão da produção no campo atrelada ao capitalismo acontece, vem agravando a questão agrária brasileira, causando impactos negativos sobre os níveis de emprego e renda da população rural.

Até o final dos anos 50, os pequenos trabalhadores rurais ainda conseguiam, em sua maioria, manter a produção dos itens de subsistência e vender o excedente de sua produção. Mas, com a expansão da grande empresa capitalista agropecuária na economia brasileira, muitos pequenos produtores perdem suas terras para o capital, aumentando a concentração da propriedade da terra e o número de trabalhadores rurais em volantes, desempregados.

Além desse processo, tem havido um aumento considerável na produção em função do aumento do uso de insumos e implementos, de novos maquinários, da intensificação do uso da terra e de novas tecnologias. Ao pequeno produtor, há uma sobrecarga de investimentos a serem feitos, que não são recuperados quando da venda de seus produtos, dada sua pouca competitividade tanto no sentido de garantir quantidade, como preço e muitas vezes, até a qualidade. (idem).

Desta forma, para se tornar minimamente competitivo, o pequeno produtor deverá deixar de vender apenas o excedente do que produz. Ele deverá orientar sua produção não mais para os bens de subsistência, mas para culturas específicas, no sentido de garantir quantidade de produção. Deverá se especializar em uma cultura.

Reforma Agrária – Uma Questão Social

A reforma agrária, nos últimos anos, é um tema recorrente nos discursos de dirigentes, políticos e intelectuais de diversas correntes de pensamento, que surge como uma possibilidade de promover a inserção de parte da população que se encontra no limiar da sociedade. Muitas vezes, é vista como a solução para uma série de conflitos sociais, decorrentes dos processos de exclusão vividos por essa população sem acesso ao trabalho e à moradia.

Apesar ser prioridade nas pautas das políticas públicas governo nos últimos dez anos, a reforma agrária vem acontecendo de forma mais lenta do que a demanda social requer. A desigualdade na distribuição das terras e, conseqüentemente, dos meios de produção para o trabalho em nosso país ainda é muito grande.

A quantidade de famílias assentadas nos últimos 9 anos é de aproximadamente 757.310[11]. Embora seja um número significativo, ainda é muito pouco se pensarmos que estão ainda à margem dessas políticas públicas, centenas e milhares de famílias sem trabalho, sem teto, sem as menores condições de produção de uma existência digna.

Uma questão importante é a disponibilidade de verbas para que se adquira áreas para os programas de assentamentos. A aquisição de terras para os projetos de reforma agrária é feita através de decreto de desapropriação por interesse social, em que as terras passam a ser públicas, através da compra. As políticas públicas de assentamento esbarram na resistência dos grandes proprietários de terra, dos latifundiários.

Há ainda outra questão a se considerar: não basta oferecer terra aos trabalhadores, é necessário que se crie infra-estrutura nos assentamentos, que se viabilize a produção através de financiamentos, do fornecimento de sementes e mudas, de acessória técnica. Os pequenos produtores carecem de incentivos para se inserirem no mercado em condições de competitividade.

Mas, as mudanças sociais e econômicas em uma sociedade não acontecem apenas por determinações dos dirigentes eleitos na gestão das políticas. Elas são produzidas e se produzem na dinâmica das mudanças culturais, e essas são também produtos da participação dos sujeitos nos processos sociais.

---

[11] Dados aferidos no boletim 267 do NEAD. divulgando o balanço do MDA/INCRA a cerca da reforma agrária no pais. (Fonte: http://www.nead.org.br)

Nesse sentido, é preciso, também, transformar as representações presentes no imaginário da sociedade a respeito da propriedade. Inclusive para os assentados de Vergel, que fizeram parte do movimento social pela reforma agrária, essas representações ainda são marcadas pela visão da modernidade, conforme será discutido nos próximos capítulos dessa dissertação.

CAPITULO 1 – SITUANDO CONCEITOS PARA COMPREENDER OS PROCESSOS PRODUTIVOS E IDENTITÁRIOS DO ASSENTAMENTO DE VERGEL

Neste capítulo, procuro introduzir a discussão teórica das três principais categorias que darão suporte às análises da pesquisa: Identidade Pessoal/Social, Trabalho e Identidade e Formação Sociopolítica. Em complementação a essas categorias, também serão trabalhadas outras como apoio à compreensão da singularidade do movimento que os sujeitos de Vergel vivenciaram: Cultura, Cultura Política, Representações Sociais, Comunidade, Coletividade e Cooperação.

1.1 – IDENTIDADE PESSOAL – IDENTIDADE SOCIAL

Identidade é um conceito complexo, pois carrega os sentidos ambíguos da singularidade, que identifica o indivíduo em seu contexto, e o da pluralidade, que relaciona esse indivíduo com seus pares, e assim identifica para alguém ou para alguma coisa, quem é esse indivíduo. Há várias formas de compreensão sobre o assunto. Para cada matriz de pensamento, há uma concepção de identidade, baseada na concepção de homem e de mundo que a orienta.

A identidade pode ser compreendida como aquilo que dá unidade, que diferencia, que marca e define o sujeito ou o contexto identificado. A abordagem por esta concepção é arriscada, no sentido de que pode tornar-se e homogeneizadora ou totalizadora, uma vez que reduz a compreensão do sujeito a uma marca de distinção que ao identificar, enquadra, categorizando.

A identidade pessoal, que é relacionada ao movimento de cada indivíduo e aos valores que esse vai assumindo para contar sua história, constitui o sujeito psicológico. Nesse sentido, percebemos que a identidade adquire uma concepção biográfica, pois está atrelada ao percurso de vida e aos registros de memória, de afetividade, de desejo e perspectivas que orientam busca de significados para as experiências de vida desse sujeito e, portanto, marcam sua singularidade.

A identidade social pode ser vista como uma ampliação desse sentido de singularidade do sujeito psicológico. Ela marca o lugar do sujeito, ao localizá-lo no contexto onde ele realiza sua existência. É vinculada à função social, aos papéis que o

indivíduo desempenha no meio em que vive. Sua identidade social é a afirmação da sua importância como sujeito no mundo.

A identidade social é marcada pela cultura, uma vez que o sujeito não existe fora do contexto no qual se insere, onde apreende o mundo, onde cria relações e interage com outros sujeitos, onde cria sua visão de mundo e que, por fim, orientará suas ações nesse mundo. Ela é, portanto, construída e re-construída na cultura do lugar e das relações a que cada sujeito pertence.

A interação, nessa perspectiva, é de fundamental importância para a compreensão e a localização dos sujeitos no mundo, pois cada sujeito se constitui no drama, no jogo das diferentes relações que estabelece e nas diferentes posições que ocupa ou funções que desempenha na vivência destas relações[12].

Também é a cultura que interfere no modo como as identidades se transformam. Basta percebermos como que, através da história das sociedades, as identidades foram se modificando, à medida que mudavam também os valores dessas sociedades. No complexo das relações sociais e históricas na qual estão mergulhados, e sob a interpretação da cultura em que se inserem, os sujeitos vão construindo seus processos identitários na relação com outros sujeitos. As identidades em interação abrem um amplo campo de significação e ressignificação da própria história.

Hall (2000) localiza três concepções de identidade a partir da modernidade. A primeira é a do sujeito do Iluminismo:

> "indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo 'centro' consistia num núcleo interior... permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou 'idêntico' a ele - ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. (...) essa era uma concepção muito 'individualista' do sujeito e de sua identidade..." (p.11)

A segunda concepção é a do sujeito sociológico, que já incorpora a complexidade de algumas mudanças sociais. Nessa concepção, o sujeito já não é tão centrado como o sujeito do iluminismo. O sujeito sociológico se identifica na cultura, pela incorporação dos

[12] Vigotski (2000) afirma em seu Manuscrito de 1929, que o homem é sujeito é "sujeito de relações sociais".

valores e significados que essa lhe proporciona de modo a harmonizar-se em sua realidade. Assim, o localiza em seu contexto, define o seu papel social. Segundo Hall,

> "A noção de sujeito sociológico refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e auto-suficiente, mas era formado na relação com 'outras pessoas importantes para ele', que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos - a cultura - dos mundos que ele\ela habitava. (...) A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o 'interior' e o 'exterior' – entre o mundo pessoal e o mundo público. (...) A identidade então, (...) costura o sujeito a estrutura" (p.12)

A terceira noção de identidade que Hall nos apresenta, é a do sujeito que não se localiza mais em uma definição única. No movimento das intensas mudanças da organização social, das relações, não há mais estabilidade. Inserido nesse mundo em transformação, vê se desempenhando uma grande quantidade de papeis sociais e, portanto, perde a centralidade.

> "O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais 'lá fora'e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades'objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente." (p.12)

As velhas identidades (Hall, 2000) eram fixas, unificadas e determinavam o lugar do sujeito de maneira categórica e definitiva. Se o sujeito nascesse para servir, nunca transcenderia essa condição, pois não teria qualquer oportunidade para isso. Seus valores pessoais, sua inteligência, sua capacidade seriam inúteis. Se por outro lado, nascesse numa condição privilegiada, nem mesmo sua incompetência ou estupidez, e até mesmo a perda de seus bens, não lhe tirariam o status. A estratificação social rígida marcava o destino dos sujeitos, independentemente de suas vontades.

Com a mudança na organização da sociedade, principalmente com o advento do capitalismo, novos lugares sociais surgem como necessários para o desenvolvimento

econômico, quebrando de certo modo essa muralha que separava os homens pela sua condição de berço. É evidente que isso não significa que as oportunidades passaram a fazer parte da vida de todos os indivíduos, mas ampliaram-se as possibilidades de mobilidade na estrutura social, justamente pela ascensão promovida pelo viés da economia.

Na medida em que as sociedades foram se tornando mais complexas, também foram se complexificando os papéis que os sujeitos nelas foram desempenhando. Essas mudanças também provocaram, ao longo do seu processo, o deslocamento das velhas identidades, pois com a multiplicidade desses papéis, multiplicam-se também as possibilidades de pertencimento a distintos grupos culturais, que acabam por dizer / instituir diferentemente esses sujeitos novos. Se antes as identidades eram unitárias, agora são fragmentadas e múltiplas. Se antes eram centralizadas, agora são descentradas e descoladas.

Entretanto, dizer-se em diferentes lugares, pertencer a múltiplos coletivos sociais, cria no indivíduo um sentido de incompletude. Há a necessidade de exercitar sua individualidade, de ter reconhecida sua singularidade e sua diferença nesses coletivos. Os sujeitos não se constituem apenas no coletivo, como também nas suas experiências singulares, imersos nesse mundo significado pelas palavras, pela ideologia e pelas práticas sociais (Orlandi, 1999).

Assim, podemos definir o homem contemporâneo por essa dialeticidade, entre o ser através de sua diferença em relação ao outro e de sua multiplicidade, em diferentes grupos culturais. O espelho, a própria percepção de si, seus instrumentos de trabalho muitas vezes já não dão conta de localizar esses indivíduos no mundo em que são. Por isso, pertencer a um grupo é um fator importante para os sujeitos: o olhar do outro sobre si, compondo esse sentido de ser.

Neste trabalho procuro utilizar o conceito de identidade que se afirma através das múltiplas determinações, tanto naquelas que aproximam os indivíduos, como naquelas que dialogam com sua forma de ser, e interpelam essa forma de ser, a partir de uma outra, diferente. Minha compreensão sobre o assunto é pautada em Larrosa (1998), que reflete sobre as questões de identidade sempre pela relação de alteridade. A constituição do "eu" acontece em relação com o "outro" e é mediada pelos valores, pela história, pela cultura. São as semelhanças e as diferenças que determinam o pertencimento.

1.2 – TRABALHO E IDENTIDADE

Trabalho – Produtor de Subjetividades

O trabalho pode ser pensado como produtor de um bem para a sobrevivência de um ser social, mas também pode ser visto como culturalmente constitutivo desse ser, tanto no âmbito material como no espiritual. O conceito de trabalho que orienta esta pesquisa é aquele que entende o trabalho como inerente à condição humana.

Em seu livro O Capital, no capítulo I, Marx afirma que qualquer ato de trabalho é

> "atividade produtiva de um determinado tipo, que visa a um objetivo determinado (...) é uma condição da existência humana independentemente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre homem e natureza e, portanto, a própria vida humana" (Dicionário do pensamento marxista, p.383)

Desta forma, pode-se pensar que o trabalho é um dos elementos fundantes da construção das relações que organizam as sociedades, além de um produtor da sociabilidade humana e da conseqüente produção dos sujeitos sociais.

Identidade do Trabalhador

O que é a identidade do trabalhador, identidade profissional ou ocupacional de um sujeito? Entendemos o processo identitário como um movimento de significação, de produção de representações que o sujeitos realizam sobre seu próprio movimento. Na contemporaneidade a representação produzida no imaginário social sobre o sujeito está vinculada justamente ao papel que este desempenha no âmbito social, através do seu trabalho.

Assim, é possível construir um conceito sobre identidade do trabalhador como aquela que significa o sujeito dentro das relações sociais da produção, que o localiza em determinado lugar social no mundo produtivo. Nessa perspectiva, a questão da identidade do trabalhador deve ser pensada a partir da relação do sentido que é culturalmente produzido sobre o "ser trabalhador", na sociedade em que vivemos.

Rummert (2000) analisa a formação da identidade dos trabalhadores, do ponto de vista das identidades coletivas, a partir de uma discussão sobre ideologia, historicidade e as dimensões simbólicas e culturais de produção dos projetos identificatórios. A autora afirma

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO

que esses podem ser construídos pelo hegemônico através da incorporação das demandas das forças sociais.

> "... as forças sociais só passam a se constituir quando elaboram culturalmente suas experiências e articulam suas experiências numa luta própria e comum. É, precisamente, o projeto orgânico de reconhecimento da similitude de interesses, um dos eixos fundamentais do processo aglutinador e potencialmente mobilizador no decorrer do qual um conjunto de indivíduos, antes dispersos, pode transformar-se numa força social. Ou seja, no reconhecimento da similitude de interesses são construídas as identidades coletivas que podem ter papel decisivo nas disputas por hegemonia."(p.34)

Para exemplificar sua linha de pensamento a autora analisa o projeto identificatório dos trabalhadores durante o governo de Getúlio Vargas, em que várias demandas das forças sociais – no caso, os movimentos de trabalhadores – foram incorporadas ao projeto político do governo, veiculado através de mecanismos ideológicos, repercutindo na produção de um novo sentido identitário sobre o "ser trabalhador" para os brasileiros.

> "Assim, os direitos trabalhistas que marcaram aquele período e, mais que isso, a concepção de 'trabalhador-brasileiro', então construída, não podem ser vistos como resultado de uma ação desencadeada, estritamente, pela classe dominante, mas como expressão de uma luta cujas bandeiras, apropriadas pelas forças sociais que detinham o poder, foram forjadas pelos trabalhadores. Do mesmo modo, é importante assinalar que, para a maioria daqueles trabalhadores, houve um reconhecimento, um processo de identificação de suas aspirações no projeto hegemônico, tanto no plano racional quanto no afetivo, através de formas objetivas e subjetivas" (p.36)

Para a autora, a ideologia exerce o papel fundamental na produção da subjetividade do trabalhador, pois na disputa pela hegemonia, pode-se produzir discursos capazes de mobilizar aspirações materiais e simbólicas dos sujeitos sociais. Sendo a assunção identitária um movimento subjetivo em que o sujeito se vê "pertencendo" a determinado espaço, grupo, projeto, esses discursos podem incluí-lo simbolicamente e assim, cooptá-lo.

> "A ideologia, em seu sentido cultural e político, desempenha funções ordenadoras na sociedade, que se concretizam por meio das linguagens. Essa função ordenadora se dá na medida em que são criados e amplamente difundidos discursos explicativos sobre a realidade que, apesar de suas variações, designam, a partir de um padrão comum de referências, problemas, objetivos e valores das diferentes frações das classes dominadas. Esses discursos, para terem

assegurada sua inteligibilidade, se constróem a partir de um sistema de referências compartilhado pelo conjunto da sociedade." (p.36)

Identidade e Trabalho – sentidos de pertencimento

Arroyo (2002) nos apresenta as metamorfoses no interior do mundo do trabalho, discutindo, a partir das dimensões da diversidade, da heterogeneidade e da complexidade da classe trabalhadora, questões como a da divisão sexual do trabalho, os assalariados no setor de serviços, o *terceiro seto*r e as novas formas de trabalho em domicílio, bem como o processo de transnacionalização do capital e do mundo do trabalho.

O autor reflete sobre a conquista identitária do profissional em educação usando elementos importantes que podemos utilizar em nossa reflexão sobre a construção social e cultural do ser trabalhador rural:

> "As classes trabalhadoras construíram uma cultura de classe. A cultura do trabalho. No processo de construção e legitimação da cultura do trabalho, do seu valor social, eles se construíram. A classe trabalhadora foi e é um dos sujeitos culturais que mais marcaram o séc. XX em termos culturais. Construiu valores, o valor do trabalho, a dignidade de ser trabalhador. O orgulho até, e seu reconhecimento como sujeitos de direitos."(p.190).

O grupo fortalece o trabalhador na luta pelo reconhecimento social da sociedade mais ampla. Esse reconhecimento, essa aceitação na cultura da sociedade a que se pertence são importantes para a auto-imagem do sujeitos como ser social. Sobre a questão, Arroyo ainda afirma:

> "A construção do valor que damos ao trabalho, o reconhecimento social e político dos trabalhadores é um processo lento e tenso, que acontece na medida em que valores e representações sociais se consolidam e legitimam e se traduzem em condutas não apenas dos próprios trabalhadores mas do conjunto dos atores sociais, das diversas instituições. Tornam-se públicos ou incorporados no conjunto dos direitos humanos". (p.190)

Na medida em que se transformam as relações no mundo do trabalho, também as concepções sobre trabalhadores e classes trabalhadoras sofrem modificações.

Em seu estudo sobre a visão de classe de trabalhadoras domésticas em Campinas, Roy (1989) afirma algumas dimensões da identidade do trabalhador, como a necessidade de ser reconhecido na sua condição pessoal e profissional; o reconhecimento de seu trabalho e

de sua contribuição como força de trabalho para o processo produtivo e a valorização de sua atuação profissional em termos econômicos: a remuneração.

> "Identidade como capacidade de se definir como trabalhador, definir sua função e seu papel nesta função (para que serve). É também o entendimento do sistema de comunicação existente e possibilidade de relações interpessoais com os demais trabalhadores, bem como de relações a estabelecer com chefias. Enfim, é um juízo seguro sobre a remuneração e aquilo que representa – pelo esforço exigido e qualificação – no custo total do produto , frente ao poder aquisitivo que lhe dá. Para que haja um mínimo de satisfação no trabalho a percepção da importância de tal atividade é imprescindível." (p.71)

Ricardo Antunes (1999) procura atualizar o conceito marxista de classe trabalhadora, trazendo para a contemporaneidade a discussão da questão a partir da conceituação da forma de ser trabalhador na realidade atual. Para tanto, utiliza a expressão *classe-que-vive-do-tra*balho, para designar a totalidade do trabalho coletivo assalariado (p.102). Ele assim define:

> "Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, (...) os trabalhadores assalariados da chamada 'economia informal' que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. A classe trabalhadora hoje exclui, naturalmente, os gestores do capital, seus altos funcionários (...) Exclui também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural proprietária" (p.104)

O autor, buscando o sentido do trabalho para o trabalhador da atualidade, reflete sobre as relações entre trabalho e teleologia, trabalho e liberdade e trabalho como práxis social. Interpretando Lukács, analisa o trabalho como elo de ligação entre o homem e a natureza, responsável pela passagem do ser biológico ao ser social, através das inter-relações. Para ele:

> "Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc.,

> encontram sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho constitui-se como categoria intermediária que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. Ele está no centro do *processo de humanização do homem. (...)* O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução. " (p.136)

Observando a natureza teleológica do fenômeno, observa que:

> "Nesse processo de auto-realização da humanidade, de avanço do ser consciente em relação ao seu agir instintivo, bem como do seu avanço em relação à natureza, configura-se *o trabalho como referencial ontológico fundante da práxis social.*"(p.139)

Nessa perspectiva, pode-se considerar o trabalho como o mais forte elo de ligação entre os sujeitos, nas dinâmicas das relações em sociedade. Independentemente de quão complexa seja essa sociedade, a gênese de sua constituição está na necessidade dos seres de produzirem suas existências. Antunes afirma a função do trabalho na constituição do ser social:

> "O trabalho, portanto, é a forma fundamental, mais simples e elementar daqueles complexos cuja interação dinâmica constitui-se na especificidade do ser social. (...) O trabalho tem, portanto, quer em sua *gênese*, quer em seu *desenvolvimento*, em seu *ir-sendo* e em seu *vir-a-ser*, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de *humanização do homem em seu sentido amplo.*"(p.142)

Sendo o trabalho um dos principais formadores de sentido para que o indivíduo se identifique, se reconheça como ser social, estar fora do trabalho pode significar não estabelecer uma identidade dentro da sociedade a que se vincula.

Segundo Antunes (p.142), as interações entre os sujeitos constituem práxis sociais.

> "... mesmo nas formas mais simples de trabalho, dá-se o nascimento de uma nova dialeticidade entre os meios e fins, entre imediatidade e mediação, uma vez que toda satisfação das necessidades obtida a partir do trabalho é uma *satisfação realizada pela mediação.*"(p.142).

Na perspectiva de Antunes, o trabalho é um dos constituidores da subjetividade humana, pois confere significado às experiências dos sujeitos. Assim, sobre o sentido do trabalho, o autor discorre:

> "Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu *primeiro momento* de realização é *totalmente diferente de dizer*

> *que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho, o que seria um completo absurdo.* Na busca de uma vida cheia de sentido, a *arte*, a *poesia*, a *pintura*, a *literatura*, a *música*, o *momento de criação*, o *tempo de liberdade*, têm um significado muito especial. Se o trabalho se torna *autodeterminado, autônomo e livre*, e por isso dotado de sentido, será também (e decisivamente) por meio da *arte*, da *poesia*, da *pintura*, da *literatura*, da *música*, do *uso autônomo do tempo livre* e da *liberdade* que o ser social poderá se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo." (p.143)

A partir dessa visão, podemos dizer que a produção cultural dos valores e da importância sobre trabalhadores dos assentamentos rurais para o corpo social, cria e define seu significado. Nesse sentido, pertencer a um grupo e ter reconhecido socialmente o seu trabalho faz parte da construção desse sentido identitário.

1.3 – FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

A formação sociopolítica dos sujeitos compõe seu currículo de vida e baseia suas ações no âmbito da coletividade. Ela é produto da aprendizagem dos processos políticos e de participação que integram a história desses sujeitos, dos discursos e das práticas que atravessam suas experiências e das representações sociais que sustentam sua visão de mundo. Um conceito fundamental para a compreensão desse processo de formação é o de participação social.

Participação Social

Participar tem o sentido de tomar parte, de integrar, de se fazer presente em determinado processo. A participação é a ação humana sobre a realidade. Ela faz parte do agir humano, dos processos de tomada de decisão diante dos desafios que o cotidiano apresenta. Participar se relaciona aos desejos e projetos que são pensados no complexo das relações entre os indivíduos. E participar implica interação, embates de forças, opiniões e ações.

A questão da participação social apresenta duas dimensões importantes: a pessoal, em que os aspectos privados como a personalidade, as expectativas, as visões de mundo ordenam a ação dos sujeitos, e a dimensão pública, em que os sujeitos figuram como integrantes de um tempo/espaço, de grupo social, no qual os indivíduos existem na

interação com outros indivíduos, construindo sua sociabilidade, influenciados pelas relações de poder, pela história, pela cultura e pelo contexto onde realizam suas experiências. Essas duas dimensões atuam de forma imbricada, inter-relacional, norteando as ações dos sujeitos nos processos de participação sociopolítica.

Gohn (2001 a) fala dos processos de participação vinculados às lutas sociais por direitos, por cidadania, por melhores condições de vida e por benefícios da civilização (p.14). A autora nos chama a atenção para a diversidade de concepções que o termo possui. Ela os analisa em três níveis: o conceptual, o político e o da prática social.

> "O primeiro apresenta um alto grau de ambigüidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo, dado pelo nível político, usualmente é associado a processos de democratização (em curso ou lutas para sua obtenção), mas também pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social dos indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social. O terceiro – as práticas, - relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento. Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental."(p.14)

A participação social possui um caráter político pois prevê a organização dos membros de determinado grupo num coletivo. Também prevê a interação, a troca de idéias, com objetivo de tomar decisões sobre assuntos que dizem respeito à própria gerência da comunidade, de estabelecer estratégias para ação na sociedade que integram.

A participação social, a organização social do coletivo e a participação nos processos de decisão abrem as portas para a conquista da cidadania. Assim ao integrar um processo de participação sociopolítica, está presente a visão dos sujeitos sobre o que é ser cidadão.

A compreensão da realidade política nesses processos ressalta o caráter dinâmico que orienta ações na transformação social. A participação ativa e cidadã integra a cultura de inserção do indivíduo nos espaços públicos. Ela é a ação dos sujeitos, protagonistas de seus destinos, por vias das iniciativas que tomem no espaço social em que constróem sua vivência. Essa participação pressupõe a consciência e compreensão das motivações e

razões para a ação; a apreensão da realidade e a crítica sobre o que se vivencia; a apropriação do sentido político e da ação no espaço público.

Formação sociopolítica – a experiência do movimento social

A compreensão da formação sociopolítica da comunidade de Vergel passa pelo entendimento do que a experiência de integrar um movimento social de luta pela terra pôde suscitar na vida desses sujeitos. Gohn (1997b) assim define Movimentos Sociais:

> "ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil." (p.251)

Os sujeitos de Vergel são atores sociais de um importante movimento histórico vivido em nosso país nas últimas décadas. Gohn (2001b) afirma o caráter histórico dos movimentos sociais:

> "... são frutos de idéias e práticas. As práticas fluem e refluem. As idéias persistem, e se transformam agregando elementos novos, ou negando velhos, segundo a conjuntura dos tempos históricos. Os movimentos são históricos e têm, embutidos, uma historicidade particular, que se expressa em suas práticas, na sua composição em suas articulações e em suas demandas." (p.101).

O cenário social no Brasil foi marcado por processos de exclusão social e do mundo do trabalho, que se acirraram a partir dos anos 80, com a ascensão do modelo neoliberal na orientação das políticas sociais de um modo geral. Houve o crescimento da economia informal e o aumento do número de chefes de famílias fora do mercado de trabalho, entre outras circunstâncias que assolaram a existência de milhares de pessoas que eram desapossadas de sua capacidade de produção, trabalho e consumo, em função da reestruturação produtiva decorrente dessa guinada nas orientações da economia e do mundo do trabalho em nível mundial.

Como uma estratégia de sobrevivência, foi se "institucionalizando" nas camadas populares a prática de ações coletivas que visassem dirimir, via fortalecimento do sujeito coletivo, muitos dos problemas sociais vividos por essas populações.

O que motivava esses processos de aproximação das pessoas era a busca por terem os seus direitos de cidadania, dignidade e sobrevivência reconhecidos, mas essas práticas

sociais que tinham por eixo orientador das ações coletivas o sentimento da solidariedade em nome da humanidade, acabou por promover a construção de uma nova cultura política sobre a questão da participação social e da luta por direitos sociais para todos.

Sobre a questão, Gohn (1997) afirma que as ações coletivas por si só não configuram um movimento social. Para a autora, para que as ações de determinado grupo sejam enquadradas na concepção de movimento social, compreendido como "processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil num universo de forças sociais em conflito" (p.245), elas devem ser analisadas a partir de determinados parâmetros como, fazer parte das demandas de um grupo constituído como coletivo social, com identidade e objetivos comuns para ação. Ela ressalta que os movimentos sociais têm sempre um caráter político. Ela os considera:

> "como expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles [os movimentos sociais] são, portanto, fundamentalmente processos político-sociais". (p.251)

Nesse sentido, os movimentos sociais se configuram como espaços coletivos de lutas que têm por objetivo a mudança das condições existentes na vida das pessoas que, ao se juntarem, se fortalecem para reagir contra injustiças sociais, carências econômicas, opressões políticas ou culturais.

Vale lembrar que nem todos os movimentos sociais são revolucionários. Há mesmo movimentos que realizam o processo contra a crítica do que está estabelecido socialmente. São aqueles movimentos que colocam os valores iluministas como direito à liberdade, à igualdade, à propriedade etc., como argumentos principais para a manutenção e a reprodução social.

O que baseia os discursos dos movimentos progressistas, é a crítica sobre a questão da justiça social, que é produzida justamente sob esses argumentos. O discurso do movimento subverte a lógica que institui as categorias legais, pela instrumentação política de seus integrantes, por meio dos processos de "conscientização" baseados no questionamento das injustiças sociais.

O discurso do movimento sem-terra procura sensibilizar a população em geral para a questão da justiça social sobre o acesso à terra, à moradia e ao trabalho, articulando suas

críticas na discussão dos processos legítimos em relação aos processos legais de direito à propriedade e a bens em geral.

Questionam o conceito de justiça: dar a cada um o que é seu, ou dar o que lhe é devido. A legalidade é baseada em documentos, em leis, em papéis; a legitimidade é produzida no campo simbólico da constituição das representações, sobre o que é direito dos seres humanos.

Movimentos sociais – processos educativos não-formais

A própria experiência do movimento deve ser compreendida também como um processo educativo. Como toda prática educativa, também coercitivo, formador de cidadãos a partir de uma referência do que é ser esse cidadão.

A educação no movimento social é um dispositivo produtor de subjetividades. Melo (2001) afirma que o discurso do movimento causa impacto nos sujeitos, educando-os para sua participação e constituindo-os como sujeitos:

> "...na rede de relações que as pessoas se educam e que se constituem os significados que conformam a dinâmica da sua personalidade..."

As potencialidades educativas que os movimentos sociais podem oferecer aos indivíduos que integram suas dinâmicas transcendem as perspectivas educacionais formais, pois fornecem oportunidades únicas de repensarem suas visões de mundo e, na ação dialógica com os outros membros, orientados por objetivos comuns, reverem suas posições e transformarem as opiniões dos outros, produzindo em cada sujeito algo novo, fruto do trabalho reflexivo coletivo.

Nesse compartilhar, desenvolvem várias formas de aprendizagem que não se inserem no campo do formal, mas que poderiam vincular-se aos processos educativos não-formais, pela experimentação de várias dimensões importantes que a vivência do coletivo pode oferecer:

Segundo Caldart (1997), a educação dentro do movimento social é construída como um processo, a partir da conscientização dos membros sobre sua natureza, sua necessidade e a importância para a vida no campo. A proposta mais conhecida sobre educação no movimento vem da experiência do MST, cujos materiais produzidos ressaltam o projeto

que pretende concretizar a expectativa de construção de homem/mulher novos, construtores de sociedade mais justa, libertos da exploração e da opressão.

Práticas formativas podem levar à transformação da ação política/pedagógica dos indivíduos, transformando-se em sujeitos. A Educação no movimento social de luta pela reforma agrária pretende levar a formação da pessoa humana, histórica, e à consciência de classe. É inspirada na pedagogia progressista e libertária de Paulo Freire:

> "...apenas a luta pela terra não transforma o sujeito em cidadão, se nós também não democratizarmos o conhecimento (...) compreendemos que existe um casamento necessário entre a conquista da terra e a conquista da educação... Entendemos que a Reforma Agrária é a junção destas duas conquistas: ter acesso à terra, e ter acesso à escola, ao conhecimento, à educação" (Stédile, apud Caldart, 1997).

Segundo Gohn (1999), o caráter educativo dos movimentos sociais pode ser percebido através das dimensões da organização política, da cultura política e da dimensão espacial-temporal. Para a autora, é no processo de organização política que os sujeitos se apropriam das metodologias de ação para a luta e se percebem, na interação, organizados em grupos para alcançar seus objetivos. Ou seja, é nos espaços educativos não-formais e informais que a educação no movimento se realiza. Para ela, as dimensões da educação não-formal são:

> "... a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; (...) a capacitação dos indivíduos para o trabalho; (...) práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários... para civilidade ; (...) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em formas e espaços diferenciados; (...) e a educação para a vida" (p.98-99)

Formação sociopolítica – a questão das classes sociais

Há ainda um último aspecto que compõe o quadro de determinantes que baseia as análises sobre o tema: a questão das classes sociais. Ao refletir sobre identidade em Vergel, buscando pensar como ocorre a produção social e cultural dos significados desse grupo específico, não se pode desprezar as condições sociais e materiais dessa produção. A questão de classe social não pode ser relegada a uma análise menos importante, porque ela é um dos fortes determinantes de todo o processo que os sujeitos de Vergel viveram.

Löwy (1996), discute a relação entre ideologia, conhecimento e prática social e política. Em seu texto o autor reflete que a formação da visão de mundo do proletariado está impregnada das visões de mundo das outras classes sociais. Para ele, a consciência de classe se desenvolve exatamente na contradição, no movimento dialético das reflexões realizadas sobre a realidade, considerando-se os determinantes históricos, culturais, políticos e sociais a que os indivíduos estão submetidos.

Já Freire (1980), reforça o caráter histórico do processo de conscientização dos indivíduos a partir de sua utopia, ressaltando que:

> "conscientização é um compromisso histórico (...) implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo..." (p.26).

Pertencer à classe trabalhadora e às camadas mais pobres da população, vivenciar processos de exclusão social, especialmente aqueles vinculados ao mundo do trabalho, fornece a esses sujeitos um repertório de saberes advindos dessa experiência. São esses saberes que lhes munem com os elementos para reagir aos mecanismos de dominação a que se submetem, os instrumentalizam para a participação social e constituem sua formação sociopolítica.

Em síntese, compreendemos que a formação sociopolítica dos sujeitos de Vergel acontece nesse movimento complexo onde estão implicados os discursos, as suas experiências no campo da ação política e dos movimentos sociais, sua participação social e comunitária, sua formação educacional, em especial aquela vivida nos espaços não-formais.

1.4 – CULTURA

Gohn (1999) discorre amplamente pelos muitos conceitos que o termo "cultura" adquire a partir de diferentes paradigmas explicativos. Ela afirma que no senso comum, o termo se relaciona ao sentido de educação escolar, estudo. Em sua etimologia, cultura vem do latim: *colere*, que significa cuidado, cultivo. (p.23)

Ao longo da história, o termo cultura esteve associado à civilização. Citando um estudo de Chauí (1986), Gohn afirma que cultura torna-se medida de uma civilização, meio de avaliar seu grau de desenvolvimento e progresso. Chauí afirma que, com Hegel:

> "a Cultura se torna conjunto articulado dos modos de vida concebida como trabalho do Espírito Mundial (...) campo das formas simbólicas. Em Marx, a Cultura será concebida como relação material determinada dos sujeitos sociais com as condições dadas ou produzidas por eles (...) momento da práxis social como fazer humano de classes sociais contraditórias na relação determinada pelas condições materiais, e como história da luta de classes" (Chauí, apud Gohn, 1999, p.24)

Gohn ainda analisa a definição de alguns outros autores. Se entendida como conhecimento de um povo, segundo Goldmann (1972) sua consciência possível, ela pode "desempenhar um papel estratégico, que é o de construir táticas para ação." Para Gramsci e Hobsbawm, a cultura seria "uma força social transformadora para a liberdade humana".

A autora nos lembra que, baseada numa concepção desenvolvimentista darwinista, a visão européia de cultura passa a justificar ações colonizadoras dos povos, uns sobre os outros. Essa dominação se dá em nome da 'civilização', da cultura do homem branco ocidental, com o objetivo de diminuir as diferenças culturais.(1999, p.27)

Na vertente da antropologia, segundo Velho e Castro (1978), o campo da cultura teria sido trabalhado por E.B. Tylor (1831-1917), que na definição da autora,

> "Ele formulou uma definição universalista da cultura, destaco sua dimensão coletiva e marcou a especificidade da análise antropológica: o homem é, por essência, um ser produtor de cultura. Cultura associa-se à idéia de uma ligação espiritual entre os homens e a civilização e supõe determinado território. Cultura é definida como 'um complexo que inclui conhecimento, crença, artes, leis, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade'." (idem, p.26)

Outros autores da antropologia agregaram novas contribuições para a questão. Gohn destaca a noção das visões de Levi-Strauss e Saussure, que trarão a dimensão de cultura como sistema.

> "A cultura será definida como 'um conjunto complexo de códigos que asseguram a ação coletiva de um grupo' (Levi-Strauss, 1973). Com a noção de 'código', que depois foi desenvolvida por Saussure na lingüística, a cultura passou a ser vista, segundo Velho e Castro, como um 'conjunto de regras de interpretação da realidade que permitem a atribuição de sentido ao mundo natural e social (e) implica fundamentalmente a idéia de sistema'. (...) Cultura deixa de ser vista como manifestações empíricas de grupos e passa a ser tratada como conjunto de princípios que subjazem às manifestações de forma inconsciente. É um produto social, um conjunto de regras que é

> comum ao grupo. Os códigos que constituem a cultura consistem essencialmente em aparelhos simbólicos." (p.27)

Analisando Malinowsky, Gohn afirma a importância de que os fatos sociais ocorrem em determinados contextos culturais.

> "Ele demoliu a concepção de cultura como colcha de retalhos, presente nas abordagens evolucionistas e reafirmou que ela é constituída por sistemas de significados que são parte integrante da ação social organizada". (p.28)

O olhar das ciências sociais para a questão traz como contribuição a perspectiva da cultura como mola propulsora das mudanças sociais. (p.30). Segundo Gohn,

> "... o estudo da cultura implica aceitar a existência de uma historicidade, onde sociedade e cultura estão sempre se refazendo, por que não são entidades estáticas". (p.32)

Para Klaus (2002), a cultura está calcada na sua função simbólica de produção de sentidos.

> "...cultura refere-se a qualquer tipo de expressão simbólica que dê sentido ao mundo, à sociedade e a si próprio. Ela contém elementos (meios simbólicos) para expressar tal sentido e padrões estruturais que se organizam em conjuntos coerentes." (p.17)

Gusmão (2000) afirma a impossibilidade de se afirmar a cultura de um modo único, dada a multiplicidade de aspectos que devam ser considerados para sua definição. Inicialmente, a autora considera que não há uma única cultura, mas culturas, inseridas em distintas realidades, contextualizadas historicamente. A dinamicidade da cultura é decorrente do caráter dinâmico dessas realidades. Assim, fala-se de culturas, no plural.

> "As culturas envolvem, portanto, modos de ser, fazer sentir e pensar que dotam a vida de significado, dando-lhe sentido e razão. Ordenam e organizam a vida social, mas de modo profundamente dinâmico, não fixo e cristalizado. As culturas enquanto prática simbólica e estruturas de mediação, constituem um campo político de muitas possibilidades, já que envolvem seletividade, ideologia e mudança; envolvem o espaço político das relações entre os homens, implicando em relações de poder vigentes para cada grupo e sociedade, embora não se confundam com esses processos. Por tudo isso, pode-se afirmar a impossibilidade de se definir de modo único e total, um conceito de cultura, principalmente ao se tratar de sociedades complexas."

Refletindo sobre o conceito de cultura, a autora interpreta cultura como prática simbólica; como comunicação, pois pressupõe a relação entre os homens; como linguagem não restrita a formas verbais, pois permite a expressão de sentimentos; cultura como mediação, pois manifesta a forma como o real é percebido, interpretado e significado; cultura envolve a produção da vida biológica e social, em suas dimensões materiais, simbólicas e de poder; cultura como campo político de relações entre os sujeitos.

Considerando, então, essa multiplicidade de interpretações que possam ser feitas a cerca do conceito de cultura e acreditando que essas diferentes visões a partir de diferentes paradigmas possuem pontos em comum e até se complementam, penso ser possível estabelecer, como medida para essa pesquisa, a definição de Gusmão (1999):

> "A cultura faz-se em acontecimento, rotina e ruptura, parte do revestimento mais de superfície da sociedade, mas também seu cerne, a parte profunda que a constitui como emoções, hábitos, sentimentos, representações e conflitos. Assim, para o sujeito social, a cultura é e representa a experiência vital de seu tempo e de seu espaço em termos de si mesmo e do outro" (p.47).

1.5 – CULTURA POLÍTICA

A compreensão do conceito de cultura política colabora com a compreensão da formação sociopolítica dos assentados de Vergel, pois no processo de interação do grupo são construídos os significados para sua experiência de participação social.

SANI, Giacomo (in Bobbio, Matteucci e Pasquinho, 2000), define cultura política como:

> "o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhado pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. (...) compõem a Cultura Política de uma certa sociedade os *conhecimentos*, ou melhor, sua distribuição entre os indivíduos que a integram, relativos às instituições, à prática política, às forças políticas operantes num determinado contexto; as *tendências* mais ou menos difusas, como, por exemplo, a indiferença, o cinismo, a rigidez, o dogmatismo, ou, ao invés, o sentimento de confiança, a adesão, a tolerância para com as forças políticas diversas da própria etc.; finalmente, *as normas*, como por exemplo o direito-dever dos cidadãos a participar da vida política, a obrigação de aceitar as decisões da maioria, a exclusão ou não do recurso a formas violentas de ação. Não se descuram, por último, a linguagem e os símbolos especificamente políticos, como as bandeiras, as contra-

> senhas das várias forças políticas, as palavras de ordem etc." (p.306-308)

O mesmo autor aponta outra interpretação para o termo: cultura política pode ser compreendida como "conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política", apresentando três formas dos indivíduos se portarem diante dos fatos sociais: a cognitiva – que trata dos conhecimentos sobre os sistemas políticos, a afetiva ou de sujeição – que trata dos sentimentos com relação ao sistema; e a valorativa, ou cultura de participação, que pressupõe uma posição ativa do indivíduo com relação ao sistema político. Mas ressalta que "na prática só se encontram culturas políticas de tipo misto, resultantes da combinação de diversas tendências".

Gohn (1999) analisa as diferentes formas de interpretar o termo, a partir das diferentes matrizes do pensamento. A autora aponta que na análise da questão, o paradigma marxista dá importância à infra-estrutura da sociedade e à produção da vida material:

> "... o fenômeno das idéias, dos valores e das ideologias não são vistos como dotados de autonomia. Os valores fundamentais de uma época histórica são produzidos pela classe dominante e difundidos por meio das ideologias. Nesse sentido, a cultura política dominante seria a cultura da classe dominante."(p. 47)

A autora ressalta que Max Weber foi quem forneceu as bases para o desenvolvimento da cultura política na atualidade quando incorpora à analise das mudanças estruturais de determinada sociedade, os aspectos subjetivos dos sujeitos que a compõem, como seus valores, atitudes e sentimentos. (idem).

A dimensão da socialização na formação da cultura política de um grupo é outro aspecto interessante que a autora nos traz, a partir da leitura de Almond (1980).

> "As culturas políticas de uma sociedade seriam mantidas ou transformadas por meio do processo da socialização política. A família e o sistema escolar foram vistos como principais mecanismos de socialização política, seguidos pelos meios de comunicação de massas, grupos formais e informais"(p.50)

Posteriormente, esse autor acrescenta às suas análises a dimensão estrutural. Segundo interpretação de Rennó (1998, apud Gohn,1999):

> "A cultura política incluiria conhecimentos, crenças, sentimentos e compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu

> conteúdo é resultado da socialização da infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país" (p.52).

Gohn destaca o papel da educação na cultura política, uma vez que os comportamentos humanos são aprendidos e não herdados. A esse respeito, a autora nos diz:

> "Os indivíduos escolhem, optam, posicionam-se, recusam-se, resistem ou alavancam e impulsionam as ações sociais em que estão envolvidos, segundo a cultura que herdam do passado e na qual estão envolvidos no presente. (...) a apreensão do processo educativo está associada ao desenvolvimento da cultura política. Juntas, educação e cultura política têm a finalidade de ser instrumento e meio para se compreender a realidade e lutar para transforma-la"(p.55)

Para Gohn (1999), a contribuição da Psicologia Social se fundamenta na ampliação da perspectiva de participação dos sujeitos no coletivo, de forma a se criar uma identidade baseada no conjunto de valores e representações simbólicas que o grupo tenha sobre a realidade social. (p.56). A partir dessa perspectiva, afirma a autora:

> "A importância do papel da cultura política passou a ser atribuída à possibilidade que esta oferece para explicar a ação política dos indivíduos nos grupos sociais, o comportamento político dos indivíduos enquanto seres políticos, no sentido aristotélico e não apenas em relação às instituições políticas e/ou aos governantes, em especial no momento do voto. Com isto a ênfase desloca-se das atitudes e opiniões dos indivíduos isolados para os indivíduos como membros participantes de grupos, de coletivos sociais com uma identidade: ser sem-terra, negro, mulher, defensor de causas ambientalistas etc." (p.56)

Cultura Política – Processos educativos nos movimentos sociais

A dimensão da cultura política é desenvolvida através da conscientização dos sujeitos no processo de luta. As reflexões provenientes das ações engendradas no contexto dos movimentos sociais e o caráter coletivo dessas ações vão formando a cultura política dos sujeitos.

Gohn (2001b) ressalta ainda que há dois aspectos a serem refletidos sobre a formação da cultura política através dos processos educativos que têm nos movimentos sociais seu espaço de formação: o educativo e o pedagógico. A autora assim os define:

> "Cumpre destacar, portanto, duas questões: a educativa e a pedagógica. A educativa é um processo cujos produtos são re-alimentadores de novos processos. A pedagógica: são os instrumentos utilizados no processo. (...) Há princípios norteadores, assimilados por todo o grupo, que constroem a metodologia da ação segundo as necessidades que a conjuntura lhes coloca. O importante é estar junto, a construção é coletiva." (p.20)

Há ainda uma terceira dimensão salientada pela autora, a espacial-temporal, a que localiza os sujeitos no processo histórico em que se inserem, como construtores – eles próprios – da sua cidadania.

> "O exercício da prática cotidiana nos movimentos sociais leva ao acúmulo da experiência, onde tem importância a vivência no passado e no presente para a construção do futuro. Experiências vividas no passado (...) são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente. A fusão do passado e do presente transforma-se em força social coletiva organizada (Thompson, 1979)." (idem, p.19)

Ainda sobre a questão, a autora afirma a importância das categorias tempo e espaço na produção de significados para os sujeitos:

> "A consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas da população no presente e no passado. (...) Essa dimensão possibilita uma grande articulação entre o chamado saber popular e o saber científico, técnico, codificado. As categorias tempo e espaço são muito importantes no imaginário popular. (...) O espaço e o tempo têm dimensões amplas no meio rural, à medida que fazer parte do universo de referência do cotidiano vivido. No urbano estas categorias são desapropriadas do controle das pessoas. (...) Os espaços são restritos. (...) O espaço público é um discurso. Na realidade ele se constitui mais em zonas de controle e disciplinamento do que em manifestações de apropriação coletiva. (...) Em suma, podemos dizer que a dimensão espaço-tempo resgata elementos da consciência fragmentada das classes populares, ajudando sua articulação."(p.21)

A concepção de cultura política que irá orientar este trabalho se baseia, portanto, na formação política dos sujeitos de Vergel advinda de suas experiências, dos processos de socialização e interação social. Esse processo de formação é, no nosso entendimento, tanto produto da assimilação dos valores políticos que circulam na sociedade em que se inserem, como da ação dos sujeitos nos espaços de participação. A compreensão da realidade

política nesses processos ressalta o caráter dinâmico que orienta ações na transformação social.

1.6 – REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O estudo das representações é, primordialmente, um estudo sobre processos de significação dos sujeitos sobre a realidade. Trata-se de um tema complexo, pois atrela os elementos sociais, culturais, de linguagem aos elementos individuais, subjetivos, afetivos. As representações, embora tenham sentido para o sujeito individual interpretar e comunicar a realidade e assim, direcionar suas ações nesse mundo, são fenômenos socialmente construídos.

Na perspectiva da Psicologia Social , as representações sociais organizam material e socialmente a vida dos indivíduos na sociedade, porque criam um sistema de valores e práticas comuns aos indivíduos de um mesmo grupo social. Segundo Moscovici (1973),

> "A representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças as quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação" (p.28)

Para o autor, as representações sociais têm papel fundamental na comunicação e na gênese dos comportamentos sociais. O autor afirma que as representações são, de fato, necessidades sociais. Elas possuem função simbólica, que lhes confere o poder de construção da realidade e define condutas sociais.

> "Toda representação social é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou se nos tornam comuns. Encarada de um modo passivo, ela é apreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um objeto, de um feixe de idéias que lhe são exteriores. (...) A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam de preferência com objetos, os atos e as situações constituídas por (e no decurso de) miríades de interações sociais. Ela reproduz é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das noções e das regras, de que ele se torna doravante solidário. (...) Por isso, uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto

> quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos."(p.26)

O mesmo autor aponta para o fato de que, na produção das representações, a interpretação da realidade se faz através de um processo dialético entre os conhecimentos advindos das ciências e os de senso comum. Estabelecendo um diálogo com o conceito de representações coletivas de Durkheim, Moscovici demonstra que as representações coletivas não significam a soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade. Considerando a representação como uma dimensão dos grupos sociais, dimensão esta de caráter coletivo, o autor considera que:

> "... as proposições, reações ou avaliações estão organizadas de maneira muito diversa segundo as classes, as culturas ou os grupos, e constituem tantos universos de opinião quantas classes, culturas ou grupos existem. (p.67)".

Na perspectiva dos Estudos Culturais, Woodward, K. (in SILVA, 2000) citando Hall, S, afirma que "A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações em seu interior" (p.8). Ressaltando a dimensão cultural desse processo de significação, a autora afirma:

> "A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionado-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representações constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar" (p.17)

O conceito de representações sociais é, portanto, de fundamental importância para esta pesquisa, pois não há como discutir identidade sem considerar os processos de

significação que os sujeitos constróem para se apropriar da realidade, que constituem sua visão de mundo e que organizam sua forma de atuar no mundo.

1.7 – COMUNIDADE

Um conceito importante para compreensão das especificidades de Vergel é o de comunidade. Comunidade, aliás, é um termo bastante explorado nas últimas décadas e que tem várias e diferenciadas acepções e aplicações. Abbagnano (2000), nos apresenta algumas interpretações filosóficas sobre o conceito. Cita Kant para falar da questão da reciprocidade das relações na comunidade:

> "Todas as substâncias, na medida em que podem ser percebidas no espaço como simultâneas, estão entre si em ação recíproca universal". (p.162)

Acompanhando as mudanças do termo ao longo do tempo, o mesmo autor nos informa:

> "Contudo, a partir do Romantismo (esp. Schleiermacher), esse termo foi usado para indicar a forma da vida social caracterizada por um vínculo orgânico, intrínseco e perfeito entre seus membros. (...) esse significado foi sofrendo transformações, até assumir o uso corrente na sociologia contemporânea, de distinção entre relações sociais de tipo local e relações de tipo cosmopolita, distinção essa puramente descritiva entre comportamentos vinculados à comunidade restrita em que se vive e comportamentos orientados ou abertos para uma sociedade mais ampla (R.K. MERTON, Social Theory and Social Structure, 1957, p.393ss.)" (idem)

Pela vertente econômica, comunidade expressa um sentido de unidade de grupos específicos, cujos membros vinculam-se por objetivos comuns. Para Sandroni (1994), o termo comunidade é definido em oposição à sociedade, a partir da concepção de Tönnies.

> "Agrupamento humano cujos participantes possuem interesses comuns estão efetivamente identificados entre si. É oposta, geralmente, à idéia de sociedade, na medida em que lhe são atribuídas as características de homogeneidade, afetividade e consenso, enquanto à sociedade são atribuídas as propriedades de heterogeneidade, interdependência e racionalidade, além de luta e hostilidade. O sociólogo alemão Ferdinand Töennies, em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft*, 1887 (Comunidade e sociedade), estabelece uma tipologia segundo a qual a comunidade seria o

> agrupamento humano onde predominassem a economia doméstica e a organização social fundada nas relações de parentesco e no prestígio." (p.64)

Em contraposição a esta visão homogeneizadora de comunidade, Boudon e Bourricaud (1993), nos apontam para a complexidade existente no âmbito da comunidade:

> "... A comunidade não constitui uma relação social simples e primitiva. Ela é ao mesmo tempo complexa, uma vez que associa de maneira muito frágil, sentimentos e atitudes heterogêneos, e aprendida, uma vez que somente graças a um processo de socialização, que, a rigor, nunca termina, aprendemos a participar de comunidades solidárias. Ela jamais é pura, já que vínculos comunitários estão associados a situações de cálculo, conflito ou mesmo violência. Por isso, a falar comunidade, é preferível falar 'comunalização'(*Vergemeinschaftung*) e investigar como se constituem e se mantém certas 'solidariedades difusas'". (p.74)

Os mesmos autores nos informam questões importantes do viver em comunidade, como as interações interpessoais, a existência de valores afins, a necessidade da participação dos indivíduos no gerenciamento dos negócios comunitários. Eles ainda salientam a dimensão simbólica presente nas dinâmicas das comunidades:

> "Num sentido que evoca 'afinidades eletivas', como refere Goethe, apenas a coexistência não basta, portanto, para definir a comunidade (...) designar uma comunidade de interesses e gostos que vai além da adesão por princípio a valores comuns. É preciso também, para que haja comunidade, que os membros do grupo se preocupem com aquilo que eles professam considerar como seus gostos e interesses comuns; é preciso que aceitem participar da gestão de seus negócios, sacrificando para isso uma parte de seu tempo e de seus recursos. A comunidade supõe uma participação mínima nos negócios comuns, de forma direta ou indireta. (...) Shils insiste na presença de três elementos fundamentais. É necessária inicialmente uma rede de interações interpessoais que possua ao mesmo tempo resiliência e plasticidade. Também são necessários certos 'laços sagrados'(sacred tiés) que possam ser objeto de identificações simbólicas. É preciso, enfim, que o grupo se ajuste sem choque ao sistema de interdependência (society at large) em que se encontra inserido." (p.76)

Na perspectiva deste trabalho, o termo comunidade está associado ao poder local enquanto força local organizada, ao viver em Vergel, ao grau e à forma de participação dos assentados nas questões relativas ao funcionamento do grupo. Como todo processo

interativo, é permeado pelas relações de poder. Mas, o grupo procura se organizar dentro de uma perspectiva mais democrática e cooperativa, o que, de certo modo, limita a segmentação ou a verticalização das relações na gerência das ações do coletivo.

1.8 – COLETIVIDADE

A vivência dos sujeitos numa comunidade como a do assentamento de Vergel, requer uma série de práticas sociais nas quais os sujeitos estão em constante interação com vistas ao bem de um grupo, do coletivo dos trabalhadores. Desta forma, consideramos importante localizar teoricamente o sentido do termo coletividade e suas variações: coletivismo, coletivo.

Em Abbagnano (2000), encontramos as seguintes definições oriundas da filosofia:

> "Coletivismo: 1. Termo criado na segunda metade do séc. XIX para indicar o socialismo não-estatista, em oposição ao estatista. Nesse sentido, foi coletivista o socialismo reformista anterior à guerra e é coletivista o trabalhismo inglês, na medida em que se deseja uma sociedade sem desequilíbrios de classe, portanto coletivizada, mas não controlada pela força por uma elite privilegiada que goze de um nível de vida radicalmente diferente do resto da população. 2. Em sentido mais amplo, entende-se por coletivismo toda doutrina política que se oponha ao individualismo e que, em particular, defenda a abolição da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção. Nesse sentido, são coletivistas tanto o socialismo quanto o comunismo em todas as suas formas." (p.153)

Sandroni (1994), já nos apresenta a visão da economia para o termo:

> "Sistema político-social baseado no controle da atividade econômica pela coletividade ou pelo Estado. Os coletivistas negam a propriedade privada dos meios de produção e afirmam que só vivendo em comunidade e a ela se submetendo é que os indivíduos podem ser efetivamente livres e realizar todas as aptidões pessoais. De inspiração socialista, foi enfatizado sobretudo pelas correntes anarquistas, cujo coletivismo tem como base a autogestão política e econômica a partir dos locais de trabalho. O coletivismo de inspiração marxista enfatiza o papel transitório do Estado como instrumento de planificação e coordenação econômica."(p.58)

Tanto a filosofia como a economia interpretam o termo numa perspectiva teórica, como visão de mundo, doutrina ou sistema político-social. Essas interpretações falam de um agir coletivo como práxis social, na qual não exista a hierarquização da condição

humana, a vontade do grupo prevaleça diante da vontade individual e a propriedade não seja privada, mas compartilhada no grupo.

Gohn (2001b) contribui com uma perspectiva sociológica para a compreensão do tema, ressaltando o aspecto da diversidade presente nos processos coletivos:

> "O coletivo deve ser, portanto, o campo por excelência de ações culturais pluralistas. Ainda que os sujeitos destas ações tenham objetivos comuns e reivindicações iguais, os fins pelos quais aquelas ações se organizam devem contemplar a diversidade e a diferença. Não pode ser a vontade de um grupo ou de um partido, mas a vontade dos demandatários. Isto significa respeitar a individualidade dos componentes dos movimentos sociais e não tentar impor uma única diretriz ou um único objetivo final das ações. Em síntese, o desenvolvimento da cultura política fundada na participação exige a construção de canais onde haja liberdade de expressão, pluralismo." (p.109)

Para este estudo, o termo coletivo está associado a um projeto de comunidade que se constrói no movimento histórico dos assentados. Esse movimento é marcado por conflitos de interesses coletivos e desejos individuais, por aspirações comuns, pela aprendizagem do viver com o outro, pelo debate, por paixões, pelo pensar em conjunto estratégias de vida e ação.

1.9 – COOPERAÇÃO

Na concepção marxista, a cooperação no trabalho, que faz parte da sociabilidade humana, se torna instrumento da própria submissão do homem moderno aos processos de produção. Marx (1980) procura mostrar como a cooperação, que é uma forma de organizar o trabalho socialmente, própria do ser humano desde as primeiras formações sociais, se transforma na principal condição de surgimento do modelo capitalista, ao longo da história.

A cooperação simples existiu em todas as formações sociais, através da divisão do trabalho entre homens, mulheres e crianças nas sociedades comunitárias. Determinados trabalhos só poderiam ser realizados com a participação de várias pessoas, quer dividindo responsabilidade pela realização de etapas desses, quer unindo forças ao mesmo tempo para sua realização. O autor assim define cooperação:

> "Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes mas conexos" (p.374).

A partir do final da Idade Média, os trabalhadores artesãos começam a se organizar em corporações, como uma forma de racionalizar o trabalho, centrando em um único espaço artesãos de diversas etapas da produção de uma determinada mercadoria. Na modernidade e a partir dessa experiência, surgem os primeiros capitalistas que utilizam esse modo de organização do trabalho para a produção e a circulação de mercadorias.

Concentrando as ferramentas e matérias-primas, ou seja, os meios de produção, passam a empregar muitos trabalhadores que irão vender ao capital sua força de trabalho e desta forma, produzir as mercadorias. Esse processo permite a ampliação da quantidade de mercadorias produzidas, com o emprego das mesmas condições de produção.

Nessa perspectiva, vários trabalhadores no mesmo processo de fabricação de mercadorias: o trabalhador coletivo, produz muito mais do que a soma desses mesmos trabalhadores atuando individualmente. Essa força produtiva coletiva traz em si um aspecto subjetivo que potencializa a produção: o social. O homem é um ser político e o contato social, através do trabalho cooperativo, amplia as suas possibilidades de socialização. Além disso, o uso coletivo dos meios de produção proporciona a economia dos mesmos. A partir dessa forma de organizar o trabalho surge outra: o da divisão nos processos de produção na manufatura, que produzirá a alienação do trabalhador do produto de seu trabalho. Assim, a racionalização da utilização dos mesmos promove também a racionalização do tempo e do espaço da produção, barateia a mercadoria, reduz o emprego da força de trabalho ou a potencializa, aumentando o lucro. (p.374).

Jesus e Tiriba (in Cattani, 2003), ampliam a interpretação do termo, ressaltando o sentido de colaboração entre os sujeitos, definindo assim um sentido mais humanizador das interações. Os autores apresentam um duplo enfoque para cooperação: como ação e como movimento:

> "... um sentido de ação e movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista. Enquanto ação, (...) cooperação significa tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um(a) do(a)s participantes. Enquanto movimento, nos remete um pouco à história da humanidade cujas primeiras civilizações se caracterizavam pela vida em coletividade." (p.49)

Ao avançarem na reflexão sobre o conceito, os autores levantam teorias que interpretam a questão da cooperação. Segundo algumas linhas da teoria econômica, a cooperação dos trabalhadores mantém sérios vínculos ideológicos com valores individualistas, em detrimento dos interesses coletivos. A motivação para o agir cooperativo só aconteceria porque os sujeitos percebem que podem adquirir vantagens nessa forma de organização na relação com a ação individual. Fica claro que essa moral é culturalmente construída na contemporaneidade e vale para as atuais relações sociais. Mas os autores relativizam essa interpretação, afirmando que:

> "os motivos que movem à cooperação tanto podem ser de natureza individual como podem ser relacionados com o interesse geral ou coletivo". (p.52)

De todo modo, parece ser consenso que a prática da cooperação é essencial para que determinados projetos que visem o bem coletivo tenham êxito. Jesus e Tiriba afirmam ser:

> "No processo de fazer e pensar novas relações sociais que se contraponham à lógica da 'sociedade de mercado'e da 'sociedade dos indivíduos', pode tornar-se relevante a consideração da concepção marxista de cooperação, o que certamente contribuirá para uma nova leitura do mundo, uma nova consciência do trabalhador e da trabalhadora quanto à necessidade de superar a 'cooperação capitalista'como instrumento da exploração da força de trabalho. Em última instância, o desafio é o de criar as condições objetivas e subjetivas para o resgate e o fortalecimento da cooperação como prática social humanizadora e mediadora do processo de reprodução ampliada da vida"(p. 54).

Nessa perspectiva, então, a cooperação é um conceito importante para se compreender a organização social de Vergel. Podemos pensá-la como uma forma criada pelos sujeitos em interação com o objetivo de gerir a formação das comunidades sociais. A ação conjunta dos indivíduos para se atingir determinado objetivo comum, os fortalecendo como sujeito coletivo.

CAPÍTULO 2 – ESPAÇOS, HISTÓRIAS E IDENTIDADES

2.1 – O HORTO DE VERGEL

Em 1996, uma reunião realizada em São Paulo entre representantes de entidades como o MST, o MLT, a FERAESP e o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sumaré, de Campinas e região, deu início a discussões sobre como agilizar a reforma agrária no Estado de São Paulo.

Em estudo preliminar realizado por essas entidades, baseado no Estatuto da Terra[13] que dispõe sobre a reforma agrária, descobriu-se que as únicas fazendas que poderiam ser destinadas ao assentamento de famílias no projeto para a reforma agrária eram as do governo. Em Campinas e nas cidades vizinhas, havia um grande contingente de famílias que poderiam integrar novos assentamentos rurais, mas não havia fazendas que não estivessem ocupadas, que não tivessem documentação ou fossem improdutivas na região.

Distribuídos pelo Estado de São Paulo, havia uma quantidade de hortos que atenderia várias regiões para assentamentos. Alguns desses hortos já estavam ocupados por trabalhadores rurais sem-terra, outros, com contratos de exploração da madeira por empresas. Nessa época a FEPASA estava em processo de privatização e suas fazendas, incluindo aquela em que se localiza o Horto de Vergel, também seriam privatizadas.

A partir dessa reunião, então, estabeleceu-se como prioridade a organização dos movimentos sociais de luta pela terra para ocupar os hortos do Estado, garantindo o assentamento das famílias sem-terra, antes que esses se tornassem propriedade privada. A escolha da área do Horto de Vergel para a ocupação foi , portanto, uma decisão política do grupo que a organizava.

O Horto de Vergel se localiza entre dois centros urbanos, as cidades de Mogi-Mirim e Itapira. Conta com 70% de sua área no município de Mogi-Mirim e 30% em Itapira. Mas, essa segunda Prefeitura nunca assumiu Vergel. O assentamento vincula-se política e socialmente à cidade de Mogi-Mirim.

---

[13] Lei n. 4.504 de 30/11/1964, alterada pelas leis n. 5709/1971, n. 6746/1979, n. 7647/1988, pelo Dec.Lei n. 2431/1988 e MPV n. 2183-56 de 24/08/2001.

Segundo alguns depoimentos, na história de Mogi-Mirim, há cerca de 50 anos, Vergel era o lugar de passeio de finais de semana das famílias de classe média da cidade . Elas se reuniam para apreciar a natureza, pescar e fazer piqueniques junto ao lago.

Essa característica turística transformou-se quando as terras foram destinadas à antiga Mogiana. Para a fabricação dos dormentes para os trilhos, a empresa resolveu plantar eucaliptos em parte da extensão do horto. Desde essa época, o horto já não se caracterizava mais como uma área de preservação ambiental, uma vez que exploração da madeira começou a ser praticada.

Posteriormente, o terreno foi destinado à FEPASA, que deu continuidade a essa atividade de extração das toras durante algum tempo. Na época da ocupação, em outubro de 1997, o terreno estava cedido a um consórcio de empresas, que continuava a prática de exploração da madeira.

Cerca de 10 anos antes, em 11 de junho de 1987, houve uma primeira ocupação do horto por 30 famílias dos movimentos sociais de luta pela terra. Essas famílias trabalharam na plantação de arroz por um ano ocupando uma área de 7,5 alqueires. Após determinação da Justiça, elas foram transferidas em junho de 1988 para uma fazenda em Avaré-SP e a fazenda que abrigava o Horto de Vergel foi reintegrada à FEPASA.

No período da ocupação pelos atuais trabalhadores assentados, os 1.217,81 ha. do Horto de Vergel eram constituídos de algumas matas nativas, do rio Mogi-Mirim que o atravessa, de 3 nascentes e um lago, uma mina de cascalho e a plantação de eucaliptos.

Concentrados na antiga sede da fazenda, há 500 m. da estrada que liga Mogi-Mirim a Itapira, havia uma estação ferroviária desativada, uma carvoaria, uma vila com 22 construções destinadas a residência dos antigos trabalhadores da FEPASA, também desocupadas, com exceção de duas casas onde viviam os seguranças da serraria que funcionava naquele local, onde era realizada a comercialização da madeira de Vergel. Compondo o espaço, havia ainda uma construção que servira anteriormente de escola e uma igreja em ruínas.

Nesse cenário, os trabalhadores de Vergel começaram a construir a história do Assentamento "12 de Outubro".

2.2 – O PERCURSO DOS ASSENTADOS DE VERGEL

A formação do grupo no movimento

A comunidade assentada de Vergel possui características particulares e realizou sua construção, enquanto movimento social de luta pela terra, contando com o suporte logístico e orientação sindical da CUT-CONTAG, de grupos de apoio e associação de moradores de algumas cidades da região de Campinas.

Embora inspirados nas experiências dos Assentamentos de Sumaré I e II, organizados pelo MST, a grupo de Vergel não pertencia a esse movimento, mas contava com o apoio de alguns de seus líderes na fase inicial de sua organização.

Esse é um dado importante, que marca a construção da singularidade desse grupo específico, uma vez que, ser um movimento social rural desvinculado do MST, em pleno final da década de 90, implicava estabelecer uma diferenciação dos modos de agir e de pensar suas práticas, não necessariamente no sentido de fazer contraponto ao MST, mas no sentido de garantir uma identidade própria.

A maioria dos trabalhadores que integraram o movimento não possuía qualquer experiência anterior de mobilização coletiva, de luta por direitos sociais etc. A participação política do grupo aconteceu a partir do envolvimento de seus integrantes em discussões nas associações de bairro a que pertenciam.

As reuniões foram realizadas nas cidades de Campinas, Araras, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa, Hortolândia, Sumaré, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçú e Conchal e eram coordenadas pelas lideranças comunitárias locais, sindicais e dos movimentos sociais.

Nessas reuniões eram discutidas as condições de vida dos trabalhadores e suas possibilidades de trabalho. Questionavam-se as políticas públicas que garantissem direitos básicos de cidadania para esses sujeitos: o acesso à educação de qualidade, moradia, trabalho, saúde, alimentação. Criticavam-se as desigualdades sociais, as injustiças sociais sofridas por trabalhadores rurais e urbanos, empregados ou não.

Com um discurso que se contrapunha ao modelo social estabelecido pelo sistema capitalista dominante em nossa sociedade, falava-se da oportunidade de, através de uma ação conjunta dos trabalhadores descontentes com sua condição de vida, conquistar melhores condições de acesso ao trabalho, à terra e à moradia. A violência do meio urbano

era um forte argumento de convencimento aos pais e mães que vislumbravam uma forma de criar os filhos com mais tranqüilidade e segurança.

A ocupação do Horto

Assim, num rápido processo de formação política do movimento, que durou 7 meses e foi orientado por lideranças sindicais, organizou-se a população para a ocupação, que aconteceu na madrugada do dia 12 de outubro de 1997. Foram 250 famílias a se instalar na área na ocasião. A ocupação de Vergel aconteceu em clima de tranqüilidade, já que não houve ação repressiva por parte dos setores públicos.

A maioria dessas famílias que primeiramente ocuparam Vergel, integrava as populações carentes, excluídas do mercado formal de trabalho ou em condições precárias de sobrevivência em suas cidades de origem.

Devido às dificuldades impostas pelas condições de vida, trabalho e sustento, como também ao processo seletivo realizado pelo ITESP, parte dessas famílias foi deixando o Vergel durante os três primeiros anos. No final de 1998 eram 112, em 1999, 96 famílias e no fim de 2000, quando já estavam legalmente assentados, eram 80 famílias vivendo em Vergel.

Essa evasão de pessoas é um fato comum nas ocupações dos movimentos de luta pela Reforma Agrária. Essas pessoas desistem no meio do percurso dadas as difíceis condições de vida em uma ocupação: a fome, o frio, a chuva, a falta de condições para o trabalho, a ausência de uma formação para o convívio em coletividade, a falta de qualquer tipo de conforto. Os períodos vivendo nessas condições podem ser muito longos. Nem todas as pessoas estão preparadas para enfrentar esse tipo de situação. Segundo os próprios assentados, só persiste quem ama o trabalho com a terra, ou quem já não tem mais esperanças no ambiente urbano.

Hoje, passados mais de sete anos dessa ocupação, são 78 famílias dentre as que viveram todo o processo, mais 3 famílias que passaram pela nova seleção e integraram Vergel em 2004, somando 81 famílias titulares que compõem oficialmente o Assentamento 12 de Outubro do Horto de Vergel de Mogi-Mirim.

Desde a legalização do assentamento houve o crescimento de dependentes e agregados às famílias assentadas, já que com a distribuição dos sítios[14] para a produção, essas famílias começaram a trazer seus filhos, irmãos, parentes em geral para juntar esforços no trabalho. Pelo levantamento feito pelo Posto de Saúde, são 51 famílias dependentes. Essas pessoas, dependentes ou agregadas, embora não tenham "a posse da terra", se integram plenamente ao trabalho junto aos seus, à dinâmica e ao convívio do Assentamento de Vergel. Para muitas pessoas, esse é um processo de aproximação com uma nova forma de vida: o trabalho no campo.

Atualmente, número total de famílias que vivem em Vergel, entre titulares, dependentes e agregados é de 132, cerca de 650 pessoas vivendo no assentamento, dentre elas, cerca 250 são crianças. De acordo com informações da agente de saúde do assentamento, neste ano de 2004 nasceram cerca de 50 crianças em Vergel.

Há ainda 9 lotes a serem ocupados por novas famílias que serão convocadas de acordo com seleção feita pelo ITESP. Para o início de 2005 acredita-se que as 90 famílias titulares já estejam em seus lotes. Então, o Assentamento de Vergel contará essas e tantas outras de dependentes quantas venham integrá-lo.

O momento histórico, a mídia e a aceitação dos assentados.

Em 1997, o Brasil vivia um período histórico bastante ativo no que diz respeito às lutas sociais. Os movimentos sociais de luta pela terra estavam presentes na mídia quase que diariamente. Era um momento bastante importante das manifestações dos movimentos que pressionavam o governo e a sociedade pela reforma agrária.

A mídia cuidava de divulgar as notícias sobre os movimentos associando seus integrantes a situações confusas, onde apareciam para a sociedade como bademeiros, agressivos, aproveitadores. Pouco, quase nada se dizia sobre a violência contra os camponeses, os militantes dos movimentos sociais, os integrantes de ocupações.

[14] O termo "sítio" é normalmente utilizado pelos assentados de Vergel. Na relação com assentados de outros espaços, o termo mais corrente é "lote". Numa primeira análise, é possível identificar no termo sítio uma conotação ou um "status de pequenos proprietários", presente referenciais de classe média.

Nesse contexto, a reação das comunidades urbanas de Mogi Mirim e Itapira à ocupação do horto foi bastante negativa. Logo após a ocupação do horto, a imprensa da região estampava manchetes como:

- "Sem–terra da Região invadem área de 400 alqueires da FEPASA" (Todo Dia, 13/10/1997)
- "Mogi será QG para invasões na região" (Diário do Povo de Campinas, 23/10/97)
- "Horto de Vergel sofre invasão de sem-terras" (O Impacto, 14/10/97)

Nos primeiros meses que se seguiram à ocupação, as famílias de Vergel precisaram contar com a solidariedade de entidades e também da população urbana para receberem doações de alimentos, pois não tinham de onde tirar recursos. Os sistemas de educação, de saúde e promoção social não estavam preparados para receber essa população.

Assim, para alguns, os sem-terra de Vergel representavam um peso social. Embutidas nesse conceito, também estavam presentes as representações sociais relativas à pobreza que não se quer ver.

Outra crítica bastante forte das comunidades urbanas à presença dos assentados no Horto era vinculada à ocupação daquele espaço, que tinha um significado histórico para aquelas comunidades. Na época, havia projetos que pretendiam revitalizar o horto para que esse se transformasse novamente em um local de lazer da comunidade. Entretanto, no momento da ocupação, não havia a manutenção do patrimônio do horto. As construções estavam abandonadas ou em ruínas.

O horto também era cogitado para a construção de uma cadeia pública, o que de fato não agradava nenhuma das comunidades, mas a presença daquelas famílias inviabilizaria tanto um quanto outro projeto.

Além disso, havia a argumentação de que aquela quantidade de pessoas no local promoveria um desastre ambiental. De fato, o objetivo seria a derrubada das árvores, mas essas não eram de preservação, pois todo aquele espaço era destinado à produção de matéria prima para industrias de móveis e papéis. A mudança da paisagem, de horto a sítios agrícolas, era uma expectativa dos ocupantes de Vergel.

De ocupação a assentamento: o processo de luta

Na época da ocupação, a prefeitura de Mogi-Mirim tinha uma administração progressista, o que facilitou a permanência dos ocupantes durante as negociações que se seguiram. Em um depoimento, o então prefeito Paulo Silva (PSB) afirmava:

> "... acho que a reforma agrária anda a passos de tartaruga. Desde a época da libertação dos escravos se falava nisso. No Vergel, acho que preservando as áreas de matas naturais, dos sub-bosques e das nascentes, a terra deve ser ocupada.(...) O governo deveria dar o exemplo, promovendo assentamentos em áreas públicas, que estão sub-aproveitadas". (O Impacto, 14/10/1997, p.3)

A FEPASA solicitou a reintegração da área. Alguns meses antes a própria FEPASA já havia oferecido a área do Horto de Vergel ao INCRA, para assentamento de reforma agrária, mas a venda não havia sido oficializada.

Durante as negociações, a FEPASA ofereceu aos sem-terra uma área de 35 alqueires para o plantio, em caráter provisório, enquanto buscavam solução para a re-locação das famílias. Essa oferta foi recusada pelos ocupantes.

Posteriormente, para aguardar as definições quanto ao destino de Vergel, foi assinado um protocolo de intenções no qual os assentados se comprometiam em não mexer nos eucaliptos, não cortar matas nativas e a preservar o patrimônio da FEPASA. Essa foi uma decisão validada em assembléia pela comunidade.

Assim, enquanto a ocupação não foi legalizada, as casas de alvenaria existentes na sede da fazenda estavam vazias ao mesmo tempo em que a população vivia em barracas de lona, numa área de risco, já que o acampamento foi montado em meio ao eucaliptal e, com as chuvas e ventanias, algumas árvores corriam risco de cair sobre as tendas.

A legalização de ocupação para assentamento ocorreu porque a questão agrária estava nas pautas do governo do Estado, que se preparava para o processo eleitoral e para quem não interessava embates com grupos de movimentos sociais, tampouco dar visibilidade às difíceis condições de vida da população excluída, que vive no campo.

O Sindicato Rural de Sumaré e região, juntamente com a liderança da ocupação do Horto de Vergel, organizaram uma comissão, que visitou todos os hortos ocupados do Estado para organizar um grupo de pressão para a legalização dos assentamentos. Esse grupo, com Sindicato, a CUT, a FERAESP conseguiu realizar uma reunião com Secretário de Justiça da época, Belisário dos Santos Junior, para que se implantassem assentamentos

nos 16 hortos de pertencentes ao Estado de São Paulo. Então, foi marcada outra reunião com o governador em exercício da época, Geraldo Alkmim, que por fim destinou os hortos para o projeto de assentamentos de reforma agrária ao INCRA.

Então, em 16/08/1998, numa parceria entre o ITESP, o Governo do Estado de São Paulo e o INCRA, as negociações com mais 11 outras ocupações em hortos, algumas já bastante antigas, tiveram sua resolução. Foram legalizadas as 12 ocupações de hortos estatais que já abrigavam 990 famílias. Outros 4 hortos, que ainda mantém contratos de exploração com empresas, também foram destinados a reforma agrária. Esses 16 hortos paulistas juntos têm por objetivo atender um total de 1314 famílias. A ocupação de Vergel se beneficiou desse processo, pois após pouco tempo de luta, reivindicações e ações com esse objetivo, tornou-se um assentamento rural.

2.3 – A HISTÓRIA DE VERGEL: DINÂMICAS DE SUA CONSTITUIÇÃO

Experimentando a vida em coletividade

As primeiras experiências daquela população como comunidade foram de muita luta. Estavam diante do novo em todas as suas dimensões. Nas muitas narrativas do grupo, os primeiros meses da comunidade em Vergel foram bastante significativos.

Repetidas falas narram o primeiro dia da comunidade. Alguns motivavam o grupo, entoando canções dos movimentos sociais, enquanto construíam seus barracos de lona. Homens e mulheres fincavam as estacas no solo seco e cobriam-nas com os plásticos, as lonas ou os encerados que haviam trazido em seu kit ocupação. Sob a orientação dos coordenadores do movimento, muitas pessoas construíam pela primeira vez seu abrigo.

As mulheres se organizavam para cuidar das crianças. Coletaram alimentos e improvisaram um fogão e cozinharam para as pessoas que ali estavam. Para muitos, essas foram as primeiras experiências no coletivo: dividir a comida, a água, ajudar ou receber ajuda de outros para construção dos barracos.

Esse sentimento de fazer coletivo se atrelava a um outro: o de estranheza de estar entre desconhecidos, com os quais compartilhariam os espaços, os alimentos, o trabalho, as esperanças, inseguranças e receios. Embora nenhum tipo de violência tenha ocorrido, o

medo da repressão policial fez parte da realidade daquelas pessoas durante algumas semanas.

Logo no primeiro dia, começou a ser feito o cadastro dos integrantes do movimento. Nele eram levantados, além das informações pessoais e familiares, dados como experiência anterior no trabalho com a terra e se possuíam ou não instrumentos de trabalho, como enxadas, facões etc. Foram construídos a cozinha e os banheiros comunitários. A cozinha comunitária passou a ser o lugar de produção da sociabilidade dos ocupantes de Vergel, pois os horários das refeições se tornaram também os de conhecimento dos grupos.

As primeiras semanas serviram para que a comunidade começasse a se formar. As pessoas não sabiam os nomes umas das outras, então, se chamavam por termos como *irmão, irmã, companheiro* etc. Assim, se identificavam na condição de sujeitos de um mesmo processo. Nas semanas seguintes, houve a distribuição do espaço na agrovila. Aqueles que vinham das mesmas comunidades urbanas, procuraram construir seus barracos mais próximos e a se organizarem em grupos. Dessa forma, se organizaram na divisão das tarefas da comunidade.

Cada família recebeu um espaço de aproximadamente 375 m. para a construção de suas casas, para a produção de hortas, criação de galinhas, dependendo do interesse e condições de cada um. Algumas casas foram construídas de madeira, outras de lona e outras de pau-a-pique. No centro dessa agrovila existia um barracão, que era o local onde ocorriam as assembléias. Nele foi instalado um sino, que era tocado cada vez que a comunidade precisasse se reunir para decidir procedimentos.

Os primeiros grupos de trabalho foram criados para começar a produzir nos poucos espaços sem madeira que existem no horto.

É importante dizer que, nesse momento, a terra do horto era imprópria para o plantio de qualquer gênero alimentício. O eucalipto destrói a química da terra, pois além de desmineralizá-la, resseca o solo. Após a destoca[15], para dar bom cultivo, a terra tem que ser tratada sistematicamente por dois ou três anos, através de culturas de recuperação da química, da fertilização e da sua movimentação.

---

[15] A destoca é a retirada da parte correspondente à raiz do eucalipto, que permanece na terra após as árvores serem derrubadas. Como essas raízes são muito grandes, para que sejam retiradas da terra há a necessidade de maquinário especial. A terra que não é destocada, torna-se improdutiva para outras culturas, por não haver espaço de plantio e porque as raízes mantêm o processo de desvitalização do solo.

Outros setores da comunidade também iniciaram sua organização. Foram formadas equipes que cuidariam da saúde, da educação, da comunicação com a imprensa. A liderança da comunidade cuidava de trazer os comunicados importantes relativos aos trâmites legais da ocupação, as discussões com os órgãos públicos, as informações do movimento social.

Os primeiros meses foram muito difíceis para a população. Alguns assentados tiveram que desmanchar seus barracos e montá-los em outros lugares, por conta dos temporais de verão. Não havia eletricidade, exceto por um ponto puxado para o barracão das assembléias, não havia água potável, não havia alimentos suficientes.

Cerca de dois meses após a ocupação, um grupo de estudantes da Medicina da UNICAMP resolveu integrar a comunidade. Dois médicos residentes "ocuparam" uma sala da vila e lá montaram um posto de saúde. A prefeitura cedeu duas atendentes, o ônibus para transportá-las ao Vergel e alguns materiais e equipamentos e assim, o posto iniciou suas atividades.

Em 1998, foi criada a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento "12 de Outubro", com o objetivo de mediar as relações do assentamento com a sociedade. A associação visava divulgar o assentamento para a sociedade mais ampla e assim, desconstruir as representações negativas sobre a comunidade, bem como abrir portas aos futuros parceiros comerciais dos produtores de Vergel.

Como instância política e legal, a associação tornou-se representante das demandas da comunidade e procurou garantir parcerias com os órgãos públicos estaduais, e com a Prefeitura de Mogi Mirim. Procurou orientar os assentados na obtenção de empréstimos para a produção junto aos órgãos de fomento ao trabalho agrícola. Através da associação foram disponibilizados alguns instrumentos para o trabalho, como máquinas, tratores, etc.

Os processos que contam a história

A partir da legalização do assentamento, a comunidade passa a viver um novo momento: o de criar condições de viabilizar-se como comunidade de trabalhadores rurais. Houve o sorteio das 22 casas da vila agrária entre as famílias assentadas.

Em parceria com o ITESP, é iniciado o planejamento físico do assentamento, com o mapeamento da fazenda: a demarcação do terreno do horto, a localização das áreas de preservação, o planejamento das ruas e a demarcação dos lotes.

Em assembléia na comunidade juntamente com o ITESP é feita a distribuição dos lotes entre os assentados. Cada assentado recebe um lote que possui, em média, 8,5 ha. A parte do assentamento que já estava sem eucaliptos começa a ser destocada.

Os primeiros assentados a ocupar os lotes se organizam para a produção. Com um kit de madeira, começam a construir suas casas e a furar poços de água, para formar seus sítios. Aqueles assentados que possuíam algum recurso, adquiriam materiais e instrumentos de trabalho, produtos para melhoria da terra. Quem não possuía tais recursos, contava com a solidariedade dos outros assentados no empréstimo dos materiais.

Durante algum tempo, o uso da madeira em Vergel esteve proibido, pois corria o processo de licitação para sua exploração. Esse foi um longo período, que prejudicou aqueles assentados que ainda tinham seus lotes no verde[16]. Não podendo fazer uso do espaço, precisavam criar outras estratégias para sobreviverem. Foi decidido em assembléia que aqueles que já tinham seus sítios, deveriam ceder um espaço neles para que os companheiros que ainda estivessem sem lugar para trabalhar plantassem seu sustento.

Mas, esse movimento não foi de todo bem sucedido, uma vez que o desejo de algumas pessoas de crescer rapidamente e de mudar suas condições sociais e econômicas, minou o processo solidário de partilha da terra. Alguns se sentiram explorados por terem que dividir seus lotes. Outros achavam que, por não possuírem a terra que os possibilitasse o trabalho, deveriam ser assumidos pela comunidade. Iniciaram-se os desentendimentos pessoais e, alguns grupos de trabalho pararam de produzir juntos.

A madeira de Vergel

Desde 1999 começa o processo de se leiloar a madeira para que ela pudesse ser retirada dos lotes, e assim, os sítios começassem a ser ocupados pelos assentados. Em 2000, como a negociação para a retirada da madeira não avançava, os assentados ocuparam o prédio da Fundação Florestal do Estado de São Paulo. A pressão funcionou, pois a partir de então, acelerou-se o processo de negociação da madeira e houve processo de licitação para a venda. No horto de Vergel, a empresa que ganhou essa licitação foi a A.C.Bonini.

[16] Na forma de comunicação dos assentados, o termo "no verde" significa área que não foi ou ainda não pode ser desmatada.

Entretanto, ainda demorou para que a madeira começasse a ser retirada dos lotes. Os assentados tinham pressa em receber seus lotes para montar os sítios, e o ITESP, além de proibir a derrubada das árvores, não estabelecia o prazo para que o desmatamento fosse feito.

A partir de 2000, também inicia a abertura das ruas do assentamento. Mas, muitos sítios ainda estavam no verde, o que fazia com que muitas famílias não pudessem ainda se dedicar à agricultura. Alguns assentados ficaram indignados, pois viviam na agrovila em precárias condições e o Estado providenciava as estradas para as empresas explorarem o local, mas não derrubava a madeira para que as famílias pudessem ocupar seus sítios.

> *Como eles fazem estradas se as famílias ainda não ocuparam suas terras? Além disso, derrubar árvore para abrir estrada pode, mas para gente morar não*[17]. (Depoimento de CPP para O Impacto, 08/04/2001, p3B)

A empresa começa de fato a retirada da madeira em 2002, em etapas, na medida em que fazia os depósitos da parcela a ser retirada. Quem vendia a madeira era a Fundação ITESP, e quem administrava essa venda era a Fundação Florestal. Esse dinheiro destinava-se ao caixa da Fundação ITESP, que utilizaria os recursos nos projetos voltados aos próprios assentamentos rurais, para fazer a destoca dos 12 hortos do Estado de SP, já que apenas 6 dos 12 hortos tinham madeira como geradora de recursos.

Na ocasião, uma parte da população foi trabalhar na retirada das árvores. Por um período, por não terem onde plantar, a retirada da madeira era fonte de renda de muitas famílias. Os grupos de trabalho se revezavam para que todas as famílias pudessem ter acesso ao trabalho com a madeira. Eram cerca de 25 empregos diários lidando com moto-serra, derrubando as árvores, juntando lenha, fazendo carregamentos para os caminhões. Houve casos de pessoas que ficaram com seqüelas físicas causadas por acidentes na retirada das toras.

Nessa época, funcionava em Vergel uma carvoaria que empregava em torno de 8 pessoas por dia. Também havia uma serraria que funcionava dentro de Vergel, da empresa Laudir Favoreto, que gerava outros 15 empregos diários, aproximadamente. Além disso, a Associação havia montado uma pequena fábrica de óleo de eucalipto que, embora já

[17] Os depoimentos dos assentados serão assinalados em itálico neste texto.

produzisse o óleo, ainda não conseguia colocar toda sua produção no mercado. As famílias que integravam o grupo de trabalho da dorna[18], já conseguiam garantir algum retorno financeiro desse projeto, embora pequeno.

Quem não conseguia trabalho com a madeira, buscava outras alternativas. Alguns trabalhadores do assentamento voltaram a trabalhar em colheitas nas cidades vizinhas, algumas mulheres voltaram a trabalhar como domésticas nas cidades, para garantir o sustento de suas famílias.

É importante lembrar que desde a ocupação e ao longo dos sete anos de existência do assentamento, um grupo de aproximadamente dez mulheres desenvolveu inúmeras atividades em Vergel. Cada uma dessas mulheres pertencia a um dos oito grupos de trabalho existentes, mas se organizavam paralelamente para pensar a Educação no Assentamento.

Desenvolveram vários projetos, alguns em parceria com as estudantes da UNICAMP. Montaram a creche, que posteriormente se transformou em Núcleo Educativo e, para viabilizar financeiramente aquele espaço, plantaram uma horta com as crianças do Núcleo; plantaram vassoura e comercializaram a produção; improvisaram uma pequena venda de produtos alimentícios e para o lar e até organizaram um brechó.

Com o fechamento do projeto do Núcleo, essas mulheres mantiveram o grupo organizado, com o objetivo de obter recursos e assim incrementar o orçamento familiar. Montaram um restaurante para atender os técnicos que fizeram a demarcação da terra. Posteriormente, esse restaurante se tornou pousada para os trabalhadores das madeireiras. Depois, organizaram uma lanchonete que passou à coordenação de alguns jovens de Vergel.

O carvão

O carvão representou outro processo muito importante em Vergel. Nas negociações com o ITESP, houve um acordo verbal de que, para se criar recursos para as famílias, poderiam ser aproveitadas as grandes quantidades madeiras secas, os galhos e restos de madeira caídos no chão e que se espalhavam por todo o horto, para a produção de carvão.

[18] Equipamento que processa e retira do óleo de eucalipto de suas folhas, através do vapor d'água. Sua aparência é a de uma panela de pressão gigante.

Cada família estava autorizada a construir um forno que produzisse para sustento próprio e para comercialização do excedente, e conseqüentemente, garantisse alguma geração de renda.

A decisão da assembléia era a de manter o compromisso assumido com o governo em não se mexer na madeira que estava sendo leiloada. Portanto, ficava acertado que somente a madeira derrubada e seca poderia ser aproveitada. O uso da madeira que estava em pé era proibido.

Iniciou-se, então, a construção de muitos fornos de carvão para o aproveitamento da lenha. Algumas famílias se mantiveram dentro do estabelecido pelo governo, com um forno por família, mas outras, percebendo as possibilidades financeiras que a atividade permitia, ampliaram a quantidade de fornos e iniciaram uma produção bem maior. Havia famílias com quinze, vinte fornos. Assim, afastaram-se da produção de alimentos necessários para o auto-sustento. Alguns assentados não tinham fornos e não obtiveram esses recursos. Essas famílias que não fizeram fornos e de dedicaram à produção agrícola ficaram em desvantagem financeira em relação às pessoas que mexiam com o carvão.

Nessa época já funcionavam cerca de duzentos e cinqüenta fornos na comunidade. Foi quando a produção do carvão começou a causar problemas com a Intervias, que administra o trecho da estrada que liga Mogi-Mirim à Itapira. A empresa ampliava a estrada da região, e a fumaça produzida pelos fornos atrapalhava trabalhadores do pedágio, da reforma da pista e os próprios motoristas, no trecho do assentamento. A Intervias, então, entrou com uma ação contra o assentamento. Para tentar solucionar a questão, a Fundação ITESP entrou em contato com a Secretaria da Segurança Pública, que elaborou um folheto de orientação para que a população desmanchasse os fornos.

A exploração da madeira e a produção de carvão promoveram uma desarticulação mais intensa dos grupos de trabalho e a radicalização dos processos de produção individual. Então, com o tempo, a madeira seca e os resíduos de madeira foram acabando.

A derrubada dos eucaliptos era necessária para a formação dos sítios. Mas, a demora na decisão legal sobre a venda da madeira prejudicava os assentados que ainda estavam com seus lotes no verde. Essa situação levou a comunidade a decidir por uma atividade de protesto: durante um final de semana, derrubariam as árvores de um determinado local no assentamento. Era manifestação legítima para o grupo, pois foi

decidida em assembléia, tinha prazo e ações definidas e contava com a adesão da maioria da comunidade.

Entretanto, alguns poucos membros da comunidade se rebelaram, romperam com os acordos que orientavam a manifestação e se mantiveram na derrubada das árvores, depois de terminado o protesto. A liderança interveio, justificando o acordo coletivo e as normas que regiam a comunidade, bem como a legalidade daquela ação, mas, esse grupo se manteve irredutível e continuou a exploração. Essas pessoas foram advertidas pelos líderes da comunidade, pela Associação e notificadas pelo ITESP, mas não acreditavam que pudesse haver conseqüências para elas.

O grupo dissidente iniciou, então, a venda dessa madeira que derrubavam. Com isso, suas condições econômicas melhoraram bastante, o que causou indignação dos outros assentados, que se sentiram prejudicados por não estarem também nesse movimento. Outras pessoas iniciaram a derrubada das árvores, mesmo contra a orientação da liderança.

Essas pessoas conseguiram um documento que respaldava suas ações, através de uma advogada da cidade, que se baseou na lei para garantir a essas pessoas que tudo que estava sobre a terra, pertencia aos assentados. Mas, esse documento desconsiderava o acordo previamente estabelecido com o Estado e retificado em assembléia pela comunidade, de que a madeira pertencia ao Estado não poderia ser mexida pela comunidade, não tendo, portanto, validade legal. A derrubada da madeira do Estado era considerada roubo de patrimônio público.

Essa situação perdurou até que a intervenção do Estado contra a exploração ilegal da madeira e a produção desordenada do carvão. Diante da situação, o diretor do ITESP pediu para a Secretaria de Justiça que tomasse providencias.

A Secretaria de Segurança Pública foi acionada e enviou oitocentos policiais para ocupar o horto: um batalhão de choque, dois helicópteros. Foram contrataram tratores que derrubaram os fornos e apreenderam carvão.

Então, o Estado entrou com ação jurídica contra oito famílias, que respondem a processo pelo furto de 4 ha. de madeira pública. A Fundação ITESP também entrou com pedido de reintegração de posse contra essas pessoas.

A partir deste episódio, com exceção do cultivo de alimentos, todas as atividades produtivas de Vergel ficaram pendentes. Os projetos que estavam em andamento na época,

ou aqueles com aguardavam liberação de recursos, foram suspensos. Com os projetos parados, restava apenas a agricultura de auto-sustento, mas as pessoas que integraram a exploração da madeira não plantaram e, portanto, não tinham o que colher. Então, a desigualdade econômica entre os assentados sofreu um processo de inversão, uma vez que aqueles que plantaram suas roças durante o boom da madeira e do carvão ficaram em melhores condições do que os outros que haviam abandonado a sua produção doméstica.

Nesse movimento, houve uma intervenção na Associação de Pequenos Produtores de Vergel, pelo ITESP. Foi realizada, inclusive, uma auditoria nas contas do assentamento, que resultou na aprovação da documentação.

Durante um período - praticamente o ano todo de 2003 - a comunidade voltou a viver aquela realidade sofrida pela sobrevivência. O assentamento perdeu aquele status de "modelo" que estava conquistando.

Na avaliação de um coordenador, a madeira em Vergel foi um pesadelo, mas serviu por um tempo para sustento de muitas famílias.

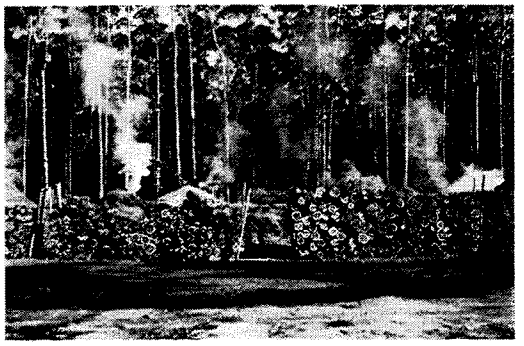
> *Assentamento que tem madeira segura o trabalho visado à reforma agrária, à agricultura familiar. As pessoas se dedicam à madeira, que dá retorno financeiro rápido, e deixa de se dedicar ao trabalho com a terra. Depois, fica difícil... As terras dos hortos demoram de 2 a 3 anos para começar a produzir. Enquanto nos sítios que possuem os tocos, o trabalho fica limitado. A terra para a agricultura tem que ser uma terra livre. (V.)*

Escritório da Associação dos Pequenos Produtores de Vergel 1 – 2000

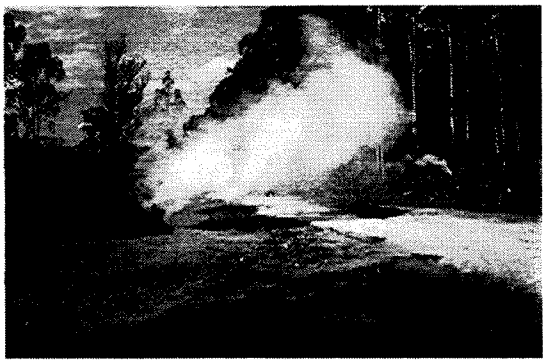
Escritório da Associação dos Pequenos Produtores de Vergel 2 – 2000

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

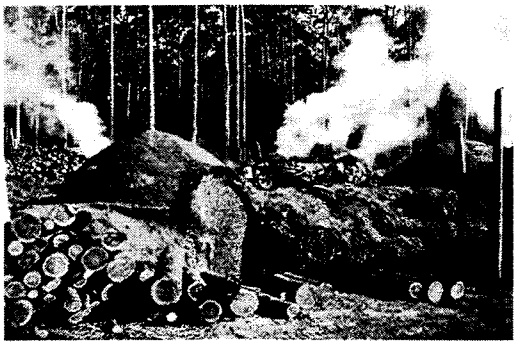
CARVOARIA E SERRARIA (1998-2000)



Carvoaria 1



Produção de carvão



Carvoaria 2

Caminhão de madeira

Serraria

Madeira seca

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Há três anos...

Quando deixei o trabalho de pesquisa, há cerca de três anos, a realidade do assentamento era a da luta pela sua viabilização econômica. Naquele momento, haviam sido formados grupos de trabalho para o plantio de alimentos, que começava a garantir o sustento de algumas famílias da comunidade.

Com a divisão dos lotes, cerca de quarenta e cinco famílias que já tinham seus terrenos em parte destocados e realizavam em seus sítios a cultura de sobrevivência, através criação de porcos, cabras e galinhas, da plantação de hortas, mandioca, arroz e feijão, entre outros itens.

Dado o enfraquecimento da terra pelos longos anos do cultivo de eucaliptos, à falta de implementos e de conhecimentos para melhoria da qualidade em condições adversas de produção, a qualidade da produção ainda não era muito boa. Alguns investimentos feitos ainda não tiveram retorno. Outras atividades estavam em desenvolvimento no Assentamento: a produção de carvão, o projeto de apicultura, as hortas medicinais, o restaurante do grupo de mulheres e a pousada para os trabalhadores da destoca são alguns exemplos.

Naquela época, pensava-se um projeto que visava transformar a região do convívio do assentamento em espaço turístico e de venda da produção de Vergel. Outro projeto planejado era o de transformar as condições do lago para que se pudesse desenvolver a piscicultura.

Retornando ao campo no final de 2003, percebi que muitos desses projetos deixaram de existir. Durante período em que estive fora daquela realidade, a comunidade passou por muitas experiências ligadas aos sistemas produtivos.

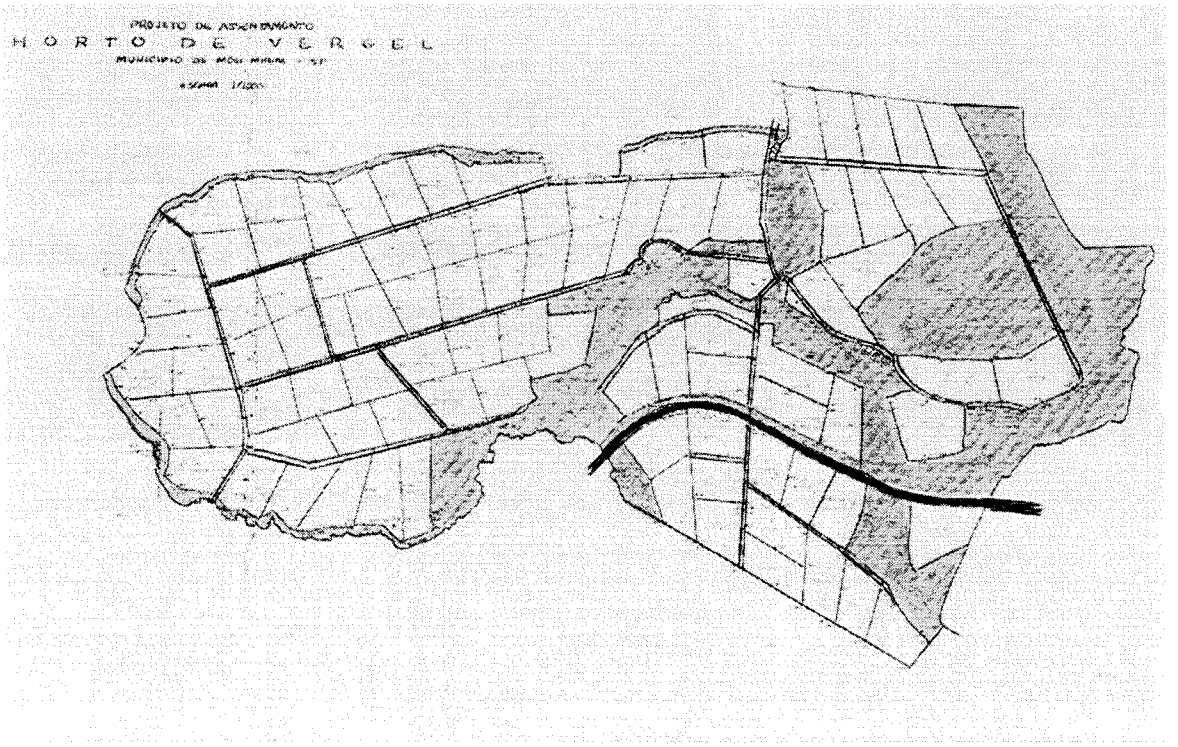
Em meados de 2003, a derrubada dos eucaliptos dos sítios foi concluída, realizada pela empresa que ganhou a licitação para a exploração da madeira do horto. Em poucos meses os sítios foram abertos.

Dos 860 ha. o ITESP destocou cerca de 450 ha. A paisagem de Vergel está muito modificada: o desmatamento foi grande e, como a agricultura ainda não foi implementada em parte dos sítios, em alguns lugares tem-se a sensação de desertificação, se compararmos com o que víamos anteriormente. Atualmente, todos os sítios possuem pelo menos 2 ha. destocados, para produção da agricultura familiar de sustento.

A antiga destilaria foi desativada, mas um novo grupo de trabalho formou-se e construiu uma nova fábrica para a produção de óleo de eucalipto e essências. Com a orientação do ITESP, esse grupo já se organiza para uma bem sucedida colocação do óleo no mercado, visando, inclusive, o mercado externo.

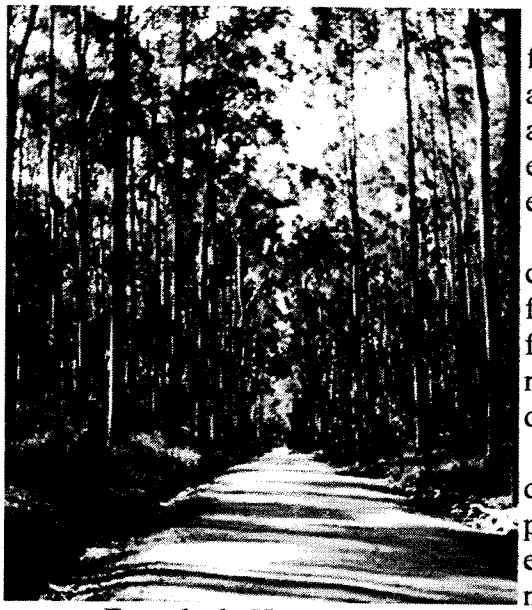
Há alguns projetos em fase de implementação em alguns sítios, como o da agricultura orgânica, da apicultura, do cultivo de flores e da produção de hortas medicinais. Outros em fase de estudo, intermediados pela equipe técnica do ITESP ou com apoio do IAC, da FEAGRI da UNICAMP, como uma granja de corte para 1.500 frangos, a criação de galinhas poedeiras e a piscicultura.

O trabalho continuou a ser o principal motivador das dinâmicas comunitárias, mas a proposta de implementação da cooperativa ainda não se concretizou. No terceiro capítulo deste texto será feita a análise da conjuntura atual dos processos produtivos de Vergel.



Mapa do assentamento
Fonte: Associação de Pequenos Agricultores do Assentamento Rural "12 de Outubro"

PAISAGENS DE VERGEL: ESPAÇOS E TEMPO



Entrada do Horto - 1998

Nas próximas páginas apresento um ensaio fotográfico do espaço físico de Vergel e sua apropriação ao longo dos anos. É possível perceber a mudança da paisagem: as plantações de eucaliptos do início da ocupação tornaram-se roças em produção.

Também é pode-se observar mudanças nas construções para moradia pessoal. No princípio, as famílias viviam em barracos de lona (sem registro fotográfico), posteriormente em casas de taipa ou madeira. Atualmente, a maioria das residências é de alvenaria.

Ao mesmo tempo, percebe-se o despovoamento dos espaços públicos: o convívio, o posto de saúde, a sede de Vergel. Essa evasão dos espaços públicos, e conseqüente degradação dos mesmos aconteceram, principalmente, pela mudança das famílias da agrovila para seus sítios.

Entrada de Vergel – 1998

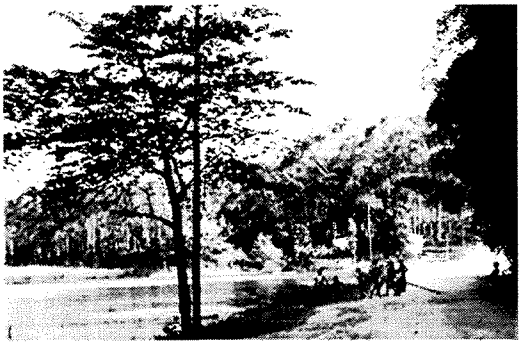
Placa de Vergel - 1998

Entrada do Assentamento - 2004

Entrada de Vergel - 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

O LAGO

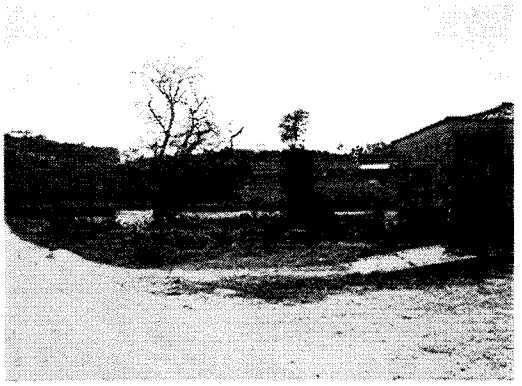


Lago 1 - 1998

Lago 2 - 1998

Brincando no lago - 1999

Lago e destilaria - 2004



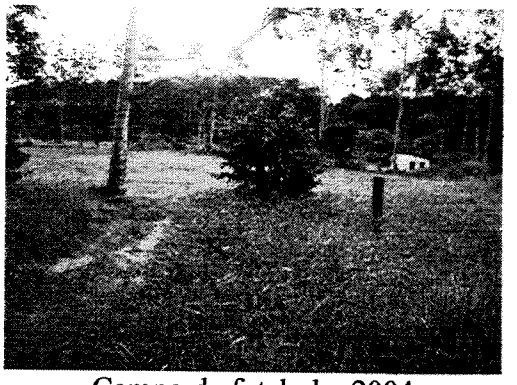
Vista do Lago 1 - 2004

Vista do lago 2 - 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

PAISAGENS

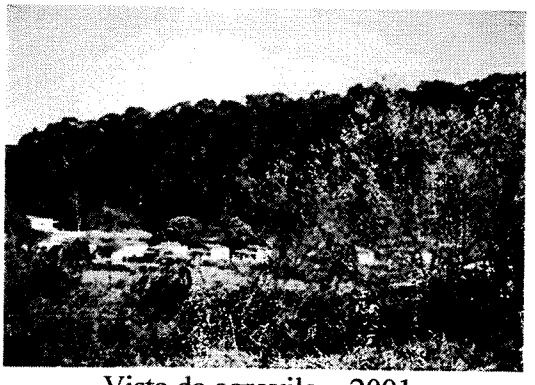
Campo de futebol – 2000



Campo de futebol – 2004

Horta Medicinal – 1999

Horta Medicinal – 2000



Vista da agrovila – 2001

Estrada da Agrovila – 2003

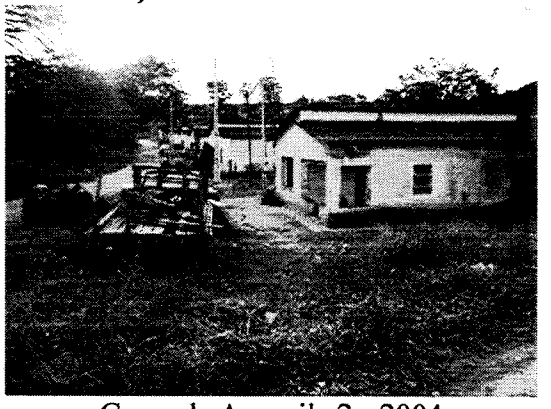
Fotografias de autoria de Mônica de Luca

AGROVILA

Estação da FEPASA – 1999

Estação da FEPASA 2 – 2004

Casas da Agrovila 1 – 1999



Casas da Agrovila 2 - 2004

Casas da Agrovila 3 – 1999

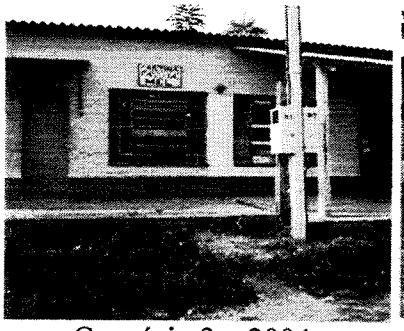
Casas da Agrovila 4 – 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

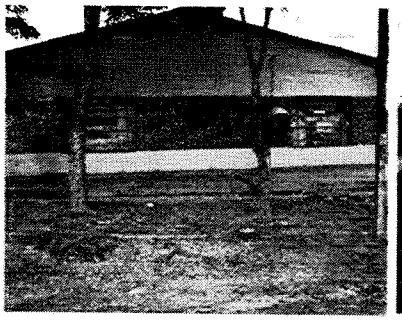
A VILA: CONVÍVIO E O NÚCLEO

Convívio 1 – 1999

Convívio 2 – 1999



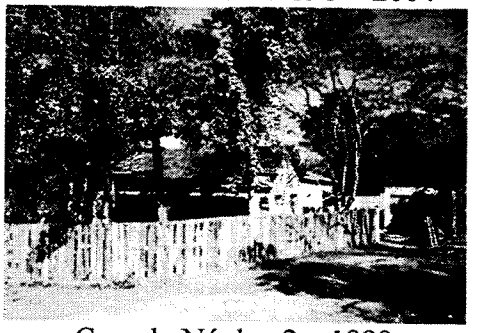
Convívio 3 – 2004



Convívio 4 – 2004

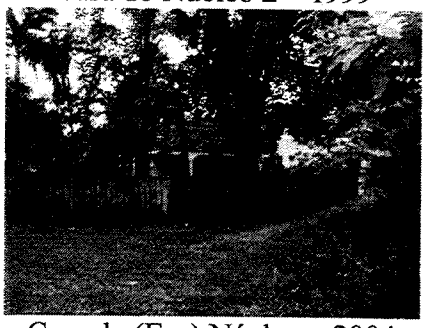
Convívio 5 – 2004

Casa do Núcleo 1 – 1998



Casa do Núcleo 2 – 1999

Casa do Núcleo 3 – 2000



Casa do (Ex-) Núcleo – 2004

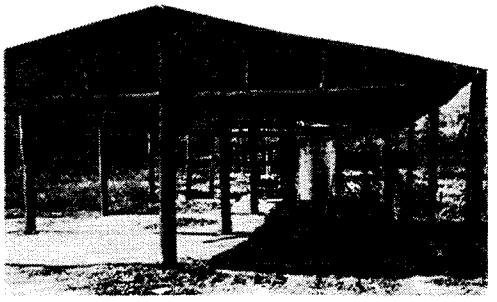
Fotografias de autoria de Mônica de Luca

CONSTRUÇÕES

Casa de Taipa - 1999

Casa de Madeira 1 - 2000

Casa de Madeira 2 - 2000



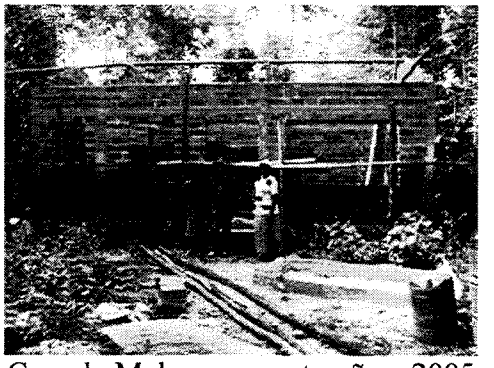
Destilaria 1 – 1998

Destilaria 2 – 2004

Estufas - 2004

Sítio – 2004

Construção de casa - 2005

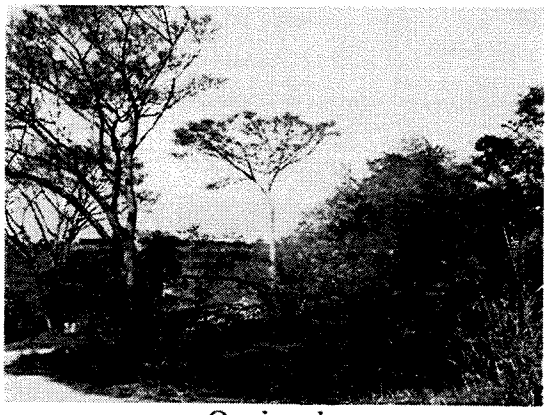


Casa do Mel – em construção – 2005

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

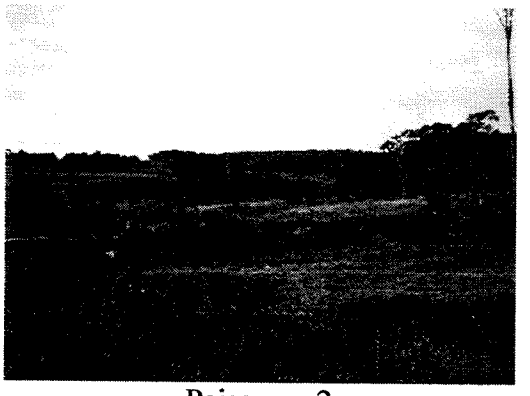
PAISAGENS DE VERGEL – 2004

Ipês amarelos



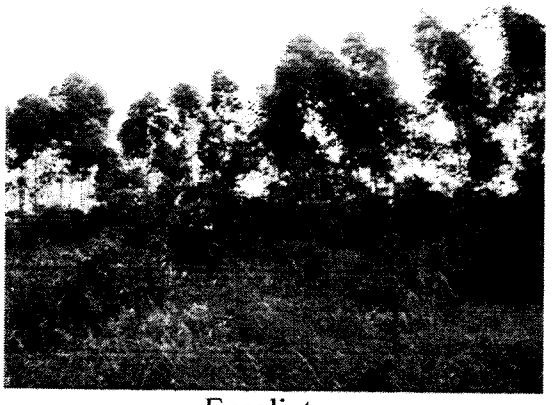
Queimada

Paisagem 1



Paisagem 2

Pasto



Eucaliptos

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

IGREJAS

A sede da igreja católica, cuja construção já existia na ocupação, nunca foi restaurada. Em Vergel ocorrem missas esporádicas nos espaços públicos como na praça ou na antiga sede do assentamento.

Igreja Católica 1 – 1999

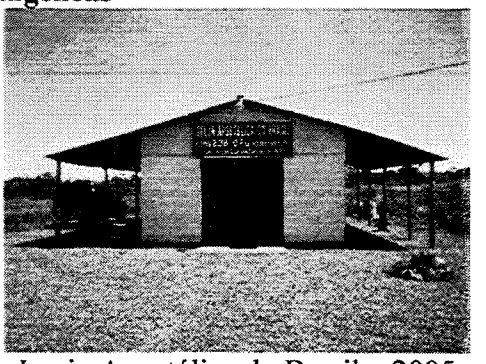
Igreja Católica 2 – 2004

Igreja Católica 3 – 2005

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

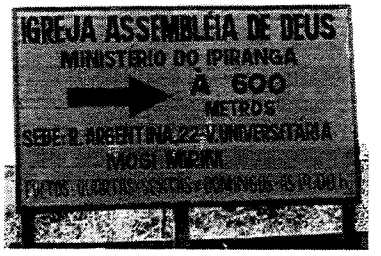
As Igrejas Evangélicas

Nos últimos sete anos houve uma ascensão das igrejas evangélicas no espaço de Vergel, tanto em aumento de número de igrejas em funcionamento como em captação de adeptos, já que depois de integrar o assentamento várias famílias mudaram sua opção religiosa.

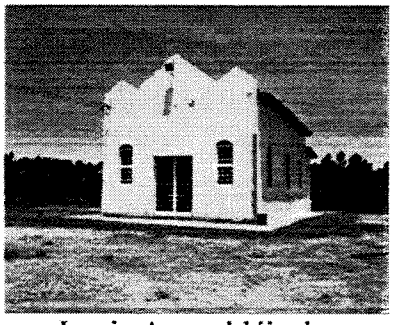


Igreja Apostólica do Brasil – 2005

Igreja de Cristo Pentecostal do Brasil – 2005



Placa de indicação da Igreja – 2005



Igreja Assembléia de Deus – 2005

Fotografias de autoria de Mabel Servidone

2.4 – QUEM SÃO OS SUJEITOS DE VERGEL

CRIANÇAS E JOVENS: LIDANDO COM A NOVIDADE...

Tanto as crianças como os jovens compartilharam, no início de sua história no Assentamento, de uma experiência de deslocamento, de "não-identidade" muito significativa, que repercutiu diferentemente em suas formas de lidar com a novidade, de se integrarem à comunidade.

Eram crianças e jovens vindos da realidade de periferia urbana. Embora convivendo em comunidades pobres, estavam acostumadas a um certo tipo de conforto que é oferecido na cidade - a eletricidade e suas benesses: o chuveiro, o banho quente, a TV, o som, a geladeira. Além disso, havia a escola do bairro, o transporte, o lazer. Nos primeiros meses da ocupação, entretanto, as condições de higiene, conforto e principalmente lazer em Vergel eram extremamente precárias.

Essas pessoas foram "retiradas" de seu meio. Em suas comunidades de origem participavam de grupos sociais e tinham amizades no bairro, na igreja, na escola, no trabalho. Elas foram conduzidas a um horto: imensamente verde, chão de terra, longe da eletricidade, da cidade e dos amigos.

Rejeitaram, naturalmente, a vida rural, por não terem quaisquer vínculos com a terra. Pela falta da cultura rural[19], expressaram essa rejeição de várias formas. Procuro narrar, a seguir, como vai acontecendo, nesse período de investigação, o processo de enraizamento dessas crianças e jovens ao Assentamento.

[19] Não é possível pensar uma cultura rural a ser desenvolvida com as crianças do assentamento, senão a partir de uma visão de "cultura do rural", que são valores que os irão aproximar da nova realidade a que pertencem, onde o lidar com a terra adquire uma importância fundamental. Vale lembrar, entretanto, que essas crianças e jovens do assentamento são pessoas que possuem a cultura urbana de periferia, e que também sofrem a influência cultural dos meios de comunicação de massas. Além disso, o Assentamento é muito próximo das cidades de Mogi-Mirim e Itapira e as relações sociais com essas cidades acontecem no cotidiano. Não há como trabalhar a formação para o trabalho, por exemplo, numa perspectiva puramente rural para essa comunidade.

A INFÂNCIA DE VERGEL

A infância de Vergel é uma instância de pertença integradora. É nesse grupo que percebemos uma maior aproximação entre os seus sujeitos. Isso ocorre não tanto por um projeto voltado aos processos de socialização que seja de fato implementado, mas, muito mais, por conta da própria forma socializadora de ser das crianças.

Kullmann Jr. (1997), aponta para a importância de nós, adultos, aprendermos a compreender e respeitar a sociabilidade infantil. Para ele,

> "É preciso considerar a infância como condição da criança (...) considerar as crianças concretas (...) como produtoras de história" (p.10).

A concepção de infância, presente nas representações dos adultos de Vergel, principalmente do segmento masculino, é a de criança da primeira infância. Passado o período de fraudas e chupetas, ela já é vista como um "adulto em miniatura".

Ao ingressar na escola, a criança de Vergel cumpre um rito de passagem e já começa a ter certas responsabilidades. Meninas e meninos já são compromissados com a casa, com os pequenos trabalhos de limpeza, cuidados dos irmãos mais novos, tratamento dos animais, buscar água. Enfim, assumem a rotina da organização do espaço familiar e de trabalho, assumindo, assim, um papel social dentro dessas organizações. Sobre o assunto, Arroyo (1995) destaca que cada idade possui uma identidade própria e não pode existir ou realizar-se em função de outra, que a infância não é (grifo meu) o período de preparação para a vida adulta. A infância deve ser "vivida como o tempo em si, na totalidade dela mesma". (p.19)

Nas reuniões com o grupo de mulheres, onde pensávamos em conjunto quem eram as crianças de Vergel, por quê a creche era necessária, o que se tinha como expressão de visão de criança, era ora a encarnação da contravenção: bagunceiras, terríveis, desobedientes, malcriadas, sapecas, etc., ora a representação de que eram dádivas divinas: 'anjinhos de Deus, uns amores, esperança no futuro'.

A identificação das crianças era feita através de frases norteadas pelo discurso religioso, impregnadas de moralidade e maniqueístas. Mas pairava sobre as mesmas representações, a sombra de um discurso marcadamente utilitarista: esperança de futuro... Futuro trabalhador?

Crianças

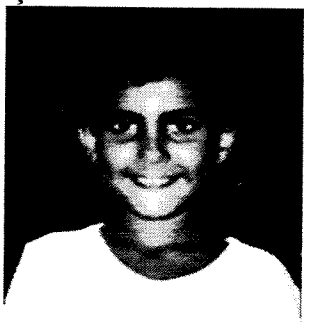
Criança 1

Criança 2

Criança 3

Criança 4

Criança 5



Criança 6

Criança 7

Criança 8

Criança 9

Criança 10

Fotografias de autoria de Mônica de Luca – Imagens de 1998 a 2001

A apropriação do espaço físico

É possível perceber o quanto as crianças de Vergel foram capazes de realizar sua inserção nessa nova dinâmica de vida, de uma forma tão interessante. Quando chegaram a ocupação, estabeleceram uma relação bastante complicada com o espaço: até certo ponto destrutiva. Catavam as frutas ainda verdes das árvores para brincar de atirar, matavam passarinhos e pequenos animais, sujavam a água e o convívio em geral. Mesmo nas brincadeiras entre elas, a relação corporal era intensa, de movimentos largos, bruscos e às vezes, agressivos.

Crianças 1

Crianças 2

Crianças 3

Crianças 4

Crianças 5

Fotografias de autoria de Mônica de Luca – Imagens de 1998 a 2001

Para mim, conhecer a linguagem das crianças do assentamento foi um processo de aprendizagem longo e conflituoso. Sua sociabilidade me confundia. Eu as via como crianças meigas, carinhosas e ao mesmo tempo, violentas em sua forma de se relacionar com o que estava em sua volta. Meu impulso inicial era o de exercer o controle, a

disciplina. Como não poderia ser essa a proposta de atuação em campo, decidi, com o grupo de estudantes, que não trabalharia diretamente com as crianças e jovens.

Minha opção por trabalhar com adultos, naquele momento, refletia a percepção de minhas limitações. Só que essa opção sempre meu causou incomodo, sofrimento. Eu cheguei a refletir se eu não estava contaminada pelos preconceitos com relação àquelas crianças. Mas, essa concepção foi se modificando, pois meu convívio com elas acabou acontecendo no espaço do Núcleo. Nos aproximamos, nos compreendemos.

Num primeiro momento, essas atitudes das crianças na relação com o horto podem ser consideradas contraditórias. Como destruir o espaço que lhe acolhe? Foi preciso compreender que aquela *aparente* violência que lhes era própria, aquela manifestação corporal, significava uma forma linguagem. Era uma forma de transgressão, sim, um grito contra a situação a que estavam submetidos.

Enfrentavam uma realidade nova e dura: a fome, o frio, a falta de água, de toda sorte de necessidades, sofriam a discriminação na cidade. Viviam, enfim, um sem-número de situações novas, para as quais não haviam sido preparadas. Reagir fisicamente era uma das formas de apreensão desse "novo": o espaço do horto e a nova forma de organização familiar no meio rural, muito diferente do que conheciam.

Hoje a realidade é outra. Nesses últimos sete anos as crianças foram se conhecendo e estabelecendo vínculos de amizade. Em sete anos, muitas deixaram de ser crianças. Foram vivendo sua juventude, assumindo novos papeis sociais e se apropriando do modo de vida de Vergel. Algumas daquelas crianças hoje já vivem sua adultez. Já são, elas próprias, pais e mães de outras crianças.

Mas, a sociabilidade da infância de Vergel foi se modificando com o tempo. As crianças que nasceram em Vergel já tiveram outras experiências. Não precisaram passar pelo processo de enraizamento forçado. Também para aquelas que viveram a transição, elas próprias foram se incorporando ao viver do assentamento. Com a ida das famílias para os sítios e a chegada da eletricidade, alguns dos confortos urbanos voltaram a fazem parte da realidade. As crianças hoje têm onde estudar, onde brincar, o que comer.

O processo de enraizamento foi acontecendo à medida que as famílias foram se acomodando no espaço. As crianças acostumaram seus olhos a outras paisagens: as árvores, o lago, as construções, a fauna foram se tornando menos estranhos. Ao se adaptarem à

realidade do espaço em que estavam construindo suas vidas, foram se apropriando também dos instrumentos. Aos poucos, muitas ingressaram nos processos produtivos e colaboraram com a economia familiar. A aproximação com os espaços produtivos lhe trouxeram novos conhecimentos: muitas crianças manejam certos instrumentos de trabalho como a enxada, a carroça, o regador e até sabem cuidar dos animais.

Se antes eram "invasores" e viviam a insegurança de não ter certeza de seu lugar, hoje, em sua maioria já vivendo nos sítios familiares e desenvolvendo atividades na comunidade, podem identificar aquele espaço como seu: sua referência, seu lar. Aquelas pessoas antes desconhecidas hoje são seus vizinhos, seus amigos, sua comunidade.

O meio físico já não é ameaça, não há mais a necessidade de se expressarem daquela forma transgressora. O ritmo do campo já lhes imprime uma tranqüilidade. Mas, essa acomodação ao ambiente não se deu como uma incorporação sem resistências dessa nova realidade: foi processo. Certamente, esse movimento de adaptação ao meio e às condições de produção de sua infância e adolescência se refletirá na forma como assumirão a identidade assentada em sua vida adulta. Essa experiência é formadora de sua subjetividade e se apresenta como um processo educativo importante.

Criança 11

Crianças 6

Fotografias de autoria de Mônica de Luca - 2003

Crianças 7

Crianças 8

Fotografias de autoria de Mônica de Luca - 2005

Criança 12 - 2005

Fotografia de autoria de Mabel Servidone

A JUVENTUDE DE VERGEL

Uma das primeiras reivindicações da comunidade ao grupo de estudantes da UNICAMP, foi a de que fossem pensadas atividades para os jovens uma vez que no acampamento, na época, não havia qualquer espaço ou atividades voltadas para eles.

Em Vergel, quando chegaram, não tinham nada. A maioria dessas pessoas sequer se conhecia. A ausência de atividades recreativas, esportivas ou socializadoras gerava tanto ociosidade como ansiedade muito grandes nesses jovens. Em seus movimentos de resistência, procuravam se aproximar e criar eventos, como o vôlei, o futebol. Alguns trabalhavam fora do assentamento.

Para uma boa parte desses jovens, participar da ocupação foi um rompimento grande com seus projetos de vida. Esses moços e moças rejeitavam o espaço do Assentamento e resistiam a se integrarem, tanto pelas condições de moradia e conforto oferecidos no acampamento como pelo fato de terem vindo para Vergel não por opção própria. Além disso, nem todos foram integrados à escola logo no primeiro ano.

Muitos desses rapazes e garotas eram "grandes" o suficiente para não serem mais vistos como crianças, e ainda não tinham idade para serem incorporados no trabalho. As urgências na comunidade, na época ainda ocupação, eram outras: produzir a sobrevivência e construir o espaço coletivo. O jovem ficou relegado a um plano distante nas agendas do assentamento por algum período.

Na periferia urbana, as marcas identitárias da pobreza podem ser disfarçadas através de algumas ações dos indivíduos, ou pelo consumo de produtos que "aproximam" as classes. É possível que o jovem pobre que vive na periferia se vista tão bem quanto o jovem de classe média. É possível que freqüentem os mesmos espaços, a mesma escola, a mesma comunidade religiosa, que ouçam as mesmas músicas: está localizado no seu referencial de juventude e se sente inserido no mundo de classe média. Não se inscreve em um grupo de exclusão. É "o mesmo".

Procurando não generalizar e sem deixar de considerar que a exclusão social também ocorre no meio urbano das mais diferentes formas, pode-se perceber que os jovens de Vergel tiveram mais possibilidades de sofrer com a estigmatização pois vivenciaram uma dupla exclusão: por serem pobres e por viverem no assentamento.

Quando se é um jovem de Vergel, a comunidade urbana o localiza: freqüentam "aquela" escola e tem que estar no ônibus da Prefeitura, que serve a comunidade, "naqueles" horários determinados. Além da distância, há outras marcas que acabam dizendo esses jovens.

Se o jovem preenche um formulário no hospital da cidade, na escola etc., ao dizer seu endereço, mesmo que apenas o bairro: Vergel, já é sabido que se trata de um assentado. O ônibus municipal, a marca do sol em suas peles entre tantas outras, lhes inferem a identidade sem-terra. Essa identidade, entre as outras identidades desses jovens (raça, credo, classe, sexualidade, gênero, idade etc.), pode ter uma dimensão por vezes assustadora para eles, por que não foi desejada e não sabem como negá-la.

Em algumas de suas falas, demonstravam ter "vergonha" de serem assentados, já que a condição de sem-terra já imprime nas representações sobre esses sujeitos, os estigmas da exclusão social. Esses sentidos da falta, da diferença, da exclusão são tidos como negativos por esses jovens. E têm um peso muito grande na relação com a sua auto-imagem, com a consciência de si e a assunção de uma identidade, sem-terra ou não.

A experiência do jovem de Vergel é carregada de perdas, de solidão, de angústias, de tentativas de reconstrução de sentidos. Quando vieram para o assentamento, deixaram para trás suas raízes espaciais e relacionais, e se afastaram do referencial que haviam construído sobre suas identidades de jovens de periferia urbana.

Por conta dos estigmas socialmente disseminados e incorporados às representações coletivas, que conferem negatividade à identidade sem-terra, durante algum tempo, todos os *"problemas"* que aconteciam em Mogi, quaisquer que fossem, a responsabilidade era sempre aferida aos sem-terra de Vergel, mais especificamente, aos jovens sem-terra de Vergel. É natural que parte do grupo tenha reagido de forma mais transgressora a esse processo de deslocamento identitário que vivenciaram, mas a maioria das acusações que sofreram da comunidade urbana, foram levianas.

Também o trabalho foi fator de resistência. O trabalho na roça, para o jovem de periferia urbana, é um trabalho pesado. Quando se nasce no meio rural, a ritmo do campo é mais facilmente apreendido: os horários, as atividades, acabam fornecendo uma rotina que quem é produzido nela não questiona. Mas, quando se tem que adquirir não só o

conhecimento sobre esse novo ambiente, esse *tempo da terra*, novas formas de trabalho, como também o compromisso com ele, um novo processo educativo que se impõe.

Iniciativas voltadas aos jovens

Quando da inserção do grupo de estudantes da UNICAMP na comunidade, a partir de 1998, parte dele se propôs a realizar atividades com os jovens. Nosso grupo percebeu que eles concentravam um grande interesse por música, especialmente da banda Racionais[20]. Assim, através da música, abriram canais de comunicação que lhes permitiu realizar essa aproximação entre pessoas.

Não estive envolvida diretamente com o trabalho com jovens, mas ele aconteceu no início do processo de pesquisa, durante aproximadamente um ano. O princípio do trabalho era o de realizar um levantamento dos sentidos que se produziam sobre o "ser jovem". As demandas do trabalho com os jovens partiam das próprias expectativas do grupo. As atividades eram decidas e planejadas em grupo, num movimento de criar condições para que aqueles jovens se conhecessem e produzissem sentidos novos para as suas histórias, o que acabava por valorizar sua auto-estima.

Nesse período, o grupo de universitários realizou com o grupo atividades esportivas, como jogos de bastão, capoeira, vôlei, além da exploração do ambiente e apropriação do espaço, atividades de percussão, montaram um painel fotográfico, compuseram músicas, realizaram reuniões para discutirem suas experiências, seus desejos, suas dificuldades.

O trabalho terminou por ter o grupo de estudantes se integrado a outros projetos. Infelizmente, isso ocorreu antes que o grupo de jovens pudesse estar organizado para dar continuidade às atividades, sem apoio externo. Não houve multiplicadores da proposta. A única estudante que permaneceu no trabalho até o final, não conseguiu deixar herdeiros que levassem o projeto adiante. Esse acontecimento pode estar vinculado ao fato de que aquelas atividades não estavam articuladas a outras, destinadas a outros segmentos da comunidade. É importante dizer, entretanto, que essa experiência promoveu aproximações entre aquelas pessoas, que posteriormente, criaram novas formas participação no coletivo.

---

[20] Banda de Rap de São Paulo, voltada para o público jovem dos subúrbios. Esse público é formado principalmente por jovens pobres e trabalhadores, que vivenciam, em seu cotidiano, a experiência da violência e da exclusão social. As músicas dos Racionais questionam as condições de produção da existência desses sujeitos e conclamam a uma atitude de resistência aos mecanismos de exclusão que a sociedade lhes impõe, através da assunção de uma *identidade de periferia*.

Durante algum período, também os médicos que participavam do posto de Saúde da comunidade, juntamente com a auxiliar de enfermagem, realizaram reuniões com os jovens e, separadamente, com os pais para conversar e orientar sobre questões da adolescência.

Um dos projetos realizado pela equipe era o de educação sexual, onde eram tratados temas como a sexualidade no adolescente, a prevenção de gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis. Esse trabalho não foi muito bem recebido pela comunidade, pois por colocarem no postinho camisinhas à disposição de quem necessitasse, parte do grupo se revoltou, dizendo que "os de fora" vinham incitar sexo livre, "sem-vergonhice", prostituição na comunidade. O discurso religioso foi duramente combativo em relação ao discurso da medicina preventiva. A comunidade, a partir de então, personificou na figura do médico sua rejeição ao projeto. Ele acabou se transferindo de Vergel.

Percebe-se que a tônica desse acontecimento foi justamente o conflito de cultura e valores entre a equipe médica e a comunidade. A equipe, mesmo com sua preocupação em realizar um trabalho de qualidade e educativo, aparentemente não foi capaz de codificar o seu discurso de medicina preventiva nos parâmetros da linguagem e da cultura daquele grupo social, durante o processo da comunicação.

Entre outros movimentos voltados aos jovens de Vergel, considero importante destacar um, realizado por iniciativa auxiliar de enfermagem do Postinho de Saúde, a Aldecy. Ela trouxe para a comunidade, no final de 1999, um projeto da Promoção Social da Prefeitura, que visava realizar a prevenção e a reintegração de jovens com problemas com drogas e alcoolismo. Foram reuniões, realizadas entre profissionais do município e as mães de jovens na comunidade.

Também o ITESP, através de um projeto vinculado às universidades, teve estagiários, que recebiam bolsa para dedicação de 20 horas semanais junto à comunidade, desenvolvendo atividades físicas e desportivas com os jovens assentados ao longo do ano de 2001. Esse projeto chegou num momento importante, já que naquele período, por conta da suspensão da extração da madeira e por que muitos dos lotes ainda estavam "no verde", alguns jovens viviam novamente a angústia de não ter o que fazer de seus dias.

Ainda hoje, há a ausência de atividades lúdicas, educativas e de socialização voltadas a este grupo. As várias iniciativas para trazer à comunidade projetos voltados aos jovens do assentamento não tiveram continuidade. Apesar de o lazer e as atividades

esportivas ainda estarem em segundo plano, a educação escolar vem sendo valorizada não só pelos próprios jovens, como por suas famílias. Curiosamente, embora sua força de trabalho seja necessária para a dinâmica do trabalho familiar na lavoura, na construção das casas, ou em outras atividades, ela até pode ser dispensada em nome dessa educação.

Com crianças - 1999

Lanchonete - 2000

Jovem 1 – 1998

Jovem 2 – 2003

Jovem 3 – 1999

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

É possível perceber nas representações das mães e pais, a idéia de uma educação e formação com conteúdos voltados ao trabalho da cidade: querem que os filhos estudem informática, inglês. Desse tipo de expectativa reconhece-se não apenas o desejo de um outro estilo de vida para os filhos, mas há também a negação dos saberes que possam ser produzidos do trabalho com a terra:

> *...num queria trazê os meninos, que os meninos tava estudando(...) falei igual eu fui criado eu num quero que meus fio (...) então eu vim, perguntei pros coordenador: tem escola prá todas criança (...)então tudo bem, daí eu vim embora prá cá mais ele... (D.L.)*

A contradição se estabelece no fato de que, em seus discursos sobre o porque ingressaram nos movimentos de luta por terra, muitas das argumentações estavam pautadas na garantia de um futuro para os filhos. A idéia de herança/propriedade está presente:

> *Ôh, gente, Deus podia dá prá mim um pedacinho de terra que, quem sabe... memo que num servi prá mim, né? , mai já serve prá meus fio, meus filho, já serve prá meus netos... (D.L.)* .

A surpresa é que esse futuro muitas vezes não é pensado para acontecer no mesmo espaço de produção da sobrevivência dos pais. Assim como para os jovens, também para seus pais a identidade dos jovens é *errante*. O assentamento não é o lugar deles. É possível apontar algumas influências para esse tipo de construção de significados:

1. A Educação para o trabalho no campo não é vista como um processo educativo de fato: os saberes do trabalho no campo estão inscritos nas representações das pessoas como "naturais", "coisas que até as crianças sabem...".
2. Esses saberes se produzem e reproduzem no âmbito das relações informais, no grupo ou familiares, na própria vida. Quando muito, são objetos de conversas com o agrônomo ou o técnico do ITESP.
3. Os conteúdos do trabalho na roça não fazem parte das referências de "qualificação" para o trabalho, por prescindir da alfabetização, por exemplo.

Mas, essa não é uma visão estanque. Na dinâmica dos processos de apropriação dos sentidos de grupo e significados sociais, algumas transformações já são percebidas. Os anos de convivência, a melhoria nas condições de moradia, o estabelecimento de vínculos de amizade, companheirismo e trabalho, mudaram a realidade desses jovens.

É interessante perceber por que meios esse processo de enraizamento foi acontecendo. Organizaram-se em grupos, segundo interesses mais específicos: diversão, escola, religião, esporte etc. Muitos estudavam na cidade, à noite. Integraram os grupos de trabalho. O trabalho com a madeira também foi determinante nesse processo, já que, para aumentar o rendimento familiar, muitos jovens participaram do destocamento do assentamento.

Passados mais de sete anos desde a ocupação de Vergel, muitos desses jovens já passaram pelo processo de criar significado às suas novas condições de vida. Realizaram, de certa forma, o movimento de enraizamento com o assentamento. Alguns chegaram em

Vergel ainda crianças e hoje já são adultos. Estão inseridos nos processos produtivos, portanto, assumindo a condição de trabalhadores rurais. Aqueles que se aproximaram dos processos de produção no ambiente rural, já não têm preconceito de trabalhar no campo e aprender o trabalho com a terra.

Mas, para alguns, as referências de urbanidade se mantém. Através de suas falas percebe-se que "estar sem-terra" ou 'estar assentado' é condição transitória. Acreditam que é uma fase, e que depois, vão reorganizar suas vidas na cidade, junto ao grupo de colegas que deixaram em suas vizinhanças de origem. E, por que acreditam nisso, aproveitam esse período no assentamento para estudar, colocar os estudos em dia, para quando voltarem ao mercado, estarem em melhores condições educacionais, e assim, competirem por melhores postos.

Jogando vôlei - 1999

Estudando - 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Jovens dançando - 1999
Fotografia de autoria de Mônica de Luca

O fato de os sítios terem sido divididos e cada família possuir um espaço determinado no Assentamento, permite-lhes que se apropriem desse espaço de uma forma mais efetiva. Cuidar dos processos da comunidade, hoje, é um pouco cuidar da própria casa. Já funciona uma lanchonete no Vergel, que, embora de iniciativa do Grupo de Mulheres, é tocada por alguns jovens.

Algumas questões ainda pedem maior atenção e iniciativas da comunidade. Uma delas diz respeito à maternidade precoce. Esse é um fato, um fenômeno social que explicita a falta de um programa de orientação sexual que conte com o apoio da comunidade e transcenda não só o medo de falar sobre o assunto como os dogmas morais que orientam as práticas de silenciamento sobre a questão.

Mas, esse também é o principal fator de assunção da identidade assentada, já que, ao constituir família, os jovens vão se mobilizar para garantir sua sobrevivência, seu trabalho e sua moradia no assentamento. Sua identidade errante busca a acomodação no espaço da comunidade e o jovem, então, realiza seu movimento em direção ao mundo da adultez.

Há atualmente uma preocupação em que os jovens passem a integrar as discussões da comunidade. Segundo a fala dos coordenadores, há um desejo de que os jovens, integrando as discussões políticas possam realizar sua formação e assim, assumirem a liderança do assentamento.

Um projeto que será desenvolvido pela CUT para a capacitação digital da comunidade pretende que se modernizem os processos produtivos. Os jovens, por que possuem maior formação, têm mais possibilidades de desempenhar esse novo papel na dinâmica de trabalho da comunidade.

Na avaliação de alguns jovens, esses sete anos mudaram a própria forma de se verem como pessoas. Alguns manifestam o interesse em continuar os estudos, se formar em áreas que permitam a continuidade do trabalho em Vergel. Também a forma como são vistos pela comunidade urbana modificou. Na escola, por conta dos processos de socialização, já se tornaram os mesmos e afirmam não sofrer mais discriminações.

OS ADULTOS DE VERGEL

Nas narrativas de percurso de vida, a origem rural foi marcante para que essas pessoas optassem por ingressar o movimento social de luta pela reforma agrária. Os processos de migração são recorrentes em quase todas as falas.

Entretanto, para essa maioria adulta, de acordo com os seus depoimentos, diferentemente do segmento idoso que desejava realmente à volta à origem camponesa, a verdadeira motivação para participar do processo de ocupação de Vergel foi buscar uma certa estabilidade na relação com o trabalho, e garantir a moradia, a alimentação e a segurança para criar os filhos.

As trajetórias de vidas norteadas pelo trabalho

A trajetória de vida dessas pessoas é marcada pela busca de melhores condições de vida e trabalho. Em sua maioria, quer como trabalhadores, quer como filhos de trabalhadores rurais, participaram dos processos migratórios ocorridos a partir da segunda metade do século passado, mais intensamente nas décadas de 60 e 70.

Muitas dessas pessoas, ao deixarem o campo com suas famílias de origem, e procuraram se inserir no meio urbano via novos modos de produção, aprendendo novas profissões. Foram também, ao longo do tempo, assimilando novas formas de participação social, quer através da aquisição dos elementos da cultura urbana, quer através dos processos educativos, dos espaços de consumo.

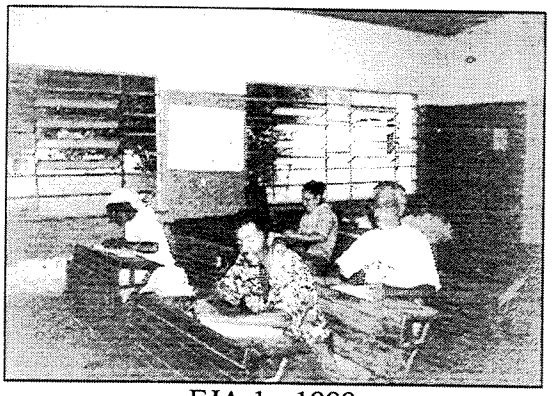
Em geral, os homens integraram o mercado de trabalho através da aquisição de conhecimentos nas áreas técnicas ou de serviços. É recorrente nas narrativas das experiências de formação profissional, o trabalho em grandes indústrias, nas linhas de produção, trabalhando com maquinários. Eram carpinteiros, eletricistas, operários, pedreiros. A formação escolar é, na média, até a 3ª. ou 4ª. série do ensino fundamental, embora haja muitas pessoas que sequer freqüentaram a escola.

Já entre as mulheres, uma parte delas nunca havia trabalhado fora, o que reforça a visão tradicional de família: organização familiar nuclear, onde o homem funciona como o provedor e a mulher como a organizadora do espaço doméstico.

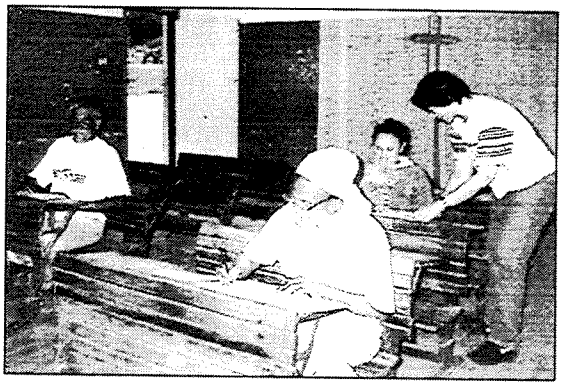
Daquelas que trabalhavam fora, antes da ocupação, a maioria se empregou nos setores de serviços, desempenhando funções também inscritas nas referências de trabalhos

'ditos' femininos: empregadas domésticas, auxiliares de cozinha, de enfermagem, de limpeza, de creche. Em suas rotinas, a limpeza e a organização do espaço, a alimentação, o cuidado e a educação estavam presentes.

Venda de Produtos na Rodovia – 1999



EJA 1 - 1999



EJA 2 - 1999

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Sobre essa questão, Roy (1999) afirma que no âmbito social, no trabalho, a divisão sexual do trabalho reproduz o modelo de papéis sociais masculinos e femininos tal qual esses acontecem na esfera privada, no ambiente familiar. (p.59).

Um dado relevante é que o nível de escolaridade das mulheres do Vergel é maior do que dos homens. Isso não significou, entretanto, que tivessem tido melhores colocações no mundo do trabalho, enquanto estavam nas cidades.

As mudanças...

Com o tempo, muitos desses sujeitos, homens e mulheres, foram perdendo seus postos de trabalho, seus empregos 'estáveis' nos meios urbanos, em conseqüência tanto dos processos de modernização da indústria, e conseqüente encolhimento dos empregos, como das maiores exigências de qualificação para o desempenho das atividades.

Somando-se a esses fatores, estão as mudanças nas relações de trabalho que ocorreram principalmente a partir da década de 80, em decorrência da guinada política e econômica de orientação neoliberal da sociedade ocidental, intensificou os processos de flexibilização das relações produtivas.

Em uma sociedade na qual as políticas públicas de proteção social não estavam consolidadas, e o Estado não chegou a desenvolver programas, intervenções, estratégias de atuação no sentido de proteger os seus cidadãos, uma legião de trabalhadores que vivenciaram esse movimento histórico, ingressaram num novo segmento social: o de desempregados, precarizados ou excluídos do mundo do trabalho.

Nesse processo, sofreram também a perda da ilusão de ascensão social, uma vez que perceberam que as exigências do mercado aumentam a cada dia os níveis mínimos de qualificação, e diminuem cada vez mais a idade limite para o ingresso em um novo emprego, ou numa nova carreira. A própria idéia de carreira vem sendo desconstruída sistematicamente nas relações de trabalho. Por isso, a maioria dessas pessoas, em algum momento recente de suas histórias de vida, perdeu o seu lugar social no contexto urbano.

A vivência dessa perda de referências movimenta esses sujeitos em novas direções. O apelo dos discursos dos movimentos sociais de luta pela terra é também sedutor a maior parte da população, pois trata não apenas da reflexão sobre a questão da exclusão social, dos direitos básicos dos indivíduos ao acesso ao trabalho, a educação, a saúde, moradia. Eles também mexem subliminarmente com representações significativas para quem vive na periferia desses direitos, pois remetem os indivíduos à ilusão de propriedade, de terra fácil, de estabilidade garantida através de um trabalho simples.

O deslocamento da identidade

Ao longo do processo de entrevistas realizadas com essas pessoas, com a finalidade de realizar o resgate da sua memória, das suas histórias e de suas concepções de sujeito,

procurando identificar quais as suas representações sociais de sujeitos históricos, foi possível verificar que ingressar o movimento social significou, muitas vezes, realizar o rompimento com seus projetos de vida.

A opção por integrar a ocupação, na maior parte dos casos, foi um duro momento interior de ressignificação dos projetos e de recriação de objetivos de vida, de início de construção de um novo processo identitário. Até a experiência da exclusão do mundo do trabalho, essas pessoas possuíam identidade urbana e planejavam suas vidas dentro dessas referências de urbanidade.

A vivência dessa exclusão convocou o movimento social como um espaço de realização da esperança: de re-inserção social, e do acesso à propriedade, ao ganho financeiro, à retomada do consumo.

Algumas dessas pessoas, quando chegaram a Vergel, fantasiavam grandes empreitadas agrícolas em 'suas terras'. A crença de que com a produção agrícola, poderiam mudar radicalmente sua condição social, estava vinculada a imagem que tinham de que conseguiriam muita terra, seriam grandes fazendeiros. Realmente, para quem vinha do meio urbano, era muita terra. Mas a terra não era refletida em suas condições de realização para o trabalho, pois a maior parte do espaço estava tomada pelo verde ou plantada de eucalipto.

A limpeza do terreno e a melhoria das condições de produção da terra demandaram muito esforço e, durante o período de sua preparação, não havia produção. Fazer produzir a terra é tarefa que também requer o uso de equipamentos, 'remédios', insumos e, principalmente, conhecimento sobre o trabalho no campo.

O ITESP tem realizado um trabalho interessante de orientação nos assentamentos oferecendo oficinas temáticas para o trabalho com esse tipo de terra, que ensinam sobre recuperação do solo, tipos de plantios, hortas, ervas medicinais, etc. Cada assentamento é assistido por técnico que acompanha as atividades da produção. Essa relação com o ITESP é importante porque reorienta essas pessoas nos novos conteúdos sobre o trabalho.

Nos próximos capítulos, aprofundaremos as discussões sobre o adulto de Vergel e sua relação com o trabalho e a produção no assentamento.

Os papéis masculino e feminino

As visões conservadoras sobre os papéis sociais masculinos são muito importantes para a criação de certas representações. O homem que não é capaz de se manter em um emprego ou ter qualquer tipo de trabalho que lhe permita oferecer condições de suprir a sobrevivência dos seus, perde as referências, sofre com a baixa-estima, sente-se incapaz em sua humanidade.

O 'não trabalho' é visto socialmente com preconceito (Castel, 1998). Ai, estão presentes as representações sociais que constituem o imaginário coletivo do homem da modernidade. Essas representações produzidas sobre o sujeito fora do mundo do trabalho estão geralmente associadas a estigmas que vinculam esses cidadãos à marginalidade. Até bem recentemente, a carteira profissional registrada era um documento utilizado para demonstrar que o cidadão não era "vagabundo".

A não estabilidade e a mobilidade entre ocupações pontuais no mundo do trabalho geram, para os sujeitos que vivem essa condição, um sentimento de insegurança, em que não há garantia de emprego e renda, em que os requisitos para se conseguir ser contratado e se manter num emprego são muitos, alguns inalcançáveis para esses sujeitos. Assim, se produzem representações negativas quanto a própria condição desses sujeitos, pois o estigma da incapacidade ou da inadequação para o trabalho acaba por minar sua auto-imagem, construída dentro dos paradigmas contemporâneos.

Esse é o sentido do trabalho na produção da subjetividade. Segundo Castel (1998):

> "O trabalho continua sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm." (p. 578)

Mas o que identifica o sujeito na relação com o trabalho não é, somente, o estar empregado/recebendo um salário, mas estar produzindo. Estar garantindo sua dignidade através de sua contribuição com a produção, é estar desempenhando um papel social, sendo útil para a sociedade que integra.

A esse exemplo, temos o caso do Sr. J., que, após perder o emprego e tentar trabalhar como autônomo por anos, sem sucesso, teve que sobreviver por um período com o dinheiro que a mulher e o filho pequeno apuravam com a venda de salgados na rua. Esse

senhor entrou em profunda depressão, pois não fazia parte de seus planos, bem como de seus valores, que a mulher trabalhasse fora, quanto mais sustentasse o grupo familiar. Por ter baixa escolaridade e ser considerado 'idoso' para o mercado, embora fosse qualificado não apenas em um tipo de trabalho, não conseguia mais emprego. Sem trabalho, adoeceu. Doente, não conseguia mais trabalhar. Integrar o assentamento, para esse senhor, foi um último movimento.

Atualmente, Sr. J. trabalha como agricultor em seu sítio com sua família, e teve a saúde e a auto-estima recuperadas. Esse seu processo histórico fez com que ressignificasse, inclusive, sua visão com relação ao trabalho feminino. Sua esposa tornou-se companheira de trabalho na luta pela sobrevivência.

A revisão de valores é também um dos importantes aspectos dessa experiência de deslocamento de identidade. Nesse movimento, quebram-se algumas resistências, alguns sentidos de individualização presentes na visão dessas pessoas. Isso não se reflete unicamente na divisão sexual do trabalho, mas também na organização familiar e é possível perceber as mudanças de significação que se processam nas referências desses sujeitos.

Embora o conceito de família presente nas representações dos assentados ainda seja a da família nuclear: pai, mãe e filhos, na organização da comunidade essa nem sempre é a realidade. Há casos de famílias mononucleares, em sua maioria dirigidas por mulheres e seus filhos. Entretanto, em função do trabalho, percebe-se que há uma ampliação no sentido produzido sobre família: filhos e filhas, genros e noras, cunhados, sobrinhos, tios e agregados, constituem essa referência, justamente em função da organização para o trabalho.

Antunes (1999), citando Segnini, nos apresenta como as representações produzidas sobre a questão do gênero produzem subjetividades, salientando duas dimensões importantes: a do gênero como aspecto distintivo entre os sujeitos e a de gênero como representação de poder.

> "Evidenciam-se as interações necessárias entre gênero e classe, particularmente quando se tematiza do universo do mundo do trabalho. E, como afirma Liliana Segnini, 'a categoria analítica 'gênero' possibilita a busca dos significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-as nos seus contextos sociais e históricos. A análise das relações de gênero também implica a análise das relações de poder"; é nesse sentido, acrescenta Liliana

> Segnini, Citando Joan Scott, 'que essa relação permite a apreensão de duas dimensões a saber: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças perceptíveis entre os sexos; o gênero como forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis. (Segnini, 1998, apud Antunes, 1999, p.109). As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também uma efetivação de construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho (p.109)."

As mulheres de Vergel estão inseridas nos processos produtivos e nas outras dinâmicas da comunidade. Entre elas, há um grupo que apresenta um diferencial: a luta pela educação no assentamento. Ao longo desses sete anos, muitas mulheres ingressaram ou deixaram o grupo. Estiveram mais atuantes durante alguns períodos e menos em outros, mas são personagens constantes na dinâmica da comunidade e marcaram seu lugar social.

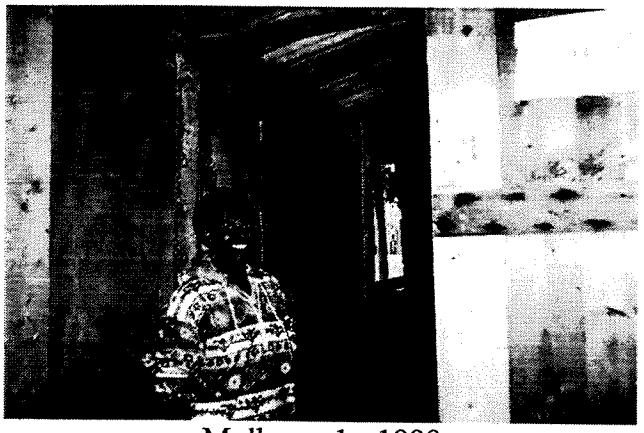
Esse grupo se constituiu por algumas afinidades. Os valores religiosos, que se referem à condição de irmandade humana, norteiam as ações desse grupo. Elas compartilham as mesmas visões de mundo, porque são, em sua maioria, membros da mesma denominação religiosa. Essa visão foi a que motivou as mulheres a assumirem o processo de educação coletiva, sem receber por esse serviço. Um voluntariado associado ao seu papel social.

A representação que permeia a visão de mundo dos assentados é a de que o trabalho com a educação faz parte da vocação feminina e é função das mulheres. Essa é uma visão essa naturalizada, por associação à maternidade.

As mulheres que integraram o grupo da educação acreditavam que moralizar as crianças e jovens dentro dos princípios da filosofia cristã para que essas não 'se perdessem' e deles cuidar, era a forma como cumpririam sua função social e sua obrigação com Deus. Mas, terem assumido a função de cuidar da educação coletiva na comunidade não as eximiu de estarem participando de grupos de trabalho para garantir a sobrevivência, ou de desempenharem as atividades do lar.

O sucesso do trabalho com a educação, projeto do Núcleo Educativo explicado a seguir, realizado por este grupo de mulheres, projetou Vergel para os outros assentamentos

do Estado. Um exemplo disso, foi a escolha do assentamento para receber a prévia do I Encontro Regional de Mulheres Assentadas da Região Mogiana em 2000. Foi o reconhecimento por terem um trabalho educativo mais avançado em relação aos demais sete assentamentos da Regional.



Mulheres 1 - 1999

Mulheres 2 - 1999

Reunião Grupo Mulheres 1 - 1998

Reunião Grupo Mulheres 2 - 1998

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

A luta por criar, manter e viabilizar o Núcleo Educativo foi uma forma de determinar, na comunidade, lugar da mulher e da infância. O trabalho do Núcleo fez com que as mulheres percebessem o potencial de trabalhar coletivamente e imprimiu ao grupo, um sentido de identidade que se construiu no coletivo. Em conseqüência, iniciaram outros projetos: a pousada, o restaurante. Esses também foram trabalhos divulgados para a sociedade. O trabalho do Núcleo foi alvo de reportagens dos jornais locais, as rádios de Itapira e Mogi-Mirim divulgaram a pousada.

O grupo de mulheres começou ser reconhecido e a ganhar um status diferenciado nos trabalhos da comunidade, e até fora dela. Esse fato gerou situações de conflito com os alguns companheiros das mulheres envolvidas com as atividades do Núcleo. Elas estavam se projetando socialmente e isso, de certa forma, maculava sua auto-imagem masculina. Nesse processo, algumas mulheres deixaram o trabalho pois seus companheiros assim o exigiram.

O reconhecimento da identidade feminina em Vergel, ao mesmo tempo em que harmoniza e dá equilíbrio ao funcionamento comunitário, pois destina o controle das crianças e jovens através da educação e a organização doméstica através dos trabalhos por elas desenvolvidos, explicita contraposições e relações de forças, relativas à visão masculina do papel feminino.

Na contramão dos movimentos de ressignificação cultural sobre os papéis masculino e feminino que se observa nos ambientes urbanos, em que os homens, cada vez mais, compartilham responsabilidades da manutenção familiar nos âmbitos profissionais e domésticos, em Vergel, isso não é observado. Compete aos homens o trabalho e a garantia do sustento familiar, mesmo com a colaboração do trabalho feminino. Também são os homens, em sua maioria, os responsáveis por desempenharem as funções sociais como a recepção de pessoas de fora da comunidade, visitantes, comerciantes, autoridades e pesquisadores. Mesmo dividindo com os homens o trabalho na agricultura e o sustendo da família, as mulheres ainda são as responsáveis pelos serviços do lar: lavar, cozinhar, educar os filhos, enfim, por organizarem o ambiente doméstico.

A marca de gênero é constante, na divisão dos papéis sociais e também na forma como se colocam socialmente, homens e mulheres. Um exemplo interessante dessa marcação está na forma como as mulheres lavradoras se vestem para o trabalho. Para se protegerem do sol, da vegetação e de bichos, usam roupas cobrindo todo o corpo, lenços, chapéus, calças compridas e botas. Mas para marcarem sua feminilidade, por cima de toda essa vestimenta, colocam a saia.

Para alguns homens da comunidade, às mulheres devem ser destinados os serviços 'mais leves', em comparação com o trabalho na roça, como a horta da família ou a produção do mel. Cuidar da horta é, geralmente, o serviço das mulheres, das filhas e de algumas crianças.

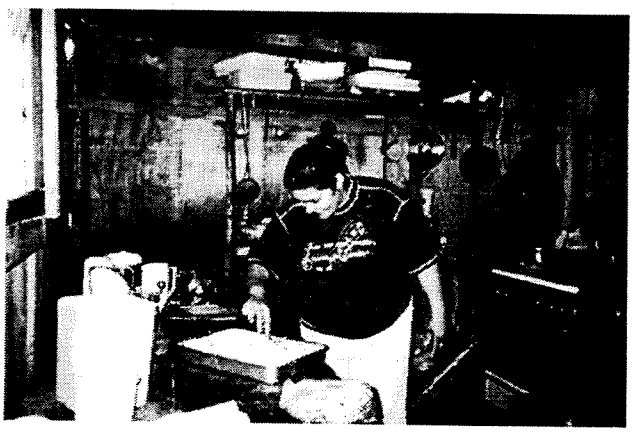
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

Outro aspecto observado na dinâmica da comunidade é o de que a mulher que só cuida da casa dos filhos, aparentemente goza de um status melhor. Esse é um outro fato que pode ser explicado pela visão masculina e de classe média sobre a função feminina. Ao homem, o espaço social, à mulher, o doméstico. As mulheres em geral, mas especialmente as casadas, incorporam a visão masculina sobre os papéis femininos. No cotidiano familiar, a vontade masculina é sempre a mais respeitada.

Grupo de Mulheres na creche - 1999

Reunião Grupo Mulheres 3 - 1998

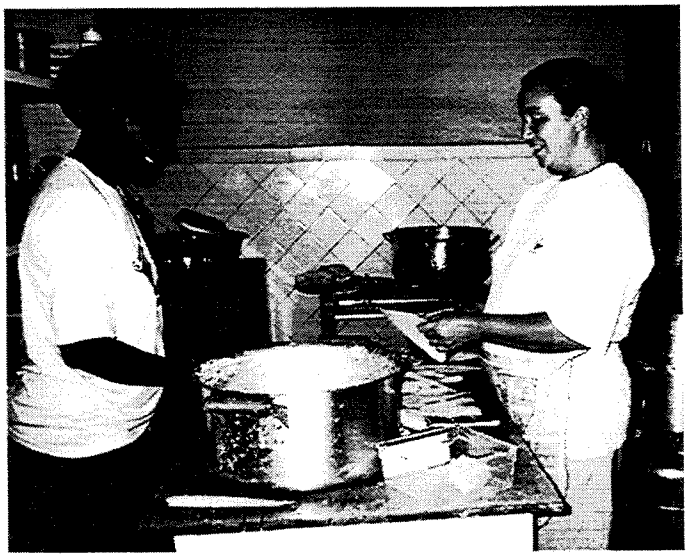
Grupo de Mulheres Cozinha 1 - 2000



Grupo de Mulheres Cozinha 2 - 2000

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Essas representações, embora constituam o imaginário do grupo, não se aplicam a todas as situações, pois há mulheres em Vergel que assumem sozinhas as responsabilidades de cuidar e educar os filhos, participar das atividades comunitárias, dos grupos de trabalho e prover o sustento de suas famílias.



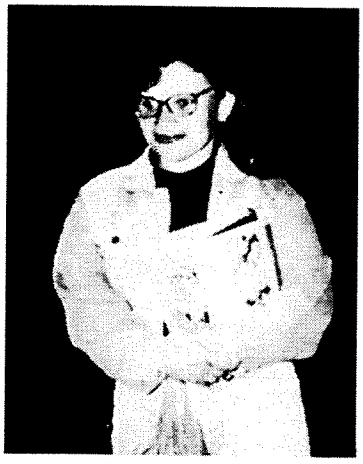
Grupo de Mulheres Cozinha 3 - 2003

Grupo de Mulheres Cozinha 4 - 2003

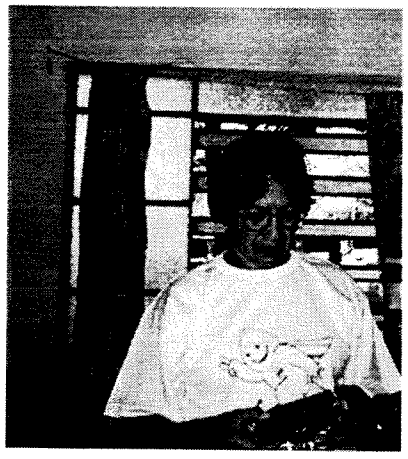
Fotografias de autoria de Mônica de Luca

PERSONAGENS DE VERGEL: MULHERES (1998-2005)

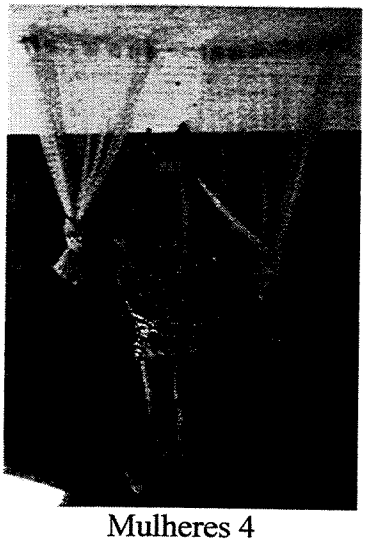
Mulheres 1



Mulheres 2

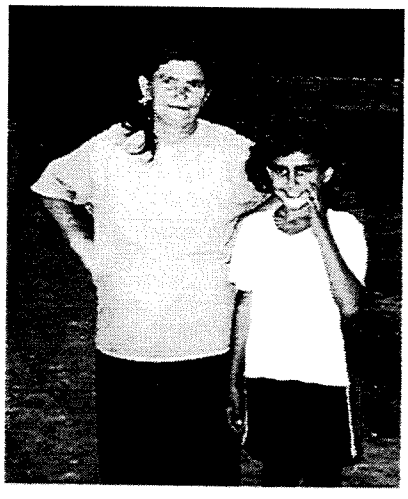


Mulheres 3



Mulheres 4

Mulheres 5



Mulheres 6

Mulheres 7

Mulheres 8

Mulheres 9

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

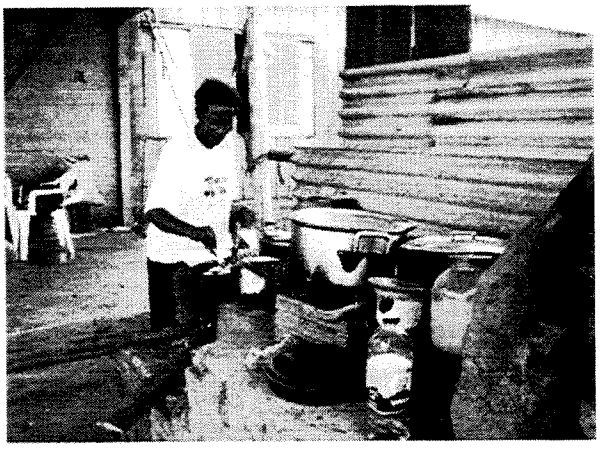
PERSONAGENS DE VERGEL: MULHERES (1998-2004)

Mulheres 10

Mulheres 11

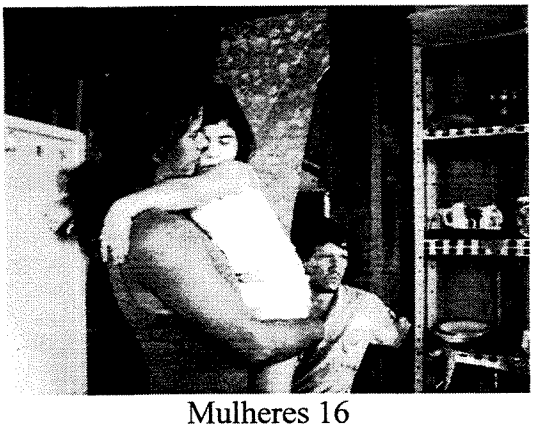
Mulheres 12

Mulheres 13



Mulheres 14

Mulheres 15



Mulheres 16

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

A VELHICE DE VERGEL [21]

Pensando a questão da velhice como um importante pólo de reflexão sobre as representações do próprio grupo acerca da questão da identidade, me propus a identificar no conjunto de referências da comunidade qual era a visão construída sobre e pela pessoa em processo de envelhecimento. Procurei identificar na fala dos sujeitos pesquisados como eles se autodenominavam, como se viam como sujeitos históricos e sociais, bem como quais são as representações dos assentados de diversas faixas etárias sobre a velhice, sobre a função social do velho na comunidade, sobre as relações entre idade e conhecimento e idade e trabalho.

Existem vários estudos que tratam a questão da velhice excluída, que se inscreve na sociedade como um segmento sem direitos, sem trabalho, sem condições dignas do exercício de sua cidadania. Há inclusive, estudos importantes sobre o movimento social de aposentados na luta por seus direitos. Não encontrei, entretanto, nenhuma bibliografia específica que tratasse dos assentados em processo de envelhecimento. É um interessante tema a ser explorado, na minha perspectiva.

Essas pessoas possuem não só a história a ser contada: elas trazem consigo saberes e costumes relevantes para se apreender a sociabilidade do trabalhador rural. Ao interagirem com os membros mais jovens, podem transmitir-lhes os significados que são produzidos na sociedade – os valores, os referenciais, a cultura. Podem contribuir para a compreensão da própria forma dos assentados se verem, se autodenominarem, se identificarem.

Uma das questões que baseiam as reflexões sobre o envelhecimento está na forma de definir os sujeitos a partir de uma representação sobre humanidade sustentada no modelo do adulto jovem. A velhice, nessas circunstâncias, é sempre vista pelo que deve, pelo que tem a menos, em relação a esse modelo de juventude.

Nesse caso, as potencialidades e atributos dos sujeitos em processo de envelhecimento estarão sempre em desvantagem com relação a adultez. Essa representação sustenta um preconceito com relação às possibilidades da idade.

---

[21] Parte das reflexões sobre a velhice de Vergel presentes neste relatório integram o artigo de Luca (2003).

Por essa razão, é interessante perceber o quanto essa visão permeia a forma dos próprios sujeitos se localizarem ou não na velhice, num espaço como o de Vergel, pois o trabalho no campo exige fisicamente de quem o realiza. Quais seriam as reais possibilidades dos sujeitos que envelhece nos processos produtivos do assentamento?

Logo nas primeiras entrevistas, percebi a forte rejeição dos sujeitos da investigação em se enquadrarem na condição de velhos e velhas. Para mim, foi importante constatar esse fato, porque percebi o equívoco de trabalhar nessa direção. Não posso partir de um referencial que considere o sujeito pelo que ele não possui, se pretendo compreender os seus papéis dentro nesse grupo específico. Percebi a necessidade de avaliar melhor esse tipo de abordagem durante as observações e análise dos dados de pesquisa.

A aproximação com as pessoas mais velhas da comunidade aconteceu de forma bastante singular: os próprios sujeitos reclamaram ser ouvidos pela forma como se apresentavam a mim. Quando da elaboração do 1°. relatório de atividades da Iniciação Científica (PIBIC-CNPq - 1999-2000), diante dos dados de pesquisa, algo chamava a minha atenção de forma especial: as fotografias com alguns membros da comunidade. Elas, de certa forma, procuravam passar uma informação que eu ainda não tinha condições de compreender. Uma delas em especial: a foto da horta do Sr.T.

Acho importante dizer como essa foto foi feita: em uma das tardes em que estive em atividade de campo, ao passar na frente da casa de Sr.T., não pude deixar de ver como sua horta estava bonita, verde, bem cuidada. Como eu estava fazendo um registro fotográfico do espaço do assentamento, com o objetivo de documentar as grandes mudanças que nele aconteciam, pedi a esse senhor a licença para fotografar sua horta. Ele concedeu feliz e imediatamente buscou seu chapéu e se pôs em pose em meio às suas verduras.

A foto saiu muito bonita, embora sua qualidade técnica não seja das melhores. Mas, eu ainda não havia decifrado a sua mensagem. Somente na escrituração do relatório, quando refletia sobre os processos vividos, é que me fiz determinadas questões que me possibilitaram perceber o que ela queria me dizer. Aquela era uma foto realmente significativa. Como eu não pude perceber isto antes? Entre várias informações que ela continha, algumas estavam particularmente gritando para serem percebidas e investigadas:

- Como registrar o produto do trabalho sem aquele sujeito que o produziu?

- Quais serão as condições de produção da sobrevivência dos sujeitos de mais idade, no trabalho cotidiano?
- Como se dá a organização desse trabalho? Precisam ou contam com colaboração de outras pessoas?
- Quais as implicações que o avanço da idade tem para a construção de referências de subjetividade dessas pessoas?
- Num grupo tão pleno de semelhanças e diferenças, como é vista a questão da idade? Em especial, da velhice?
- Quais são os papeis sociais destinados aos sujeitos em processo de envelhecimento na comunidade?

Horta Sr. T - 1999
Fotografia de autoria de Mônica de Luca

O Sr.T. tinha 58 anos na época do registro fotográfico, mas as marcas das suas experiências, materializadas em seu corpo, lhe conferiam aparência de mais velho. Sua história de vida é uma das mais belas, ricas e singulares que conheço. Mereceria um trabalho especial. Nesse trabalho, entretanto, vou me ater ao que ela tem em comum com as trajetórias de vida dos outros sujeitos da pesquisa, procurando estabelecer uma aproximação entre elas, para a análise da questão identitária.

Sr.T. viveu até seus vinte e poucos anos em ambiente rural (exceto por um período de três anos que esteve na mata), trabalhando prioritariamente com criação, posteriormente com roça. Constituiu família e passou por várias cidades, trabalhando ou em busca de trabalho, até fixar endereço em Campinas. No ambiente urbano, passou por várias profissões: desde metalurgia, limpeza, jardinagem. Separou-se, casou-se novamente. Integrou a ocupação de Vergel para sair da situação de limitações financeiras em que se encontrava na cidade e pela vontade de encontrar um lugar tranqüilo, sem violência, sossegado para sua família.

Hoje, de volta ao trabalho na terra, enfrenta alguns desafios que a idade lhe impõe. Recentemente, sua esposa comentou que anda preocupada com sua saúde. O médico recomendou que ele deixasse o trabalho pesado da roça. O que significa isso para uma pessoa que, como ele, se juntou ao movimento de luta pela terra para que pudesse garantir um espaço de trabalho e de produção de sua sobrevivência?

Ao trabalhar com o grupo de mulheres, não precisava de muitas artimanhas para conseguir os depoimentos que precisava, primeiramente por estar inserida nos processos do Núcleo, e também pela proximidade que havíamos estabelecido ao longo do tempo.

Mas, ao procurar me aproximar desse novo segmento, tive algumas dificuldades. Estive em campo várias vezes e em diversos horários, com a intenção de realizar entrevistas, mas as pessoas estavam sempre na lida: na roça ou na madeira, na construção de suas casas. Elas não gostavam de dar entrevistas sem estarem preparadas: com a casa arrumada, com um café fresco, um pão caseiro ou um bolo de milho para oferecer.

As pessoas gostavam de sentar-se e conversar. Falavam com entusiasmo, com saudade, com afetação, buscavam álbuns de fotografias. Seus 'causos' eram contados em detalhes: o ano em que aconteceu, o nome de quem participou dessa ou daquela situação, onde viviam, o que plantavam. Não posso deixar de considerar que eram momentos muito prazerosos.

O número de idosos no Vergel não é muito grande, mas como a minha proposta de compreensão da velhice não é aquela que fixa e enquadra o sujeito em determinada categoria a partir da data de seu registro de nascimento, a velhice que apresento aqui, tem uma concepção mais ampla: a da longa experiência de vida, de trajetórias que tragam na referência do passar do tempo importantes elementos para se pensar os sujeitos viventes

dessas experiências. Evidentemente, não se podem desprezar as suas efetivas condições de produção da vida e de trabalho, para entendê-los no atual contexto. A saúde é um desses elementos.

Assim como Sr.T. , outros membros da comunidade já apresentam ou uma idade mais avançada, ou condições de saúde precárias, mesmo que jovens, e que têm limitado o exercício de sua profissão ou atividade produtiva. Nas oportunidades que tive de conversar com alguns sujeitos mais velhos da comunidade, foi possível perceber a riqueza das informações que têm sobre a terra, a produção. Essas informações remontam de suas infâncias, da sua participação na economia familiar de origem: normalmente pequenos produtores rurais.

É possível observar que as pessoas de mais idade que vivem no assentamento possuem trajetórias de vida muito interessantes. Em seus relatos é possível reconstruir todo um movimento histórico enfrentado pelas populações de baixa renda em nosso país ao longo das últimas décadas.

Muitos deles viveram suas infâncias no campo, quer como filhos de pequenos agricultores, quer como agregados, ou trabalhadores rurais assalariados. Em dado momento de suas vidas, assim como Sr.T., saíram do campo. Muitos migraram para os grandes centros em busca de trabalho, ou de estudo para os filhos, outros foram expulsos da terra. Hoje voltam ao campo, mas numa condição social bastante distinta: são assentados - integrantes de um movimento social de luta pela terra e pela reforma agrária. Quais seriam os significados produzidos por essa condição para essas pessoas?

Talvez seja possível localizar a velhice de Vergel, se a tomarmos do ponto de vista de uma minoria passível de exclusão dentro de um grupo social que experimenta a exclusão por diversas vias. É possível olhar, dentro da comunidade um grupo minoritário, como os idosos e sua relação com o trabalho.

A velhice não é uma categoria prevista e planejada na organização social do movimento de luta pela terra a que Vergel se vincula. O próprio ITESP, que é o órgão responsável pelos assentamentos no Estado, não possui nenhuma política de amparo ou condições especiais, destinada aos assentados mais velhos. Ao contrário, na própria organização de um assentamento, um dos critérios para determinar o tamanho do sítio de cada família é, exatamente, a idade dos titulares: quanto mais velhos e quanto menor a

quantidade de dependentes aptos ao trabalho, menor o lote. Esse é um critério que visa a garantia da viabilização produtiva dos espaços: quanto mais velho é o indivíduo, menores são as suas condições para o trabalho.

Esse critério expressa uma concepção de velhice instituída dentro da lógica dominante, compreendida como um problema social. Segundo ele, o indivíduo idoso é visto como uma preocupação social. (Debert, 1994). Mas há aí uma contradição interessante, pois não seriam esses membros mais velhos da comunidade exatamente aqueles que acumulam maior conhecimento sobre como produzir, como lidar com a terra?

São as práticas não discursivas ligadas ao trabalho que determinam um certo lugar social aos sujeitos mais velhos da comunidade: o que é definido por sua capacidade e conhecimento do trabalho rural. Os saberes sobre a terra e as experiências pregressas no campo localizam esses sujeitos em Vergel, instituem sua função social no grupo.

Representações sobre a velhice

O velho de Vergel não se localiza na Velhice. Ou, se se localiza, não a assume em sua fala. O conceito que os assentados e assentadas possuem sobre velhice não é aquele vinculado a determinada faixa etária. Para eles, velho é o sujeito alquebrado, doente. A concepção que apontam sobre velhice é aquela vinculada à falta, ao declínio, a doença. Ter idade não é ser velho.

Ao mostrar sua fragilidade física, sua vulnerabilidade, que se acentua com o passar dos anos, esses sujeitos se percebem decadentes em sua referência de homem, especialmente a masculina, enxergando-se como seres da falta. Mas, essa mesma condição pode promover o movimento contrário, da negação do envelhecimento, da resistência e da auto-afirmação como seres capazes de vencer seus limites físicos e se realizarem no trabalho.

Para fugirem do referencial negativo sobre velhice, as pessoas de mais idade reforçam sua capacidade produtiva, sua possibilidade de existir no campo através do trabalho. Seus discursos são carregados de positividade com relação à competência para o trabalho. O trabalho do campo é o trabalho do homem forte e viril, da mulher valorosa, sacudida e trabalhadeira, é o trabalho da resistência física, da saúde.

Essa concepção de sujeito da saúde, da vontade de trabalho é reforçada por dispositivos que invocam sua condição natural e a associação com imagens da natureza, dos sentidos de vida vinculados à capacidade produtiva. Esses saberes voltados aos conhecimentos da natureza e da sua localização como sujeitos capazes de apreender e decifrar essa natureza: seus segredos, seus mistérios.

A natureza é presente não apenas nas suas falas, mas nas suas práticas percebe-se a reverência aos fenômenos naturais e sua associação a determinismos de ordem divina: o sol, a chuva, as estações, como presentes de Deus para seus filhos.

Ao falarem sobre a terra, explicitam o prazer sobre esses saberes que possuem, como o lidar com a criação, com a plantação, os tipos de terra apropriados para cada cultura, o conhecimento sobre o tempo e os fenômenos naturais, o domínio da natureza através da sua ação. Enfim, o homem em tal sintonia com a terra, que ele nela se realiza. Tanto em momentos em que nela se encontra, completa, produz sua existência, como em momentos em que a modifica, que sabe como transformar através de sua ação um solo estéril em fértil, uma paisagem bruta em bela.

Profissão: a terra

É neste segmento da comunidade: na velhice, que se percebe mais claramente um desejo de ingressar no movimento como uma possibilidade de volta às origens. Algumas dessas pessoas vieram para o movimento para retomar, em sua trajetória de vida, o trabalho no campo.

Na relação com os adultos mais jovens, de modo geral, nas entrevistas, quando perguntava sobre suas profissões, as respostas eram sempre aquelas vinculadas ao modo de vida urbano. Diziam-se pedreiros, eletricistas, carpinteiros, operários, frentistas. As experiências vividas na cidade lhes imprimiam uma identidade urbana, não transitória. Seu movimento de volta à terra significa, na verdade, um recomeço de construção identitária.

Já o segmento de mais idade, entretanto, sempre se afirmava nas entrevistas como agricultores ou lavradores. Em sua maioria, essas pessoas têm na origem rural o início de sua trajetória de vida. As profissões que tiveram ao longo dos anos, no ambiente urbano, foram circunstanciais e lhes deram identidades transitórias. A identidade de trabalhadores com que se nomeiam é a rural.

Ao retornar à terra, o homem e a mulher com mais idade buscam seu passado, sua lembrança de um tempo que ficou inscrito na memória. O desejo de retorno à origem talvez seja sua maior motivação. Buscam certas referências estabilizadoras que eram construídas: tradição, a família e a moral. São referências que se localizam numa determinada época e que, passados 20, 30 ou 40 anos, ainda lhes servem de base para pensar o mundo. Expressam o saudosismo aos 'bons valores'. Contam sua história com a empolgação de quem a revive. Suas palavras materializam sua experiência.

Percebe-se que há uma construção imaginária do que foi esse passado. Ele é o que foi retido, selecionado. Há a seleção do belo, das boas sensações, dos cheiros, lembranças que constroem essas referências de um outro momento da vida e que pode relacionar-se à experiência atual dessas pessoas.

Ao recuperar um passado que parece a quem o expressa, verdadeiro, nos aproximamos da forma como esse sujeito narra seu percurso. Já não importa se essa experiência ocorreu de fato, ou se é uma construção baseada naquilo que esse sujeito selecionou para ser lembrado, em confluência com o que gostaria que tivesse realmente ocorrido, em interação com as outras histórias que atravessam a sua. O que importa é que essa memória é real porque é dita, porque baseia essa representação construída e, portanto, repercute no sujeito da fala, lhe fornecendo os significados.

A maior motivação do assentado idoso em ingressar no movimento social pode ser também o maior desarticulador de sua participação nos processos políticos da comunidade: o amor ao trabalho na terra. Ao se envolver com a plantação, o trabalhador é de tal forma absorvido pela rotina de seu trabalho, que essa ele lhe toma o tempo e o envolvimento emocional. Aparta-se de tudo o que não for trabalho em sua vida.

Esse amor ao trabalho é marca distintiva entre o agricultor de mais idade na relação com os mais jovens. O capricho na produção e o orgulho de se compartilhar o produzido são reflexos disso. Essa ligação afetiva com a terra, com o trabalho no campo é expressa pela alegria com que ensina o que sabe, pelo orgulho com que nos mostra cada pedaço de chão tratado e plantado, pela criação que possui, pelo entusiasmo com que nos apresenta a luz produzida por um gerador, pela satisfação com que nos oferece a água fresca do poço que abriu.

Poder repartir com as visitas o produto de seu trabalho e doar os alimentos que produz são práticas inspiradas no discurso da solidariedade, baseado na moral cristã: a divisão do pão com o semelhante, num movimento de graças a Deus pelo que se recebe.

2.5 – O NÚCLEO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS: CASA DA CRIANÇA DE VERGEL

Um capítulo especial da história de Vergel foi protagonizado pelo grupo de mulheres, em parceria com as estudantes da UNICAMP em que se foi produzindo na comunidade, ao longo de três anos (1998 a 2001), uma nova concepção de educação. O Núcleo de Atividades Educativas do Assentamento foi o projeto que me vinculou ao campo. Eu o acompanhei desde sua gestação, no grupo de mulheres até o encerramento de suas atividades, em maio de 2001.

O Projeto do Núcleo apresentado a seguir *não* é um exemplo do que deva ser feito em termos de educação com comunidades. Ele é absolutamente passível de críticas sobre o seu processo de realização, sobre concepção de educação ali realizada e até mesmo sobre a abordagem que demos a nossa inserção à realidade. Este texto trata de narrar um processo de luta, a partir dos anseios das bases: um movimento afetado pelos desejos e angústias dos sujeitos dessa história.

Procuro trazer aqui um pouco da complexidade e das contradições desse processo educativo. Acredito ser importante dizer que, mesmo com suas inúmeras limitações, ele serviu de incentivo a outras iniciativas semelhantes, e com todos os seus "poréns" ele foi, nos termos de Paulo Freire (1980), a utopia de mulheres e crianças durante um tempo bastante significativo:

> "Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante, por esta razão a utopia é também um compromisso histórico" (p.27)

Trago, ao longo do texto algumas imagens das diversas atividades ocorridas durante esse processo e que me ajudam a contar um pouco dessa história.

Com o objetivo de criar um projeto educativo que desse sentido a vida das crianças e jovens da comunidade, os assentados, na época ocupantes de Vergel, abriram o espaço

para a participação da Universidade. Nosso projeto buscava a construção coletiva de um espaço, por eles denominado Núcleo, que oferecesse às crianças e jovens, cuidados, atividades educativas.

Por não ter um caráter institucional e formal, esse núcleo foi criado a partir das expectativas e da forma de entender educação do grupo. Ao longo do processo, as pessoas da comunidade entraram em contato com a sociedade, além das cercas de Vergel, na tentativa de captar recursos para sua viabilização: prefeitura, empresas, entidades, etc. Apesar desses esforços, não foi possível conseguir qualquer financiamento para estruturar e manter o espaço.

Entretanto, contamos com algumas doações de pessoas das cidades de Campinas, Mogi-Mirim e Itapira, das relações dos assentados e de alguns estudantes, que possibilitaram, mesmo que em condições precárias, a estruturação mínima para o funcionamento da creche. A Associação do Assentamento também colaborou, através do empréstimo de uma casa grande, com água e luz, para que o Núcleo começasse a funcionar. Posteriormente, essa mesma casa foi efetivamente destinada ao Núcleo, através da decisão coletiva em assembléia.

Em julho/1999, como resultado de um trabalho conjunto de pessoas da comunidade do assentamento e de nosso grupo de extensão, o Núcleo iniciou suas atividades. A primeira fase desse projeto educacional foi a criação da creche da comunidade do assentamento: a 'Casa da Criança 12 de Outubro'.

A princípio, a proposta desse espaço deveria atender a certas reivindicações dos próprios assentados, como o desenvolvimento de uma "cultura do rural" para as crianças e jovens ainda em processo de enraizamento com Vergel, oferecer cuidados e alimentação às crianças menores enquanto suas mães trabalhavam na roça, diminuir a incidência de atividades violentas por parte das crianças e dos jovens, através de atividades produtivas, lúdicas e criar um ambiente propício aos estudos, com livros de consulta e atividades de reforço escolar. Todas essas propostas partiram dos próprios assentados durante as reuniões de organização do Núcleo.

A minha participação junto à comunidade iniciou-se através do envolvimento com os projetos e atividades do Núcleo: reuniões com os grupos de mulheres para refletir sobre quais eram suas necessidades e expectativas com relação à educação; o acompanhamento

dos diversos processos de implantação deste espaço, colaborando inclusive com projetos para que o trabalho se concretizasse: a luta pela casa – o espaço do Núcleo; a concepção e organização física desse espaço; as atividades para garantir a infra-estrutura do Núcleo; a busca por alternativas de sustento para o Núcleo.

Eu e outras duas estudantes estivemos mais envolvidas com as atividades do Núcleo, enquanto outros membros do grupo de extensão se dedicaram a realizar atividades lúdicas, educativas e de corporeidade com as crianças de Vergel. Em vários momentos, porém, trabalhamos juntos em função da demanda de determinados projetos, como a realização de festas juninas, oficinas de argila, jogos etc.

Quando nós nos inserimos em campo, o Assentamento "12 de Outubro" não possuía qualquer espaço educativo em funcionamento. As crianças menores de sete anos costumavam acompanhar seus pais às roças, ficando expostas ao sol ou chuva durante todo o dia, tendo seus horários de alimentação, higiene, descanso e lazer por vezes prejudicados pelo compromisso com o trabalho dos adultos.

As que não acompanhavam os pais, ficam soltas no Horto Vergel, subindo em árvores, em contato com plantas e animais de toda espécie, brincando no lago ou próximas à pista, entrando na mata. Como aquelas crianças não estavam habituadas com o ambiente do horto, alguns perigos eram evidentes.

A creche - cuidados e brincadeiras

As crianças e jovens em idade escolar que freqüentavam a escola na cidade passavam horas a espera da condução para ir e vir. Alguns jovens desistiram de estudar por essa razão. As tentativas de trazer a escola pública ou uma creche para o assentamento não foram bem sucedidas até hoje, por conta da escassez de recursos públicos e da falta de infra-estrutura para sua implantação.

A creche iniciou suas funções oferecendo às crianças inscritas a alimentação, o banho, brincadeiras e atividades educativas. As outras atividades propostas para o Núcleo, como as oficinas, a biblioteca e a brinquedoteca, ainda não contavam com recursos financeiros e humanos para acontecer.

Em razão das dificuldades financeiras que emperravam o funcionamento da creche, algumas mulheres envolvidas com o trabalho do Núcleo procuraram criar meios para

conseguir dinheiro para a manutenção daquele espaço educativo. O objetivo principal era garantir a alimentação das crianças. Assim, criaram uma pequena mercearia que abastecia a comunidade com itens de necessidades básicas como alimentos, temperos, produtos de limpeza. Esses produtos eram comprados pela coordenadora da creche nos mercados de Itapira e vendidos a um preço um pouco maior no Assentamento, o que era bom também para quem comprava, pois não precisavam se deslocar, gastar com condução.

Além disso, foi montado um pequeno brechó com as doações que a creche recebia: roupas, sapatos, brinquedos e utensílios diversos. Os itens desse pequeno comércio de usados também eram vendidos a preços bastante módicos para a comunidade assentada.

Em 1999, como as pessoas da comunidade estavam recebendo semanalmente o pagamento pelo trabalho com a madeira, o que era arrecadado na vendinha e no brechó, era suficiente para garantir a alimentação das crianças – que neste mesmo ano somaria 57 crianças atendidas –, como também o pagamento de quatro monitoras e uma cozinheira da própria comunidade. O trabalho contava ainda com mais duas voluntárias - a coordenadora e uma assistente.

Entretanto, como a empresa contratante do serviço de retirada das toras de eucalipto passou a efetuar o pagamento a cada 15 dias, os assentados viram aumentar suas contas na vendinha e, assustados com os valores, deixaram de pagar, dificultando para a equipe da creche executar os pagamentos a serem feitos com o comércio de Itapira. Após esse episódio, não houve mais condições de manter a vendinha funcionando.

Diante das dificuldades de manutenção do Núcleo, uma parcela da comunidade se colocou extremamente resistente ao funcionamento desse espaço educativo, inclusive algumas pessoas que no princípio se envolveram com o processo. A principal justificativa era a de que a comunidade não possuía recursos para manter o trabalho. Embora tivesse cedido a casa para funcionamento, por decisão em assembléia, a Associação do assentamento não teve condições de colaborar financeiramente com o Núcleo.

Na nossa percepção, algumas dificuldades se expressam na relação mais imediatista e pragmática da sociabilidade do grupo, com respeito ao funcionamento do Núcleo. Um exemplo dessa resistência aconteceu já durante o próprio processo de implantação daquele espaço educativo.

A creche - cuidados e brincadeiras (1998/1999)

Creche 1

Creche 2

Creche 3

Creche 4

Creche 5

Creche 6

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Procuramos realizar várias reuniões com a comunidade, especialmente com um grupo de mulheres, para discutir assuntos ligados à educação, porque essa era a nossa proposta de trabalho. Pretendíamos com isso utilizar os próprios referenciais da

comunidade sobre educação para organizar um trabalho que se aproximasse daquela realidade, das necessidades daquele grupo específico.

Após alguns meses, a liderança e alguns membros da comunidade manifestaram sua impaciência com tais reuniões. Um membro da comunidade, integrante da Associação nos disse:

> *É muito bom, muito bonito vocês virem aqui e conversar, falar de educação... Mas, o que é que pode ser feito mesmo de concreto? Conversar é muito bom, mas como vocês podem colaborar com a gente? (X)*

A coordenadora da creche chegou a receber um ultimato para que essa iniciasse suas atividades, e *deixasse esse lengalenga* (idem). Esse fato reflete o não entendimento do processo de discussão e conscientização, de preparo e organização do trabalho. Em contrapartida, quando começaram a surgir os primeiros problemas de manutenção da creche, várias das reuniões convocadas para discutir o assunto foram adiadas ou até mesmo desmarcadas.

Nesse processo, surge um fato interessante: parte da comunidade esperava que nós, da UNICAMP, arcássemos com os encargos financeiros do Núcleo. Foi possível perceber que, apesar de inúmeras reuniões, alguns ainda não entendiam o caráter de nossa inserção naquele espaço: nosso objetivo era o de promover educação, nunca foi o de fazer filantropia. Quem agilizava a solicitação de doações eram as próprias mulheres da comunidade. Nós nos propúnhamos a ajudar a escrever as cartas de solicitação, a encaminhá-las pelo correio, a divulgar o assentamento na Universidade. Mas, nossas ações visavam apenas viabilizar o espaço e não mantê-lo financeiramente.

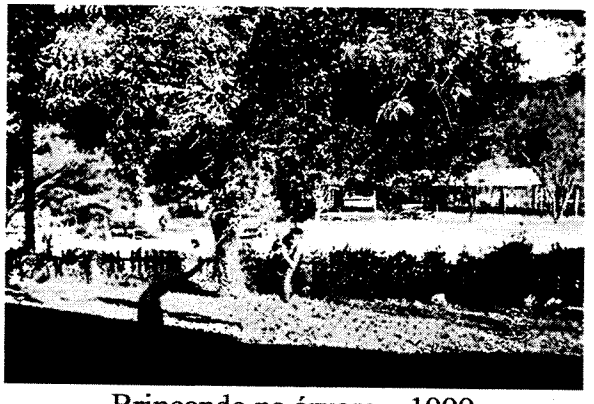
Diante da necessidade de recursos, foram solicitadas doações de alimentos, materiais de higiene ou mesmo uma colaboração financeira no valor de R$ 5,00 aos pais que tinham suas crianças atendidas no Núcleo, mas esses não tinham condições de colaborar.

Creche 7

Creche 8

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Brincando com latão – 1999



Brincando na árvore – 1999

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

O Núcleo passou a ser um problema para o assentamento, pois representava gastos que a comunidade não estava disposta a assumir. Procuramos chamar reuniões com a comunidade para discussão do problema, mas a resistência estava grande. Buscamos, então, quebrar essa resistência construída por meio de uma aproximação com os membros da comunidade criando eventos.

Então, com o objetivo de fomentar as discussões sobre educação, captar recursos para o funcionamento da creche e saldar as dívidas com o comércio de Itapira, a coordenação do Núcleo junto com nosso grupo, decidiu realizar uma festa em comemoração aos dois anos de assentamento. Convocada uma assembléia para a exposição da proposta, alguns trabalhadores da comunidade se dispuseram a colaborar com a sua realização. O trabalho de organização e preparação da festa exigiu o envolvimento e a participação de todos nós, estudantes, grupo de mulheres, lideranças e colaboradores da

comunidade durante cerca de dois meses e se constituiu numa boa oportunidade de nos aproximarmos, de estreitarmos laços.

A festa realizou-se em Outubro de 1999, contando com a presença de representantes de outros assentamentos, da comunidade mogiense e de membros da comunidade universitária, e foi um sucesso. Entretanto, aquelas pessoas que se mostravam contrárias ao funcionamento do Núcleo deixaram de comparecer.

A escrituração do projeto para o PRONERA

Ao mesmo tempo que se organizava a festa, o grupo de estudantes e a coordenação do Núcleo se movimentou no sentido de escrever um Projeto para a captação de recursos que mantivessem a creche e ampliassem o trabalho do Núcleo. Esse projeto seria encaminhado ao PRONERA - Programa Nacional de Educação em Reforma Agrária, pois havia a possibilidade de financiamento.

A escrituração desse projeto exigiu de nós um esforço conjunto bastante produtivo. Pensamos e organizamos desde a proposta pedagógica das oficinas à formação dos monitores e pais para o trabalho com as crianças. Foi um trabalho intenso, que demandou dedicação de tempo e estudos muito grande.

No final do ano, recebemos do Programa a sua avaliação: um projeto realmente muito bom, que mereceria ser desenvolvido. Não foi aprovado, entretanto, por não se encaixar nos moldes do PRONERA, que trabalha com alfabetização e formação para o trabalho em assentamentos de reforma agrária. Não existia na época nenhum programa de financiamentos voltado à educação infantil naquele órgão.

A formação das monitoras/educadoras da creche

Concomitante a essas duas atividades: a festa e a escrituração do projeto, nosso grupo também assumiu a função de dar suporte técnico, organizacional e pedagógico para a preparação de materiais e cursos para as monitoras/educadoras que já estavam trabalhando na creche e não possuíam qualquer formação para o trabalho com crianças. Essa seria uma atividade a ser desenvolvida em caráter emergencial, pois a proposta de uma efetiva formação das educadoras constava do projeto enviado ao PRONERA, a ser desenvolvido no ano seguinte, em 2.000.

O projeto do Núcleo, incluindo a proposta enviada ao PRONERA, previa a realização de oficinas de formação das educadoras. Estavam planejadas palestras, cursos, vivências que deveriam fazer parte de uma programação de atividades para 2000, e seria realizado por nós, do grupo de estudantes com o apoio da PREAC, além de outros profissionais das áreas de educação, artes, educação física etc. Além das monitoras do Núcleo, era prevista também a participação de todos os membros da comunidade, principalmente os pais das crianças do Núcleo.

Durante dois meses aprofundamos nossos estudos em educação infantil. Elaboramos uma apostila de cuidados básicos para as crianças de creche, com informações sobre alimentação, higiene, saúde e sociabilidade infantil. Quando esse material ficou pronto, realizamos duas reuniões de apresentação e discussão do mesmo com as trabalhadoras da creche.

Além da produção desse material de cuidados, procuramos também nos aproximar de bibliografias nos que fornecessem informações sobre a cultura infantil, educação não-formal, jogos, brincadeiras, literatura infantil, confecção de brinquedos, música e cuidados na infância, além de livros, vídeos e materiais técnicos que ensinassem como trabalhar corporeidade, horta e expressões artísticas com as crianças. Parte desse material foi discutido com as monitoras.

Logo após esse movimento, a creche suspendeu suas atividades por falta de recursos para a alimentação e o pagamento de funcionárias. Voltou a funcionar posteriormente, mas não mais voltada às atividades com os pequenos. Enquanto havia material, foram feitas pequenas oficinas de pintura com as crianças.

Solicitamos algumas reuniões com a comunidade para discutir se era do desejo do assentamento que o Núcleo e a creche continuassem a existir, em que condições, e se haveria um envolvimento mais efetivo das pessoas da comunidade com esse trabalho.

Avaliação do projeto

Na nossa avaliação, três fatores contribuíram para a não realização do projeto:

- A falta de recursos financeiros para comprar materiais necessários, pagar os profissionais, realizar o deslocamento dos grupos de trabalho;
- No final de 1999, alguns membros do grupo deixaram o trabalho de extensão. Permanecemos em campo apenas 4 estudantes do curso de Pedagogia.

- O projeto não representava mais prioridade para a comunidade. Não acreditávamos que deveríamos investir recursos e tempo num projeto, se a própria comunidade não estabelecia, naquele momento, suas prioridades com relação a educação e ao Núcleo.

Havia uma forte pressão da comunidade para que o projeto terminasse. Mas para nós, da UNICAMP, esse fato não era explicitado. Todas as semanas, a coordenação da creche reservava a tarde para conversar conosco, informando das ocorrências com as crianças, dos progressos que percebiam, conversavam sobre as questões de sobrevivência da creche ou sobre a formação dos monitores, etc. Ao final do dia, sempre havia um lanche a nos esperar. Nossas visitas eram sempre muito alegres e proporcionavam uma vontade de nos envolvermos mais e mais em novos projetos.

Foi uma surpresa muito grande descobrirmos, por meio do desabafo de duas trabalhadoras da creche, que a Associação e uma parte dos assentados estavam querendo que o trabalho do Núcleo terminasse. Hoje é possível perceber os seguintes entraves do processo:

- Na assembléia de sorteio das moradias da agrovila, a comunidade votou por manter a creche naquela casa em que funcionava, em caráter definitivo. Isso veio de encontro aos interesses da liderança da Associação, que planejava utilizá-la como sede, além de pousada para os "visitantes importantes". Essa decisão em assembléia gerou um conflito de interesses muito grande, e uma certa indisposição com relação ao trabalho do Núcleo;
- Quando as mulheres se envolveram com o trabalho do Núcleo e com as discussões sobre Vergel, necessárias para a organização e manutenção dele, ganharam espaço político no Assentamento, concorrendo com posições da liderança e das coordenações dos Grupos de Trabalho, formado por homens, sofreram pressões decorrentes de uma cultura centrada na visão masculina de sociedade.
- Quando nós ingressamos no assentamento, a fome ainda estava muito presente na vida das famílias assentadas. Na visão dos assentados, a concepção do Núcleo era a de um espaço complementar à família, um espaço de compensação, de complementação das necessidades básicas para a sobrevivência dessas crianças. A reivindicação por uma creche expressava a crença de que ela poderia garantir a alimentação para as crianças. Com a melhoria das condições de vida daquelas famílias, o que lhes possibilitou oferecer o alimento aos próprios filhos, a "necessidade" da creche deixou de existir;

- Com as drásticas transformações nas relações de produção do assentamento, parte das mulheres que acompanhavam nossas atividades deixou de participar do processo, pois elas passaram a se dedicar ao trabalho de deslocamento das toras de eucalipto, o que lhes garantia um ganho financeiro maior, mas limitava sua atuação nas atividades da comunidade;
- O Núcleo se tornou um espaço para as crianças, e não para toda a comunidade, como era inicialmente pensado. Os adultos ainda não eram capazes de construir e se apropriar do Núcleo como um centro de cultura e lazer do assentamento, principalmente pelo fato de as palestras e oficinas ainda não estarem acontecendo;
- Os assentados que não possuíam filhos pequenos não conseguiam enxergar o Núcleo como um espaço pertinente para a comunidade.

Em síntese, para a comunidade de Vergel, o pensar a educação das crianças e dos jovens estava sempre associado à intervenções de entidades externas, ou à educação formal realizada pelo sistema público de ensino. Não se pensava uma educação produzida pela própria comunidade para aquela realidade, com aquelas crianças. Ou éramos nós da UNICAMP, ou estudantes da USP, que nos preocupávamos em realizar atividades lúdicas e educativas; ou a médica e a atendente do Posto de Saúde, que promoviam reuniões com as mães de jovens de risco, em colaboração com o Serviço Social da Prefeitura de Mogi-Mirim; ou a Pastoral da Criança realiza visitas mensais de orientação para as mães sobre cuidados básicos de saúde das crianças pequenas.

O grupo que esteve envolvido diretamente com as questões de educação em Vergel foi sempre o mesmo, formado por cerca de 10 mulheres. Nele se incluía a representante da educação que acompanhava a vida escolar de todas as crianças do assentamento[22].

Até mesmo o projeto do Núcleo, que começou como um trabalho coletivo, passou a ser de responsabilidade de poucas pessoas, que não recebiam nada por esse trabalho e que, por conta dele, não podiam trabalhar na roça ou em outros projetos, sacrificando suas condições de sobrevivência.

---

[22]Maiores informações sobre as questões relacionadas à escola do assentamento e aos processos de exclusão vividos pelas crianças assentadas são encontradas no relatório de Iniciação Científica de Maria Fernanda P. Buciano, integrante do grupo de estudantes e bolsista do PIBIC/CNPq/2000. Projeto: "A *diferença* como desafio ao trabalho pedagógico: vivência de crianças assentadas numa escola pública de Mogi-Mirim", orientado pela Professora Helena Freitas – FE/UNICAMP.

A rotina de uma das mulheres que trabalhava no Núcleo demonstra o quanto sua opção por ajudar a mantê-lo lhe exigiu tempo e dedicação:

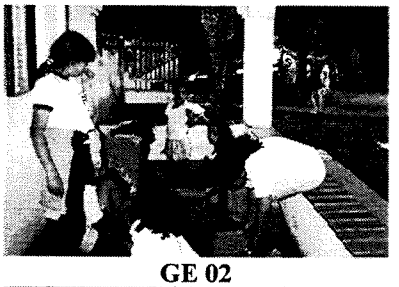
M.G. acordava às 5 da manhã, preparava o café da família, descia para a pousada, prepara o café dos hóspedes da pousada[23], limpava e organizava o espaço, lavava a roupa de cama, de trabalho e de banho dos trabalhadores, voltava para casa e cuidava de suas plantas, da roupa da família, da organização do lar, ia para o Núcleo dar o almoço às crianças, colaborava com suas tarefas escolares, realizava com elas as brincadeiras e atividades educativas; administrava as compras, a limpeza, a organização do espaço, junto ao grupo de mulheres; no final do dia voltava ao lar, tomava seu banho e ia para a cidade, ter aulas de alfabetização Nos finais de semana, tinha seus compromissos familiares e religiosos.

Mas, diferentemente do grupo dedicado à educação, a cultura da maioria das pessoas da comunidade era a de pensar o momento presente, na medida em que suas necessidades básicas eram ou não atendidas: se tivermos fome, temos que ter a creche para alimentar nossos filhos; se já podemos alimentá-los, não há mais a necessidade da creche. Esse imediatismo é balizado pela luta pela sobrevivência, pelas demandas do trabalho, da produção. Ele se manifesta nas ações daqueles sujeitos, orienta a lógica dos assentados e adia o movimento de se pensar a educação voltada à realidade do assentamento.

[23] Trabalhadores do governo que realizavam a demarcação dos lotes e o destocamento, funcionários das madeireiras que integravam o consórcio de exploração, ou mesmo visitantes do assentamento.

ATIVIDADES DO GRUPO DE EXTENSÃO – 1998/1999

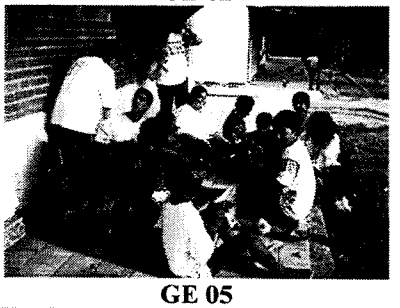
GE 01



GE 02

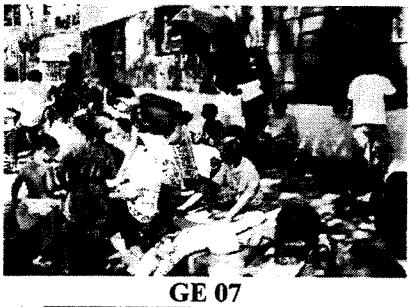
GE 03

GE 03



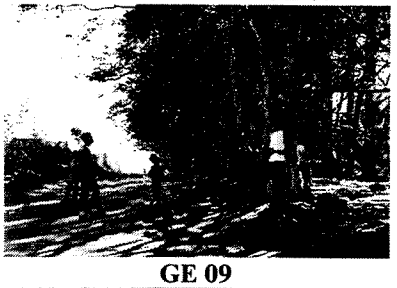
GE 05

GE 06



GE 07

GE 08



GE 09

GE 10

GE 11

GE 12

GE 13

GE 14

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

A educação das crianças – conflito com o esperado

O referencial de educação observado era o da educação que escolariza e disciplina. Parte da comunidade não considerava que a brincadeira, os trabalhos artesanais, os esportes, a dança, a culinária, a horticultura, entre outras atividades, fossem também processos educativos. Também não pensavam os processos educativos como investimento em longo prazo. A criança em idade escolar deveria aprender a ler e escrever. O adolescente, se educar para o trabalho.

Diante das dificuldades apresentadas para a continuidade do trabalho, realizamos uma reunião com a comunidade, quando todos esses problemas foram levantados. Decidiu-se formar uma comissão de pessoas que pudessem pensar alternativas para reorientar o trabalho com educação dentro do assentamento. Esse foi mais um projeto que iniciou e, após alguns encontros, deixou de acontecer.

Após um período de dificuldades, houve a restrição ao recebimento de bebês e crianças pequenas no espaço. O projeto da creche foi desativado, por falta de condições para sua manutenção: não havia alimentação, produtos de higiene e água suficientes, e principalmente, não havia quem pudesse tomar conta dos pequenos de forma voluntária.

As atividades voltaram-se para as crianças em idade escolar. O Núcleo implementou vários projetos educativos, através de oficinas: a horta, a plantação e confecção de vassouras, os projetos de pintura em tecido. Além disso, montou-se uma brinquedoteca, uma biblioteca que servia às crianças do Núcleo e a toda comunidade.

Essas eram algumas das atividades realizadas pelo grupo de mulheres que coordenava o grupo. Elas também pensaram e realizaram o projeto pedagógico daquele espaço, se orientando por uma visão educativa compensatória. Se no ambiente familiar das crianças elas não tinham acesso a brinquedos, o Núcleo deveria prover. Assim também a alimentação, o banho, as vestimentas.

A educação realizada no Núcleo era também a de formação de valores de sociabilidade. Eram trabalhados os valores morais daquelas crianças, através dos processos de socialização, das propostas de trabalho colaborativo, cooperativo, e também por meio de uma formação moralizadora, que tinha no ensino da Bíblia seu dispositivo. Não era imposto o ensino religioso, voltado a essa ou a aquela doutrina, mas as referências cristãs estavam presentes na fala das monitoras, que eram em sua maioria evangélicas.

Além disso, a educação no Núcleo também cumpria o papel disciplinador. As regras eram estabelecidas e as crianças, com o tempo, as incorporavam para poderem desfrutar do espaço. Apesar dessa visão de educação, esse era um espaço que atendia aos anseios e necessidades da comunidade que dele fazia uso.

É preciso compreender o que o Núcleo representou para a comunidade, qual a sua função social naquele espaço. O referencial de disciplinarização da infância no Núcleo foi uma constante. Por essa razão, a escola reconheceu sua utilidade, quando encaminhava ao Núcleo as crianças com dificuldades de socialização no ambiente escolar. Havia uma clara mudança nos hábitos de socialização das crianças que participam do Núcleo em relação às demais. No espaço formal de ensino elas se sentiam mais autônomas, mais motivadas a se inserirem, a participarem da escola, e esse movimento se refletia positivamente nos seus resultados escolares.

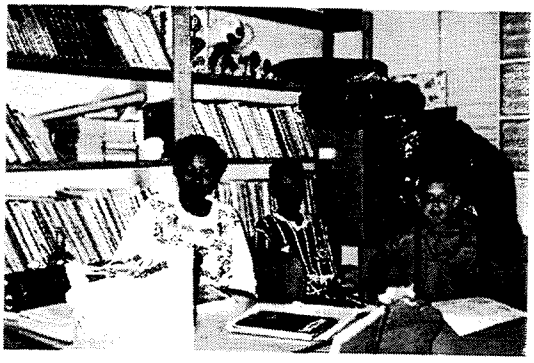
Atividades do Núcleo Educativo

Núcleo – fazendo horta 1

Núcleo – fazendo horta 2

Núcleo – reforço escolar 1

Núcleo – reforço escolar 2

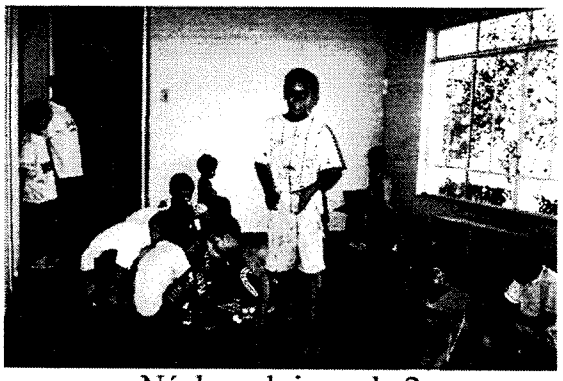


Núcleo – biblioteca

Núcleo – brinquedoteca

Fotografias de autoria de Mônica de Luca - 2000

Núcleo – brincando 1

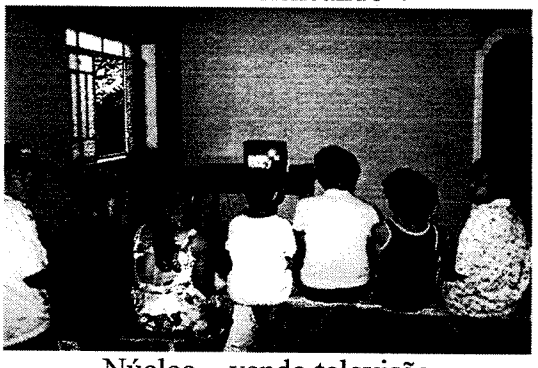


Núcleo – brincando 2

Núcleo – brincando 3

Núcleo – brincando 4

Núcleo – festa



Núcleo – vendo televisão

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

O Núcleo e a Escola

O trabalho do Núcleo Educativo foi uma referência do Assentamento para fora de suas cercas. Quando havia problemas na escola, por exemplo, a direção do Núcleo passou a ocupar, como uma entidade, o lugar da representante de educação da comunidade. Na verdade, essa representante era uma das integrantes do grupo de mulheres que coordenava o Núcleo.

Um exemplo dessa participação do Núcleo pode ser dado por um fato ocorrido. A escola chamou a comunidade e sua diretora expôs que estava havendo muita reclamação na vizinhança sobre o 'comportamento das crianças assentadas': os vizinhos da escola reclamavam que as crianças subiam nos muros, trepavam nas árvores e tocavam a campainha das casas para pedir água.

Segundo o depoimento de I., as representantes da comunidade perguntaram à direção o que poderiam fazer. O quadro era o seguinte: as crianças saiam do assentamento por volta de 6:10, o portão da escola só abria as 7:00 e a aula só começava às 7:30. Ficavam na rua, por cerca de 40 a 50 minutos, aproximadamente 60 crianças, sem ter o que fazer, por vezes com fome ou com frio.Na mesma circunstância, qualquer grupo de crianças poderia ter esse comportamento. No caso das de Vergel, elas estavam acostumadas a subir em árvores e a trepar em muros, brincar com obstáculos. Esse tipo de atividade fazia parte da sociabilidade daquelas crianças.

Eu presenciei um exemplo dessa forma de brincar, de se apropriar dos espaços: Certo dia havia um garoto trepado numa goiabeira se jogando para frente e para trás, pra frente e pra trás. As outras crianças em volta, torcendo para ele cair. Tudo parecia muito divertido para todos. O movimento faz parte da vida daquelas crianças. Como se pode controlar esses impulsos, se elas têm que ficar quase uma hora esperando o portão da escola abrir?

Havia ainda a questão do transporte: nem sempre as crianças chegavam em tempo na escola. Em épocas de reforço não havia transporte. As crianças iam para a cidade com a capacidade do ônibus bastante excedida, conforme já mencionado no exemplo anterior. Já nos anos de 1999/2000, as crianças assentadas foram alocadas da seguinte maneira: todas até a 4a. série ficaram no CAIC da Vila Dias, e as de 5a. a 8a., em outra escola: Professora Helena.

No ano de 2000 não havia nenhum adulto acompanhando as crianças nas viagens até a escola - trabalho que era feito até o final de 1999 por algumas mães da comunidade. O ônibus ia lotado com crianças de todas as idades, desde os pequenos da 1a. série até crianças bem mais velhas. Se considerarmos que a capacidade de transporte de um fretado seja de aproximadamente 45 pessoas, a situação do transporte das crianças para a escola era muito complicada, pois os ônibus chegavam à escola com cerca de 80 crianças. A prefeitura não disponibilizava outra condução, alegando que não tinha verba. A comunidade não podia arcar financeiramente com a condução e nem destinar pagamento a pessoas para que acompanhassem o transporte escolar.

Esse problema de não ter adultos acompanhando as crianças na escola era uma expressão tanto da importância que a educação tinha para a comunidade, como uma prova de que o trabalho, a luta pela sobrevivência estava absorvendo a rotina das pessoas de Vergel. Um argumento que justificava essa ausência era o fato de não poderem 'cuidar' de filhos dos outros. Mas, ao assumir essa responsabilidade, as pessoas se afastavam do trabalho lucrativo. Não havia a disposição em fazerem rodízio, em que cada mãe perdesse uma manhã de trabalho na roça ou nos grupos de trabalho. Se elas se articulassem nesse sentido, seria em torno de uma manhã de trabalho por mês. Mas, esse esquema nunca funcionou.

As preocupações com as condições da infância de Vergel, enquanto direitos da criança, ficava relegada a iniciativas vindouras, como aconteceu com o parque: desde que entramos no assentamento havia a proposta de se fazer um parque para os pequenos. Espaço e madeira não faltavam. Nós já havíamos levado um projeto de parque rústico, feito de madeira e pneus e, até estes já tinha empresários que doariam. Mas, até hoje esse espaço não foi construído. Na representação de alguns assentados, essa é uma obrigação do poder público.

No âmbito comunitário, aparentemente, a preocupação com a infância estava relegada a um segundo plano. No entanto, a imagem da infância nos movimentos é usada de forma política: se há uma passeata, as crianças vão à frente. Se há uma reivindicação qualquer junto aos órgãos públicos, essa demanda pode ser justificada por necessidades das crianças. Enfim, as crianças funcionam como bandeira, como pano de frente para as lutas.

Essa condição de prioridade menor da infância em Vergel não se identificava nos discursos, mas nas micro-cenas do cotidiano da comunidade. Larrosa (1998), faz uma interessante reflexão sobre o tema, afirmando que o adulto relega seu envolvimento com a criança por medo do desconhecido, já que a criança possui uma lógica que ele não compreende, uma lógica outra que transforma essa criança também em "outro" na relação.

Ele afirma que o incomodo que é a relação com esse "outro" causa, desafiando a nossa forma de organizar o pensamento e a visão de mundo que possuímos. Para ele, o adulto realiza a dominação na relação com a criança, numa tentativa de submissão desse desconhecido dentro dessa lógica que rege e orienta a vida adulta moderna.

Um exemplo desse tipo de referência está na festa de 2 anos de aniversário do Assentamento. As crianças ensaiaram diariamente, durante um mês, uma apresentação de dança e no dia, a organização da festa não deixou que a dança acontecesse, porque senão atrasaria o campeonato de futebol que estava previsto. Nesta mesma festa, deveria ter ocorrido a inauguração oficial do Núcleo que, pelas mesmas razões, não aconteceu. Ou seja, as atividades masculinas prevaleceram sobre as femininas e sobre as das crianças. Não se considerou todo o movimento que havia sido feito para a realização da festa. Todas as conversas e preparações foram esquecidas.

É comum, para nós adultos, recebermos a infância desconsiderando sua alteridade, tomando-a por aquilo que somos. Por vezes não nos damos conta de que essa prática baseia um pensamento totalitário (idem), que combate tudo o que se coloca como ameaça ao poder instituído, ao que desestabiliza a ordem. Para Larrosa, o sistema totalitário procura controlar o futuro, planejar a história, projetar

> *"O totalitarismo concebe a política como uma prática orientada para a realização de uma idéia; e o terror inscrito na política totalitária deriva da assimetria entre a idéia... e a facticidade do mundo que lhe opõe resistência: se a realidade não se ajusta à idéia, pior para a realidade." (idem, p.77).*

Esse é um dos pontos centrais da discussão proposta pelo autor: não cumpre a educação essa mesma função: controlar, planejar e projetar o homem futuro? Esse controle não estaria sendo orientado a partir de valores cristalizados sobre o que se pretende desse futuro?

Talvez a demarcação do Núcleo como o espaço das crianças, tenha sido a forma mais correta de as mulheres construírem um a resistência a esse movimento. Lá estavam os materiais das crianças, os livros, a cozinha, enfim, tudo o que existia tinha na infância seu propósito. No entanto, nem todas as crianças participaram daquele espaço, apenas aquelas cujos pais as matriculam. A exigência desse procedimento tinha por objetivo a anuências dos pais às propostas educativas do Núcleo. Quando eles inscreviam suas crianças no Núcleo, sabiam que ali seriam desenvolvidas uma série de atividades, e concordavam com elas. Mesmo assim, aconteceu de uma coordenadora das atividades educativas do Núcleo ter sido acusada de explorar o trabalho infantil, por desenvolver uma atividade de cultivo de horta com as crianças.

As diferenças...

Desde o surgimento do Assentamento, a comunidade de Vergel teve alguns problemas com a escola. Pode-se pensar se, aliado ao preconceito expresso pela comunidade urbana sobre as crianças assentadas, não estaria também a escola exercendo processos de estigmatização. Foi uma série de circunstâncias que explicitaram esse processo de discriminação.

Em primeiro lugar, logo que as crianças vieram para Mogi, o sistema de ensino não pode absorvê-las de cara: não havia vagas, por ser meados de outubro. No ano seguinte, apesar do empenho da administração no sentido de fazer a integração daquelas crianças e jovens, nem todos foram atendidos. Essa situação foi justificada pelo fato de que as verbas públicas destinadas à educação e aos projetos sociais, constantes do orçamento de 1998, já haviam sido aprovadas no ano anterior, antes da ocupação acontecer. As crianças foram distribuídas entre as várias escolas da rede. Parte da população não obedeceu aos prazos de matrícula, o que gerou reclamações da Secretaria da Educação de que a cada semana, surgia mais uma mãe, depois do prazo, solicitando vagas para os filhos.

O problema é que a sociedade mogiana como um todo teve esse comportamento de preconceito contra os assentados, que se refletiu na forma como as outras crianças que, mesmo pertencendo às comunidades pobres da periferia, expressaram essa discriminação na relação com as crianças assentadas. Eu acredito que isso faça parte, muito mais, dos

valores e referências dos adultos que são reproduzidos por seus filhos. E, como na relação entre as crianças, esses valores e sentimentos fluem mais, a situação se evidencia.

A escola, na figura de seus profissionais, não foge desse tipo de representação. As professoras e funcionárias da escola, quando falavam sobre as crianças, sempre as nomeavam pela diferença, pelo estigma: as crianças do assentamento, as crianças da favela tal. É possível perceber, por exemplo, que a visão do assentamento na comunidade urbana, é a de uma 'favela rural' e, como boa parte das crianças assentadas vem de comunidades muito pobres, de um estrato socioeconômico mais baixo, sobre elas paira o estigma de 'faveladas', com todas as conotações pejorativas que termo sugere: sujas, marginais, mal-educadas, etc.

O preconceito maior era o de esperar que as crianças, de Vergel ou de qualquer outra comunidade, fossem 'educadas' dentro dos padrões de educação de classe média, da urbanidade, sem considerar as condições de produção de suas existências. O que é ser educada? A comunidade urbana possui uma representação de educação como moldura, como padrão, no qual as crianças das camadas populares devem ser enquadradas.

Qual é o papel da escola na condução dessas experiências educativas? Para que a criança possa criar novas referências, precisa ter contato com outras formas de socialização e de sociabilidade. Se considerava as crianças de Vergel pelo que elas supostamente tinham em falta, em relação ao olhar de um outro, o adulto educado, supostamente 'completo', o que demonstra que a escola trabalhava com a concepção de educação enquanto normas de comportamento. Não lhe deram a oportunidade de viver a experiência da escolarização, antes de avaliá-la, assim como não consideraram o papel formativo da escola.

Mas, se levarmos em conta essa representação de 'sem educação' atribuída às crianças, concordaremos com uma concepção de criança que despreza sua cultura, como nos aponta Kullmann Jr. (1997). Entretanto, essa representação não acontece só com as crianças do assentamento, mas todas a que integram esse tipo de comunidade. É a discriminação que ocorre a partir das relações de classes, mesmo entre semelhantes.

Durante o ano de 1999, duas integrantes do grupo de estudantes da UNICAMP realizaram um trabalho na escola em que as crianças do 1o. segmento estudavam. Buscaram estabelecer um diálogo entre a direção, as professoras das crianças, e entre as

próprias crianças, através de atividades de estágio justamente para ampliar essa integração, promover esse movimento de inclusão, de aceitação. Uma das constatações desse trabalho é o de que não há como negar que a escola, enquanto uma instituição que trabalha com os valores e conteúdos estabelecidos pelo sistema hegemônico, reproduzindo as relações de hierarquia e poder da sociedade, também acaba por promover a exclusão. Uma das formas mais sérias de exclusão praticadas pela escola, em se considerando que os professores e profissionais de ensino a integram, é a prática sistemática da estigmatização das crianças como "terríveis", "mal-educadas", "lerdas" ou mesmo "com problemas".

As crianças assentadas que apresentavam algum comportamento mais agitado, disperso ou tímido, eram imediatamente identificadas pelas professoras como crianças problemáticas. Muitas eram encaminhadas às classes especiais, sem o questionamento sobre o tipo de ensino oferecido a essas crianças. A escola urbana não queria refletir sobre seu trabalho a partir das crianças do Assentamento de Vergel.

No final de 1999, a fonoaudióloga e a psicóloga da escola acompanharam mais de perto as crianças do assentamento. Essas profissionais constataram que muitas daquelas que eram encaminhadas para as classes especiais não tinham, na verdade, qualquer tipo de problema de aprendizagem, apenas não conseguiam se manterem sentadas por quatro horas nos bancos escolares. Essas profissionais passaram a encaminhar as crianças ditas 'problemáticas' para o Núcleo. Em reuniões com as mães, mesmo aquelas que resistiam, eram orientadas a fazer a matrícula das crianças naquele espaço. Na nossa avaliação, esse fato foi o reconhecimento pela comunidade 'educada' da cidade da validade dos processos vividos no projeto do Núcleo.

Após um período no Núcleo, as crianças já apresentavam comportamento 'mais calmo', porque estavam brincando em conjunto, desenvolvendo atividades em grupo, num local especialmente organizado para as brincadeiras. Tinham espaço e materiais apropriados para realizarem suas tarefas e, quase sempre, alguém para acompanhá-los em suas dificuldades, quer na figura de um adulto, quer na de um colega que estivesse mais adiantado na escola.

O trabalho com a escola

A aproximação dessas duas profissionais à experiência do Núcleo se deu no momento em que a comunidade pretendia fechá-lo por falta de recursos. Houve até um episódio em que parte da população, questionando a função do Núcleo, o invadiu para se apropriar das doações que esse recebia e que essas pessoas julgavam ser direito do assentamento como um todo, e não apenas de um trabalho que atendesse parte da comunidade.

Esse episódio repercutiu negativamente e a prefeitura convocou uma reunião com a comunidade. Segundo informações de alguns assentados, numa assembléia entre representantes do município e a comunidade houve o ultimato: ou a Associação e a comunidade assumiriam o trabalho do Núcleo, ou as portas da Prefeitura poderiam estar, a partir de então, fechadas para negociações com a comunidade. Em assembléia, decidiu-se por continuar o trabalho.

Esse foi, então, resignificado: com verba da associação que fosse suficiente para um funcionamento mínimo e com o aumento no número de colaboradoras da comunidade. Mas o trabalho continuou acontecendo com muitas dificuldades por mais algum tempo. No início de 2000, a Prefeitura se comprometeu em assumir a pré-escola e a creche do assentamento. Houve uma série de mudanças no espaço do Núcleo para comportar esse trabalho. A comunidade investiu na reforma do prédio. As mulheres deslocaram outras atividades como a pousada e a pensão alimentícia para fora daquela construção, seguindo orientações da própria Prefeitura. Mas, por questões políticas, essas promessas não se concretizaram.

Pré-escola 1 - 2001

Pré-escola 2 - 2001

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

A pré-escola chegou a funcionar por um ano, mas também foi desativada. Apenas as duas profissionais continuaram a freqüentar a comunidade, por mais um período. A partir de meados de 2000, até esse trabalho foi suspenso, por não haver verba para o transporte das profissionais.

Com relação à assunção daquele espaço pela prefeitura, havia, na época uma insegurança por parte das mulheres que lá trabalhavam se teriam como garantir sua participação, pois, geralmente, quando os órgãos públicos assumem um espaço educativo, reformulam a proposta pedagógica e contratam outras pessoas para o trabalho.

Uma das assentadas que coordenou o trabalho do Núcleo, I., nos conta que viveu em Campinas uma situação semelhante. Com um grupo de pessoas da sua comunidade, montaram uma creche na periferia. Essa cresceu, passou a atender boa parte da população do bairro e foi incorporada ao sistema público de ensino. As pessoas que lá trabalharam de graça por dois anos foram dispensadas com a chegada da Prefeitura, tendo suas crianças, inclusive, perdido lugar na creche por não poderem colaborar com cerca de R$ 10,00 mensais. A justificativa pela dispensa das trabalhadoras era a de não eram qualificadas.

Por meio de sua fala, percebemos que o processo vivido por I. foi o maior responsável por sua formação política, por seu processo de conscientização, de reflexão sobre suas ações. Foi no sofrimento desse processo, no embate, na resistência, que ela construiu sua sociabilidade de integrante de movimento social. Entretanto, para se transitar no mundo, a educação vivida dentro de um processo político, não vale muito para o trabalho. O que vale, o que dá legitimidade à formação é o que é instituído, aprendido nos bancos escolares, com diploma.

As pessoas que integraram o trabalho do Núcleo eram educadoras, embora não possuíssem muitos elementos do conhecimento formal. Nem sempre o que se aprende nos bancos escolares dá suporte ao trabalho educativo. Com isso, não estamos defendendo que leigos assumam a educação, muito ao contrário. Mas consideramos que a formação dos profissionais em educação é deficitária no sentido de prepará-los para o trabalho com comunidades, em espaços educativos não-formais. Os educadores geralmente são formados para preencher vagas nos sistemas formais de ensino público e privado, ou para o trabalho em empresas, nas áreas de recursos humanos e similares. Falta a formação para o trabalho de educação social.

Acreditamos que os conhecimentos advindos da vivência das pessoas devam sejam considerados. Há muitos educadores orgânicos em espaços educativos não-formais. Seus conhecimentos sobre a vida, a realidade e a cultura compõem sua formação. Podemos refletir sobre o valor dado à formação institucionalizada e legitimada, que nem sempre garante que o profissional domina os processos educativos. Um exemplo ocorrido no Núcleo ilustra essa reflexão:

A psicóloga realizou uma experiência de teatro com as crianças mais velhas do Núcleo. A peça falava sobre drogas. Personagens: policiais, bandidos e mocinhos. O resultado prático desse trabalho foi que, por duas semanas, as crianças do Núcleo reproduziram nas brincadeiras, em suas relações, os papéis vividos na oficina. O Núcleo esteve a ponto de implodir, com crianças se batendo entre si, representando os papéis de bandidos e policiais. Chegaram a se machucar nessas brincadeiras. As monitoras ficaram numa situação bastante delicada, sem saber como lidar com o problema. As profissionais também não conseguiram reverter o quadro. Somente depois de muitas conversas entre as monitoras e o grupo de crianças, com o objetivo de *desconstruir* o valor dado à disputa na experiência do teatro, é que as elas deixaram as brincadeiras agressivas e voltaram a se entenderem melhor.

O trabalho daquelas monitoras, teoricamente despreparadas para realizá-lo, produziu um resultado melhor do que o feito pelas profissionais. Refletindo sobre o assunto, as monitoras não pretendiam desqualificar a profissional, mas deixaram claro que todos podem errar, e que educar não depende só do conhecimento formal. Ou seja, a formação superior não é garantia de uma prática isenta de falhas. A educação informal tem contribuições a dar a educação formal, por se constituir na proximidade com a comunidade atendida. Mas, as monitoras também valorizavam o trabalho da educação formal que agregava novos elementos às suas práticas. Algumas daquelas educadoras informais manifestaram o desejo de se formarem para continuar com o trabalho com educação.

O Núcleo de Atividades Educativas: Casa da Criança do Vergel

Quando o Núcleo começou a funcionar, em julho de 1999, ele era a expressão de uma vitória para o grupo de mulheres. Era o resultado do esforço empreendido em um sonho: o Núcleo como o espaço desejado e conquistado pela comunidade para suas crianças. A despeito de todas as dificuldades, o Núcleo funcionou por quase dois anos e,

nesse período, passou por diversas fases: o trabalho da creche, as oficinas de produção, como a horta, vassoura, a pintura no gesso e o espaço educativo não-escolar.

Em decisão em Assembléia, no mês de novembro de 2000, a comunidade decidiu não mais investir financeiramente naquele espaço, que na concepção do grupo, deixou de ser pertinente dado o momento do assentamento: a ausência de recursos e o fato de que cada família estava assumindo o trabalho em seus sítios.

Essa decisão, entretanto, foi contestada pelo grupo de mulheres, que se organizou na busca de alternativas que garantissem a continuidade do funcionamento do Núcleo. Uma primeira iniciativa foi a exposição pública dos trabalhos e atividades realizadas com ou pelas crianças ao longo deste último ano. Essa atividade realizou-se no dia 09 de dezembro de 2000. Seu objetivo era o de sensibilizar a comunidade e mostrar a relevância do trabalho educativo que vinha sendo realizado. Pretendia-se mostrar como a educação estava sendo vista por quem realizava o trabalho: a brincadeira e o desenvolvimento da sociabilidade, através dos valores colaborativos no grupo, eram prioridades das educadoras daquele. A casa onde funciona o Núcleo foi toda preparada com esse objetivo.

Os trabalhinhos realizados pelas crianças foram fixados nas paredes, em varais improvisados. Foram apresentados os artesanatos produzidos por eles nas oficinas. Também as fotografias e trabalhos dos estudantes da Unicamp, da USP, incluindo o meu trabalho de pesquisa e o ensaio que produzi sobre o projeto, ganharam destaque na exposição. Tudo com o objetivo de afirmar o Núcleo como o lugar da educação e principalmente da criança no Assentamento. As mães, alguns líderes, membros da comunidade e representantes da Prefeitura estiveram presentes nesta exposição.

Uma segunda alternativa pensada pelas trabalhadoras da educação foi a de transformar o Núcleo do Assentamento em uma entidade sem fins lucrativos, retirando do Assentamento a responsabilidade por sua existência e manutenção. Procuraram algumas ONGs e as Secretarias de Promoção Social de Mogi e Itapira, mas não tiveram sucesso.

Embora o Núcleo tenha estado sob a responsabilidade da Associação, ele nunca foi assumido como sendo seu projeto. Ele foi uma idéia que foi tomando corpo, foi sendo construído pelo grupo de mulheres e o grupo de estudantes. Ele chegou a sofrer uma séria resistência de parte da comunidade e da Associação para ser implantado. A justificativa principal para essa resistência é a de que nem todas as famílias precisam ou querem um

espaço como o Núcleo: aqueles que se interessam, devem financiá-lo e não toda comunidade. Para a imagem do Assentamento junto à comunidade urbana, o Núcleo funcionou como um diferencial bastante positivo, inclusive pela presença da Universidade nas atividades educativas do Assentamento.

Infelizmente, apenas as mulheres do projeto e as próprias crianças se empenharam em preservar na comunidade aquele espaço como o lugar da criança de Vergel. A Associação não teve como 'bancar' os investimentos necessários para que ele continuasse funcionando, tampouco as famílias. O poder público, que foi solicitado várias vezes a contribuir com ele, também não o fez. Após reunião no final de maio de 2001, por falta de recursos para dar continuidade ao trabalho, decidiu-se pelo encerramento definitivo de suas atividades.

Mas, essa experiência do Núcleo de atividades não foi esquecida. Atualmente, há um projeto para a construção de uma creche que atenda as crianças menores de 6 anos, das mães trabalhadoras de Vergel. A construção que abriga a antiga estação de trem já foi destinada para a CUT que coordenará o projeto e reformará o prédio.

Quando retorno a Vergel, no final de 2003, percebo que a existência do Núcleo marcou uma época importante para as pessoas que com ele estiveram envolvidas. Durante minhas visitas em campo, ao reencontrar as trabalhadoras do Núcleo, elas lembravam com saudades aquela época. Afirmavam que o desempenho escolar das crianças do assentamento melhorou naquele período.

Também em termos de amizade as crianças viveram um momento feliz, pois se encontravam com regularidade, estudavam e brincavam juntas. Nesse movimento, formaram um grupo social que se fortaleceu e contribuiu para o processo de identificação das crianças com Vergel, como era o objetivo original da comunidade para o Núcleo.

A avaliação das mulheres sobre a desativação do núcleo é carregada de uma tristeza e de uma vontade de recomeçar. Algumas já planejam retomar os projetos em 2005. Só resta saber se a mentalidade da comunidade com relação à educação se modificou nos últimos anos, se as pessoas sentem que há pertinência em se criar novamente um espaço educativo.

Uma outra questão: qual seria o sentido, ou o projeto pedagógico de um Núcleo hoje para Vergel? Especialmente se considerarmos que atualmente as crianças já vivem em

seus sítios, distantes da agrovila. Provavelmente, o projeto anterior do Núcleo não caiba mais nas necessidades e expectativas da comunidade. Desde a sua desativação, deixou de existir em Vergel um espaço educativo e de lazer para as crianças e os jovens. Mesmo para os adultos, os momentos de convívio só ocorrem nas reuniões e assembléias. Talvez um novo projeto pudesse ser pensado para o Núcleo, ressignificado-o como um espaço cultural, de lazer e social, para toda a comunidade.

Na avaliação da antiga coordenadora, o projeto do Núcleo inspirou projetos educativos de outras comunidades assentadas. A divulgação do trabalho realizado em Vergel ocorreu em todo o Estado de São Paulo, por meio de representantes do ITESP e dos materiais por nós produzidos.

Segundo a opinião de I., na leitura do documento que propõe o novo projeto de creche a ser implementado pela CUT em Vergel, em 2005, ela pode identificar a filosofia do projeto anteriormente desenvolvido no Núcleo.

> " são os frutos do nosso trabalho que, se não tiveram o conhecimento merecido aqui, mexeu com os de fora, que agora vêm ajudar a educação das nossas crianças"

CAPÍTULO 3 – OLHARES SOBRE VERGEL

Nesse capítulo, pretendo contar um pouco da atual conjuntura de Vergel, através dos dados apurados nesta segunda fase da pesquisa. Ainda em forma de narrativa, pretendo apresentar a atual estrutura de funcionamento do assentamento: como a comunidade se organiza, quais são seus projetos, quais as parcerias do assentamento e seus planos para o futuro. As análises, ancoradas no capítulo de referenciais teóricos deste texto, comporão essa narrativa.

3.1 – FORMAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO

Uma das hipóteses desta investigação seria a de que os integrantes de Vergel, através da experiência nos movimentos sociais, realizariam sua formação sociopolítica nos espaços do movimento e isso se refletiria no sucesso de sua integração à comunidade, aos processos de participação social e política e na produção.

Então, uma das questões que balizaram as entrevistas pessoais foi relativa às experiências pregressas dessas pessoas em ações sociais coletivas. Quantos desses indivíduos, antes de integrar a ocupação de Vergel, já haviam tido outras experiências no campo político ou comunitário?

Das doze entrevistas pessoais realizadas com os trabalhadores, apenas três tinham experiências anteriores nos movimentos sociais de luta pela terra e outras ações coletivas na luta por direitos sociais e cidadania. Os outros nove integraram o movimento social pela primeira vez na luta de Vergel.

Esse número não pode ser compreendido como um dado de amostragem que configure o perfil do assentado de Vergel, mas ele é significativo se considerarmos que, dos doze entrevistados, dois integram a liderança da comunidade e sete são coordenadores de grupo de trabalho, elegidos por outros trabalhadores por corresponderem a um perfil de comando. Desta forma, é possível aferir que, para uma grande parte da comunidade, o movimento social de Vergel foi sua primeira experiência de participação coletiva.

> *Quando eu cheguei minha esposa disse: - Olha, eu não conheço esse movimento, você também não conhece, mas você que sabe se quiser acompanhar, você acompanha, você decide, aí eu arrisquei e vim, aí*

eu cheguei aqui, foi muita luta até hoje tem luta, mas sempre organizada. (H.)

E um dia na igreja que eu sô bastante católico e eu tava na igreja ... bom católico, eu nem sei se eu sô católico, hoje eu sô crente outro dia eu sô (risos) acredito em Deus. É então eu tava na igreja lá e o padre, um padre muito bom, diferente, amigo , aí me chama: "vem cá" "que foi padre?" minha família conhece bastante ele , aí me falô desse assentamento, falei "ma onde fica isso?", eu num conhecia nada prá cá aí, ele me deu o endereço do João e eu vim. (Sr. M.)

PERSONAGENS DE VERGEL: COMUNIDADE (1998-2000)

Personagens 1

Personagem 2

Personagem 3

Personagem 4

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Formação Política do movimento social

A formação política é um processo educativo dinâmico, que não se aprende em escolas, mas na própria vivência do movimento. Há na postura de parte dos assentados de Vergel uma suposta contradição entre a experiência de participação no movimento que criou o assentamento e uma certa rejeição às imagens dos movimentos sociais.

É possível perceber em certas falas, no âmbito informal, um certo preconceito contra alguns movimentos sociais, como o MST. Essa é, aparentemente, uma contradição, pois os assentados de Vergel também se vincularam aos movimentos sociais e tiveram membros do MST como parceiros de lutas.

> [falando da ocupação de Itapetininga] *(...) tinha a militância que no meu ver, aquilo lá não era pra pegar terra, mas era um pouco de tipo de pegar terra, e um pouco de interesse. (F.)*

> [falando da ocupação em Vergel] *Lá não é o que a gente viu, é diferente, não é o MST que tá na luta com nós. Nós tamos com o sindicato de alimentação, sindicato rural de Sumaré, a CUT ta apoiando, então eu tô achando que a coisa ta mais organizada.(F.)*

Se os sujeitos de Vergel, embora tenham feito parte de um movimento de luta pela terra, muitas vezes não se localizam nos discursos dos movimentos, enquanto projetos políticos de transformações sociais, não significa necessariamente que estejam negando os movimentos. É possível que essa rejeição não tenha como objeto o movimento social em si, mas as referências sobre os movimentos que estão impressas no imaginário coletivo e que se reproduzem através dos processos de comunicação de massas, da veiculação ideológica sobre os movimentos sociais. A identidade de "ser assentado" está impregnada dessas representações produzidas socialmente.

> *Eu ficava horrorizado porque na televisão a gente vê coisa ruim porque eles num põe o que é bom na televisão. O que é bom do assentamento eles nunca põe, a televisão num filma. Geralmente ela grava uma cena feia, uma coisa horrível, então se tem uma lavoura bonita ou uma plantação muito bonita, bastante criação, qualquer coisa que enfeita o movimento eles num põe na televisão, eles num passa, é muito dificil acontece isso ai... pode ser que tenha, mas eu num vi passá na televisão, agora quando passa uma cena perigosa, eles passam . Eu via aquilo ficava horrorizado então jamais na minha vida eu pensava em vim prá isso aqui. (Sr. M.)*

Retomando, Gohn (2001), é preciso considerar a historicidade do movimento dos assentados de Vergel (p.101). A forma de ser movimento social em Vergel também tem as características da formação política e de participação social do grupo. Uma dessas características é o fato de que não houve a construção de uma mística de movimento social forte neste grupo.

Há uma peculiaridade na formação do grupo, na sua história, que possivelmente interfira nesse processo de construção de sentidos: a rapidez com que se conheceram, se organizaram, ocuparam o horto e constituíram-se como comunidade, até a legalização da ocupação em assentamento. O tempo para afinar discursos, realizar a formação política dentro do próprio movimento, desenvolver a mística própria a este grupo foi bastante restrito.

> *Esse povo que ocupou o horto não é um povo formado na luta. A gente ocupou Vergel e já de cara ficou. Não é um povo sofrido igualmente o pessoal do MST, que ocupa hoje aqui, amanhã tem que sair... Nós aqui chegamos e aqui ficamos. Não chegou a passar pelo processo de formação que é a luta... (F.)*

A formação sociopolítica do grupo por meio da experiência do movimento social é singular, possui historicidade, espelha as idéias que foram construídas no grupo como coletivo e suas práticas refletem esse processo de formação. A experiência dos movimentos, entretanto, sempre agregam novas informações através dos processos educativos não-formais e informais que permeiam as dinâmicas de conhecimento e organização das comunidades.

Movimentos sociais – o caso de Vergel

Os embates engendrados pela comunidade, embora tenham como base o questionamento da estrutura social em que realizam sua existência, encontram na interação com a sociedade mais ampla seu espaço de luta. Desta forma, destacam-se as estratégias de inserção social e as relações políticas concretizadas pelo grupo para atingir seus objetivos.

A atividade dos sem-terra de Vergel reflete um embate das classes sociais trabalhadoras contra as injustiças sociais, resultantes desse modelo político-econômico excludente que direciona as dinâmicas da sociedade. Muitos membros dessa comunidade integraram o movimento para reagirem contra essa estrutura social desigual.

Para eles, integrar o movimento representou um ato de rebeldia, de indignação e de resistência contra: "... a violência estrutural que marginaliza milhões de pessoas no campo (...) e outras formas de exclusão social".(Stédile & Frei Sérgio, 1993).

Entretanto, no caso de Vergel, a compreensão do processo da luta da comunidade passa pela perspectiva dos Novos Movimentos Sociais. Segundo Gohn (1997b):

> "O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas em âmbito político ou dos microprocessos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc."(p.17)

Mesmo considerando que a luta pela reforma agrária é, basicamente, uma luta de classes, e, na abordagem dos Novos Movimentos Sociais a questão da cultura seja a predominante, acredito que ela sirva como suporte para este estudo.

Para se compreender a constituição dessa comunidade, deve-se pressupor que os processos identitários se formam no grupo num complexo que é político, é social, é econômico e cultural. O movimento dos assentados é também o de serem reconhecidos e acolhidos socialmente. A luta que travam é pela inserção. Num mundo pleno de ambigüidades, lutar pela inserção numa sociedade que se questiona pode parecer contraditório. Mas é preciso lembrar que essas pessoas constituíram-se numa sociedade com referências de urbanidade.

Entretanto, Vergel não deixa de vincular-se à uma linha interacionista de ação, pois sua metodologia privilegia as ações políticas como estratégia de luta para o atendimento as demandas da comunidade.

> *As pessoas aqui são conscientes. Não de fazer luta pra baderna, pra bagunça, mas de fazer luta pra trazer benefício aqui pro assentamento, pra ajudar outra comunidade... (V.)*

A comunidade integra as discussões nacionais dos movimentos de luta pela terra, através das suas lideranças e representantes. Essas lideranças têm ideais de mudança social, mas não assumem necessariamente uma postura radical contra a estrutura social vigente.

As bandeiras dos movimentos sociais não fazem parte do dia-a-dia da comunidade. Está no plano das ações políticas que os atores sociais desenvolvem, a estratégia de luta da comunidade para que todos tenham acesso aos direitos de cidadania, à inserção social através do trabalho. Em ações pontuais, colaboram com os movimentos.

Gohn (1997) afirma que o movimento deixa de ser movimento social quando se institucionaliza, tornando-se organização social (p.247). Embora Vergel já esteja "legalizado" enquanto um assentamento de Reforma Agrária do Estado de São Paulo, e "institucionalizado" através da Associação dos Pequenos Agricultores, ele ainda está vinculado ao campo político de discussões e ações pela Reforma Agrária.

Vergel participa do movimento de Assentamentos do Estado através das redes a que está vinculado. Através de sua liderança, mantém a interlocução com a CUT, com o MST e outros movimentos correlatos, outras ocupações, outros assentamentos, o ITESP etc. Em seu processo histórico de constituição, a comunidade já esteve mais afinada com os discursos dos movimentos. Atualmente, entretanto, suas ações no âmbito social mais amplo são tópicas, em geral restritas aos dias nacionais de luta ou ao apoio a novas comunidades que iniciam processos de ocupação, por exemplo.

> *Quando tem necessidade, o povo enche um ônibus para ajudar a construir os barracos de outras ocupações. Quando precisa, vão em seminários, pra saber como conseguir crédito... Enfim, a luta não está morta.. Ela está em outro momento.(V.)*

Sua luta hoje está mais voltada aos fazeres do dia-a-dia, ao trabalho com a terra. Este é um fato comum na constituição das comunidades assentadas. Em geral, ao atingir o objetivo do assentamento, diminuem o vínculo com as lutas e proposições coletivas. As prioridades são modificadas porque não há como viabilizar o trabalho e se manter nas ações.

> *A luta não é pra todo mundo... Se for todo mundo pra luta, não tem tempo de construir suas casas, não tem tempo de produzir...(V.)*

Entretanto, a história de sua constituição do assentamento está vinculada aos movimentos sociais de luta por terra e trabalho. Ser movimento social faz parte da identidade do assentamento de Vergel: uma identidade de movimento social ressignificada, que se constitui nas redes de ações coletivas de diferentes atores sociais. O que pode ser

questionado, em termos de ajustamento a essa conceituação de movimento, é a questão da formação e da cultura política da comunidade.

Produção de significados: os processos educativos do movimento social

O discurso do movimento social é um dispositivo pedagógico de constituição desses indivíduos, em seres integrantes de uma coletividade. Apesar do curto tempo de vivência do movimento social, não se pode desprezar os significados produzidos nesse processo educativo que foi integrar o movimento.

O cidadão que se constrói dentro dos processos educativos do movimento social vive, na verdade, o movimento como uma parte de seu percurso. O movimento é parte do processo e não o fim em si. O processo educativo de formação desses cidadãos se realiza dentro do próprio movimento, na explicitação da realidade de vida, na tentativa de se fortalecerem no coletivo, nos processos dos quais participam para a concretização da luta.

Mesmo que não se dêem conta, que acreditem que suas motivações para integrar a luta tenham sido pessoais, os sujeitos de Vergel constituíram um movimento que tem por meta a transformação da realidade social. Não há como não se apropriar de certas representações do movimento. Construíram referências de solidariedade, de coletividade, de trabalho, de direitos humanos.

A vivência de certos processos educativos não-formais e informais também compõe esses processos formativos. As práticas do movimentos social que remetem à participação são exemplos desses processos. Nas questões que envolvem decisões coletivas, em Vergel, todos os membros da comunidade, titulares ou dependentes, têm direito de participar. Assim, procuram se organizar por meio de atividades democráticas, como assembléias, discussões coletivas, grupos de trabalho, representatividade, coordenações. Entretanto, essas mesmas práticas são sustentadas por fortes dispositivos de controle, que se exerce pelo viés ideológico. Nas discussões coletivas, a vigília sobre os dizeres que fujam a esses preceitos é sempre censurada. Enquanto participantes dessas práticas, os assentados participam também desses dizeres, "vestem a camisa", se envolvidos pela mística do movimento.

A educação pensada em termos de movimento social, aquela que promove mudanças sociais significativas, que combate às injustiças e que transforma a realidade. Mesmo que os integrantes do assentamento não se dêem conta de integrar esse processo

educativo, na história de Vergel esse processo está se construindo quotidianamente, porque caráter educativo do movimento está presente na sua forma de organização, no pensar o coletivo. Mesmo que não seja a tônica das discussões na comunidade, a educação está acontecendo pelo viés não-formal da educação.

As experiências dos assentados de Vergel, em suas práticas cotidianas, refletem todas dimensões educativas da educação não-formal, conforme proposta por Gohn (1999): aprendizagem dos direitos políticos, educação para o trabalho, práticas de organização comunitária, educação para civilidade, educação para a vida.

Candidatura Política – Vergel na política

Um dado importante desse movimento foi que Vergel, nessas últimas eleições, teve um candidato a vereador pela cidade de Mogi-Mirim, com o objetivo de divulgar o assentamento para a cidade. Justificava sua candidatura porque, conhecendo as necessidades da comunidade e poderia trabalhar direcionado por suas demandas. Sua plataforma incluía a intenção de reforçar a agricultura familiar e agilizar a criação na região do sindicato da agricultura familiar ligado à Federação da Agricultura Familiar.

A articulação foi feita com os partidos de esquerda da região. O candidato saiu pela legenda do PCdoB, em coligação com o PT, que lançou outros 16 candidatos a vereador. Para conseguir se eleger, cada um desses candidato precisaria obter cerca de 5.000 votos no pleito. O candidato de Vergel não foi eleito. Embora tivesse o apoio de uma grande parte da população, muitos assentados ainda não fizeram a transferência de seus títulos eleitorais para poderem votar na cidade de Mogi-Mirim. Esse é um dado curioso, uma vez que as pessoas organizaram suas vidas nessa cidade. Por que ainda não a assumiram?

A frustração com a não eleição, no entanto, não desanimou V., pois acredita que há um interessa local em apoiar o assentamento, que vem despontando como um importante pólo do desenvolvimento da cidade. V. afirma, no entanto, que falta às pessoas entenderem as vantagens de terem um candidato próprio, falta formação para a comunidade com relação à participação na política:

> *Só o tempo que pode mostrar para comunidade esse interesse. Politicamente, a gente sabe que aqui as coisas não têm uma influência muito grande. Precisava formar mais o pessoal aqui, pra eles começar a entender um pouco de política. Toda vez que a gente tem uma coisa pra definir no grupo a gente faz a*

assembléia, mas isso não leva à questão política. A questão política é o pessoal saber, por exemplo: nós temos um candidato a vereador em Mogi-Mirim, nós temos que trabalhar para ele, nos temos que panfletar na cidade, ir pra campanha junto, pra depois nós poder cobrar do cara. Falar: olha meu, trabalhei na sua campanha, agora nós precisamos no assentamento que arrume as ruas, precisamos de melhorias no posto de saúde, você foi eleito, nós contribuímos com você, o que você vai estar contribuindo com nós agora? Então é isso que eu o que precisava conversar ou formar as pessoas para essa etapa. Só isso que falta, porque muitos não entendem (...) trabalhando pro cara ele tá assegurando um futuro melhor pra ele.(V.)

Mas, o candidato considera que um dos fatores que desarticula os sujeitos à participação política mais efetiva nos momentos de campanha é o próprio trabalho. Segundo ele:

O pessoal não tem tempo para parar para pensar a questão política, para participar. O pessoal que corta cana, que trabalha direto 4 domingos para folgar 1, que tempo vai ter? O pessoal esquece e pensa só no trabalho. (V.)

Para V., o trabalho com a terra desarticula a participação no grupo. Ele considera que a participação política deveria caminhar em paralelo com a participação no trabalho:

Por que é importante a reforma agrária? Para mim é importante que as pessoas saibam que aqui deu certo porque as pessoas estão preocupadas com a reforma agrária, com uma nova relação de trabalho e de produção. Essa luta não acaba nunca. Não adianta pegar o lote e vai ficar isolado que não é assim. A luta vai continuar... O interesse das pessoas era o de achar uma terra para trabalhar, não pensa outra questão. Desde que foi aprovado o assentamento muitas pessoas dizem: eu vou pro meu lote, não quero mais saber de assembléia, nada... A formação política tem que caminhar paralelo. (V.)

Entretanto, conforme refletimos no capítulo teórico, a formação política do sujeito não se limita ao pleito eleitoral. A cultura política da comunidade é produto de sua formação ao longo da vida e também dos processos de socialização vividos no próprio movimento social.

Os espaços comunitários se constituem num espaço de formação política, onde as práticas direcionam o indivíduo a refletir sobre é participar do grupo, qual é o sentido de sua participação para a comunidade.

3.2 – TRABALHO E IDENTIDADE – O CASO DE VERGEL

Percurso Profissional dos Assentados

Conforme já apontamos anteriormente, a história de vida dos assentados de Vergel é marcada pelo movimento que realizaram em busca de trabalho e cidadania. A maioria dessas pessoas realizou seu percurso profissional transitando por várias ocupações, tanto no meio rural como no urbano. Construíram sua identidade profissional/ocupacional através da mobilidade no mundo do trabalho.

A falta de estudos da maioria dos assentados contribuiu para que muitos não se profissionalizassem em uma área específica. Para se inserirem no mundo do trabalho, foram aprendendo várias atividades, diversificando suas competências. De certo modo, isso fez com que se mantivessem trabalhando, pois ampliaram suas oportunidades ocupacionais, mesmo que em serviços precários. Através do quadro abaixo (quadro 1), pode-se perceber o percurso realizado por alguns assentados, antes de integrar Vergel:

Percurso ocupacional dos assentados de Vergel

Trabalhador/a	Percurso ocupacional
1 (F)	Construção civil, garimpo, tratorista, serraria, cobrador de ônibus.
2 (DC)	Lavradora, dona de casa, doceira, sacoleira.
3 (I)	Empregada doméstica, monitora de creche, cuidadora de idosos, lavradora.
4 (C)	Lavoura, carregador, ajudante geral, empacotador, cortador de cana.
5 (A)	Lavoura, ajudante em laticínio, jogador de futebol, tratorista de terraplanagem, maquinista, florista.
6 (P)	Lavoura, operador de máquinas, torneiro mecânico, pedreiro, desempregado.
7 (ZV)	Lavoura, gado, coordenador de turma de lavradores, catador de laranja, tratorista, ajudante de carpinteiro.
8 (H)	Corte de cana, colheita de laranja, ajudante de serviços gerais, construção civil, montador de estruturas metálicas.
9 (CP)	Mecânico, técnico em eletrônica, empresário, lavrador.
10 (ICP)	Lavoura, construção civil, mecânico, desempregado.
11 (Ce)	Lavoura, garimpo, mestre de panificação – confeiteiro.
12 (T)	Lavoura, gado, metalurgia, limpeza, ajudante geral, jardinagem, desempregado.

Fonte: LUCA, M.M.B.L. Processos Produtivos e Identitários: (2004)

No entanto, percebe-se que muitos, especialmente aqueles que tiveram uma qualificação mais expressiva, experimentaram o desemprego.

...Com o decorrer do tempo fui trabalhando, e com a modernização, com a idade, eu passei por vários desafios. A empresa queria um funcionário esperto, que pense e faça rápido. E quando chegou um certo tempo, tinha modernizado a máquina, a gente aprendeu a mexer e não tinha campo mais. (...) Isso é, também porque não tinha campo, por que a máquina estava moderna e a empresa reduziu tudo né? Aonde trabalhava com máquina que fazia 2 eixos por dia, aí começava a fazer 15, 16 por dia. Quando trocava uma máquina aumentava a produção e diminuía o número de funcionários. No final, mandou todos embora e ficou o chefe e mais um ajudante. (P.)

[sobre o trabalho de técnico eletrônico] *(...) Antigamente ninguém comprava, era só a vista e a vista era muito caro, ninguém comprava. Conclusão, era um mercado parado, nessa época eu tava bem. Todo mundo mandava consertar, então a pessoa tinha um radinho velho, cheio de barata lá, que não prestava mais, mandava arrumar, gerava, tinha condições de fazer isso, (...) logo muda o sistema do governo né, televisão a dez reais por mês, geladeira a quinze reais por mês, microondas, não sei o que... Conclusão, virou essa profissão de ponta cabeça, isso foi o que mais contribuiu pra o falecimento desse tipo de trabalho. Não tinha mais trabalho. (CP)*

Vergel tem como característica o percurso rural-urbano-rural de grande parte das famílias. Embora uma observação mais cuidadosa tenha revelado que a experiência rural é significativa na vida de muitos assentados, pois mesmo morando em periferias urbanas, ocupavam-se profissionalmente de trabalhos rurais como o corte da cana, colheita de laranja, café etc.

Segundo dados apurados pelo ITESP em relatório de 1999, 52,5 % das famílias desenvolviam como atividade anterior à vinda para o assentamento, o trabalho na agricultura. Desses, 45% eram assalariados temporários, 5% era de assalariados permanentes, 1,25% de parceiros e 1,25% de ex-proprietários rurais.

Grafico 1 - Atividade anterior à vinda pra o assentamento

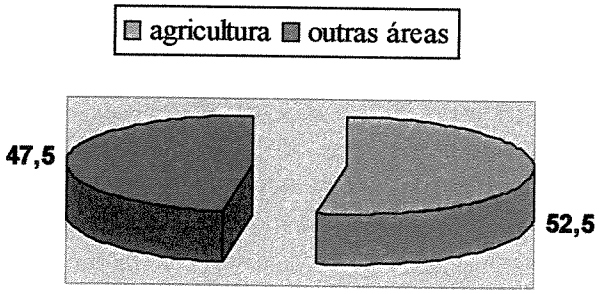
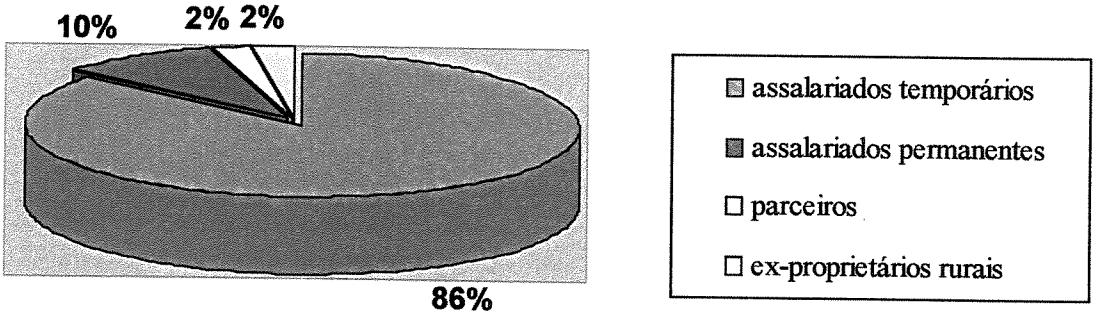


Gráfico 2 - Trabalhadores vindos da agricultura



Mas, os dados apurados neste levantamento feito pelo ITESP podem não corresponder de fato à realidade. Nas conversas informais, algumas pessoas comentavam que ter experiência com a terra era requisito para conseguir ter o cadastro aprovado pelo Estado para poder integrar o assentamento. Então alguns questionários informam essa experiência imediatamente anterior à ocupação como exercício de atividade na agricultura inclusive de pessoas que tiveram seu percurso profissional todo desenvolvimento no meio urbano, em atividades desvinculadas do rural.

Independentemente dessa informação, é sabido que a maioria dos trabalhadores, com experiência anterior do trabalho rural ou não, experimentou ao longo de seu percurso de vida a mobilidade entre ocupações no mundo do trabalho.

O Trabalho do Agricultor de Vergel - Trabalho e aprendizagem

É possível perceber a valorização do trabalho que desenvolvem e dos saberes que dele advém, no processo de auto-reconhecimento dos sujeitos de Vergel.

Meu lápis é a enxada... Meu caderno, a terra. (D.C.)

Esta fala localiza o sujeito que a diz em seu processo histórico de construção de identidade através dos processos educativos não formais que o trabalho lhe oferece. A simbologia utilizada expressa duas dimensões importantes da humanidade desses sujeitos: o trabalho e a educação. Segundo Roy (1999):

> "O trabalho, como lei universal, contribui na sua essência para a construção do ser social" (p.137)

O caráter formativo do trabalho

O trabalho possui um caráter formativo, o que nos auxilia a compreender as representações sobre o ser trabalhador para a comunidade de Vergel. O ciclo do trabalho do agricultor é longo e demanda várias etapas, como a escolha do que será produzido, a seleção de mudas ou sementes, a preparação da terra, o uso de insumos e implementos, a plantação, os cuidados com adubação, a carpinagem, o controle das pragas, a colheita, a estocagem, a comercialização.

O controle sobre o próprio trabalho é feito pelo produtor, pois esse exerce um papel ativo nos processos de produção, mas também pela natureza pois é ela que diz quando e como deverão ser realizados os processos.

O trabalho com a terra requer conhecimentos especiais, que podem ser aprendidos no próprio processo de trabalho, no qual os conhecimentos sobre a produção são compartilhados através da interação informal entre os integrantes da ação laborativa, nas dinâmicas do trabalho.

Mas, a formação para o trabalho com a terra também acontece através de processos educativos formais, quando alguns assentados buscam nas universidades, nas escolas técnicas e nos espaços formativos oferecidos pelo IAC, pelo ITESP, pelo DEPRN entre outros, as informações necessárias para o desenvolvimento de suas atividades; e também através de processos não-formais, como nas atividades de Dia de Campo, das visitas

realizadas a outras comunidades produtoras com intenção de aprendizagem de novas tecnologias, de novas formas de produção.

A visão sobre o trabalhador da agricultura

Na análise das entrevistas foi possível perceber duas representações mais significativas sobre o trabalho com a terra. Na primeira, o valor do trabalhador rural é medido pela sua contribuição social dada pela produção de alimentos. A segunda representação relaciona o trabalhador aos saberes do trabalho, ora ressaltando sua importância, ora desvalorizando esses saberes numa hierarquização dos conhecimentos a partir de uma visão construída dentro da lógica do mercado.

Primeira visão: o valor do trabalho na agricultura

O trabalho com a terra é visto como um trabalho socialmente necessário ao funcionamento da sociedade. A plantação de alimentos está associada à própria condição humana: as pessoas precisam se alimentar para viver. Ligada a esta representação há outra, fortemente vinculada à religiosidade: é o agricultor transforma a natureza, dada por Deus, para produzir os alimentos.

A agricultura desenvolvida pelos assentados é prioritariamente, a agricultura de auto-sustentação, denominada agricultura familiar. Assim, produzem o próprio alimento, a própria sobrevivência e buscam compartilhar o seu excedente com a sociedade mais ampla. Então, os produtores percebem sua importância social, pois através de seu trabalho colaboram com a sobrevivência dos outros seres humanos.

Segunda visão: o valor dos conhecimentos sobre o trabalho

Os saberes advindos da prática na produção são validados ou não pelos trabalhadores, em função daquilo que crêem como saberes válidos. Na fala de alguns sujeitos de Vergel é possível perceber que esses saberes possuem uma significação especial na produção de suas próprias representações a cerca do conhecimento.

O Trabalho do Agricultor de Vergel

Construindo a cerca - 2000

Volta do trabalho - 1999

Lavoura 1 – 2004

Lavoura 2 – 2004

Lavoura 3 - 2004

Lavoura 4 - 2004

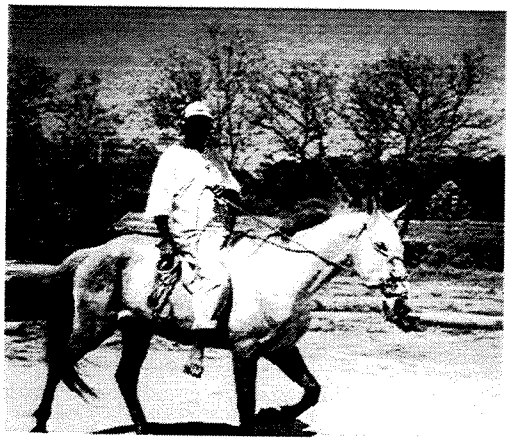
Fotografias de autoria de Mônica de Luca

O Trabalho do Agricultor de Vergel

Cuidando das galinhas - 2003

Horta - 1999

Trabalhador 1 - 2003



Trabalhador 2 – 2003

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Para alguns assentados, são os saberes sobre a produção que validam sua importância. Seus conhecimentos os qualificam para o desempenho de determinado papel social na comunidade e, através deles, ratificam sua competência de trabalhadores.

Para outros trabalhadores de Vergel, entretanto, os conhecimentos do trabalho com a terra são menos importantes. Acreditam qualquer um pode aprender a trabalhar na terra e que os saberes passados através das gerações, os saberes populares, não valem mais para o trabalho do campo que se desenvolve atualmente, pois com o uso das novas tecnologias se poderá desenvolver uma agricultura mais produtiva.

> *"Qualquer um produz. É lógico que a experiência manda na qualidade do produto, ai sim conta o cara tem conhecimento, olha tal produto eu não ponho porque acontece isso na fruta, mas se você usar tal produto a fruta fica desse jeito...Quer dizer, muda na*

(...) O conhecimento da produção do passado não influencia porque no passado o que se produzia, era totalmente diferente de hoje" (CP)

O que se vê muito na relação entre assentados e universidade, ou assentados e técnicos do ITESP, por exemplo, é uma certa postura de subordinação, decorrente das representações originadas no imaginário coletivo sobre a superioridade dos saberes científicos e da tecnologia.

"Eles fala o que é de fazer e a gente faz, por que eles é que tem as letras, as canetas..." (C.)

Dessa representação, resultam ainda outras duas. A primeira é que, a partir desta visão, é possível refletir sobre a subordinação dos processos produtivos às necessidades de mercado, conforme anteriormente apontado por Silva (2001).

Outra, diz respeito ao próprio valor do sujeito social na relação com outros sujeitos, pois os conhecimentos podem ser utilizados como identificadores, marcadores do lugar social que ocupam.

Nesse sentido, se ao saber do indivíduo é atribuído um baixo valor, podem surgir sentimentos de inferioridade, que se associam ao percurso de vida e às oportunidades de aproximação que esses sujeitos tiveram com os saberes socialmente válidos. A incorporação do estigma de inferioridade, a experiência de submissão se reflete no movimento de auto-identificação dos sujeitos.

No outro extremo das representações, há os trabalhadores que supervalorizam seus saberes adquiridos ao longo da vida e se recusam a integrar processos formativos, experiências realizadas pela FEAGRI, pelo IAC ou os cursos oferecidos pelo ITESP, pelo SEBRAE etc., pois consideram que já possuem os conhecimentos necessários para realizarem seu trabalho. Desprezam as novas tecnologias pois cristalizaram seus saberes sobre o trabalho rural, como nos relata F:

Muitas pessoas não se interessam, às vezes vem mais gente de fora conhecer as técnicas, do que os próprios assentados. Alguns falam assim: 'porque no meu tempo não precisava isso..Eu já sei plantar. Vou ver o quê? Eu já sei plantar'. Sabe nada.... (F.)

Os processos de formação para o trabalho em curso

Há trabalhadores que realizam o próprio movimento com relação à aprendizagem. Sr. S., por exemplo, conta sobre como aprendeu para desenvolver o seu projeto para criação de 500 galinhas poedeiras, que está em andamento:

> *Eu tenho experiência nisso ai, por que eu fui assinante da Globo Rural quatro anos e meio. Eu tenho um punhado de livros ai, que explica tudo.(...) A poedeira com seis meses bota, ela bota direto por quatro anos. A média dela comer é setenta gramas de ração ao dia. Ela não pode comer direto, se ela se alimentar, ficar se alimentando direto ela corta a produção [pára de por ovos]. Ela não pode engordar, ela tem que o limite exato. Agora, a água pode ser direto, mas o horário de comida dela tem que ser horário de comida: ela comeu, levanta o comedouro dela pra cima, levanta assim pra cima pra ela não, pra ela não se alimentar mais. (S.)*

O assentamento também realiza cursos de preparação para o trabalho, em parceria com entidades, sindicatos etc. Recentemente, o SEBRAE ofereceu ao assentamento cursos de produção, comercialização e capacitação rural. Neles, as pessoas aprendem a fazer projetos, compreendem o que é cooperativa, aprendem a ver gastos, entrada e saída de recursos e têm uma visão de administração e comercialização.

Esses cursos foram interessantes no sentido de trazer para os assentados a perspectiva do trabalho rural como negócio e assim, agregou conhecimentos. Entretanto, na avaliação da liderança, o trabalho realizado pelo SEBRAE foi interessante, mas um tanto desconectando da realidade do assentamento, pois a visão do "agrobusiness" é destinada à agricultura empresarial e não atende as necessidades do tipo de produção realizada em Vergel, a agricultura familiar.

Mas, mesmo a agricultura familiar exige um processo de formação para capacitar o trabalhador a enfrentar os desafios da comercialização. Sobre a questão, F.P. comenta:

> *Acho que a própria necessidade já faz conta de profissionalizar a gente nessa área, porque quem planta é sempre no intuito de comercializar, então te obriga a realmente a, se plantar, já começar a divulgar e também por à venda. (FP)*

Educação Formal – complementando a formação

A educação formal adquiriu um novo status no assentamento nos últimos anos. Em algumas falas, ela aparece ressignificada, com o sentido de poder agregar à formação para o trabalho, outros elementos que farão com que os assentados tenham sucesso no seu projeto produtivo. Uma evidência desse processo é que alguns adultos têm retornado aos estudos. Como já não há na comunidade esse tipo de formação, após o trabalho alguns assentados têm se dirigido à cidade para freqüentar o EJA.

Refletindo sobre sua atuação nos espaços do assentamento, I., uma líder da comunidade, comenta que lhe falta formação para algumas coisas.

> *Não sabe falar não tem cultura, não é formada... (...) As pessoas falam quem são eles mas não pelo poder e sim pela formação, por saber fala , discutir leis, e perguntam porque você não se forma? (...) O que me abriga a voltar pra escola pra eu não me sentir frustrada. (...) Se eu fosse uma assistente social eu seria bem recebida.(...) É isso aí, você tem que se formar, você não tem que falar errado mesmo. (...) Não, mas por exemplo, eu vou lá discutir com o juiz, mas às vezes eu não tenho como opinar porque eu não sei o que significa (...) Preciso formar essas mulheres na área de nutricionista. (...) De qualquer forma eu tenho que me formar, mesmo que não seja com diploma, eu tenho que me formar porque se não como eu vou conduzir tudo sem instrução?*

Um belo exemplo desse desejo de aprender mais está no depoimento de D.F., 72 anos, que realizou quase todo o seu percurso escolar depois de integrar o assentamento:

> *Desde que eu cheguei aqui, eu fiz o primeiro grau. Eu tinha o quatro ano, depois fiz o primeiro grau. Terminei, né? Terminei em um ano: lutei tanto e terminei, né? Fiz a prova. Então, eu fiz o primeiro grau , depois eu não fiquei contente com o primeiro grau, aí fui, lutei e fiz o segundo grau. (...) Eu fiz a suplência, né? Eu fiz seis meses de suplência só. Mas eu estudei em casa até que eu pude. (...) Quando eu vim pro sítio, aí eu não fui na escola, fiquei dois anos aqui esperando, porque aqui não tinha luz e o ônibus não passava por aqui. Quando o ônibus começou a passar por aqui eu pensei: agora eu vou estudar, daí foi assim. Em seis meses eu terminei.(...) Em março em faço 73 anos. (D.F.)*

Mas, há os que resistem aos estudos, como é o caso de G., 45 anos, filha de D.F, que comenta:

Deixa o estudo pras crianças agora. Se for pra mim estudá eu até pago pra eles! (risos) Eu já tenho que pagar pra eles, o meu tempo já foi...(G)

Para algumas pessoas da comunidade, voltar a estudar é algo sem sentido. Acreditam que saber o nome já é suficiente para o tipo de trabalho que desenvolvem. Dona E. comenta, por exemplo, que ter mais ou menos estudo não garante trabalho:

Eu fiz 6 meses depois que eu casei, mas pra mim tá bom demais. Tá melhor que esses ai que em o primeiro grau, que tá ai, roubando, matando, vagabundo, e não acha serviço também, né? Eu não sei se é o governo, ou o que é, mas o serviço acabou. A cana já ponhô máquina, algodão, já ponhô máquina, café ponhô máquina, laranja já fez máquina pra panhá laranja, vai fazer o quê? O que esses coitados vai fazer? (E.)

Por outro lado, está se tornando comum que os jovens de Vergel dar prosseguimento aos seus estudos por meio de cursos que possam contribuir com os trabalhos desenvolvidos pelos familiares no assentamento. Alguns se preparam para enfrentar o curso superior em áreas como biologia, botânica, tecnologia agrícola, veterinária, e dar continuidade ao trabalho de Vergel, como na fala de a jovem:

(...) o segundo grau completo, o que eu aprendi lá foi com ela mesmo a Cristina que é a patroa, só que eu fiz seis meses de fisiologia vegetal na Unicamp como aluna especial, seis meses pra aprofundar, pra entender melhor, né? Agora eu consegui passar no vestibular pra fazer biologia. Então, pra melhorar, porque a prática ela é muito boa, não tem como, mas falta um pouco da teoria, porque precisa dela pra junta os dois e seguir correndo, se não tiver a teoria você vai bem até um certo estágio depois começa dar aquela falha ai, você vê que tem aquela deficiência, em algum lugar, né? Cê vê que ta faltando.(...) Tem um negócio, hoje se você tiver dinheiro, se você tiver qualquer coisa na vida, eles podem te roubar, mas o teu estudo ninguém vai te roubar. Conhecimento ninguém tira. (F.de A.)

As dimensões subjetivas

Existe um aspecto importante a ser considerado que reflete no processo de produção identitária do trabalhador, que está associado ao processo produtivo de Vergel: a questão motivacional. Os sujeitos enfrentam de formas diferentes os desafios que se apresentam no trabalho e na vida. Saber lidar com o desconhecido ou com a adversidade é um movimento que cada sujeito irá realizar de forma diferente.

Se você pensa na questão comercial e trabalha no comércio em si vive da comercialização da cidade favorece sim, ai é mais garantido que o sucesso aconteça, porque às vezes a pessoa tem o conhecimento grande na lavoura: produz, trabalha, nossa! É aquela pessoa que consegue uma qualidade incrível, mais se ele for vender o produto sai cedo e de tarde volta com o mesmo produto porque não conseguiu vender nada, que esse não é o forte dele vender, o forte dele é produzir né?(CP)

Essa é uma dimensão subjetiva da relação entre o trabalhador e seu trabalho. Nessa dimensão estão implicados aspectos como a personalidade, a relação afetiva com o trabalho, o conhecimento dos processos de trabalho, as oportunidades e inclusive, os valores associados ao 'ser trabalhador', ou 'ser homem de valor'.

Um exemplo foi o processo de construção das moradias no assentamento. A quantidade de tijolos que cada um recebeu era menor do que daria para construir uma casa, mas esses tijolos foram aproveitados de muitas formas. Um fez um galinheiro, outro um cômodo para um filho, outro ampliou a casa de madeira, outro vendeu o tijolo, outro deixou o tijolo parado no sítio, um construiu uma casa para produção do mel. Enfim, cada um aproveitou de uma forma o recurso que recebeu.

Nesse lugar, só não tem uma casa boa quem não quis fazer. Todo mundo em Vergel teve a mesma oportunidade de construir suas casas. A gente recebeu um kit de madeira. Alguns venderam a madeira. Depois, recebemos os tijolos, alguns venderam os tijolos. Quem hoje não tem uma casa boa, é porque perdeu a oportunidade... Mas, quem não tem sua casa, tem o seu barraco. Aqui ninguém fica no relento.(...) Quanto vale a casa? Não sei quanto vale, mas eu tenho a minha. Por que quando o cara vai pedir a filha de um cidadão em casamento, a primeira coisa que ele se preocupa é se tem uma casa. Quem devia não ter uma casa é um inseto, a cobra tem a casa dela, a mariposa tem a casa dela, a onça tem a casa dela, tudo quanto é bicho que mora no mato tem a casa dele, como é que eu , que sou um cidadão, não tenho uma casa? Como é que fica essa história? Fica feio, né?(F.)

Nesse exemplo pode-se notar como a produção de significados sobre o ser trabalhador opera, evidenciando as representações que orientam a visão de mundo de F. Na sua avaliação, percebe-se que o aproveitar melhor as oportunidades que se têm tem a ver com o caráter do sujeito diante do trabalho. Até o sentido de cidadania foi convocado: o cidadão deve ter sua casa, para ser digno. Aquele que não construiu uma casa boa, não foi capaz.

Um outro exemplo é a relação do sujeito com seu trabalho, dele se apropriar, conhecer seus processos gera motivação. Estar motivado ao trabalho dá um sentido de realização ao trabalhador. Como no caso do Sr. M, comentando a quantidade de atividades que realiza sozinho:

> *Prá mim num é tão pesado, é que é muita coisa prá gente faze. Que nem aqui eu tenho bastante criação, tem que cuida: levantá cedo, trata de cabrito, tirá leite, tem que tirá né? tratá das galinha, limpa isso aqui, lavá ... De domingo é lava roupa, todo mundo vai passear e eu vou lavá roupa (risos) né? Fazê almoço, fazê janta, depois ir prá roça, chegá lá trabalha um pouco, já tá de tarde tem que volta. Então, num dá prá fazê muita coisa e quando eu vejo que a coisa tá meio apertada aí eu ponho uma pessoa ou duas prá me ajudá na roça e o serviço de limpa aqui. Mas eu tô feliz. (Sr.M.)*

Ser lavrador, agricultor ou produtor rural, qualquer que seja a denominação do ofício, também pode ter sido a motivação principal de muitos integrantes de Vergel, pelo simples fato de amarem o trabalho com a terra.

> *Desde pequeno sempre gostei de trabalhar na lavoura e sempre quis ter meu terreno para desfrutar (H.)*

Enfim, no âmbito pessoal, a relação do sujeito com seu ofício é uma expressão de quanto esse trabalho pode significar o sujeito e lhe conferir identidade, na medida em que esse incorpore os valores e representações associadas aos papéis que desempenhe, se aproprie dos conhecimentos e construa vínculos afetivos com as atividades que realize.

Produção em Vergel: os grupos de trabalho

Os grupos de trabalho se mantêm desde a organização de Vergel. Nos primeiros anos, os grupos se formavam para produzir nos pequenos espaços já desmatados do horto. Revezavam-se no trabalho e o produto era divido entre os participantes, conforme recorda I., ao nos mostrar determinada do assentamento:

> *Essa área era a única área livre, onde a gente se reuniu e começou a plantar coletivo, em grupos. Então cada morador tinha um pedacinho, uns plantavam arroz, plantavam feijão, milho. Aqui a gente colhia e dividia um pouquinho pra cada um. Era a única área que a gente tinha. Era do grupo, era do coletivo, e todos decidiam o que iam plantar, se era arroz, o que podia plantar... Plantou um pouco de cada*

coisa. Todo mundo agradava, homem e mulher vinham carpir, a gente adubava, plantava, colhia. (I.)

Os grupos se formaram por afinidade pessoal, por local de origem, por relações de parentesco. Até mesmo a religiosidade interferiu na formação dos grupos. Há três anos, eram seis grupos em funcionamento, hoje são oito. Com alguma mobilidade entre os membros de um grupo para outro, pouco modificaram sua constituição original. Em 2004, um novo grupo de trabalho foi criado para receber os novos membros que integram o assentamento, a partir da segunda seleção.

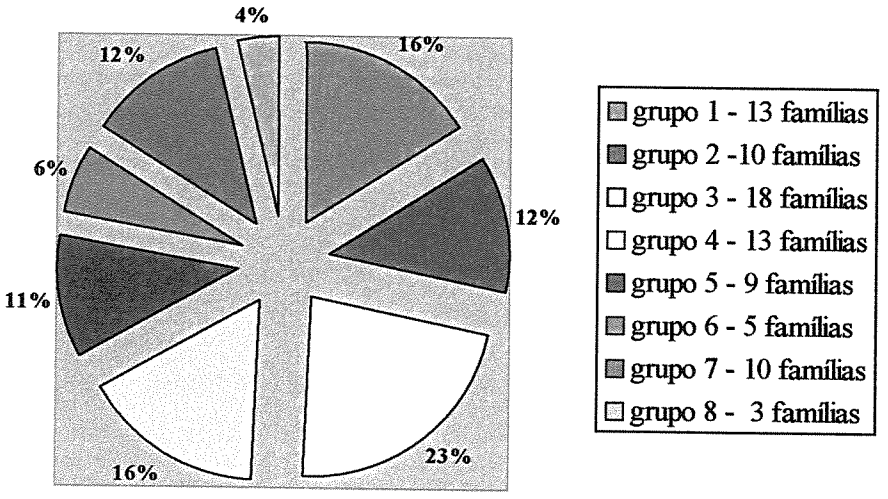
A participação nos grupos de trabalho também determinou a localização dos sítios, quando houve a divisão da fazenda. Na seleção dos assentados para os lotes, o ITESP procurou manter próximos os trabalhadores de um mesmo grupo, tentando garantir a continuidade do trabalho coletivo.

Antes da ida a campo eu tinha como hipótese que os grupos de trabalho ainda funcionassem como no início das atividades da comunidade, ou seja, todos trabalhando em conjunto e dividindo os frutos desse trabalho. Assim, quando introduzi a perspectiva de analisar os oito grupos, acreditava que cada um deles estivesse envolvido com um projeto, um tipo distinto de atividade produtiva.

A partir da primeira reunião com a comunidade pude perceber que a organização do trabalho havia sido modificada, principalmente pelo fato de que as pessoas já estavam cada qual no seu sítio. Assim, organizam suas vidas no núcleo familiar. Os grupos passaram por um processo de ressignificação, e cada um estabeleceu uma dinâmica diferenciada de ação.

A produção agrícola o assentamento conta atualmente com os oito grupos de trabalho, compostos da seguinte forma:

Grafico 3: Famílias por Grupo de Trabalho



Há ainda o grupo das mulheres, que desde o início da ocupação desenvolve atividades diferenciadas da produção agrícola, muitas ligadas à educação na comunidade. Atualmente são 13 mulheres envolvidas, pertencentes aos diferentes grupos de trabalho. Este grupo agora se organiza para montar um restaurante no centro de comercialização que deverá ser implantado no assentamento.

A função do coordenador do grupo

Como na maioria dos grupos o trabalho não é feito de forma coletiva, a função do coordenador não está diretamente associada à discussão sobre produção. A organização dos grupos de trabalho tem, atualmente, o objetivo de dinamizar o sistema de informações e organizar algumas ações coletivas.

Para desempenhar o papel de coordenador na comunidade, o sujeito precisa compreender as dinâmicas do assentamento, os espaços de participação, os processos de trabalho. O trabalho de coordenador é um trabalho de liderança e, para exercer a liderança, é preciso conhecer o trabalho que irá liderar.

> *Se um cara não sabe mexer com a terra, não sabe mexer com o pessoal.(J.V.)*

Em situações específicas, o coordenador é aquele que faz lembrar aos integrantes do seu grupo suas obrigações para com a comunidade. Se o assentado está cometendo alguma infração ambiental, por exemplo, é o coordenador de grupo quem deve adverti-lo.

O coordenador, ele cuida que o grupo cumpre as regras do assentamento. É igual quando tem bastante filho e quando o filho faz uma arte, eles vai em cima da mãe, a arte que o grupo fazê, o pessoal vem em cima do coordenador. (C.)

Outra atividade que cabe ao coordenador de grupo é participar de todas as reuniões de coordenação, que visam discutir estratégias para obtenção de financiamentos, otimização do trabalho etc. Nesses momentos, são feitos os encontros com os parceiros: prefeitura, ITESP, DEPRN, entre outros. O coordenador é o responsável por socializar com os outros membros do grupo as informações dessas reuniões.

O coordenador de grupo tem sempre que passar as informações para os membros, para não ter desavença, porque se acontece uma coisa boa e eu não vou informar o grupo, o que vai acontecer? O grupo não vai estar sabendo... Como aconteceu? Ninguém avisou nada! (J.V.)

Essa é uma incumbência muito importante para a dinâmica da comunidade, pois é nessas reuniões que se obtêm dados sobre benefícios, financiamentos, leis, ações políticas integradas com outros movimentos, e tantas outras informações relevantes para o trabalho na terra. Participar dessas reuniões e compreender os processos para transmiti-los é um movimento de formação importante para esses sujeitos, mas nem sempre é um processo tranqüilo.

No caso da assembléia, às vezes a gente quer de um jeito o pessoal de outro, ai volta a conversar de novo, leva a proposta à assembléia... Desgasta. (F.)

Uma fala recorrente nas entrevistas com os coordenadores de grupo é a do peso que essa participação comunitária tem para esses sujeitos: o trabalho de coordenador "rouba" o tempo do trabalho do agricultor.

Nas últimas reuniões eu tô falando que não quero mais ser coordenador, não tô mais agüentando. Eu quero que outra pessoa ocupasse o meu lugar, pelo menos uns tempos, né? Tem mais coisa também, tira o tempo do meu trabalho. Tinha vez que a gente passava uma semana inteira sem fazer nada, até tentava mas não dava, por que era reunião em cima de reunião, foi uma coisa que foi desgastando muito a gente. (...) Tem uma reunião ai tem que avisar todo mundo, digamos assim, a assembléia é segunda-feira, vai ter tempo pra avistar todo mundo? Hoje eu encontro um em casa, o outro vai viajar, mais eu deixo recado, quando a reunião é de última hora, eu chegava a passar o dia sem

comer, por que tinha que avisar todo mundo: às vezes não tava em casa, tava na roça. Aquele corre, corre! E isso vai desgastando a gente, é bom, é muito bom, por que se a gente não vai fica desinformado... Mas... (F.)

O tempo e o trabalho dedicados à coletividade não revertem em remuneração. Desta forma, para muitos, o trabalho para o coletivo não é visto como trabalho.

Coordenador de grupo, direção, quase não tem tempo pra trabalhar, às vezes tem algum que pede para descansar um pouco, pra abandonar, porque é complicado... O coordenador de grupo, às vezes, tem reunião a semana toda: tudo é coisa importante, coisa de decisão. (J.V.)

Em alguns depoimentos foi possível perceber uma certa frustração com relação ao desempenho da atividade. É um trabalho que exige dedicação e tempo, mas que muitas vezes não é reconhecido socialmente.

... eles acharam conveniente formar grupos e cada grupo tem seu coordenador, pra coordenar seu grupo, e nessa brincadeira separou os grupos e cada grupo tem o seu coordenador (...) Aí entrou o Z.R. que morava aqui e ficou um bom tempo na coordenação, aí ele cansou e pediu demissão. Me ponharam, aí eu não queria, aí eu fiquei coordenação até hoje, mas não é muito bom não, ai passa muito problema, cê fica nervoso, porque as pessoas não são tudo iguais. Se você considera o trabalho que um coordenador faz, acontece que 2, 3, 4, 5 não consideram. A gente sai daqui, vai na reunião igual tem ido eu e I. para SP, para Rio Claro, Araras, Sumaré... Depois a turma não agradece ainda. A gente deixa os afazeres da gente para correr atrás dos benefícios do grupo. Tem dia que eu fico nervoso, aí eu vou sair do grupo, eu não vou mais em reunião. (H.)

A fala recorrente desses trabalhadores é que só se mantém como coordenadores porque acreditam que sua participação contribua com a comunidade. Embora o trabalho de coordenador confira aos assentados um certo status, pois participam de reuniões com autoridades, têm acesso às informações e são considerados líderes comunitários por conta da responsabilidade que têm, o tempo que não podem dedicar ao trabalho com a terra representa um grave problema para eles.

Roça 1 – 2004

Roça 2 – 2004

Horta 1 – 2004

Horta 2 – 2004

Trabalhador 3 - 2003

Roça 3 – 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO
UNICAMP

A dinâmica dos Grupos de Trabalho

O grupo 1

Dos 8 grupos entrevistados apenas um desenvolve todo o processo de produção de forma coletiva, mesmo assim, composto por 13 famílias, apenas 6 estão integradas ao trabalho coletivo. As outras 7 famílias desenvolvem agricultura familiar de forma individual.

Este grupo produz mandioca, abobrinha e quiabo. No espaço de um dos sítios, o que fica mais próximo da água, estão plantadas as culturas de abobrinha e quiabo. Nos outros 5 sítios, a mandioca. Todas as etapas da produção são feitas de forma coletiva e o uso dos meios de produção compartilhados. Após a venda dos produtos, os lucros são repartidos igualmente entre os trabalhadores.

> *Nesse grupo de 6, cada um recebeu de financiamento do PRONAF R$ 9.500,00 e juntou que deu o valor de 57 mil, compramos um trator, compramos mantimentos, um caminhão. (F.)*

Este grupo possui a peculiaridade de ter como integrantes pessoas que se conheceram nos movimentos sociais e que fazem parte da liderança do assentamento. Acredito que, por conta da formação sociopolítica comum, a opção por trabalhar em coletividade reflita uma visão de mundo ancorada em novas formas de organização social diferentes daquelas que direcionam a visão da maioria.

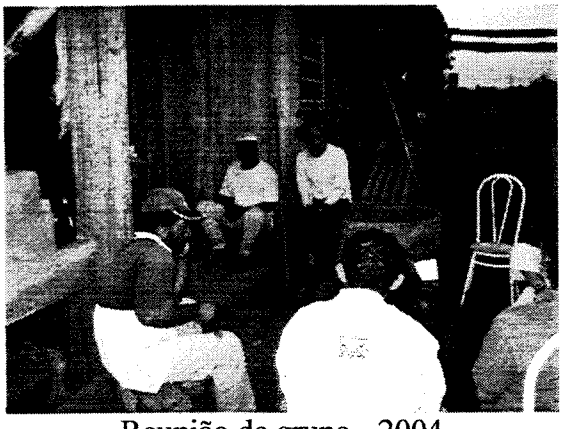
Outra leitura que se pode fazer sobre a organização deste grupo específico está relacionada com a prioridade do uso do tempo. As atividades da liderança de Vergel estão muito vinculadas à divulgação do assentamento para a sociedade, para os parceiros e entidades que possam investir em Vergel, para os movimentos sociais, instâncias políticas, prefeituras, sindicatos.

O tempo que possuem para dedicar ao trabalho agrícola é pequeno, mas é esse mesmo trabalho que lhes garante a sobrevivência, então, dividem as responsabilidades de participação social e nos processos produtivos, com o objetivo de otimizar essas participações.

Os grupos de trabalho

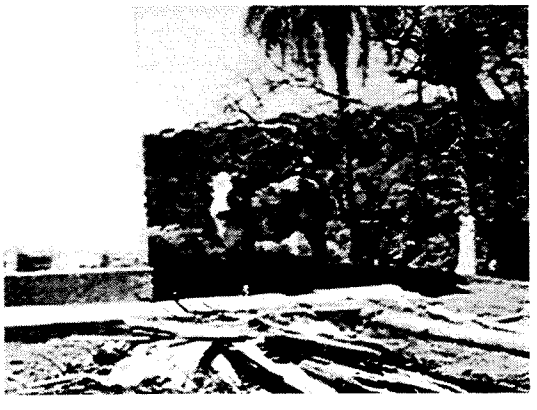
Grupo de trabalho 1 – 1 – 2004
Foto de autoria de Mabel Servidone

Grupo de trabalho 1 – 2 – 2004
Foto de autoria de Mônica de Luca



Reunião de grupo - 2004

Cuidando dos animais - 2004



Criação de animais – vaca 1999

Criação de animais – cavalo 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Um dado importante é que a reunião com este grupo contou com a participação de vários de seus integrantes e as opiniões manifestadas nem sempre representavam consenso. Algumas manifestações deram a entender que a participação não acontece de forma assim tão integrada e, por conta das atividades políticas, alguns trabalham mais do que os outros. O coordenador do grupo explica que, às vezes, pensa em deixar o trabalho na comunidade para poder viabilizar seu sítio, pois com a família grande, têm faltado recursos para sua manutenção.

Também é nos sítios dos membros desse grupo que estão sendo feitos alguns experimentos tecnológicos, principalmente pelo IAC, sobre o plantio de arroz, mandioca, ervas aromáticas. Em um dos sítios há um experimento em parceria com a Prefeitura, para a produção de legumes e hortaliças de forma orgânica, sem o uso de agrotóxicos.

Os grupos 2, 3, 4, 5, 6 e 7

Esses seis grupos de trabalho possuem características semelhantes. Organizam-se como grupo em situações específicas, mas trabalham com a agricultura familiar e de forma individual. O que os caracteriza como grupo é a origem, o esquema de comunicações garantido pelo coordenador e algumas atividades que têm a ver com o coletivo do assentamento.

Até algum tempo atrás, os financiamentos eram feitos para os grupos. Então, existia um compromisso maior de desenvolver as atividades de forma coletiva.

Então, na medida em que as famílias ocupavam seus sítios, voltavam-se para a produção individual. A partir do momento em que os sítios tiveram pelo menos 2 ha. destocados cada, os financiamentos já passaram a ser individuais, através do PRONAF. Desta forma, a organização dos grupos sofreu modificações.

> *A gente conseguiu que o povo foi pro lotes, que os projetos começou a sair. Bom, meu papel está comprido: eu vim aqui pra isso. Agora eu vou cuidar também da minha parte.(CP)*

Nos grupos onde há uma familiaridade entre os membros, é mais comum se ver movimentos de organização coletiva para a realização de alguma etapa da produção, como se juntarem para plantar determinado produto, para colheita e até para a venda da produção.

Mas, a regularidade está no fato de que a produção de cada sítio pertence ao assentado. Não há a divisão eqüitativa dos lucros do que foi comercializado.

No grupo 6, por exemplo, das cinco famílias que o compõem, três trabalham de forma colaborativa, e estão ligados por laços de parentesco. Eles realizam todas as etapas da produção em conjunto, dividem os meios de produção e pretendem realizar a venda em conjunto. Como estão há apenas um ano nos sítios, ainda não tiveram a oportunidade de vender sua produção. Atualmente, trabalham com o maracujá, a mandioca e o mel.

No grupo 3, também porque muitos membros são parentes, há um maior envolvimento entre as famílias na produção uns dos outros. Eles têm projetos de produção coletiva, mas que não comportam todas as famílias integrantes do grupo.

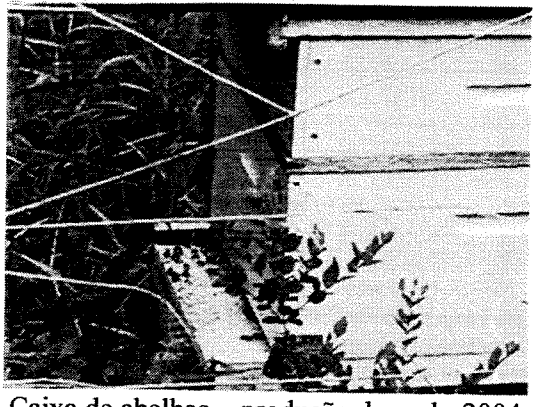
Nos outros grupos, há algumas iniciativas no sentido de se realizarem as vendas de forma conjunta, mas essa é uma experiência ainda não concretizada. Entretanto, na dinâmica dos grupos é possível perceber um certo compromisso com o coletivo. Um exemplo é o compartilhar dos poços de água com os colegas de grupo. Outro exemplo é a troca de dias de trabalho, caso um dos membros do grupo esteja precisando de ajuda para construir sua casa, ou para levantar uma cerca.

Há uma variedade imensa de atividades produtivas sendo desenvolvidas nos sítios. Os produtos cultivados são muitos. Nos sítios que visitei, por exemplo, encontrei várias qualidades de frutas, como amora, jaca, graviola, abacate, atemóia, laranja, mexerica, coco, limão, maracujá, uva, banana, pequi, jabuticaba, manga, mangava, figo, romã, maçã e caqui. Há plantações de mandioca, arroz, feijão, café, milho, sorgo, cana, gergelim, urucum, amendoim, além de uma diversidade muito grande de legumes e hortaliças. Em quase todos os sítios há também criação de animais, como galinhas, patos, porcos, vacas, cavalos, burros. Há duas equipes formadas por membros dos vários grupos que produzem mel. Para tanto criam vários tipos de abelhas.

Como a produção da maioria desses produtos ainda é restrita, pois metade das roças não está destocada e a terra ainda é pouco produtiva, a venda dos excedentes representa pouco financeiramente para os assentados. Mesmo porque, não há um sistema de colocação desses produtos de forma coletiva. Existe uma prática de troca de produtos entre algumas famílias do assentamento, garantindo assim uma variedade maior no consumo doméstico, e a circulação dos produtos, evitando perdas.

Criação de animais – carneiros - 2000

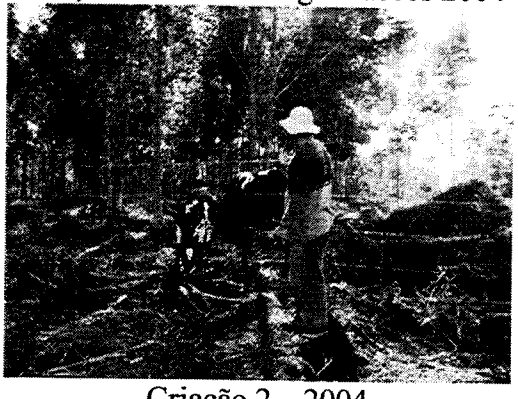
Criação de porcos - 2000



Caixa de abelhas – produção de mel - 2004

Criação de animais – galináceos 2004

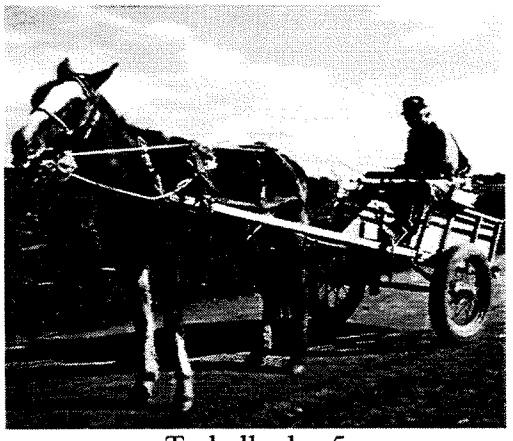
Criação 1 – 2004



Criação 2 – 2004

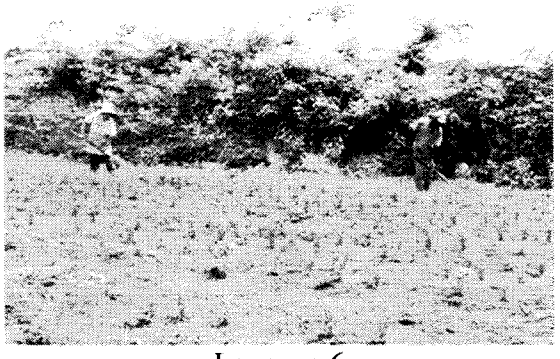
Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Trabalhador 4



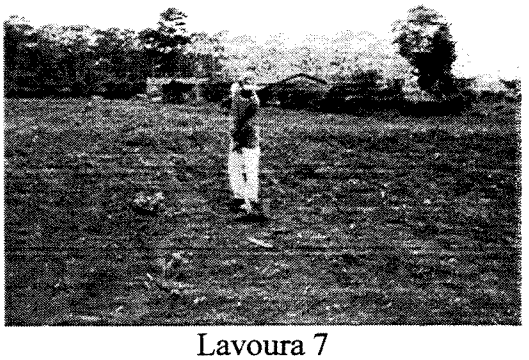
Trabalhador 5

Lavoura 5



Lavoura 6

Estrada rural



Lavoura 7

Fotografias de autoria de Mônica de Luca – 2004

Grupo 8 – Os novos assentados

Este grupo conta atualmente com três famílias, que desenvolvem as suas atividades de forma individual. Eles iniciam suas atividades no início de 2004. Um dos membros deste grupo ainda está sem condições de produzir no sítio e participa das atividades produtivas na agrovila. Os dois outros membros do grupo têm, cada um, 2 ha. destocados para produzir.

Esses trabalhadores não estão realizando a agricultura familiar de subsistência, pois o solo ainda está muito prejudicado. Iniciaram plantação de ramas de mandioca e mamona, com o objetivo de melhorar a qualidade da terra. Mas, pretendem produzir:

> *Eu tenho intenção de plantar. O meu sustento eu vou tirar daqui né? É...um porco, só que é um porco de granja mesmo né, eu tenho intenção de fazer uma pocilga pra fazer mais coisa, eu quero criar uma galinha caipira, canadense que seja meio orgânica pra gente vender as coisas, ovo né, e vou plantar um pouquinho de feijão, um pouquinho de arroz, vou plantar uma cana pra tratar do animal, porque morar num lugar desse cê num vai ter uma vaquinha pra manha tomar seu leitinho, uma ou duas né? Porque não tem mais condição no terreno .É a gente quer fazer isso, né? (A.)*

Entretanto, construíram estufas, com financiamento do PRONAF, e já trabalham com flores. Toda a sua produção já tem mercado garantido.

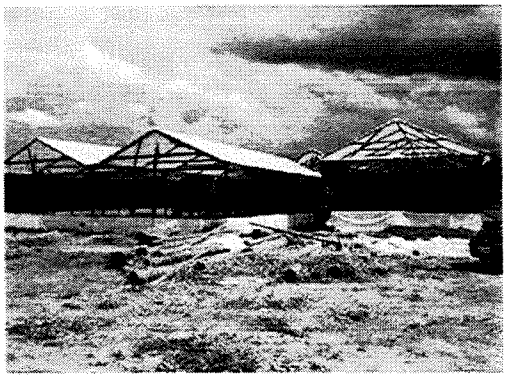
> *O giro da estufa é muito rápido. (...) se eu planto crisântemo agora na outra semana, janeiro, fevereiro, março, abril , em maio... Em maio eu já tô entregando. Aí, em fevereiro eu já planto para o dia das mães.(...) cê tem que ter um ciclo: dia das mães, dia dos namorados, finados, Natal... (A.)*

Uma peculiaridade do grupo é que, como integraram recentemente o assentamento através da seleção feita pelo Estado, não participaram da luta pela terra como os outros trabalhadores de Vergel. Dessa forma, não tiveram a formação sociopolítica no movimento social. Esse fato contribuiu para que houvesse, por parte da comunidade, uma certa resistência contra essas pessoas.

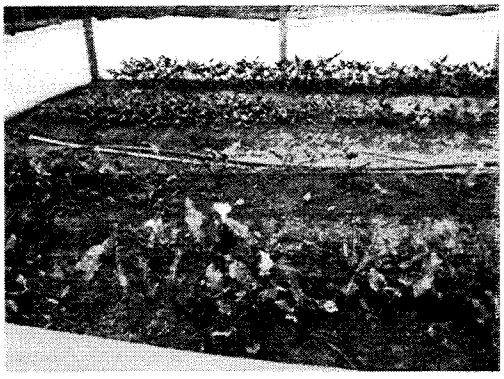
> *Ichi...Aqui ó, o pessoal é muito bom . Não tem a gente não pode nem, agora tem alguma coisinha no meio das outras, né tem que ter isso daí não adianta, por que já é da natureza, mas é um lugar bom né .(...) Mas, no começo teve discriminação sim... Achavam que a gente tava com a vida ganha, o que tava fazendo aqui? (A.)*

E pra gente foi pior por que a gente veio bem depois né então pra aceitar parece que foi mais complicado né (...) Claro que ninguém fala pra você né, mas vem um joga ali, outro joga aqui, né? (Filha de A.)

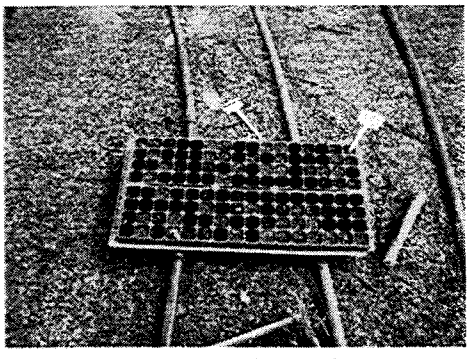
A participação nas atividades políticas do assentamento tem um outro sentido para as pessoas desse grupo, já que não viveram as histórias de conquistas que o restante da comunidade experimentou, o que interfere, de certo modo, na sua auto-identificação. Não se vêem de fato como assentados, mas como pequenos produtores que tiveram uma oportunidade de acesso à terra e ao trabalho.



Estufas



Produção de flores 1



Formação de mudas

Sistema de irrigação da produção de flores

Produção de flores 2

Produção de flores 3

Fotografias de autoria de Mônica de Luca – 2004

Grupo da Destilaria

O grupo da destilaria representa uma equipe à parte no assentamento. Ele está vinculado ao conjunto da agrovila apenas por que a destilaria se localiza naquele espaço, mas comporta trabalhadores de outros grupos de trabalho.

A primeira destilaria a funcionar no assentamento iniciou suas atividades em 98. As famílias dos vários grupos se revezavam para trabalhar na dorna e tinham pouco retorno financeiro desse trabalho. Mas ele continuava a acontecer para aproveitar a grande quantidade de mão-de-obra ociosa que existia na época em Vergel, bem como para aproveitar os recursos naturais, já que a maior parte da área da fazenda ainda estava ocupada pelos eucaliptos. Entretanto, na época, houve dificuldade em se colocar no mercado a produção do óleo.

Por se tratar de uma dorna antiga, o maquinário sempre quebrava e a comunidade não tinha os recursos para mandar consertar. Por conta dos muitos gastos que a manutenção do equipamento requeria e, porque o retorno financeiro do projeto na época era muito pequeno, essa destilaria foi desativada há três anos.

Em março de 2004 foi inaugurada outra destilaria no assentamento. Na ocasião, nove assentados assumiram o trabalho. A construção dessa nova destilaria teve o apoio do ITESP para a formulação do projeto e a orientação do IAC para elaboração dos processos de produção. Ela foi financiada pela Caixa Econômica Federal e o valor do financiamento foi de R$ 40.000,00.

Com maquinários novos, foi construída na margem do lago e aproveita a água do mesmo para realizar o processo de destilagem. Para cada 1000 quilos de folhas de eucalipto, o rendimento é de 12 litros de óleo destilado.

Logo que inaugurou, já produzia 60 quilos de óleo de eucalipto por dia e toda a sua produção era imediatamente vendida. A meta era de que a produção fosse intensificada até atingir a capacidade dos equipamentos e produzir 160 quilos do óleo. Uma das metas dessa equipe de trabalho era a de exportar parte dessa produção.

Além de fabricar o óleo de eucalipto, também havia projetos para a produção dos óleos de capim-limão e citronela. A destilaria gerava 36 empregos diretos entre o trabalho com o maquinário e a coleta das folhas.

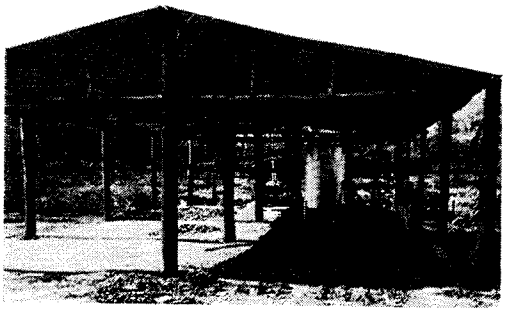
Mas, o abastecimento das folhas foi prejudicado com a determinação do Estado de que as reservas de madeira de Vergel não poderiam ser mexidas, inclusive a extração das folhas para a produção do óleo, enquanto não houvesse a decisão sobre o plano de manejo dessa reserva.

Assim, apesar da potencialidade do trabalho da destilaria crescer, houve a queda da produção. O dinheiro apurado com a venda dos produtos mal dava para pagar os funcionários e a dívida do financiamento. Desde então, parte do grupo de trabalhadores deixou o projeto.

Uma preocupação dos atuais proprietários da destilaria é a do abastecimento de ervas para a produção continuar, pois a demanda comercial pelo óleo é muito grande. O que se produzir, atualmente, tem mercado garantido. Eles pretendem iniciar o plantio de eucalipto nos próprios sítios, pois os brotos de eucalipto têm um rendimento de cerca de 30% maior, além de diminuir o custo da retirada, pois não usa o moto-serra, pode ser retirado com facão. A outra vantagem é a rapidez com que ele cresce: em 3 ou 4 meses.

Em janeiro de 2005, um novo grupo assumiu a dívida da destilaria. Hoje são 5 famílias coordenando o trabalho. A destilaria é um projeto que tem potencial para se tornar o cartão de visitas do assentamento em função da qualidade do que produz, da grande aceitação no mercado, e da possibilidade real de inserir Vergel no mercado externo.

DESTILARIA

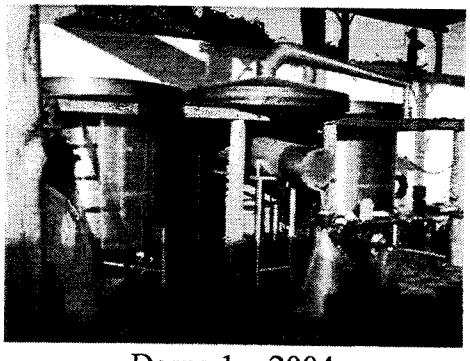


Destilaria - 1998

Venda do Óleo - 1999

Destilaria – 2004

Trabalho na dorna – 2004



Dorna 1 – 2004

Grupo de Trabalho da Destilaria – 2004

Dorna 2 – 2004

Folhas de eucalipto – 2004

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Produção de Vergel:
projetos, produtividade e comercialização

O que sustenta a produção de Vergel hoje são as atividades individuais. Das 81 famílias, cerca de 45 já tiveram seus lotes destocados. O assentamento já conseguiu 45 projetos financiados pelo PRONAF. Os valores dos financiamentos variam. Os projetos individuais feitos até 2003 foram no valor de R$ 7.700,00. Em 2004, os valores foram de R$ 9.500,00 e R$ 15.000,00. Há algumas famílias que já receberam o PRONAF AC, com o valor de R$ 3.300,00, para custeio da produção.

Há projetos de granjas, produção de ovos, plantio de diversos produtos agrícolas, criação de porcos, apicultura, produção de doces, compotas e queijos.

Produtividade no Assentamento

Vergel está em pleno processo de expansão das suas atividades produtivas. Muitas famílias já conseguiram financiamento para tocar seus projetos e o clima de esperança é grande. Mas, a comunidade assentada enfrentou muitos desafios até que a produção começasse a ter bons resultados, o que ainda não é a realidade de muitos assentados.

Pode-se avaliar, a partir das entrevistas com os assentados, que houve uma série de determinantes que fizeram com que o processo fosse mais demorado do que deveria, e que emperrasse em determinados momentos: o processo histórico de constituição do grupo, o próprio movimento da madeira, do carvão, o apoio e as intervenções do Estado, as formas de organização comunitária, a orientação para produção entre outros.

A produtividade em Vergel também está associada às condições físicas e econômicas de produção: a qualidade do solo, a quantidade de terras disponíveis, a quantidade e qualidade das sementes e mudas, o acesso aos meios de produção, o uso de implementos e insumos e os conhecimentos relativos aos processos de produção.

A luta dos assentados não foi apenas para conquistar a terra, mas está sendo tirar da terra o sustento para suas famílias.

> *O difícil não é pegar a terra, difícil é viver nela, a luta, o sacrifício. As coisas não acontecem do jeito que a gente quer, não é da noite pro dia né? É através de muito suor, muita luta, muita briga. As coisas vão acontecendo devagarinho, você esforça muito e as coisas acontece devagar. Não é como você trabalhar na cidade, tem um bom emprego,*

faz pouca coisa, e o dinherão cai de monte, não é assim, aqui é bem pelo contrário.(CP)

É recorrente a fala de que, em Vergel, há uma desigualdade social grande entre os próprios assentados. Essa questão está ligada às oportunidades produtivas que esses sujeitos tiveram. Alguns iniciaram sua produção um ou dois anos após a ocupação, outros só há um ano ou menos.

Aqui teve uma desigualdade social muito grande, gigantesca! Teve pessoas que já chegou aqui e acredito que com onze meses saiu à conquista do lote, né? Então, acredito que com um ano e meio já tinha pessoas morando em seu sítio, já com sua galinha, seu porquinho (...) já produzindo, E pó, que beleza. Mas, a maioria da fazenda tava tudo em madeira e demorou cinco anos pra liberar essa madeira. Conclusão: aquele que tava indo, o Estado começou a ajudar no calcário, manda isso, manda um projetinho, não sei o que, e tal, o cara vai deslanchando. E aquele que tava na madeira, como tem muitos até hoje, nem projeto tem. Conclusão: enquanto tem gente (...) até bem financeiramente, culturalmente, psicologicamente, tem aquele miserável que ainda esta tomando água da lagoa porque... a desigualdade social é enorme, de zero a mil, entendeu?(CP)

Os sítios que melhor produzem hoje são os que foram destocados primeiro e assim, já iniciaram desde há tempos o tratamento da terra. A baixa qualidade da terra exigiu tempo e investimento dos assentados, o uso de calcário e adubação, bem como a cultura de alguns tipos de plantas, como a mamona, colaboraram para a melhoria da terra.

O pessoal de Mogi-Mirim e Itapira, fala - O que é que esse povo tá fazendo lá? Se eu não produzi nada, é por causa que essa terra nunca produziu mandioca, feijão, arroz, pois aqui na terra só tinha eucalipto, a gente está aqui há 7 anos, e não faz muito tempo que a gente ta aqui nos sítios, e até que a terra foi destocada..., umas manchas foram boas, outras não. A terra não tava boa. Ta melhorando, mas não ta boa ainda.(TR)

Os assentados que tiveram toda sua área destocada saíram ganhando em termos de produtividade, na relação com aqueles que só tiveram parte das terras liberadas. Com maior quantidade de terra para produzir, planta-se mais. Assim, tem mais condições de comercializar, pode negociar preço para venda maior.

Mas, se o produtor só vende o excedente do próprio sustento, suas possibilidades são menores. E, para se produzir em quantidade, é preciso ter o sítio destocado. O aumento

na produção requer mais trabalhadores nos processos produtivos. A inserção no trabalho colabora para melhorar das condições de vida das famílias.

Outra questão que emperrou o desenvolvimento produtivo para alguns lotes foi a o acesso à água. Se o produtor tem a água, pode se comprometer com determinados projetos. Se a água é pouca, tem produtos que ele não poderá produzir.

Um dos grupos de trabalho chegou a financiar um sistema de coleta de água do rio para abastecer as plantações, mas a bomba queimou e parte dos canos de alumínio foram roubados. Apenas em 2003 é que foi finalizada a perfuração de 4 poços artesianos para abastecer Vergel. Mesmo assim, a captação da água ainda é feita de muitas formas, pois a maioria dos sítios não está próxima das caixas d'água.

Na medida em que foram ocupando os sítios, os assentados foram construindo seus poços. Para aguar as hortas, os pomares, dar de beber aos animais, as pessoas passavam o dia inteiro puxando água do poço manualmente, pois não havia energia elétrica para funcionamento de bombas. As famílias que não tinham essa "mão-de-obra" diminuíram o espaço de plantação, limitaram a criação de animais.

A eletricidade foi outro benefício que demorou a ser recebido por toda a comunidade. Até 2004, aproximadamente 50% da fazenda tinha acesso à luz elétrica. Apenas agora, em janeiro de 2005, é que estão sendo finalizadas a colocação dos postes e a ligação da energia em todos os lotes. Na avaliação da comunidade, com a chegada da energia, muitos dos processos da produção serão alavancados.

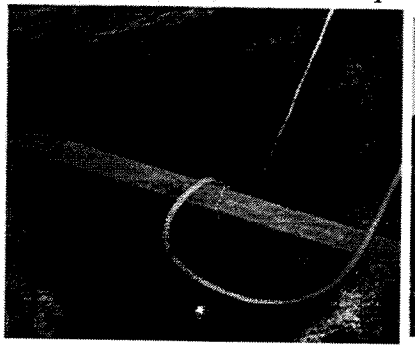
O pedágio também prejudicou o escoamento da produção em Vergel. Na rodovia SP-147 está localizado o acesso principal ao assentamento. De Mogi-Mirim à Vergel, são sete quilômetros. Quem vai à cidade pela estrada, paga o pedágio na ida e na volta. As estradas internas que ligam Vergel à Mogi-Mirim e Itapira estão em péssimas condições. Elas não são asfaltadas e, em determinadas épocas, ficam intransitáveis.

Desde a instalação do pedágio, houve uma fuga da clientela do assentamento, pois o pedágio implica aumento de custo para os compradores das mercadorias de Vergel. Para os assentados que realizam a venda nas praças, de comércio em comércio, também ficou mais difícil, pois o transporte pelas vias internas das cidades é mais demorado e provoca maior desgaste dos meios de transporte utilizados por eles. A negociação para que haja isenção do pedágio para moradores do assentamento ainda não foi feita.

Captação da água bomba hidráulica

Captação manual da água

Poço de água



Poço – profundidade

Captação da água do lago

Fotografia de autoria de Mabel Servidone – 2004

COMPONDO O ORÇAMENTO FAMILIAR

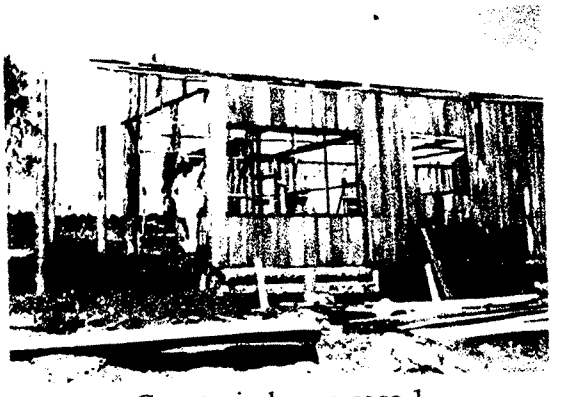
Trabalho terceirizado –1

Trabalho terceirizado – 2

Fotografia de autoria de Mabel Servidone – 2005

DINÂMICAS DO TRABALHADOR (2003-2004)

Construindo a Casa do Mel



Construindo sua casa 1

Voltando da roça

Instrumento de trabalho

Colocando a luz

Preparando a massa

Instalando Energia Elétrica

Construindo sua casa 2

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

Plantar e comercializar

Não basta produzir. É preciso também saber como comercializar a produção. Este é um dos entraves para o sucesso de Vergel. Na fala de F., percebemos a apreensão com relação a como organizar seu trabalho para o plantio de girassol:

> *Onde vou comercializar este produto? Eu estive vendo em vários mercados, qual é a procura do óleo de girassol. De 10 pessoas que compra óleo, 1 pega óleo de girassol. Qual é o mercado para isso? O quanto vamos produzir? Teremos parceria para revender? Antes da gente se enfiar na divida, qual é o parceiro da gente? Eu vou fazer o projeto sem saber quem é o empresário que vai comprar? Os projetos deviam ser feito assim: quem é o parceiro? Faz que eu compro, com contrato...(F.)*

Um exemplo da questão está no movimento realizado por C. para a venda de sua produção de mandioca. Inicialmente, chegou um comprador de São Paulo e experimentou o produto. Então, pediu ao agricultor que fosse arrancada uma determinada quantidade de mandiocas. Assim, o trabalhador encheu as caixas pedidas e entregou-as ao comprador. Este não lhe pagou no ato e acertou compra para a semana seguinte. Quando veio, pagou a compra anterior e não a que levava. Numa terceira vez, já não acertou duas compras e começou a comprar de outro produtor assentado. Para receber C. precisou "armar tocaia", cercar o comprador, que, por ser cobrado, deixou de comprar mercadorias de C. Nesse caso, faltou a C. orientação na forma de conduzir sua venda, porque segundo ele, seu negócio é plantar, não vender.

> *A questão de comercialização une muita coisa, une a questão pessoal, une a técnica, a questão do produto em si, tem que usar tudo isso pra você trabalhar na questão comercial, porque as vezes você sabe o que é o produto, sabe lidar com a pessoa e tal, mais você às vezes tem vergonha de alguma coisa, conversar por exemplo, de apresentar o produto e o cara falar não. E então você tem uma restrição, você precisa combater isso pra você ser um vendedor, às vezes não, as vezes você é um cara que chegar e tal mais não tem confiança no produto... Então, por isso que eu falo, você precisa agregar tudo isso, você precisa conhecer o produto, você precisa saber como se comportar mediante ao mercado.(CP)*

O sucesso na comercialização dos produtos pode ser discutido por duas formas. Primeiramente, pela dimensão pessoal, em que o sujeito deverá aprender a lidar com o

mercado, com a parte comercial, para realizar a colocação de seus produtos no mercado. Nesse caso, as experiências profissionais anteriores ao trabalho no assentamento podem de fato colaborar com o processo. A segunda forma é a de que se crie em Vergel condições para que se comercializem os produtos de maneira coletiva.

3.3 – IDENTIDADE NA COLETIVIDADE

Na formação de um grupo como o de assentados rurais, é preciso valorizar a dimensão da construção coletiva dos processos de significação sobre o ser. De que forma se dá a produção da identidade do ponto de vista da coletividade?

Esse sentido de coletividade vai se desenvolvendo por diversas maneiras: pela formação política do grupo, pelos discursos que são disseminados nos espaços coletivos, pela organização da comunidade com vistas à produção, pelo projeto coletivo, pela aprendizagem do convívio cotidiano, pela necessidade de repartir para sobreviver, enfim, há um sem números de caminhos que levam à construção desse sentido de coletividade, mas essa construção é sempre singular, está implicada no contexto de sua produção e à história de quem a produz.

Na nossa percepção, todos esses caminhos são importantes, mas é na construção do projeto coletivo que se produz a liga que molda o corpo desse grupo social. O sentido do coletivo é um forte produtor de subjetividade, se são devidamente pensados os objetivos comuns do grupo e se esses objetivos passam a balizar suas ações. A definição de um projeto coletivo é, portanto, fundamental, para que se definam também quem são os sujeitos de Vergel.

O projeto coletivo não precisa, necessariamente, ser resultado da afinação do grupo em torno de uma única prática. Ele pode ser produzido na diversidade de experiências e ações. Cada comunidade realiza o seu, através das suas experiências singulares. Como nos aponta Gohn (2001b), ele pode ser um campo de ações pluralistas (p.109).

Uma das questões mais interessantes desse processo de formação dos sentidos de coletividade é a aprendizagem, através de processos educativos não-formais e informais, do convívio com a diversidade cultural e social.

Encontramos uma certa regularidade na fala dos sujeitos de Vergel, ao refletir sobre suas experiências no coletivo, nos movimentos de cooperação: a fome. No momento da fome todos se solidarizam, sustentados em valores cristãos. No início da história do assentamento, em 1997, as pessoas ainda estavam se conhecendo. Naquele momento, a cozinha coletiva foi o primeiro espaço educativo desse sentido de coletividade. Ela representava a união do grupo na dificuldade.

> *Se fosse aquele tempo que o povo fosse mais unido eu sentia melhor, você acredita? Você sabe a união do povo aqui, é quando a gente cozinhava numa panela só e todo mundo comia. (...) Então, eu cozinhava lá prá cem famílias! O tanto de comida que eu fazia lá... Era cada panela! Eu fazia dez quilos de arroz, aquelas panelonas que ainda existem lá...Então, eu sentia muita união. Agora cada um passou a cozinhá na sua panela, minha fia, acabou... Vai sê difícil essa união volta de novo, viu. (D. C.)*

A comunidade se organizou em grupos de trabalhos para conseguir doações de alimentos e para preparar as refeições coletivas. O que se recebia de doação pertencia a todos e era distribuído igualmente. As equipes que assumiam a cozinha tinham por responsabilidade preparar as refeições da comunidade inteira. As filas para comer se tornaram um importante espaço de socialização das pessoas que passaram a se conhecer, trocar impressões, contar suas histórias e se inteirar na nova condição.

O que teria provocado esse movimento de individualização e, conseqüentemente, a desarticulação dos valores de coletividade no grupo?

Vergel vinha desenvolvendo, nos primeiros anos de sua existência, práticas que facilitavam o envolvimento com o coletivo. Até 3 anos atrás, se vislumbrava, para Vergel, a condição de assentamento modelo, pois os grupos se organizavam, criavam projetos diversificados, havia uma predisposição para o trabalho e uma certeza de que os projetos seriam bem sucedidos.

O sentido de coletividade que se pode desenvolver no grupo se constrói através da apreensão e do aprendizado com as próprias experiências. Este aprendizado deve se dar pela reflexão sobre o percurso, sobre seus acertos, seus erros e pela reorientação que vão dando ao percurso, a partir dessa reflexão, tendo em vista os objetivos comuns do grupo.

Nesse sentido, o episódio da madeira anteriormente descrito, explicita a falta de sentido de coletividade, pois os grupos não foram capazes de realizar esse movimento

reflexivo, com bases na coletividade. Nesse movimento histórico da comunidade, que coincidiu com a passagem de ocupação para assentamento, o trabalho coletivo passou por um processo significativo de desarticulação, porque as pessoas pensavam mais na sobrevivência familiar.

A luta pela sobrevivência através da exploração da madeira fez acirrar a desunião da comunidade, já que os conflitos surgiram em função da legalidade e da igualdade de oportunidades no trabalho, conforme já relatado anteriormente. Na avaliação de D.C., a madeira desarticula a comunidade:

> *Eu vou falar pouquinha coisa pra você: enquanto ainda tiver um pau de eucalipto aqui, não vai ter união, só vai ter união quando for tudo, ce acredita? Oh, Mônica, perante esse sol que ta alumiando aqui no céu, que enquanto que num acaba o último pau... tá ..acabando com o povo todo (D. C.)*

O que mudou o projeto inicial do assentamento, dos discursos em favor da instituição de uma cooperativa de trabalhadores e de práticas de socialização dos meios de produção foi o trabalho com a madeira e o desejo de crescimento individual daqueles sujeitos. Deste fato, temos a percepção de que os sujeitos *são* apesar de seus discursos, ou seja, muitas vezes os valores individuais se sobrepõem aos do coletivo e geram conflitos e desigualdades.

Aprender a agir democraticamente é processo longo e vem na contramão das experiências que constituíram esses sujeitos – vivendo num mundo marcadamente competitivo e hierarquizado.

Mas, se o episódio da madeira foi um dos detonadores desse movimento de desarticulação do coletivo, o fim da madeira em Vergel traria de volta aqueles valores de coletividade que balizavam os discursos da comunidade?

Visão de propriedade

Mesmo entre os assentados de Vergel, é possível identificar que muitos daqueles que integraram a ocupação tinham como referência a questão da propriedade de terra como valor de origem burguesa: alimentavam o sonho do pequeno burguês de ter um pedaço de terra. Mas, o lote é uma concessão para a produção da vida.

Os assentados têm a posse, mas não a propriedade. Eles não podem vender seus lotes. Esse é um dos debates estabelecidos entre a liderança e a comunidade. Segundo V.:

> *As pessoas não entendem que elas não têm a propriedade da terra. É um erro do cara é que ele fala assim: esse lote é meu. E o lote não é dele... É só pra ele usar e desfrutar do lote. O lote pertence ao povo do Estado de São Paulo, ao governo do Estado. Os lotes não são nossos, são doação para vc trabalhar, viver com sua família e ter uma vida digna. É um lote uso e fruto. (V.).*

Alguns assentados de Vergel acreditavam que, tendo a posse da terra, a transição para a condição de "fazendeiros", grandes produtores, seria rápida. Agora, percebem que lhes faltava não apenas a terra para o trabalho, mas também os conhecimentos necessários e, principalmente, os meios de produção: equipamentos, implementos, tecnologias. Entendem também que enriquecer na condição de pequenos produtores não é tão fácil.

Outra questão interessante de ser analisada é a consciência de que viver num assentamento significa estar enquadrado numa determinada forma de organização social, orientada por certas regras de comportamento esperado e práticas de convivência.

> *Os fins dessa terra é a reforma agrária. Nada garante do cara, se não andar direito, continuar aqui. Aqui a garantia do cara é andar direito, produzir, plantar e participar da luta. A garantia que nós temos é essa: ser bom vizinho, ser amigo de todo mundo... Às vezes, tem divergência, você tem que passa por cima, ser companheiro...(V.)*

Um caso interessante na história de Vergel é a da ocupação ilegal de três lotes do assentamento. As três famílias que vivem nos lotes estão na comunidade há muito tempo e estão produzindo, mas o processo de despejo está em andamento. Essas pessoas serão desapossadas, pois não passaram pelo processo legal de um assentamento de reforma agrária: não foram cadastrados e selecionados para Vergel. E, embora estejam incorporadas à dinâmica da comunidade, não participam das decisões coletivas.

Mesmo que haja a sociabilidade desenvolvida entre essas famílias e o restante do grupo e paire um certo sentimento de solidariedade, advindo desse convívio e da certeza que terão que deixar o assentamento, há o consenso de que não é interessante para a comunidade que essas pessoas permaneçam em Vergel.

Se os assentados permitissem que fossem ocupadas as terras por pessoas que não fizeram os trâmites legais para ingressar em um assentamento de reforma agrária, abririam precedentes para que outras pessoas fizessem o mesmo. É uma questão legal, mas também

política. Não há como apoiar quem transgride as regras, sob pena de se perder a posse do próprio lote e nisso, os assentados são muito conscientes.

As potencialidades da organização por grupos para o trabalho coletivo

A organização social de Vergel passou por muitas transformações ao longo desses sete anos, mas os grupos de trabalho sempre se mantiveram, mesmo mudando suas práticas. O que mudou foi a organização para o trabalho, principalmente porque agora cada um já ocupa o seu lote.

Os trabalhadores explicam de diversas formas o fato de o trabalho coletivo não acontecer como prática da comunidade, embora orientasse as bandeiras dos assentados durante o processo de ocupação de Vergel. A primeira explicação tem a ver com demandas do cotidiano. Não se pensou em montar ainda uma cooperativa porque o trabalho não permitiu:

> *Ainda não deu tempo pra comunidade pensar em montar a cooperativa. A gente vive o presente, trabalha nas questões pontuais: a destoca, a energia, gradagem, leiramento, encanamento de água, energia. Não deu para centrar fogo na organização da cooperativa. (V.)*

Outra explicação se dá pelo fato de que as pessoas não terem como experiência de vida o exercício da união. Não sabem trabalhar visando o grupo todo. Isso tem a ver com uma cultura individualista que é resultante da própria história das pessoas vivendo numa sociedade marcadamente competitiva.

> *Eu falava que eu ia plantar a terra para mim só e tocar só, ai eles não aceitavam, tinha que ser do coletivo. Era pouca terra ia lá um montão de gente. (..) De um tempo para cá, cada um mudou pro sítio e acabou o coletivo, ficou individual. (...) É difícil voltar de novo, porque pretendo que continue individual. (H.)*

Convém considerar que a maioria das pessoas não viveu experiências anteriores de trabalho coletivo. A dificuldade de trabalhar no coletivo decorre do exercício dos sujeitos em trabalharem individualmente em outras épocas de suas vidas. Geralmente, as pessoas não são preparadas para ações compartilhadas, para práticas colaborativas.

O coletivismo demanda processos educativos que, para se instituírem como práticas dos sujeitos em sociedade, demandam tempo. Assim, é preciso aprender a viver em coletividade e pensar coletivamente.

Uma das polêmicas presentes na questão da organização do trabalho coletivo resulta das experiências vividas por esses sujeitos, onde foram explorados. Com o receio de que o companheiro tire vantagens, trabalhando menos, muitos preferem trabalhar sozinhos.

Há uma insegurança de que, na organização do trabalho, surjam hierarquias que minem o processo de coletividade. Percebe-se que, se na organização para o trabalho não há uma disposição muito grande em se compartilhar, em elaborar estratégias coletivas no âmbito profissional, exceto quando se percebe que se pode ganhar com elas.

Produção e competitividade

A agricultura familiar desenvolvida pela comunidade tem como objetivo principal garantir o sustento dos assentados. A produção de alimentos parcelas de terra destocada da maioria dos sítios tem atendido às necessidades básicas de alimentação das famílias. Entretanto, não garantem a diversidade de produtos e também não colocam dinheiro nas mãos dos assentados, para que adquiram aquilo que não produzem, como remédios, roupas, calçados, condução etc.

Esse é um fator interessante na dinâmica de Vergel, pois a circulação de dinheiro praticamente não existe. Como a produção agrícola é datada e a lavoura não dá dinheiro todo mês, os recursos só aparecem no momento da venda, geralmente uma ou duas vezes por ano. Mas, como nem todos estão produzindo, o dinheiro não aparece com freqüência. Assim, ou os sujeitos criam estratégias de poupança, ou têm que buscar dinheiro fora de Vergel, em trabalhos esporádicos, ou mesmo na comunidade.

> *A gente aprende o valor que tem o dinheiro. Na roça às vezes você não consegue tirar o açúcar, o sal, e outras coisas, mas, mas você tem um feijão, um arroz, uma galinha, um porco, um queijo... (...) Não precisa cair de uma vez quando ta faltando o dindim: dá um dia ali, outro lá, e o resto é no sítio dele. A gente troca de dia de serviço (CE).*

De certo modo, a comunidade de Vergel se enquadra no conceito de 'proletariado rural' das classes trabalhadoras, conforme proposto por Antunes (1999, p.102) uma vez

que, mesmo que a maioria da população já realize sua produção doméstica, ainda há a necessidade, por parte de muitas famílias, de buscar recursos econômicos fora do assentamento.

Atualmente, muitos assentados procuram colocar os excedentes de sua produção nas praças de Mogi-Mirim e Itapira, realizando a venda de porta-em-porta. Nessas condições, o resultado financeiro demanda tempo e esforço, e nem sempre á garantido. Se o trabalhador tenta vender produtos perecíveis, por exemplo, e não encontra comprador, pode perder o que produziu. Mas, mesmo que consiga escoar sua produção, o pequeno produtor acaba se tornando refém do mercado no momento da comercialização.

Retomando a discussão proposta por Silva (2001), mesmo quando se está vinculado a um grupo, ainda assim não é tão simples se inserir no mercado, uma vez que os padrões de exigência, os impostos, bem como os preços pagos pelos compradores não são decisões que estão nas mãos dos pequenos produtores. O uso de implementos agrícolas, por exemplo, como adubos industrializados, pesticidas, etc., tornou-se uma prática para o aumento da produção, mas têm implicações importantes no resultado da qualidade do produto produzido.

Se o pequeno produtor utiliza-se de meios naturais para a adubação de sua terra, aumenta o seu tempo de trabalho e, conseqüentemente, seu custo. Para concorrer no mercado, submete-se aos preços impostos por quem adquire sua produção. Assim, o trabalho individualizado e rudimentar perde sempre para quem possui tecnologia ou condições de produzir em quantidades muito mais elevadas. Em razão da competitividade, não há mais espaço comercial para a produção agrícola nos moldes artesanais.

> *O ser humano é muito complicado. Na dor, na necessidade, na precisão, se faz qualquer coisa para resolver o problema. Depois que saiu, melhorou um pouco...(...) se isola. (...) Todo aquele produtor que se isola, ele vai de água abaixo. Eu já vi produtor bom, cabeça boa, que se isolou e... Pra trabalhar melhor, tem que trabalhar de forma integrada. O mercado uma coisa delicada. Por exemplo, ele quer comprar 100 sacas de arroz, ele quer comprar 100, ele não quer 30 sacas do Chico, ou o João tem só vinte, o outro 50. Ele quer comprar 100. Cabe a nos se organizar dessa forma, juntar as 100 sacas para vender (P.)*

Diante desse quadro, um dos fortes argumentos em favor do trabalho cooperativo é o de que a produção em maior escala garante melhores condições de competitividade no mercado. A experiência melhora a qualidade da produção. O difícil é comercializar, é saber o que fazer com o que se produz, fazer isso virar recursos.

Retomando percursos...

Através dos depoimentos dos assentados, é possível perceber que sustentando suas representações sobre sucesso, crescimento pessoal, direcionam suas atividades no sentido de trabalhar individualmente. Mas, é possível identificar que também possuem a consciência de que, quando estão em comunidade, são mais fortes para lutar por suas demandas. O assentamento encaminha-se na direção de retomar alguns processos de organização coletiva com a criação do centro de comercialização, previsto para iniciar suas atividades em 2005, e que será explicado mais a frente neste texto.

Nas práticas cotidianas, as ações colaborativas fazem parte da sociabilidade do grupo, especialmente no aspecto pessoal. Mas a organização econômica também sofre a influência dessas práticas, em especial, da troca. Conforme nos informam Jesus e Tiriba (In Cattani, 2003), a motivação para ações colaborativas têm suas origens em sentimentos de ordem individualista. Assim, ajudar o outro no trabalho é uma forma de ter garantida a sua ajuda quando for necessária. É uma forma de não ser explorado. Por essa razão, no âmbito profissional, quase todos os tipos de trabalho têm preço, tanto em valores monetários como de trocas. Assim, trocam-se mercadorias, dias de trabalho, conhecimentos.

> *Eu tenho o meu lote e não tenho o trator. Eles têm o trator e tem o serviço. Eu não tenho dinheiro pra pagar uma hora do trator, no barato é R$ 30,00. Eu tiro uma folga lá de dois dias, venho aqui e ajudo no serviço e eles vai lá e gradeia pra mim. (SJ)*

Uma prática interessante que reflete tanto a valorização dos conhecimentos dos próprios assentados como o sentido de colaboração entre eles está no oferecimento dos seus saberes profissionais. Trocam dias de trabalho quando há necessidade, mas também o dia é mensurado numa escala de valor. Veja o exemplo de F., que foi pedreiro e que colabora com seus companheiros exercendo essa atividade.

Na verdade quando me sobra tempo, as pessoas me chamam pra fazer um serviço pra eles. Eu vou, presto aquele serviço em troca de que a pessoa vir aqui me ajudar. Como no caso, eu tava fazendo uma cerca e tinha uma pessoa do meu grupo que tinha piso pra por, mas não tava dando pra pagar pedreiro, e ele disse: F., vamos fazer um negócio: você sabe que o dia do pedreiro é mais caro, mas eu trabalho dois dias pra você, e você põe o piso pra mim (F).

Um outro argumento que se utiliza em favor do trabalho coletivo é o de que, no conjunto, cada um pode exercer a atividade para a qual está mais bem preparado, participando no que faz de melhor, e deixando para os outros, as atividades para as quais não tenha preparo. Assim, a distribuição de funções pode otimizar as ações do grupo.

[sobre diferenças individuais para comercializar] *Eu acho que ai é a questão de agrupar, trabalhar em grupos. A questão é porque às vezes o cara se destaca em um coisa e não em outra, então vamos aproveitar no que ele se destaca, olha esse aqui coitado até pra falar com os outro nosso ele fica tremendo e tudo, mas na roça ele produz que é uma maravilha(CP)*

Mas, no âmbito pessoal os valores cristãos norteiam as ações de grande parte dos assentados. Nota-se que há um sentimento de solidariedade que permeia as relações pessoais e, quando surge uma necessidade, as ações coletivas para solução de problemas que acontecem.

Choveu forte, deu ventania e o teto do meu vizinho destelhou tudo, tava sendo um problema para o pessoal. Eu tava em uma tarefa sem tamanho e eu olhava eles daqui, tentando lá, mas não tava adiantando. Aí, ai eu fui na casa de um, de outro, fui na casa dos companheiros e falei 'Vamos lá dar uma força na casa do L. O. por que ta molhando tudo lá.'(...) Então, fomos lá e ficamos dois dias trabalhando pra ajudar o companheiro (F.).

Em síntese, o que faz com que os trabalhadores percebam o sentido de grupo, além dos grandes embates com o Estado, por verba, por benefícios sociais, por financiamento, são os processos de comercialização da produção. Percebe-se que os assentados de Vergel estão caminhando no sentido de trabalhar de forma individual, cada qual no seu sítio, mas se direcionem a debater formas de se inserirem coletivamente no mercado. Os planos do assentamento com relação ao centro de comercialização caminham nessa direção.

3.4 – ESPECIFICIADES DE VERGEL: PRATICAS, SOCIABILIDADE, HISTÓRIAS

Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento "12 de Outubro" A liderança de Vergel

A Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento '12 de Outubro' foi a entidade que viabilizou Vergel nos espaços políticos e estabeleceu os diálogos entre o assentamento e a sociedade mais ampla. Ela surgiu para dar legitimidade ao assentamento, logo que esse deixou de ser ocupação, uma vez que os órgãos públicos não tratam individualmente com os assentados, mas com a entidade representativa do coletivo. Foi através da Associação que os benefícios sociais e os financiamentos vieram para Vergel.

À sua frente sempre estiveram os líderes da comunidade e, desde a sua instituição legal, essa liderança se reveza na ocupação dos cargos. Ela é composta por um presidente, um vice-presidente, conselho fiscal, secretário e tesoureiro.

Atualmente, a liderança tem o prestígio da comunidade, pois a história de participação política e social de seus membros, bem como suas ações em favor do coletivo, garantem a confiança do grupo, embora, como em todo espaço social, haja embates por poder e, no caso de Vergel, exista um grupo que é dissidente da coordenação do assentamento.

Festa de 3 anos do Assentamento - 2000
Fotografia de autoria de Mônica de Luca

No entanto, na história de Vergel, houve um momento em que a desconfiança com relação à Associação e a seus membros foi instituída. Nas suas práticas, as reuniões com a liderança, quer fossem políticas, quer ligadas à Associação dos Pequenos Produtores de Vergel, sempre foram abertas para comunidade. Entretanto, em determinado momento, em razão do escândalo do carvão, as denúncias sobre possíveis privilégios ou desvio começaram a fazer parte das discussões, tendo como alvo principal os líderes do assentamento.

Nesse processo, teve origem uma crise de confiança da comunidade com relação à coordenação de Vergel, representada pela Associação. Conforme relatado anteriormente, houve a auditoria Estatal nas contas e documentos da Associação, mas não havia qualquer irregularidade.

Durante esse processo, percebeu-se que os espaços que deveriam ser utilizados para a participação democrática, como as assembléias da comunidade, começaram a funcionar como lugares onde o controle social era duramente exercido. A liderança passou a personificar todos os entraves do desenvolvimento de Vergel e levava a culpa pelo que não desse certo.

As assembléias aconteciam em clima bastante tenso, por conta da desconfiança entre as pessoas, a ponto de, em certos momentos, alguns assentados participarem das reuniões munidos de pedaços de pau e porretes. Nunca chegou a ocorrer violência, mas houve situações em que isso quase aconteceu.

Nessa época, surge o grupo, formado por aproximadamente 15 pessoas, que se coloca contra a coordenação do assentamento, o mesmo grupo que incitou a desconfiança na comunidade e acabou por criar a dissidência nas ações acordadas coletivamente. Esse grupo representava uma outra forma de pensar a organização da comunidade e era influenciado por lideranças externas à Vergel, de acordo com a avaliação de um dos líderes.

Passada a crise, Vergel passou por um momento mais tranqüilo nas relações do grupo. Por conta dos embargos do Estado, as pessoas precisaram se juntar novamente e estabelecer estratégias para viabilizar a produção e trazer de volta os financiamentos de projetos. Com a retomada dos investimentos e a ida de praticamente todos os assentados para seus lotes, muitos desses sujeitos não viam mais sentido em participar das reuniões da

Associação, já que os projetos estavam sendo financiados individualmente. Isso, de certa forma, desarticulou mais esse espaço coletivo.

Atualmente, a Associação funciona como entidade representativa dos assentados de Vergel e é responsável pela discussão das questões políticas do assentamento. Mas, suas atividades principais estão acontecendo mais externamente. As atividades internas, como a organização do coletivo ou a criação da cooperativa, estão caminhando lentamente, em função da falta de participação da comunidade. Essa falta de participação é justificada pelos processos vividos pelos assentados que dizem respeito às atividades produtivas individuais e dos grupos, anteriormente relatados.

Mesmo que a Associação não esteja atuando legalmente, é a mesma liderança que está fazendo a articulação entre Vergel e os órgãos públicos, a Prefeitura, a imprensa, etc. Na visão de alguns, esse grupo permanece porque é composto por pessoas mais 'letradas', que têm mais jeito de falar em público e sabem se expressar melhor.

É evidente que a experiência política garante que o grupo permaneça. Na explicação dos próprios líderes, continuam coordenando o trabalho porque não surgiu ninguém que os substituísse.

Atualmente, ninguém quer assumir o trabalho da Associação, porque todos estão muito envolvidos com a produção da agricultura familiar. Mesmo aqueles que representam a dissidência política em Vergel não se organizaram para montar uma chapa e concorrer com a atual gestão na última eleição, ocorrida em 2004.

Vinculação e parcerias do Assentamento

O assentamento de Vergel se mantém ligado a algumas entidades, como a CUT, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, da Alimentação e dos Petroleiros. Com essas entidades, participa de movimentos por trabalho, contra o desemprego, contra o escravismo. Atuam como representação, buscando soluções para que os trabalhadores da região tenham uma vida melhor.

Os assentados de Vergel também atuam como representantes da Comissão dos Hortos do Estados de São Paulo, que conta com a participação de 16 hortos. Essa comissão tem por objetivo viabilizar a consolidação de projetos que tragam benefícios para os assentamentos que se localizam nesses hortos.

Parceria com o ITESP

Sua parceria mais importante é como ITESP, fundação pública que coordena os assentamentos do Estado de São Paulo, atualmente contando com cerca de 10.000 famílias de assentados.

O ITESP intermediou a instalação da energia elétrica que está em fase final de instalação nos sítios, traz muitos cursos ao assentamento, auxilia os assentados na escrituração e orientação de projetos para a CONAB, o PRONAF, as Prefeituras, colabora com questões ligadas à justiça, ao CDHU, à saúde e meio ambiente.

Há duas críticas relativas à participação do ITESP na dinâmica da produção em Vergel. A primeira está relacionada à destoca dos sítios. Quando a madeira foi vendida, os recursos foram encaminhados, através da Fundação Florestal, para os cofres do ITESP, tendo como um dos objetivos realizar a destoca da fazenda. Até hoje, grande parte dos sítios não tiveram seus lotes destocados e a alegação é de que não há recursos para tal.

A segunda crítica está relacionada à deficiência no acompanhamento dos técnicos aos processos de produção. Os assentados argumentam que, muitas vezes, diante de um entrave na produção, não conseguem que os técnicos compareçam ao sítio para identificar o problema no processo e orientar soluções.

Um exemplo é o de I., que utilizou o financiamento que obteve do PRONAF para aquisição de pintos. O objetivo era a criação de frango de corte. Ela investiu na construção do galinheiro, gastou com pintinhos e com ração, mas os frangos não cresceram. Seu investimento foi em vão e ela terá que pagar o financiamento, mesmo sem ter obtido o retorno almejado. No seu caso, faltou orientação sobre que tipo de ração fornecer aos animais em cada fase de seu crescimento.

Essa dificuldade de assistência técnica tem como causa a grande quantidade de assentados para cada técnico fazer o acompanhamento.

Atualmente, o ITESP está mediando junto ao DEPRN a liberação para a venda de uma parte da madeira da reserva, com o objetivo de que seja construído um Centro de Comercialização na SP-147, para que os produtores de Vergel escoem parte de sua produção.

Parceria com as prefeituras

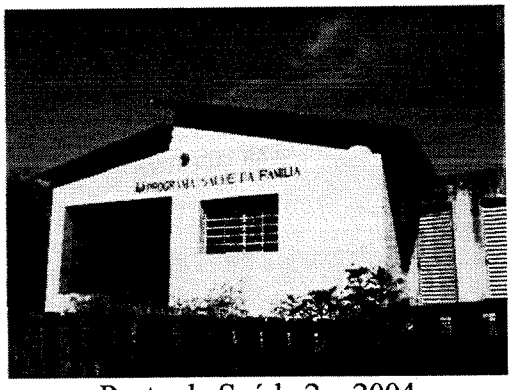
A cidade de Itapira tem 30% da área do assentamento dentro de seus limites. Mas, nunca contribuiu em nada com o assentamento. Pelo contrário, segundo a liderança de Vergel, é o assentamento que contribuí com Itapira, tanto fornecendo produtos como realizando suas compras no comércio da cidade. Quando necessitam, os assentados de Vergel utilizam o sistema público de Mogi-Mirim, especialmente nas áreas de saúde e educação.

Para o grupo, a prefeitura de Mogi-Mirim, em sua primeira gestão, estava muito mais aberta às negociações com o assentamento. Nesta última gestão, mesmo se mantendo os dirigentes, as dificuldades foram maiores. Na interpretação de alguns, essa resistência se deve ao fato de que não há uma segunda reeleição, e assim, não há tanto interesse em conquistar a comunidade assentada.

Entre as dificuldades apontadas pelos assentados está o fato de que, por exemplo, com nenhuma das duas prefeituras o assentamento conseguiu contrato para fornecimento de alimentos para a merenda escolar com os produtos de Vergel. Se houvesse essa disposição, além de baratear o custo da merenda, haveria uma melhoria nas condições de produção e vida dos assentados de Vergel.

SAÚDE

Posto de Saúde 1 - 1999



Posto de Saúde 2 – 2004

Vacinação no Posto de Saúde 1

Vacinação no Posto de Saúde 2

Vacina de animais 1

Vacina de animais 2

Fotografias de autoria de Mônica de Luca (1999-2001)

A comunidade também reclama do funcionamento do posto de saúde. Antigamente, o funcionamento era diário, com a presença de duas atendentes e o médico. O posto chegou a ter atendimento de psiquiatras, cursos, grupos de discussão. Hoje, conta com uma visita semanal do médico, uma atendente, e com o acompanhamento da agente de saúde da comunidade. Com a quantidade de pessoas dependentes desse serviço, cerca de 650, esse atendimento está deficitário. Além desse investimento na saúde, segundo avaliação da comunidade há outras áreas necessitando de iniciativas, por exemplo: a patrulha agrícola, o transporte e a melhoria do sistema viário. A educação é uma das demandas prioritárias para a comunidade.

Desde a ocupação, a comunidade reivindica que a escola pública seja implantada em Vergel. Há cerca de 4 anos, a Prefeitura se dispôs a fazer uma experiência, trazendo a pré-escola para o assentamento. Para isso, a comunidade fez investimentos na reforma de casarão, atendendo as mudanças exigidas pela prefeitura na criação da infra-estrutura para funcionamento da pré-escola. A prefeitura só enviava a professora e a merenda escolar. Mas a pré-escola só funcionou por um ano. Atualmente as crianças estão distribuídas na rede municipal de ensino, educação infantil e ensino fundamental. Mas, muitas não freqüentam o sistema de educação infantil devido à distância e a precariedade das condições de transportes oferecidas pela prefeitura.

O pedágio prejudicou também o transporte dos estudantes, pois os ônibus que servem o assentamento só andam pelas estradas de terra para fugir do pedágio. Quando chove, eles nem circulam em Vergel. Se chover uma semana, as crianças perdem uma semana de aula. Como o transporte escolar é de encargo prefeitura, essa se torna co-responsável pelo fato das crianças perderem aula.

Há ainda uma demanda por educação para adultos, pois há em Vergel uma grande quantidade de adultos não alfabetizados, ou que desejem retornar aos estudos. Já houve, há cinco anos, o funcionamento de uma sala de EJA, na qual a atendente de enfermagem ministrava o curso de alfabetização. Mas esse projeto também foi desativado. Atualmente, não há projetos educativos do sistema formal de ensino em andamento em Vergel. Mas esta é uma das demandas da comunidade.

Planos para comunidade

Um dos planos políticos da liderança da comunidade, em parceria com lideranças de assentamentos de Sumaré, Araras, Rio Claro e outros, é o de criar um sindicato regional de agricultura familiar, para representar os pequenos trabalhadores assentados na Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo.

Na área social, um dos projetos mais importantes a serem implementados em Vergel é reforma do antigo prédio da estação ferroviária, com o objetivo de transforma-lo num espaço educativo, muito parecido com o projeto do Núcleo, que aconteceu na comunidade há alguns anos. A área onde se localiza este prédio já foi doada à CUT, que pretende montar uma creche e um projeto de capacitação digital para os jovens da comunidade. Busca-se, assim, agir em duas frentes: no cuidado da infância e na preparação dos jovens para integrar a economia do assentamento, prevendo, inclusive, que a expansão dos negócios em Vergel gere muitas oportunidades de inserção no trabalho e no mercado.

Um projeto econômico para Vergel – O Plano de Manejo

Em meados de outubro houve uma reunião da coordenação do ITESP com a comunidade para discussão sobre o destino da madeira de reserva do assentamento. Há um projeto em andamento, aguardando aprovação do DEPRN, para ser implementado no Vergel, visando a utilização dessa madeira para geração de recursos para a comunidade. Esses recursos seriam basicamente destinados à criar condições de se desenvolver a agroindústria no assentamento.

Este projeto, aprovado em assembléia pela comunidade, consiste num Plano de Manejo Florestal[24] das reservas florestais legais[25] da fazenda. Ficam fora deste plano as reservas de preservação permanentes[26]. Em Vergel, há 350 ha. destinados à preservação

---

[24] Plano de Manejo Florestal consiste na exploração econômica de uma determinada área da floresta sem que cause degradação ambiental. Para isso é preciso conhecer o ecossistema da área: vegetação, água, fauna, e sua relação com o ambiente, ocasionando assim o mais baixo impacto na relação entre os elementos desse ecossistema. Pela lei, o plano de manejo pode ser desenvolvido em áreas de reserva florestal legal.

[25] Pela lei 4771 de 1965, toda propriedade agrícola acima de 20 ha. deve destinar 20% de sua como reserva florestal legal, para proteção do ecossistema.

[26] Áreas de preservação permanente são todas as áreas ao redor de nascente num raio de 50 m., ao longo do cursos das águas, em faixas de 30 a 50 m., e no topo de morros, serras, montanhas e montes com declive acima de 45°. Nessas áreas não se pode realizar plano de manejo.

ambiental. Destes 350 ha., 150 ha. não podem ser mexidos. Assim, sobram 200 ha. para serem utilizados. Essa área a ser desmatada deverá se tornar, ao longo dos anos seguintes, nova área de mata nativa e para isso, há a necessidade do comprometimento e do envolvimento da comunidade para que a mata possa se reconstituir.

Por ser este um projeto com data marcada para acontecer, o ITESP propôs que o assentamento pense num projeto de plantio de ervas aromáticas nos próprios sítios, para garantir a produção da destilaria para depois que o eucalipto deixar de existir. O plano foi proposto em duas etapas, a primeira consiste na coleta das folhas de eucalipto numa área de 70 ha. durante os três próximos anos. A segunda, consiste na retirada de 152 ha. da madeira da reserva, a ser realizada em etapas, também ao longo de três anos, conforme cronograma (quadro 2):

Cronograma de colheita da madeira				
Ano da colheita	Época da colheita	Área da colheita	Área (ha)	Valores
1°. ano	Maio a setembro	RFL 04	50	19.506,41
2°. ano	Maio a setembro	RFL 04	23,3285	9.101,10
2°. ano	Maio a setembro	RFL 05	21,2593	8.293,85
3°. ano	Maio a setembro	RFL 06	35,7573	13.949,93
3°. ano	Maio a setembro	RFL 10	21,6581	8.449,43
Total			152,0032	59.300,72
Fonte: ITESP - Proposta apresentada em reunião com a comunidade do assentamento em 13/10/04.				

A venda da madeira e a produção do óleo de eucalipto gerarão recursos que deverão ser revertidos em benefício do próprio assentamento, em projetos de aquisição de equipamentos comunitários: uma prensa de extração de óleos essenciais, uma debulhadeira e uma empacotadeira de arroz, uma despolpadeira de frutas e uma farinheira. Ainda com esses recursos, serão construídos um centro de comercialização, um campo de futebol e de um centro comunitário para práticas esportivas.

A comunidade vislumbrou as possibilidades do projeto: recursos destinados a criação de espaços de lazer e melhorias nos processos de produção e comercialização dos artigos de Vergel representarão uma significativa mudança na qualidade de vida da comunidade.

O receio maior dos assentados é com relação à segurança da madeira que ainda está na reserva. Para que o projeto seja aprovado, deve haver o comprometimento de todos os assentados no sentido de respeitar o cronograma da retirada da madeira.

Entretanto, para a comunidade há pressa de que essa madeira seja derrubada, pois os roubos são constantes e não há como fazer a fiscalização, por questões de segurança dos próprios assentados. Não há fiscalização da polícia florestal na área. Já houve casos em que, após denunciarem a retirada ilegal da madeira, alguns assentados sofreram ameaças de elementos estranhos ao assentamento, conforme relatado pelo Sr. C., que conta que foi convidado por membros da comunidade para dar flagrante em pessoas que roubavam a madeira de Vergel:

> *Eu falei assim "eu? Ah, mas num vô mesmo. Num vô mexê cum esse povo, não. Se quisero pára o povo aqui, agora que venha o ITESP aqui pára eles também. Outra vez nóis paramo um povo aí deu um problema danado. Aí, o povo ficou ameaçando a gente ...Fica aí parano o cara que tá cortando, tirando a madeira pra vendê... Sei lá o que ele tá fazendo! E depois, a gente vai lá só em meia dúzia de pessoas, num dá. Então se fosse tudo, se juntasse tudo, pega o carro e sai pelo assentamento. Quantos titular tem aqui dentro? Traz aqui em baixo e já faz um tipo de uma reunião. Aí, se oceis quisere, aí sim aí conta que eu vô junto aí pra barrá os cara que ta mexendo na madeira. Mas só é nóis, meia dúzia de pessoas. Mais eu num vô memo. Da outra vez, eu num sabia de nada eu fui ali e eles tava roubando madeira ali. Eu num sabia nada, aí veio uma turma aí pra cadeia, (...) depois começo a ameaçar nóis... (C.)*

Por essa razão, os assentados argumentam que não podem se responsabilizar pela madeira. Se o repasse do dinheiro mantém essa exigência, o projeto se torna inviável.

De outro lado, se a liberação do corte dessa madeira não ocorrer rapidamente, esses recursos jamais chegarão a ser destinados à comunidade. Na opinião do grupo, com a velocidade em que a retira ilegal está sendo praticada, pouca madeira sobrará em pé até que se resolvam as questões burocráticas ou os trâmites normais do processo.

Centro de Comercialização

A proposta do centro de comercialização é, atualmente, o maior projeto destinado à viabilização econômica da comunidade e pode representar a retomada das discussões sobre o trabalho coletivo. Este centro será edificado na beira da Rodovia SP-147, altura do km. 49. As obras de terraplanagem para sua construção já começaram a ser feitas.

A proposta inicial é a construção de oito lojas, uma para cada grupo de trabalho, nas quais seriam expostas para venda as mercadorias do assentamento. Neste centro também será construído um restaurante, no qual o grupo das mulheres preparará pratos feitos com os produtos de Vergel. Desta forma, todos os grupos de trabalho serão contemplados e terão um espaço para divulgar sua produção e para realizar negócios.

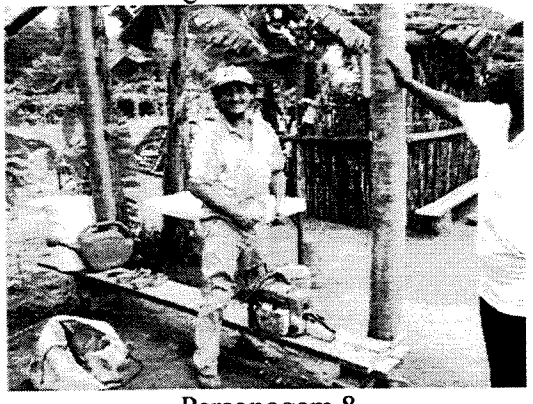
> *Os planos daqui pra frente, com esse governo que tem ai, que ele faça o papel dele, em termos do homem do campo, para melhorar a vida do homem do campo e que, quando sair ele, que entre outro com o mesmo espírito de ajudar, de melhorar. Eu vejo que, sendo um governo de competência, que veja que a reforma agrária dá certo, acaba muitos problemas que existem na cidade, isso acaba! (F.)*

PERSONAGENS DE VERGEL: COMUNIDADE (2004-2005)

Personagem 5

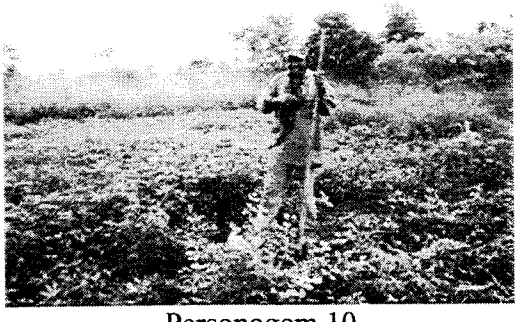
Personagem 6

Personagem 7

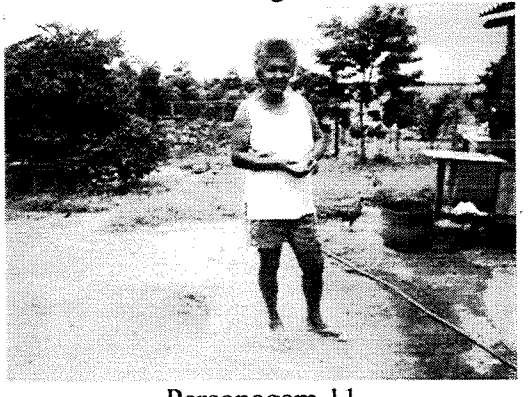


Personagem 8

Personagem 9



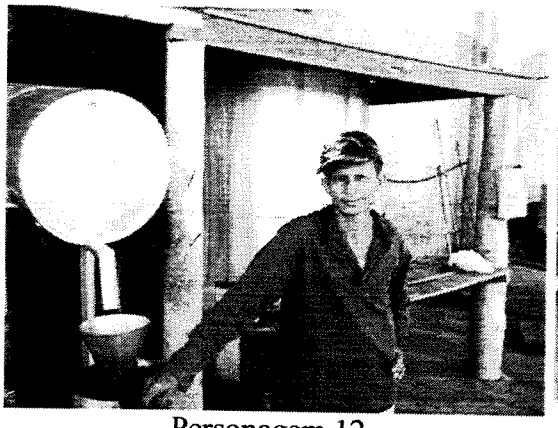
Personagem 10



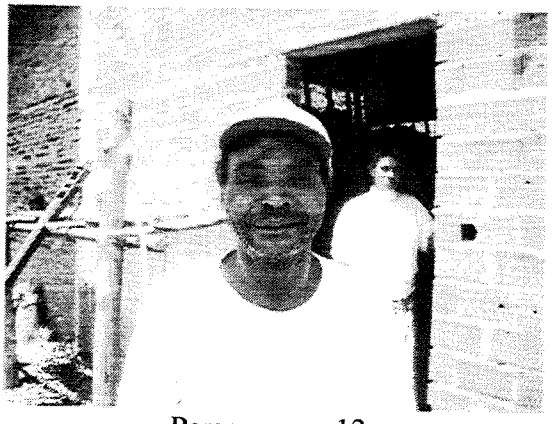
Personagem 11

Fotografias de autoria de Mônica de Luca

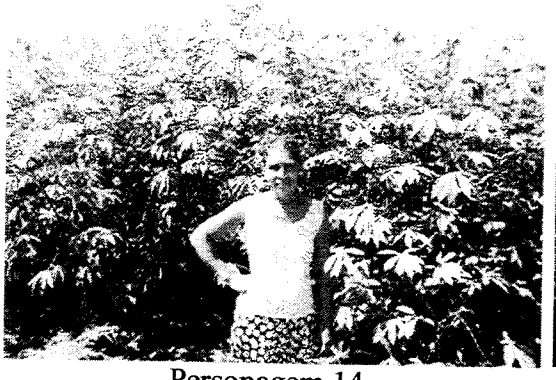
PERSONAGENS DE VERGEL – COMUNIDADE (2005)



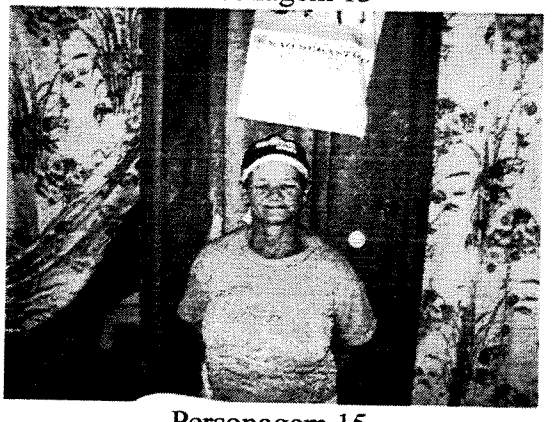
Personagem 12



Personagem 13



Personagem 14



Personagem 15

Personagem 16

Personagem 17

Fotografias de autoria de Mabel Servidone

MINHA INSERÇÃO

Na roça – 1998

No Núcleo – 1999

Encontro de Mulheres Assentadas – 2000

Brincando com crianças – 2000

Entrevista – 2000

Divulgando Vergel – 2001

Fotografias de autoria não identificada –
feitas por algum membro da comunidade ou do grupo de estudantes

Me plante no pó e me cubra todo o nó.

Foi assim, houve um tempo em que Deus falou: de tudo tem, de tudo há.
Para existir, a mandioca exigiu do homem: me plante no pó e me cubra todo o nó.
A mandioca tem que ser plantada no tempo seco, na terra seca.
Assim, ela vai receber o calor que vem do sol e a umidade que vem da terra.
Em sua cama, ela vai suar... Na primeira chuva, vai brotar.
Chico

Certas questões orientaram meu movimento de pesquisa e, no texto que se segue, procuro trazer algumas de minhas percepções sobre elas.

Individualismo versus Coletividade

Uma dessas questões diz respeito ao processo de radicalização do individualismo acontecido em Vergel em determinado momento histórico, que promoveu a desarticulação das práticas coletivas.

No início da ocupação, pela experiência de compartilhar espaços coletivos, a esperança de estarem produzindo juntos um futuro melhor para todos e, principalmente, por que eram sustentados por processos de ideologização dos movimentos sociais - os discursos, as palavras de ordem, as assembléias coletivas onde todos tinham voz e a mística presente nas situações cotidianas - os trabalhadores construíram uma visão romântica de transformação social. Atualmente, os assentados estão mais realistas e menos inspirados em transformar a sociedade.

Há a percepção de que esse processo de individualização afetou as relações entre os integrantes de Vergel. Se num momento anterior os sentidos de solidariedade faziam com que assumissem a responsabilidade pelo companheiro adoecido, ou a mulher só, hoje afirmam que, quem não trabalha, não deve ser tutelado. O que os fez mudar essa visão foi a experiência do viver em comunidade. Alguns episódios trouxeram outra dimensão à questão do trabalhar em coletividade e contribuíram para isso o roubo madeira e o episódio do carvão.

Por meio das narrativas foi possível identificar muitas razões para que o processo de individualização, em determinado momento da história do grupo, se sobrepusesse aos

discursos dos movimentos sociais, de transformação social através das práticas de cooperação e de valores de solidariedade. Entre as razões, destacam-se:

- A falta de uma formação política mais acentuada, decorrente do próprio processo histórico de constituição desse grupo, prejudicou o entendimento de que, no coletivo, as opiniões divergentes devem ser respeitadas e o consenso, ser buscado em nome do bem social.
- Para alguns sujeitos, a motivação principal para que integrassem o movimento era a oportunidade de 'sucesso' econômico que este lhes proporcionaria, através da propriedade da terra. Participar de Vergel era um meio para construírem seu projeto de ascensão social, fundamentado em valores da modernidade, valores individualistas presentes nas representações sociais que constituíam a subjetividade de classe média dessas pessoas.
- Quando a vontade do grupo e as dinâmicas da participação coletiva faziam com que algumas expectativas de realizações individuais fossem frustradas, era comum que as regras estabelecidas pelo grupo e para o grupo fossem questionadas.
- Ao se atingir o objetivo do assentamento: a garantia de terra e trabalho para os cidadãos, o vínculo com as lutas e proposições coletivas se enfraqueceu, pois não foram mantidas as práticas ideologizantes presentes nas místicas do movimento social.
- As tentativas da liderança em garantir o espaço de articulação e de afirmação do grupo ficaram prejudicadas por conta da pressa em atingir os objetivos de sobrevivência de cada família da comunidade. No momento em que se fixaram em seus lotes, mudaram suas prioridades e diminuíram sua participação social.
- As condições de trabalho não eram as mesmas para todos os grupos ou famílias, uma vez que cada lote estava em um momento diferenciado de constituição. Enquanto alguns sítios já estavam sendo formados e a produção agrícola, a criação de animais ou outro projeto produtivo tinha início, outras famílias ainda tinham seus lotes tomados por eucaliptos, ou se esses já estavam no chão, ainda não havia sido feita a destoca. Além disso, outras condições de produção ainda não estavam

estabelecidas, como o abastecimento de água, ou a preparação da terra para o plantio.

- A crise de confiança com relação à coordenação da Associação, durante um período relativamente longo, fez com que a liderança do grupo deixasse de congregar os assentados. Nesse processo tornou-se explicita a intolerância existente entre a liderança e outro grupo político dissidente. Suas metodologias de trabalho e propostas de organização social eram vinculadas a correntes ideológicas distintas. Esse embate, por um tempo, dividiu o grupo.
- Nas primeiras experiências de trabalho em grupo, alguns se sentiam explorados por companheiros que não tivessem condições para o trabalho, por estarem doentes, no caso de mães que não tinham com quem deixar os filhos para trabalhar, ou mesmo das pessoas que trabalhavam menos por comodismo.
- Na hora de pagar os financiamentos coletivos, alguns membros de alguns grupos tiveram dificuldade de saldar a sua parte nos débitos assumidos pelo grupo, quer por não obterem retorno financeiro do seu trabalho, quer por não terem compromisso diante da dívida. Esse processo minou a vontade de trabalhar de maneira coletiva para alguns assentados.

Desse levantamento, pode se aferir: muitos assentados ingressaram em Vergel como uma estratégia para mudar de vida, conseguir se inserir no social. Alguns queriam retornar ao trabalho com a agricultura e outros visualizavam nos movimentos sociais uma oportunidade de ascender socialmente, através da propriedade. Nem todos pensavam no compromisso com as pautas dos movimentos com relação a questão agrária.

As ideologias que orientam os movimentos sociais, no caso de Vergel, influenciaram a forma de participação política do grupo, que pode ser percebida pela maneira como se comportam nas reuniões coletivas, em que todos se sentem autorizados a expor suas idéias, a questionar e a reivindicar. Nesse movimento até assumem uma postura mais unificada, que reflete o grupo, a classe dos trabalhadores assentados da comunidade. Mas esta mesma formação política é falha no sentido de garantir a unidade do grupo nos processos de organização do coletivo com vistas aos ideais de transformação da sociedade.

Minha observação é de que essa formação deixa a desejar, porque o movimento da luta foi curto e a mística, que garantiria que os pressupostos da transformação social continuassem acesos no discurso da comunidade, foi sendo fragilizada a ponto de não mais fazer parte das dinâmicas da comunidade.

Entretanto, por conta do desenvolvimento produtivo em curso em Vergel, começam a surgir iniciativas de se fortalecerem novamente como comunidade. A alternativa do trabalho em cooperativa é bastante positiva, no sentido de que se retoma o movimento de estabelecimento de um sujeito coletivo. Agora, os assentados estão menos voltados à transformação da sociedade e muito mais envolvidos com o próprio sucesso.

Formação Sociopolítica, Trabalho e Identidade

Para o assentado adulto de Vergel, o trabalho tem uma importante função na auto-identificação dos sujeitos. A representação corrente sobre o trabalho no meio urbano é baseada na visão tradicional da modernidade – impregnada dos valores que sustentam o modelo capitalista: o homem tem que ser capaz de suprir sua família, disso decorre que estar empregado ou ter um trabalho, confere ao sujeito o sentido da dignidade e humanidade.

Refletindo sobre os processos pelos quais a comunidade vem passando ao longo desses mais de sete anos de convivência, é possível identificar no trabalho o maior produtor desse novo sentido identitário. A assunção da identidade de lavrador é, no nosso entendimento, resultado do próprio envolvimento do trabalhador com a terra e, ao longo do tempo, sua identificação com o trabalho.

Se na pesquisa anterior, muitos assentados ainda se identificavam pelas profissões anteriormente exercidas no meio urbano, hoje se assumem agricultores, pequenos produtores rurais, trabalhadores rurais, lavradores. Das entrevistas realizadas em grupos e individualmente, de cerca de vinte trabalhadores apenas um se autodenominou a partir da sua experiência profissional anterior, como tratorista. Esse trabalhador, entretanto, pertence ao grupo dos novos assentados e está em Vergel há cerca de um ano.

O movimento de descolamento da identidade social sofrido por muitos trabalhadores de Vergel lhes impôs novos sentidos para a auto-identificação, pois com o

passar dos anos, fora do meio urbano, já não tinham como se afirmar através de uma função social que já não desempenhavam.

A experiência do deslocamento de identidade social foi se dando através da apropriação desse novo lugar, dos novos saberes que estavam atrelados a esse novo ambiente, da re-significação de suas experiências em novo contexto, das novas relações e principalmente, através da assunção de um discurso diferente para dar sentido à sua nova condição social. Ou seja, as culturas do grupo e do lugar, marcaram novas formas do sujeito se ver e se dizer. Certamente, as relações no grupo formularam grande parte dos dispositivos que provocaram essas mudanças.

O que distingue a identidade profissional dos sujeitos de Vergel antes e depois de integrarem nos movimentos sociais e, principalmente, no assentamento, não é apenas as atividades que desenvolvem, mas a forma como se vêem como profissionais. Um dos fatores que afirmam o sujeito nesta ou naquela identidade profissional é a consciência que tem de suas capacidades e possibilidades para o desempenho bem sucedido desta ou daquela função, a partir do seu desenvolvimento pessoal e de sua formação profissional.

Novamente, convocamos as referências ao pertencimento. O sujeito detém os saberes de seu trabalho, mas também a ele pertence, pois significa sua condição social através dessa apropriação de duplo sentido.

O pertencimento também é um significado que se pode apreender da relação entre o homem e seu ofício. O trabalho na agricultura familiar, de certo modo, elimina o sentido de alienação do trabalhador de seu trabalho geralmente presente nas outras profissões, pois o agricultor participa e se intera de cada etapa do processo de produção, dele se apropriando.

Se o indivíduo se afirma agricultor, é porque domina os saberes necessários ao exercício da função de lavrar a terra, plantar, colher, produzir. Não apenas conhece o seu trabalho, mas tem com ele os vínculos que são decorrentes da sua própria história de vida, das escolhas que fez, das oportunidades que teve, da convivência com seus mestres ou instrutores para esta ou aquela profissão. Ser, portanto, agricultor, ser produtor rural é estar afetivamente vinculado ao processo de produção na agricultura, é ver-se exercendo esse trabalho, ser valorizado e reconhecido por isso.

Se no meio urbano, os valores de urbanidade direcionavam suas trajetórias, quer promovendo sua inserção social, através do exercício do trabalho, quer apartando-os da

centralidade e colocando-os no limite periférico dos direitos básicos para a sobrevivência, no assentamento encontram seu lugar social de produção da vida: terra e trabalho.

O trabalho no campo alterou a forma como os trabalhadores se auto-identificam, pois dominam os processos do trabalho e já se adaptaram ao ritmo do campo - outro ambiente, outra sociabilidade. O ritmo impresso no cotidiano do ambiente rural obedece a uma ordem diferente daquela que o meio urbano tem como padrão para gerir a vida. Os ambientes de trabalho e doméstico estão colados: o convívio familiar e social, o trabalho e o lazer acontecem num mesmo espaço. O tempo também não é submetido ao relógio, mas à própria organização das rotinas diárias, das necessidades do trabalho.

Para o trabalhador de Vergel, portanto, reconhecer-se como trabalhador rural faz parte do processo de identificar-se, de reconhecer o lugar social que ocupa. O grupo ao qual se pertence define esse lugar social, pois nele são valorizados os saberes e as práticas do ofício.

Ser assentado, ser trabalhador rural.

Outra acepção que se buscou apreender nesse movimento de pesquisa foi a do 'ser assentado'. Entretanto, constatamos que a 'identidade assentada' está em processo de transformação de sentidos. É identidade transitória, se configura como uma das identidades possíveis desses sujeitos e é contextualizada no tempo e no espaço.

A assunção de uma identidade assentada em Vergel, é vinculada aos valores de coletividade que orientam, de certa forma, as relações produtivas. Assim, no sujeito coletivo, o trabalhador de Vergel se fortalece, tem sua cidadania reconhecida e tem crédito.

Nas ações coletivas que engendram para obtenção de financiamentos ou benefícios das políticas públicas, ser assentado facilita o processo de viabilizar sua produção através do crédito, porque tem como garantia a estrutura social do assentamento, uma comunidade instituída sustentando sua condição de cidadão de Vergel.

A articulação coletiva é uma forma de se fortalecerem para atingir determinados objetivos e nesse movimento, os sujeitos de Vergel se vêem como assentados. Ser assentado é uma estratégia política. O sujeito de Vergel não se vê como assentado fora dessa condição.

No próprio movimento de trabalho acontece um outro movimento de deslocamento identitário: de assentado a trabalhador rural, a pequeno agricultor. No cotidiano da comunidade ser assentado não é uma forma de auto-identificação observada. Em todas as etapas do trabalho, do plantio à comercialização, se identificam como agricultores, lavradores ou trabalhadores rurais.

O ser assentado também pode causar constrangimento aos trabalhadores no momento de se relacionarem com as sociedades urbanas, devido aos estigmas e preconceitos que os associam às representações sobre os movimentos sociais. Essa resistência, culturalmente estabelecida, emperra a realização de alguns negócios.

A maioria dos trabalhadores de Vergel não se identifica ou se enquadra como integrante de movimento social. Ter pertencido a um movimento social foi situação circunstancial para a vida dessas pessoas, tanto que, agora que podem produzir sua existência, através do trabalho, pouco participam das atividades dos movimentos. Permanecem no quadro de representantes comunitários, lideranças e militantes, em sua maioria, os assentados que fizeram o processo de formação sociopolítica antes de integrarem o assentamento.

Se, por um lado, as lutas sociais hoje ganham cada vez mais a adesão de segmentos sociais que antes não se manifestavam contra as injustiças que sofriam, por outro lado, cada vez mais há uma flexibilização de estratégias para contra-atacar as lutas. São utilizados, muitas vezes, os mesmos mecanismos e os mesmos discursos, promovendo um enfraquecimento ideológico das pautas e palavras de ordem. Em decorrência, se desenvolve resistência da opinião pública contra as bandeiras levantadas pelos movimentos.

De qualquer forma, as lutas podem estar articuladas em redes de solidariedade, mas cada uma está focalizada em um ou alguns pontos específicos, privilegiando determinadas demandas, determinadas bandeiras e estratégias de ação. Não se pode esperar que as lutas combatam a todos os tipos de exclusão ou discriminação – cada uma delas possui sua especificidade. São contextualizadas. A luta de Vergel, em seu início, era por terra e trabalho. Conquistada a primeira etapa: a posse da terra, há que se estabelecer agora a luta pelas condições de produção, que é a luta travada no cotidiano.

Hoje, ser assentado não mais movimenta esse sentido identitário. Ser trabalhador rural sim. Um fato interessante é que os sentidos culturalmente atribuídos ao pequeno

agricultor, de certo modo, restauram alguns valores de urbanidade, pois nas representações correntes, o trabalhador rural que não é assalariado, é proprietário, é 'seu próprio patrão'.

Recriando os sentidos de coletividade

É possível que um dos fatores que explique os atuais processos de recriação do sentido de grupo que começam a surgir nas interações entre os sujeitos de Vergel para a retomada dos projetos coletivos, seja justamente o fato de que esses sujeitos estejam desenvolvendo um novo sentido de pertencimento ao assentamento. É importante refletir que o trabalho coletivo pode ser estratégia de ação para se atingir objetivos individuais, pois no grupo, os sujeitos ampliam suas possibilidades de atuação e de inserção nos diferentes espaços.

Os valores associados ao coletivismo estão enfraquecidos na dinâmica da comunidade como uma prática. Entretanto, o fato de estarem cada qual realizando sua produção individualmente, mas buscando a articulação das informações através dos grupos, pode demonstrar que há disposição de se estabelecer novas formas de organização social.

Os assentados de Vergel constroem seu projeto de desenvolvimento produtivo e econômico. É um projeto em curso. É possível que a compreensão de que o trabalho com a terra é socialmente necessário, possa funcionar como dispositivo para que os sujeitos ressignifiquem sua postura diante dos projetos coletivos: a valorização do seu esforço pessoal pelo bem comum. A criação do centro de comercialização na comunidade poderá colaborar com esse movimento e, possivelmente, com a recuperação dos sentidos de coletividade.

Há alguns sujeitos que ainda se sustentam na ideologia do movimento social e a utilizam como argumento de cooptação do grupo. Mas eles vivem o conflito de se ter um discurso socialista e buscar a inserção numa sociedade capitalista. Como sobreviver e se inserir num mercado, com regras marcadamente competitivas, sem trair os compromissos assumidos nas lutas sociais e nos discursos de solidariedade? O sujeito coletivo é capaz de reverter esse movimento?

Formação sociopolítica e recriação de sentidos

É possível pensar em transformações no interior da realidade, se ampliarmos nossa concepção de Estado, de cidadania e participação social. O conhecimento poderá ser utilizado como instrumento de criação de possibilidades dentro desse modelo social em que nos inserimos. Para isso, é necessário desconstruir uma série de certezas que temos sobre o 'funcionamento' dessa sociedade capitalista em que vivemos.

Há uma nova sociabilidade sendo construída no interior das dinâmicas sociais, que localiza nos contextos e nos processos, espaços possíveis para a realização de micro-transformações, que podem, ao se articularem a outras, promover mudanças significativas. A compreensão dessas mudanças que se estão processando, o surgimento de novas formas de ação social, a criação de novas leis e novos padrões de sociabilidade, são motores para a transformação da sociedade.

Os movimentos sociais representam esse dínamo que promove mudanças na estrutura da sociedade, a partir da participação dos sujeitos ora reivindicando melhores condições de vida e trabalho, ora lutando por serem reconhecidos em suas identidades. Os movimentos em geral têm como característica dar visibilidade, realizar a exposição pública e promover o debate social sobre aquilo que expropria os sujeitos de sua cidadania. A ação conjunta dos indivíduos os fortalece para enfrentar os desafios que a estrutura da sociedade lhes impõe, limitando seus direitos.

Integrar o movimento social é, também, estabelecer práticas de resistência aos processos de exclusão. Mas, mesmo que essa resistência se realize e se manifeste por diversas vias, seja por meio da organização desses indivíduos em grupos com lutas específicas, seja em ações políticas, movimentos sindicais ou sociais, e até pelo exercício da violência, as transformações só acontecerão de forma significativa, para uma maioria, se houverem políticas e ações realmente voltadas à solução dos problemas.

Para esse grupo, o sentido de classe social os vincula ao 'ser assentado'. O sentido de classe está associado ao percurso histórico e à formação sociopolítica desses sujeitos, uma vez que os discursos que orientam as ações coletivas os colocam ainda como trabalhadores rurais em luta pela reforma agrária.

Objetivamente, são pequenos produtores rurais que se aproximam no sentido de, criando um corpo social, terem atendidas as suas necessidades diante dos processos de trabalho. É importante refletir sobre o que há de comum no desejo dessas pessoas: ascender socialmente.

O objetivo do assentamento não é o de se colocar como cliente nas relações com a sociedade, mas parceiro. Uma das reivindicações presentes no discurso dos assentados é a de que a produção dos assentamentos deveria ser vista como uma produção social e assim, ser incorporada pelo governo no momento de abastecer seus depósitos. A comunidade quer transcender a discussão do oprimido pedindo ajuda a um estado capitalista e se colocarem como companheiros na construção social.

A comunidade está consciente que o seu sistema de organização comunitária e o seu trabalho trazem um impacto positivo para as comunidades urbanas, através do consumo realizado pelos assentados nas cidades, da disponibilização de produtos a preços mais acessíveis para o comércio e até mesmo pela potencialidade de Vergel em vir a criar empregos, quer nos sítios e nas agroindústrias, que começam a surgir, quer através de postos indiretos, como na formação de quitandas, barracas de feira e vendinhas que possam iniciar suas atividades com o objetivo de colocar os produtos do assentamento à venda.

O assentamento de Vergel é reconhecido pelos órgãos públicos por duas razões importantes: a primeira é que sabem reivindicar, sabem se organizar e lutar por suas demandas. Mas, também porque são bons pagadores. Numa avaliação feita em agosto de 2004, constatou-se que o assentamento não tinha débitos com o governo, o que garante a continuidade dos investimentos públicos em Vergel. A partir de 2005, com todos os lotes ocupados e produzindo, Vergel amplia suas possibilidades de captar mais recursos.

Os assentados demonstram um forte envolvimento com seu trabalho e essa vontade de crescer acabou por reverter alguns processos que existiam no início, como o desânimo de se trabalhar com terra tão árida, ou diante das dificuldades de acesso aos recursos de produção e mesmo pelo desconhecimento dos processos de trabalho. Os investimentos públicos, através dos financiamentos, ajudaram a transformar esse quadro. Hoje, Vergel é um assentamento cheio de conquistas, com muita gente trabalhando, muita gente crescendo. Os desafios que ainda se apresentam parecem convergir para uma solução: o desenvolvimento de práticas cooperativas.

Conforme afirmamos anteriormente, acreditamos que é na construção do projeto coletivo que, para Vergel, se criará o sentido de grupo. E, a partir desse, o projeto identitário para a comunidade. Eu acredito também que seja desejo do grupo o de se afirmarem como trabalhadores rurais bem sucedidos e que essa seja a marca identitária que pretendem produzir de si mesmos. Os aspectos objetivos desse desejo estão pautados na busca de melhores condições de vida e trabalho, mas subjetivamente, é possível perceber que esse movimento está amparado nas representações desses sujeitos sobre sua humanidade.

Se Vergel souber se organizar, como comunidade, para produzir formas de gerenciar e organizar o trabalho coletivo, redimensionando as hierarquias, dividindo funções a partir do aproveitamento dos saberes individuais, é bem possível que haja um desenvolvimento acentuado de sua produção.

Suas escolhas ou oportunidades os colocaram nesse momento de vida diante de um trabalho/profissão que possui um significado e que, embora esteja associado a 'n' tipos de representações, é considerado um ofício que confere dignidade aos assentados. O trabalho com a terra, a produção agrícola, é um trabalho imprescindível ao funcionamento da sociedade. A plantação de alimentos, necessária para o produtor, que de seu lucro faz sua sobrevivência, também garante a sobrevivência de outros seres humanos.

A metáfora da mandioca é, na verdade, a expressão da produção identitária dos trabalhadores de Vergel: se tiverem o lugar e as condições de trabalho, tudo têm, pois em se trabalhando, de tudo há. Esses sete anos de vida em Vergel são a terra seca e quente, onde foram plantadas as esperanças de construção do futuro dessas pessoas.

O solo recebe o calor do sol e a umidade da terra para formar a cama onde a mandioca irá suar; os assentados, o reconhecimento de sua importância para o grupo e os saberes necessários ao trabalho, sendo alimentados por sua formação social e política, por suas crenças e valores construídos ao longo da vida.

As oportunidades, as conquistas e o crédito são a chuva que fertiliza e alimenta a terra, fazendo germinar o nó. A planta cresce, o sujeito se assume: sua terra, seu trabalho, sua família e sua vida. Os assentados de Vergel são, então, produtores rurais e têm sua importância social reconhecida por meio da sua produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. (4ª. edição) .Tradução de Alfredo Bosi (1ª. ed.brasileira) e Ivone Castilho Benedetti (novos textos da 4ª. edição). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

AMBROSOLI, Mauro. Questão Agrária. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. (5ª. edição). Tradução de João Ferreira [et.al.] Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** (7ª. edição rev. ampl.) São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 1999.

ARAÚJO, Ângela M. C. (org.). **Trabalho, Cultura e Cidadania – um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997.

ARAÚJO, Léia S.Alves. **A delimitação do objeto de pesquisa na perspectiva das Representações Sociais.** (mimeo) Trabalho apresentado no V EPECO – Encontro de Pesquisa do Centro-Oeste/ 2002.

ARROYO, Miguel G. O significado da Infância. **Criança**, Brasília: MEC, 28, p.17-21,1995.

BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina – estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 67).

BRASIL. Governo Federal. **Estatuto da Terra.** Lei n. 4.504 de 30 de Novembro de 1964. (Alterada pelas Lei. 5.709/1971, Lei n.6.746/1979, Lei n. 7.647/1988, Dec. Lei n. 2.431/1988 e MPV n. 2.183-56/2001.)

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. (5ª. edição). Tradução de João Ferreira [et.al.] Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. Tradução de Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo, SP: Editora Ática, 1993.

CALDART, Roseli Salete. Anotações feitas à partir da Mesa de debates apresentada no X ENDIPE: **Multiculturalismo e Processos Educacionais**, 1° de junho\2000, Rio de Janeiro - RJ.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento: formação de educadores e educadoras no MST.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David. (Org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia – o discurso competente e outras falas**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Moderna, 1981. (Coleção Contemporânea).

COSTA, Maria Vorraber. "A pesquisa-ação na sala de aula e o processo da significação", in SILVA, Luiz Heron da. (Org.) **A escola cidadã no contexto da Globalização.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

COSTA, Maria Vorraber. Sujeitos e subjetividades nas tramas da linguagem e da cultura. in CANDAU, Vera M. (org.) **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 29-46.

DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. Espaço e Debates – **Revista de Estudos Regionais e Urbanos. Poder Local – convergência entre estruturas, forças e agentes.** São Paulo, n. 24, Ano VIII, 1988. p.26-39.

DEBERT, Guita Grin. (org.). **Antropologia e Velhice**. Coleção Textos Didáticos, nº 13, 1994, IFCH/UNICAMP.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social.** Campinas: Autores Associados, 1998. (Col. Polêmicas do nosso tempo no. 61).

ELLIOT, Elias. **Para haver amanhã.** Campinas, SP, 2000

FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania, uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FREINET, Célestin. **Para uma escola do povo**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. (2ª. ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Conscientização – Teoria e Prática da Libertação**. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** (2ª.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Col. Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.**(4ª. ed.) Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. (original de 1970). São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** (15ª. ed.) Trad. e Org. Roberto Machado (1979 – 1ª. ed.) Rio de Janeiro: Edições Grahal, 2000.

GOFFMANN, E. Estigma e Identidade Social. In: GOFFMANN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro, Zahar, 1975 (p.11-50)

GOHN, Maria da Glória M. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001 (a) - (Col. Questões da Nossa Época, v.84).

GOHN, Maria da Glória M. **Educação Não-Formal e cultura política – Impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 1999. (Col. Questões da Nossa Época, v.71).

GOHN, Maria da Glória M. **História dos Movimentos Sociais – A Construção da Cidadania dos Brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória M. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória M. **Movimentos Sociais e Educação**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 2001 (b) - (Col. Questões da Nossa Época, v.5).

GOHN, Maria da Glória. (Org.) **Movimentos Sociais no início do século XXI – antigos e novos atores sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória M. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania.** São Paulo: Cortez, 1997. (a)

GOHN, Maria da Glória M. **Teoria dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola, 1997.(b)

GUARESCHI, Neuza. "Políticas de identidade: uma breve concepção". In: **Educação**. v. 21, ano XXII nº 39, 1998, Porto Alegre, PUC (p.5-25).

GUATTARI, Felix. ROLNIK, Sueli. **Micropolítica – Cartografias do Desejo**. 6a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. A Noção de Cultura e seus desafios. Congresso Brasileiro de Etnomatemática - **ANAIS do Primeiro Congresso Brasileiro de Etnomatemática - CBE.** São Paulo, SP, 01 a 04/11/2000. FE-USP. Editora Maria do Carmo S. Domite. p.386-388.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Linguagem, Cultura e Alteridade: imagens do outro. **Cadernos de Pesquisa**, nº. 107 S.Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora Autores Associados. Julho de 1999 pp. 41-78

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Socialização e Recalque: a criança negra no rural. In: **Cadernos Cedes,** nº 32, Campinas, SP: Papirus, 1993.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Trad.: Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro - 4a. edição - Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna – Uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural.** 8ª. ed. Trad.: Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1999.

HONNET, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JESUS, Paulo de, TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antônio David. (Org.) **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

KLAUS, Eder. **A nova política de classes**. Tradução de Ana Maria Sallum. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

KNIJNIK, Gelsa. "Etnomatemática e educação no movimento dos Sem Terra". in SILVA, Luiz Heron da. (Org.) **A escola cidadã no contexto da Globalização**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

KOUBI, Pr. Geneviève, Entre sentimentos e ressentimentos - as incertezas de um direito das minorias. (Tradução: Celene M. Cruz e Clémence Jouët-Pastré) In: BRESCIANI, S E NAXARA, M. (Orgs.) **Memória e (res)sentimento.** Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. "Infância, História e Educação". **Texto apresentado na 20ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambú-MG, 1997.

LARAYA, R. **Cultura : um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, J. Zahar Ed., 1986.

LARROSA, Jorge, e LARA, Núria Perez de. **Imagens do Outro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LARROSA, Jorge. "Tecnologias do Eu e Educação". in SILVA, Tomaz Tadeu (Org.), **O sujeito da Educação – Estudos Foucaultianos.** 4ª. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In MERILLIÉ, et al. **Iniciação à prática sociológica.** Trad.: Guilherme J. de F. Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (p.59-106)

LLORET, Caterina. As outras idades ou as idades do outro. In LARROSA, Jorge, e LARA, Núria Perez de. **Imagens do Outro.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998 (p.13-23).

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma análise marxista**. 11ª ed., São Paulo: Cortez, 1996.

LUCA, Mônica M. B. L. de. **Histórias de Identidades no Assentamento de Vergel. 2001**, 110f. Monografia de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação/UNICAMP. Campinas, SP.

LUCA, Mônica M. B. L. de. "Histórias de Identidades num Assentamento Rural". **ETD Educação Temática Digital.** Campinas, v.4, n.1, p.10-31, dez. 2002. (http://www.bibli.fae.unicamp.br/etd/index.html)

LUCA, Mônica M. B. L. de. Identidades sociais em produção e envelhecimento: um estudo de caso. In: VON SIMSON, Olga R. M; NERI, Anita L. e CACHIONI, Meire (Orgs.) **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas – SP: Editora Alínea, 2003, 252p.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção Temas da Atualidade)

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro – Vol. I, 5ª. ed., RJ: Civilização Brasileira, 1980, (Cap. X, XI e XII)

MELO, Denise Mesquita de. **A Construção da Subjetividade de Mulheres Assentadas pelo MST.** 2001, 210 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, SP.

MELO, Denise Mesquita de. "Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000". In: GOHN, Maria da Glória. (Org.) **Movimentos Sociais no início do século XXI – antigos e novos atores sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. (Trad.: Álvaro Cabral). Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1978.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso - Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 3a. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

QUIJANO, Aníbal. "A cultura dos marginais como pólo marginal da cultura global", in PEREIRA, Luiz (org.), **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

QUIJANO, Aníbal. "Cultura da Pobreza?", in PEREIRA, Luiz (org.), **Populações Marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RICCI, Rudá, BARBOSA, Leonardo e SOTERO, Frederico. A reconstrução de Identidades na perspectiva da Gestão Pública de Territórios – O meio rural e a formulaçao de novos desenhos da regulação Estatal. Trabalho apresentado no **X Congresso Mundial de Sociologia Rural**, Rio de Janeiro 30.07 a 05.08.2000.

RODRIGUES, Suzy Lagazzi. Deixar a cidade. Vir para a terra. O discurso urbano em movimento. In: **RUA (Revista do NUDECRI-UNICAMP)**, Campinas, 5:39-46, 1999.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas: Ed. Alínea, 1999.

ROY, Lise. **Visão de classe da trabalhadora doméstica.Um estudo exploratório em Campinas/SP**. 1989, 155fs. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, SP.

RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e Identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho.** São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SADER, Emir. Para outras democracias. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SANDRONI, Paulo. (Org.) **Novo Dicionário de Economia**. (6ª. edição) São Paulo, SP: Editora Best Seller, 1994.

SANI, Giacomo. "Cultura Política", in BOBBIO, Norberto, et. ali. **Dicionário de Política,** Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência.** (3ª. ed.). São Paulo: Cortez, 2001. (Col.: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. – Vol. 1)

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 2a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996 (Coleção Estudos Brasileiros)

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª. ed. ver. e ampl. – S.Paulo: Cortez, 2000.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 4ª. ed. Trad. Marcos Santarrita.. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. (2ª. ed.) São Paulo: Brasiliense, 2001. (Col. Primeiros passos, 18)

SILVA, Tomas Tadeu da. Currículo e Cultura: uma visão pós-estruturalista. **Cadernos de Pedagogia – FE-UNICAMP**, nº 2, 24p., 1997.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Col. Educação pós-crítica)

SILVA, Tomas Tadeu da. "Os Novos Mapas Culturais e o Lugar do Currículo numa Paisagem Pós-Moderna", in SILVA & MOREIRA (Org.) **Territórios Contestados – O currículo e os novos mapas culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SIQUEIRA, Ângela C. de. 1999. Textos extraídos das discussões on-line coordenadas pelo Banco Mundial: Attakcking Poverty e Knowledge and Information for Development, que serviram de base para a redação do **WDR World Development Report 2000**. Disponível on-line no site: http://www.globalknowledge.org/worldbank/wdr2000.

SOUZA, Maria Antônia de. **A formação da identidade coletiva:** um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994, 251f. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, SP.

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra.**1999, 259f. – Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, SP.

STÉDILE, J. P. e SÉRGIO, Frei. **A luta pela terra no Brasil**. Scritta & Ed. Página Aberta, 1993.

THIOLLENT, Michel. "Uma contribuição à Pesquisa-Ação no campo da comunicação sociopolítica" **Educação e Sociedade**, ano III, nº 9, maio de 1981, p. 49-64.

VIGOTSKI, Lev S. "Manuscrito de 1929". **Educação e Sociedade.**, Julho de 2000, vol.21, no.71, p.21-44.

WOODS, Peter. **La escuela por dentro - La etnografia en la investigación educativa**. Barcelona: Paidós, Ibérica, 1989.